

Luis Manuel Gomes Boavida-Portugal

Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada

Contributos para o estudo do processo urbano recente do
centro histórico de Évora

Orientador: Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

M a i o, 2 0 0 3

Luis Manuel Gomes Boavida-Portugal

Os centros históricos numa estratégia de conservação integrada

Contributos para o estudo do processo urbano recente do
centro histórico de Évora



143 811

Orientador: Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Maio, 2003

ÍNDICE

Agradecimento	vii
Resumo	ix
Introdução	
Conservação integrada e centros históricos. Enquadramento geral do tema.	3
Capítulo I	
Cidade e centros históricos.	
1. Desenvolvimento urbano e centros históricos.	
1.1. O processo urbano e a mudança.	15
1.2. Instrumentos e conceitos para a viabilidade urbana: planeamento estratégico e desenvolvimento sustentável.	21
1.3. Um modelo territorial alternativo: a cidade histórica e o desenvolvimento urbano.	28
1.4. Continuidade, adaptabilidade e mudança: uma nova utopia urbana.	35
2. Que centros históricos?	
2.1. Paradigmas e problemas.	41
2.2. Os centros históricos isolados no território.	42
2.3. Os centros históricos - centros de cidade.	46
Capítulo II	
A conservação integrada.	
1. A formação do conceito de conservação integrada.	
1.1. As novas dimensões do património edificado.	53
1.2. Cronologia e bases doutrinárias da conservação integrada.	57
1.3. Componentes e conteúdos do conceito de conservação integrada.	67
1.4. O estado da aplicação dos conteúdos da conservação integrada em Portugal.	85
2. A conservação integrada como metodologia para os centros históricos.	
2.1. A operacionalização do conceito de conservação integrada.	89
2.2. A preservação e os componentes de primeiro nível: princípios, objectivos e aspectos operacionais.	91
2.3. A dimensão socioterritorial da conservação integrada: os componentes de segundo nível.	108
2.3.1. A utilização do património edificado pela sociedade actual: objectivos e linhas de actuação.	111
2.3.2. A integração do património edificado nas dinâmicas do espaço: estratégia, políticas e instrumentos.	133

Capítulo III

O processo urbano recente do centro histórico de Évora.

1. Um caso de estudo. Porquê o centro histórico de Évora?	147
2. O estado actual da investigação. Contributos para o entendimento do processo urbano recente do centro histórico de Évora.	
2.1. A perspectiva da conservação integrada.	155
2.2. A abordagem das ciências sociais.	158
2.3. Os estudos urbanísticos.	161
3. A actuação pública no centro histórico de Évora, de 1977 a 2001. Políticas e prática urbanística.	
3.1. As razões do período em estudo.	173
3.2. Administração pública e integração territorial de políticas.	176
3.3. O processo político e a distribuição de competências.	179
3.4. Os agentes públicos no centro histórico de Évora: objectivos, políticas e actuações.	185
3.4.1. A administração pública central desconcentrada.	186
3.4.1.1. A preservação do património edificado.	186
3.4.1.2. Políticas sectoriais e programas de acção: as entidades públicas relevantes.	195
3.4.2. O poder local: a administração urbanística no centro histórico de Évora.	204
4. O processo urbano recente do centro histórico de Évora, numa perspectiva de conservação integrada.	
4.1. Abordagem à construção de indicadores de conservação integrada. Como retratar os domínios associados?	237
4.2. A verificação das condições de sustentabilidade. Questões metodológicas na viabilidade do património urbano em Évora.	256
4.3. Ensaio de uma avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora.	262
Conclusões	281
Referências bibliográficas	293
Anexos	
Anexo I - Cronologia da formação da doutrina de conservação integrada.	315
Anexo II - CHE: quadros de gestão urbanística.	317
Anexo III - CHE: quadros síntese de variáveis populacionais e habitacionais.	321
Anexo IV - Quadros de resultados eleitorais - Eleições autárquicas no concelho de Évora e nas freguesias do centro histórico, em 1997 e 2001.	333

QUADRO DAS SIGLAS REFERIDAS NO TEXTO

ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AUP	Associação dos Urbanistas Portugueses
CBD	Central Business District
CCR	Comissão de Coordenação Regional
CCRA	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
CDU	Coligação Democrática Unitária
CE	Conselho da Europa
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CHE	Centro Histórico de Évora
CIAM	Congresso Internacional da Arquitectura Moderna
CIATMH	Congrès International des Architectes et Techniciens des Monuments Historiques
CIPRO	Gabinete de Consultoria e Projecto
CIVIH	Comité International sur les Villes Historiques
CME	Câmara Municipal de Évora
CML	Câmara Municipal de Lisboa
DCHE	Departamento do Centro Histórico de Évora
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGERU	Direcção-Geral dos Equipamentos Regionais e Urbanos
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DR	Diário da República
DRA	Direcção-Regional do Ambiente
DRIEA	Direcção-Regional de Indústria e Energia do Alentejo
EDP	Electricidade de Portugal
ÉVORACOM	Programa Municipal articulado com o PROCOM
FA-UTL	Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
GEOIDEIA	Gabinete de Consultoria e Projecto
GTL	Gabinete Técnico Local
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHIT	Instituto Histórico da Ilha Terceira
IIP	Imóvel de Interesse Público
INE	Instituto Nacional de Estatística
INH	Instituto Nacional de Habitação
INTERREG	Programa Comunitário para as Regiões Fronteiriças
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
MEPAT	Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
MN	Monumento Nacional
MPAT	Ministério do Planeamento e da Administração do Território
OA	Gabinete de Consultoria e Projecto
OA/SISMET	Gabinete de Consultoria e Projecto
OE	Ordem dos Engenheiros
OIM	Office International des Musées
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Director Municipal
PGU	Plano Geral de Urbanização

PMRF	Programa Municipal de Reabilitação de Fogos
PNCH	Projecto do Núcleo do Centro Histórico
POLIS	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
PP	Plano de Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRCHE	Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PROCOM	Programa de Apoio à Modernização do Comércio
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
PU	Plano de Urbanização
QCA	Quadro Comunitário de Apoios
RAU	Regime do Arrendamento Urbano
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RGPH	Recenseamentos Gerais da População e Habitação
RMEU	Regulamento Municipal de Edificações Urbanas
SEALOT	Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território
SEH	Secretário de Estado da Habitação
SEHU	Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo
SITE	Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development
URBAN	Programa Comunitário de Revitalização e Requalificação de Áreas Urbanas em Crise
VC	Valor Concelhio
ZEP	Zona Especial de Protecção
ZP	Zona de Protecção

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 O centro histórico de Évora - delimitação do caso de estudo	148 A
Figura 2 CHE: delimitação da “área crítica de recuperação e reconversão urbanística”	148 B
Figura 3 Muralhas do centro histórico de Évora	150 A
Figura 4 Freguesias e secções estatísticas no centro histórico de Évora	150 B
Figura 5 Delimitação de zonas de protecção e zonas especiais de protecção no centro histórico de Évora	188 A
Figura 6 Zonas especiais de protecção no centro histórico de Évora	188 B
Figura 7 CHE: intervenções prioritárias no Plano Director de 1980 e PRCHE	218 A
Figura 8 CHE: operações de renovação urbana e reabilitação de conjunto	218 B
Figura 9 CHE: área de intervenção ÉVORACOM	232 A
Figura 10 CHE: equipamentos reabilitados e em lançamento	232 B
Figura 11 CHE: dinâmica da população residente	268 A
Figura 12 CHE: densidade populacional	268 B
Figura 13 CHE: dinâmica do grupo etário “65 e + anos”	270 A
Figura 14 CHE: dinâmica da população com nível de ensino superior	270 B
Figura 15 CHE: incidência de edifícios degradados	274 A
Figura 16 CHE: incidência de fogos vagos	274 B

Agradecimento

Um trabalho de investigação teórica e empírica, numa área de confluência disciplinar e institucional, envolvendo políticas e actuações recentes da administração pública, dificilmente será bem sucedido se não contar com a boa vontade de pessoas em posições determinantes.

Desde os contributos de grande volume de informação, às pequenas pistas que dão sentido a um emaranhado de hipóteses, seja-me permitido destacar algumas pessoas que me auxiliaram na concretização deste projecto.

Em Lisboa, o Arq. Barbosa Colen, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e o Arq. Jorge Silva, da Oficina de Arquitectura.

Em Évora, o Arq. Nuno Lopes, ex-Director do Departamento do Centro Histórico da Câmara Municipal de Évora, a Prof. Doutora Mariana Cascais, da Universidade de Évora, a Arq. Pais. Margarida Cancela d'Abreu, Directora Regional do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, o Arq. Miguel Lima, ex-Director da Direcção-Regional de Évora do Instituto Português do Património Arquitectónico, o Arq. Fernando Pinto, ex-Director da Direcção-Regional de Edifícios e Monumentos do Sul da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Arq. António Bouça, ex-Director do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Évora, e o Prof. Doutor Luis Fernandes, Vice-Presidente da Direcção-Regional do Alentejo do Instituto Nacional de Estatística.

Ainda uma palavra de especial carinho e apreço ao meu orientador, Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pela disponibilidade, sensatez, sabedoria e amizade que me dispensou, durante este longo percurso em comum.

Resumo

O objectivo deste trabalho é identificar e aprofundar os conteúdos da conservação integrada e estabelecer a sua aplicação como metodologia de referência no estudo e actuação em centros históricos. Procuramos, também, demonstrar a importância desta área disciplinar, no contexto de um novo modelo de desenvolvimento das cidades, aplicando-o ao processo urbano recente de um caso de estudo paradigmático, como o do centro histórico de Évora.

O estudo apoia-se num primeiro bloco de investigação conceptual e metodológica, estruturado em duas vertentes. A primeira é dirigida à problemática do desenvolvimento urbano e às suas relações com a questão dos centros históricos. Exploram-se os factores de mudança e as novas abordagens ao desenvolvimento das cidades, discutindo-se a viabilidade urbana, em termos alargados. Apresenta-se o contributo da cidade histórica para um novo modelo urbano, colocando a questão central do património urbano, entre os princípios antagónicos da continuidade e da mudança. Na outra vertente, apresenta-se o conceito de conservação integrada e discute-se a sua contribuição para estruturar uma metodologia de actuação em centros históricos. São apresentados os principais contributos para a formação deste conceito, discutindo-se os seus elementos componentes e os respectivos conteúdos. Refere-se, ainda, o estado da sua aplicação em Portugal.

Seguidamente, exploram-se as potencialidades da conservação integrada numa metodologia de avaliação dos processos urbanos e de actuação em centros históricos. Esta metodologia apoia-se na operacionalização dos vários domínios identificados, designadamente, da preservação, da utilização do património edificado pela sociedade actual e da sua integração nas dinâmicas do espaço.

A partir desta investigação, e com base nas indicações metodológicas que oferece, aborda-se o centro histórico de Évora como caso de estudo,

ensaiando uma avaliação da sua condição urbana actual e questionando a sua evolução recente. Justifica-se a escolha deste sistema socioterritorial e do período em análise - 1977 a 2001 -, pelas suas características patrimoniais e urbanas, actuação dos poderes públicos e dinâmicas socioterritoriais. Como elemento de apoio, elabora-se uma breve recensão bibliográfica, relativa ao processo urbano recente do centro histórico de Évora.

A abordagem ao processo urbano de Évora inicia-se com uma análise da actuação das entidades públicas relevantes, atendendo à natureza da sua acção e preponderância neste sistema. Discutem-se, em primeiro lugar, alguns aspectos relativos à estrutura da administração pública e à sua acção, nomeadamente, quanto à integração territorial de políticas.

Retrata-se a actuação das entidades públicas neste espaço, no período em apreço, identificando os agentes públicos presentes, a respectiva situação na organização política e administrativa, bem como as atribuições e competências que lhes são próprias. Discutem-se, em detalhe, os objectivos, políticas e acções que aqui desenvolveram, agrupando-os em dois domínios, a saber, os órgãos da administração pública central e desconcentrada, e os órgãos do poder local.

Como corolário da investigação desenvolvida, procura-se apontar as bases que devem orientar uma avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, numa perspectiva de conservação integrada. Esta avaliação baseia-se num modelo metodológico, apoiado em indicadores urbanos e patrimoniais, cuja adequação aos vários domínios em presença se discute previamente. O ensaio de aplicação desta metodologia permite questionar o processo urbano recente deste centro histórico, as políticas desenvolvidas, a viabilidade do seu património e o modelo territorial emergente.

INTRODUÇÃO

**CONSERVAÇÃO INTEGRADA E
CENTROS HISTÓRICOS.**

**ENQUADRAMENTO GERAL DO
TEMA.**

Introdução.

Conservação integrada e centros históricos. Enquadramento geral do tema.

il futuro ha un cuore antico

(cit. M. Perotti, Confrontação de Bolonha, CE, 1974)

O presente estudo constitui tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau académico de Doutor na área de Conservação do Património Arquitectónico.

Propomo-nos tratar a problemática da conservação integrada e estabelecer a sua aplicação como metodologia de referência no estudo e intervenção em centros históricos. Procuraremos, também, demonstrar a importância desta área disciplinar como contributo para um novo modelo de desenvolvimento das cidades, através da sua complexa articulação de conteúdos patrimoniais, urbanísticos, sociais, económicos e funcionais.

O estudo apoiar-se-á num primeiro bloco de investigação conceptual e metodológica, estruturado em duas vertentes. Uma, dirigida à problemática do desenvolvimento urbano e às suas relações com a questão dos centros históricos. Outra, em que se discute o conceito de conservação integrada e a sua operacionalização neste contexto.

A partir desta investigação e das suas conclusões, será abordado um caso de estudo, o centro histórico de Évora, sob uma perspectiva que pretendemos original, dirigida ao seu processo urbano recente. Este sistema, pelas suas características patrimoniais e urbanas, actuação dos poderes públicos e dinâmicas socioterritoriais, manifesta bem a multiplicidade de objectivos, problemas e tensões que se verificam neste quadro.

Como corolário da investigação desenvolvida, procuraremos contribuir para o estabelecimento de bases para uma avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, numa perspectiva de conservação integrada. Este ensaio de avaliação deverá ser estruturado segundo princípios e métodos de aplicação extensíveis a situações análogas, sem que tal signifique, no entanto, uma receita universal, pretensão desajustada da complexidade desta problemática.

Para situar o tema e os propósitos deste estudo, permitam-nos algumas reflexões prévias, tendentes a esclarecer as motivações, pressupostos e posicionamento intelectual que nos guiaram na formulação da ideia inicial e no decurso do seu desenvolvimento.

Um primeiro comentário, quanto à natureza abrangente do tema escolhido, inerente a um conceito complexo como o de conservação integrada. Este facto leva-nos a abordar múltiplos aspectos da realidade dos centros históricos, bem como do processo urbano recente de Évora, muitos dos quais seriam, só por si, merecedores de uma investigação autónoma. Não sendo possível, no âmbito de um trabalho desta natureza, tratar todos estes aspectos exaustivamente, aceitamos o menor aprofundamento de alguns, em troca de uma visão alargada das implicações daquele conceito e da complexidade dos sistemas dos centros históricos. Ficam-nos várias linhas de trabalho para desenvolver, que encaramos como outros tantos projectos de investigação subsequentes.

Ao escolher este tema como base de uma tese de doutoramento em conservação do património arquitectónico, tínhamos consciência da multiplicidade de visões e abordagens que a problemática em que se inscreve tem merecido. Estas decorrem, desde logo, da diversidade de significados e de conteúdos que vêm sendo associados ao conceito de *conservação*.

Refira-se, desde já, que neste estudo tomamos como demonstrada a necessidade e o imperativo da preservação do património edificado, no sentido da sua transmissão, com respeito pela integridade enquanto valor documental

e simbólico, às gerações futuras. Consideramos, igualmente, como dado adquirido a justificação social e cultural deste objectivo (Choay, 1988e; Jorge, 2001). A nossa questão não será, assim, "porquê", ou "o que conservar", mas, essencialmente, "como conservar de modo sustentável"?

Falar em património arquitectónico e na sua conservação impõe, hoje em dia, um sentido muito mais abrangente do que a comum e imediata referência, de inspiração mais ou menos romântica ou culturalista, a catedrais, palácios, fortificações obsoletas ou outras edificações de grande presença individual no território. Na nossa perspectiva, esta referência deixou de fazer sentido quando aplicada, genericamente, a quaisquer tipologias edificadas, se consideradas apenas enquanto estruturas físicas e como objectos isolados.

Mesmo nas situações notáveis do património monumental (Choay, 1988d), a atenção a aspectos que transcendem a simples protecção física do objecto em si assume cada vez maior relevância nos estudos e intervenções desenvolvidos. Uma das ideias centrais subjacentes a esta posição é a de que a integridade e compreensão de qualquer elemento patrimonial não podem ser desligadas do seu contexto, quer territorial, quer social.

Reflexões produzidas em vários domínios científicos e institucionais sobre esta matéria, das quais comungamos, têm contribuído para considerar que a abordagem ao património arquitectónico não deve, pois, reduzir-se a elementos isolados e apenas à sua dimensão física. Deverá, sim, alargar-se numa perspectiva abrangente e integradora, à escala topológica, tendo como determinantes as questões da envolvente territorial, construída ou natural, e dos contextos de uso, sociais e culturais relevantes em que se insere.

O reconhecimento da importância destes factores guia-nos do *objecto arquitectónico* à categoria mais vasta do *edificado*, levando a privilegiar o estudo e intervenção em tecidos urbanos e unidades territoriais ou de paisagem, dirigindo as actuações prioritariamente a *conjuntos* com uma coerência patrimonial alargada. Este é o percurso que conduziu à formação do

conceito de *património urbano*, tal como foi finalmente cristalizado por Giovannoni (1931).

O interesse pelos chamados *centros históricos* inscreve-se nesta linha de pensamento. Decorre do alargamento da compreensão do objecto patrimonial isolado para o conjunto, da investigação re-centrada do singular e parcial - edifício, dimensão histórico-arquitectónica - para o plural e complexo. Em síntese, propõe uma perspectiva do património enquanto um *elemento específico de processos e de sistemas socioterritoriais* (Kostof, 1991; 1992).

Note-se que à designação de “centros históricos” se pode atribuir um duplo significado, cuja distinção das situações extremas retomaremos adiante: por um lado, o de áreas parciais de um aglomerado que posteriormente alastrou, constituindo manchas relativamente bem delimitadas de tecidos pré-industriais, cristalizados ao longo de vários períodos históricos e ligados às etapas iniciais do crescimento urbano; por outro, o de núcleos urbanos relativamente homogêneos e isolados no território, considerados na sua totalidade, de pequena dimensão e muitas vezes contidos por fortificações.

Para o desenvolvimento deste estudo será essencialmente relevante a primeira acepção, tratada no contexto português e, sobretudo, enquanto aplicada a áreas centrais de cidade que permanecem com importância e vivência urbanas. Estas constituem situações paradigmáticas para retratar a própria dinâmica da questão do património edificado - conjuntos, contexto territorial, dimensões urbanística, social e económica. Representam, portanto, o tipo de pressões contraditórias e a necessidade de viabilizar e conciliar os objectivos e interesses complexos, e até divergentes, presentes neste quadro.

No entendimento que propomos, a questão dos centros históricos funde-se num cadinho de contributos de várias áreas disciplinares, que vem desde o estudo das cidades medievais, impulsionado por Sitte (1889) no virar do século XIX, até às teorizações de Riegl e Giovannoni (Choay, 1992) sobre o património urbano. Estes cruzam-se com a abordagem das teorias antropológicas do espaço, desenvolvidas a partir dos anos 1960 (Hall, 1966;

Rapoport, 1980) e com a valorização da forma urbana e do desenho do espaço público, contraponto ao urbanismo tecnológico e "quantitativo" com raiz nos CIAM ¹ (Lynch, 1960; Cullen, 1961; Rossi, 1966; Smith, 1974; Gosling e Maitland, 1984). A tudo isto se juntam contribuições independentes e tão diversas como as de Jacobs (1961), Choay (1965) e Alexander (1965), chegando até aos debates sobre a ecologia urbana ou, mais recentemente, à discussão dos problemas das *inner cities* (Hamnett, 1976; Berry, 1980).

Um longo caminho se vem percorrendo, assim, no sentido da redescoberta do "casco histórico", repositório de memórias que conferem identidade e sentido à própria vivência urbana. Esta questão está, hoje em dia, integrada num movimento de âmbito geral de renascimento das cidades, lançado na Europa, no início da década de 1980, como resposta à crise urbana que se vinha manifestando, um pouco por toda a parte, nas duas décadas anteriores (Conselho da Europa, 1982).

O crescente interesse das sociedades contemporâneas pelo património edificado e, nomeadamente no que interessa ao nosso propósito, pelos centros históricos, veio a provocar nos meios científicos e técnicos agora envolvidos, uma relativa clivagem. Esta tem-se revelado difícil de ultrapassar, estendendo-se à natureza dos conceitos, aos objectivos e políticas fundamentais e às actuações que as concretizam, às metodologias de estudo e intervenção e, até, ao próprio domínio disciplinar onde enquadrar esta temática. Justifica-se, assim, a necessidade de clarificação do enquadramento conceptual deste estudo, a que nos dedicaremos adiante, para a compreensão e fundamentação da abordagem metodológica a desenvolver.

De uma preocupação do domínio exclusivo das instâncias culturais, centrada no estudo e protecção de estruturas edificadas e enquadrada pelas disciplinas da área científica da História, a questão do património construído

¹ Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna, o 4º. dos quais, realizado em 1933, produziu o documento referido por *Carta de Atenas*, fundamental para as bases teóricas da corrente dominante da arquitectura e do urbanismo praticados no pós-guerra.

extravasa, assim, para o domínio do urbano, do social e do económico, para o âmbito das políticas e do governo local. Constitui-se, em suma, como uma questão de desenvolvimento, na acepção mais ampla do termo, conforme se foi afirmando nas últimas décadas (UNRISD, 1966a, 1966b, 1970; Lopes, 1980; Perroux, 1987; ICLEI, 1994), e que tomaremos como referência neste estudo.

No corpo do trabalho procuraremos aprofundar esta ideia de conservação como uma componente de um desenvolvimento sustentável, a qual se articula com preocupações actuais, como a qualidade do *habitat* ou as estratégias e a competitividade urbanas.

Vemos, assim, áreas disciplinares distintas, que habitualmente representam interesses e posicionamentos tão diversos, como história ou economia, procurando assumir uma posição de relevo na questão do património edificado. Este interesse significa que estamos, seguramente, perante uma nova forma de encarar a globalidade do território e dos estabelecimentos humanos.

Naturalmente que esta atitude é indissociável e decorrente de um contexto de incerteza e de recursos escassos. Decorre ainda da generalizada democratização da esfera pública, da livre movimentação dos agentes económicos, da retracção da intervenção do Estado e da crescente participação dos actores sociais nas decisões que os afectam, situação que é a nossa e é importante para a verificação dos pressupostos do trabalho.

Tratando-se de um entendimento novo, contribuiu para precipitar uma crise epistemológica nas áreas científicas que tocam o património edificado ou fazem dele o seu objecto de estudo. Este facto ajuda a explicar o relativo divórcio, quanto a estas matérias, que ocorre entre os órgãos da cultura, tradicionalmente tutelares do património e as áreas emergentes do urbanismo, do ordenamento do território e das ciências sociais.

Apenas pela compreensão da função social complexa desempenhada pelo património edificado e, sobretudo, pelos centros históricos, será possível reconciliar e articular os vários domínios do saber que reclamam protagonismo

nesta área. A questão coloca-se, assim, num novo quadro de referência, que impõe uma perspectiva integradora e pluridisciplinar, ultrapassando visões redutoras e sectoriais. Será essa a abordagem procurada neste estudo.

O conceito que, por excelência, traduz esta nova abordagem é o de *conservação integrada*, cujas implicações desenvolveremos em Capítulo seguinte. Este conceito é especialmente relevante para os centros históricos, sendo frequentemente referido nos textos fundamentais produzidos pelas organizações que se debruçaram sobre o património edificado, nas últimas décadas, bem como na bibliografia especializada nesta matéria (ver Choay, 1988c) ².

A conservação integrada aprofunda e distingue-se fundamentalmente do sentido do termo *conservação*, entendido como conjunto de técnicas e processos materiais utilizados para manter os edifícios na sua integridade (Houlet, 1988a, pág. 169). Abarca todas as acções necessárias para tornar o património edificado utilizável pela sociedade actual, integrado, pelo seu uso, na vida contemporânea e, conseqüentemente, nas dinâmicas do espaço e no ordenamento do território.

Parece-nos tanto mais importante fazer, desde já, esta clarificação conceptual, quando tratamos de uma área disciplinar, melhor dizendo, *multidisciplinar* ³, em que a terminologia vem sofrendo alterações de significado. Igualmente, é nossa preocupação evidenciar o constante alargamento do léxico já consagrado, com o contributo da chegada a este terreno de novas áreas do conhecimento.

Não podemos deixar de referir que o próprio conceito de "integração" sofreu já algum desgaste desde a sua introdução generalizada nas ciências

² "Consiste à traiter (conserver, restaurer, réhabiliter) les constructions et ensembles anciens pour les rendre utilisables pour la société moderne et à les intégrer dans les plans d'aménagement urbains et ruraux, de l'échelon de l'ilot à celui du territoire." (ob.cit., pág.169).

³ "Un travail multidisciplinaire ... correspond aux exigences de toute politique contemporaine du patrimoine. Il convient, en effet, de prendre en compte les approches architecturale et urbanistique, sociale, historique et culturelle." (Conselho da Europa, 1988, pág.4).

sociais, quando surgiu como parte de uma metodologia universal para lidar com uma realidade complexa. A interpretação que propomos reforça a natureza dinâmica do conceito, não como um fim em si mesmo, mas enquanto processo iterativo para atingir objectivos mais vastos.

O âmbito de actuação da conservação do património arquitectónico, no sentido restrito que referimos, ainda é dominado tuteladamente pela esfera da Cultura. A conservação integrada, de natureza mais abrangente, passou a inscrever-se institucionalmente, nalguns países, na área do Urbanismo e do Ordenamento do Território (Bouyssou e Hugot, 1979; Choay, 1988c).

Note-se que a conservação integrada, e os princípios em que se apoia, constitui a orientação científica recomendada, desde há algum tempo, pelo Conselho da Europa, como base de uma política europeia comum e de uma acção concertada de protecção do património arquitectónico ⁴. Este facto é especialmente demonstrativo da posição de referência teórica e institucional que assume, no contexto a que nos reportamos.

Ao longo deste trabalho, será tese central que a conservação integrada constitui o conceito operativo relevante para o estudo e intervenção em centros históricos. Com a possível excepção de alguns elementos patrimoniais específicos de grande importância monumental, documental ou simbólica e incluídos no domínio público, pensamos que a aplicação do entendimento *stricto sensu* de conservação carece hoje em dia, no mínimo, de realismo, ou mesmo de fundamento e viabilidade sociais.

Perante uma visão do património edificado como realidade multidimensional (Conselho da Europa, 1988, pág. 4), elemento integrado em sistemas socioterritoriais sujeitos a dinâmicas complexas, torna-se evidente que a conservação, para atingir os seus objectivos, não pode limitar-se às tarefas de protecção física das estruturas e espaços construídos. Esta ideia, imediatamente clara no caso de centros históricos que permanecem como

⁴ Ver a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* (Conselho da Europa, 1975a).

"centros de cidade", espelha o facto de se tratarem, afinal, de sistemas complexos, que articulam componentes físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais.

É, pois, fundamental entender o novo conteúdo da conservação como um conjunto de acções destinadas a defender e revitalizar, devolvendo-lhes um valor de uso, as estruturas edificadas, bem como as teias de relações múltiplas que constituem aqueles sistemas. Afirma-se, assim, como área disciplinar autónoma e integradora das várias vertentes em presença. Voltaremos a esta questão de uma abordagem *sistémica* (Rosnay, 1977; Beaujeu-Garnier, 1983) como base de uma metodologia de investigação e actuação no domínio socioterritorial, aqui com especial relevância para os centros históricos.

Nesta perspectiva, e dada a escassez de recursos e a necessidade de mobilizar o empenhamento da comunidade nos objectivos da conservação, torna-se essencial assegurar a viabilidade das intervenções. A base para este *princípio da sustentabilidade* reside em buscar a auto-sustentação social e económica das acções empreendidas e do património colectivo valorizado. O valor do edificado como recurso económico, normalmente alheado numa perspectiva estritamente cultural, é, assim, um factor que precisa de ser considerado em qualquer abordagem realista de conservação.

Apenas mediante a integração dos centros históricos nos objectivos, políticas e opções estratégicas do desenvolvimento local e da gestão urbanística, será possível assegurar a sua permanência extensiva. Esta será a ideia central ao desenvolvimento do trabalho, advogando-se, em suma, a inclusão desta problemática no âmbito do "governo da cidade". Entendemos, portanto, a conservação dos centros históricos como um método operativo para a reapropriação da cidade pelos seus habitantes (Cervellati, 1983, pág.112).

O futuro dos centros históricos não depende, apenas, da sua conservação, mas da qualificação dos agentes e do território, da melhoria do desempenho das actividades locais, integradas num sistema sustentável dos pontos de vista ambiental, cultural, social e económico.

Adoptaremos, no âmbito deste estudo, a defesa de uma política local integrada (Bailly, 1975), em que a conservação das áreas históricas é tida como uma componente do desenvolvimento urbano (Custódio, 2001). Constitui, assim, não um investimento supérfluo e adicional, mas uma afectação alternativa de recursos, numa perspectiva de administração prudente.

A conservação tem, necessariamente, como objectivo central a criação de condições para a permanência de valores documentais, estéticos ou simbólicos, logo está ligada à ideia de estabilidade. No entanto, é nossa convicção que deve ser entendida, não como uma atitude fechada e imobilista, mas como um processo complexo e dinâmico, participado e iterativo, reclamando uma condução estratégica, abrangente, inovadora e flexível.

CAPÍTULO I

**CIDADE
E CENTROS HISTÓRICOS.**

Capítulo I. Cidade e centros históricos.

I. 1. Desenvolvimento urbano e centros históricos.

I. 1. 1. O processo urbano e a mudança.

O alargamento para novas dimensões, estéticas, históricas e físicas, por um lado, sociais, económicas e urbanas, por outro, do conceito de património edificado e a necessidade da sua integração em políticas de vários domínios, conduz-nos à problemática dos centros históricos. O despertar para a sua percepção como elementos de sistemas socioterritoriais complexos traz várias consequências importantes para a nossa discussão. Talvez a mais relevante, seja tornar indispensável que os consideremos no âmbito dos problemas da cidade.

Esta perspectiva urbanística, que procuraremos fundamentar ao longo do trabalho, inscreve a questão dos centros históricos ¹ no seio das mudanças profundas que o entendimento do processo urbano tem conhecido nas últimas décadas, conduzindo ao aparecimento de novas orientações no seu estudo e metodologias de intervenção.

Trata-se de uma questão complexa e extensa, só por si merecedora de uma investigação autónoma. Com essa certeza, procuraremos apenas apontar os factores de mudança e as novas atitudes face ao sistema urbano que dela decorrem, estabelecendo uma linha condutora para uma nova abordagem aos centros históricos.

¹ Utiliza-se a aceção, que discutiremos no capítulo I. 2. 3., de centros históricos que constituem centros de cidade, conservando importância em termos sociais, funcionais e urbanísticos. Se não tivéssemos em conta a especificidade introduzida pela existência de valores do património edificado, poderíamos abranger neste argumento outras áreas centrais da cidade existente, que não se incluem, rigorosamente, naquela categoria patrimonial.

As mudanças de que falamos radicam, sobretudo, nos domínios da política, da sociedade e da economia, contribuindo para uma nova visão da sociedade urbana, do papel das cidades e dos seus objectivos de desenvolvimento. Este quadro conduziu a uma crise epistemológica nas ciências que abordam esta problemática, trazendo consigo a eclosão de um novo paradigma urbanístico, o da *cidade existente*. Consequentemente, as políticas e instrumentos dirigidos aos problemas urbanos registaram, nos últimos anos, alterações fundamentais na sua concepção e alcance. O modelo determinista e de médio-longo prazo, até então dominante, foi substituído por um modelo estocástico, relativo a um contexto de incerteza. Neste, as necessidades de definição de objectivos consensuais de referência e de uma visão estratégica, articulam-se com a flexibilidade de uma atitude pragmática e de resposta a curto prazo.

Mudou, igualmente, a preocupação primeira e historicamente radicada do planeamento urbano ². Esta passou do desenho físico e ideal de expansões e de “cidades novas”, para as problemáticas da renovação e da requalificação, da participação e da gestão de expectativas, com o reconhecimento agudo dos aspectos imateriais determinantes para a evolução da cidade. No processo de intervenção urbana, as componentes *estratégica* e de *gestão* assumiram novo protagonismo, face à componente de *planeamento*. Afirmou-se, ainda, a compreensão da natureza essencialmente dinâmica, complexa e descontínua do processo deste sistema socioterritorial. Os seus equilíbrios, no tempo e no espaço, reflectem convergências de interesses e relações de forças conjunturais e, muitas vezes, imprevisíveis.

² Referimo-nos ao sentido actual de planeamento urbano, designado por alguns autores como urbanismo “científico” (Choay, 1965), cuja génese está ligada ao contexto das transformações sócio-económicas do séc. XIX, e como resposta às manifestações da crise da cidade industrial.

Esclareça-se que, para efeitos do nosso argumento, o contexto de referência é o do espaço geopolítico em que estamos integrados, ou seja, de democracia política e de economia regida pelos princípios do mercado, com limitada regulação. Este quadro acresce a importância e a margem disponível para a actuação dos agentes ³ do sistema urbano, aspecto que ganha agora especial reconhecimento, sendo um dos novos elementos de reflexão na produção bibliográfica e nos debates sobre a cidade, a partir da década de 1980.

Importa considerar vários factores para a compreensão deste cenário de mudança. Começamos por apontar dois dos principais: um, a crise económica no início da década de 1970, que pela primeira vez pôs em causa a ideia de crescimento industrial, cuja origem se atribui à suspensão da convertibilidade do dólar em ouro, ao eclodir do conflito israelo-árabe e ao primeiro choque petrolífero; outro, a revolução tecnológica, e também empresarial, social e cultural, trazida pela cibernética e pela informática, com a generalização do seu uso, essencialmente a partir de finais da década de 1970. Com reflexos em vários domínios, as suas consequências conjuntas fizeram questionar o modelo de organização territorial da sociedade, despertando para visões alternativas às lógicas até então prevalentes (Toffler, 1970; Schumacher, 1973).

Às ideias de desconcentração e descentralização ⁴ das estruturas produtivas e administrativas, das relações empresariais não territorializadas e do trabalho remoto, aliou-se o conceito de *crescimento zero*, discutido no

³ Ou “actores”, como também são referidos. Incluem-se nesta designação todos os intervenientes no processo urbano, activos e passivos, desde os vários órgãos da administração pública aos proprietários, empresas, comerciantes e comunidade habitante.

⁴ Quando não mesmo, de *atomização* destas estruturas, no sentido da dispersão no espaço dos elementos funcionais, contrariando a lógica das economias de escala e de aglomeração.

âmbito dos trabalhos do “Clube de Roma”⁵ (Meadows, *et al.*, 1972). Estas contribuições aprofundaram uma reflexão crítica sobre a própria base económica industrial, razão das profundas transformações da cidade no início do século XX, reflexão que já fora iniciada na década de 1960 (Galbraith, 1967).

No entanto, opondo-se a esta ideia de dispersão e colocando em evidência a actual descontinuidade dos processos sociais e territoriais, prevalece uma lógica de concentração espacial das funções do sector terciário superior, segundo o que foi designado por alguns autores como *sistemas de contacto* (Allen, 1997). Coexistem, assim, processos contraditórios, sendo que qualquer tentativa de generalização enferma de reducionismo.

Por outro lado, uma consciência aguda do inevitável esgotamento, num horizonte repentinamente próximo, dos recursos não renováveis, conduziu à procura persistente de energias alternativas e às preocupações com a reciclagem e a reutilização. A percepção das consequências ambientais do modelo de desenvolvimento industrial tornou o ambiente numa das mais importantes áreas de investigação contemporâneas, fazendo-o, ao mesmo tempo, e mercê do volume de investimentos, um “sector” em franco crescimento económico. Assistiu-se, deste modo, à estruturação da política ambiental e à crescente afirmação de uma consciência ecológica.

Outro factor decisivo para a mudança é o crescimento exponencial da importância da informação e dos seus suportes tecnológicos. A velocidade e a generalização da sua difusão, a maneira como penetrou todos os estratos sociais e passou a influenciar os processos políticos e económicos, tornaram a sociedade actual numa *aldeia global* (McLuhan, 1968). Este facto

⁵ Organização não governamental, “*think tank*” internacional dedicado às questões da sociedade e do desenvolvimento, numa perspectiva de complexidade.

abriu também um novo campo de teorização, bem como novas atitudes sociais, trazendo evidentes consequências nos padrões de comportamento espacial e nos estabelecimentos humanos. É patente a sua influência em algumas concepções recentes, como as de urbanização difusa, de espaço de fluxos, ou de território em rede, que esbatem as relações geográficas e os critérios de localização ortodoxos (Portas, 1995; Ascher, 1998). A mobilidade e a comunicação generalizada estão subjacentes a novas formas de aglomeração, inscritas numa lógica de *desurbanização* (Webber, 1968), que evidencia a ruptura de escalas da cidade actual.

O complexo processo de mudança, cujas pedras de toque procuramos apontar, radica também numa consciência das assimetrias sociais e numa crise de confiança e de representatividade, não resolvidas pelas promessas políticas e com algumas oportunidades perdidas no *boom* económico do pós-guerra. Esta nova consciência, que se reflectiu em alguns dos factores de mudança apontados, deu corpo a uma *malaise* social, crise de valores e de identidade cultural, transposta para a contestação pública e as lutas urbanas. Destas, os acontecimentos do “Maio de 68”, em Paris, foram, talvez, a face de maior notoriedade.

A questão do *direito à cidade*⁶ tem aqui os seus fundamentos, também muito marcados pelo fenómeno da renovação urbana maciça e pela consequente deportação populacional para periferias desumanizadas⁷. Note-se que, curiosamente, estas perturbações na sociedade viriam a contribuir, de forma positiva, para a ideia da reforma democrática do Estado, reflectindo-se, embora com resultados questionáveis, em novas propostas para o seu modelo de organização e funcionamento.

⁶ “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.” (Lefebvre, 1978).

⁷ Atente-se nos textos do filósofo e sociólogo marxista Henri Lefebvre sobre este período e a construção da modernidade e na sua relação com o *situacionismo* e o urbanismo utópico.

A chamada *crise urbana* manifesta-se em várias frentes, interessando ao nosso argumento a mais directamente ligada às ideias sobre a cidade e à sua aplicação. Desde o início da década de 1960 que alastrou a crítica aos resultados da utilização universal do modelo urbano proposto pela *Carta de Atenas*. Contestaram-se as actuações baseadas no zonamento, na mega-forma arquitectónica, nas expansões periféricas e no predomínio das políticas de transportes, sendo que algumas destas contestações transcenderam a mera visão crítica, para se constituírem como “textos instaladores” de uma nova ideia de cidade (Hall, 1988) ⁸.

Contudo, convém não perder a perspectiva. Na realidade, as décadas de 1960 e 1970 marcam um período de grande crescimento da implementação do ideário do Movimento Moderno, que serviu de base para a construção de cidades novas, ou sectores de cidade, um pouco por toda a Europa e no resto do mundo. Assim, as consequências deste despertar crítico sentiram-se, nas suas fases iniciais, sobretudo ao nível da teorização e não tanto da aplicação prática do modelo.

É necessário entender, também, que este movimento de oposição ao modelo urbano e arquitectónico da cidade nova, talvez por se apoiar muito nas ciências sociais, trazia implícitas interrogações sobre uma ideia de sociedade e de desenvolvimento, que se encontrava numa encruzilhada.

O próprio conceito de *modelo*, como simplificação do mundo real, respondia mal perante a crescente consciência da complexidade dos sistemas socioterritoriais. Acrescia ainda a este facto um agudo desencanto com as promessas de redenção, individual, social e política, associadas à ideia de progresso técnico (Bourg, 1998), com a perda do seu valor universal e metafísico.

⁸ Ver ainda, a este propósito, os marcos bibliográficos da crítica às cidades produzidas sob influência do Movimento Moderno, apontados por Benevolo (1985, pág. 93 e seguintes).

Da rejeição do modelo urbano do Movimento Moderno, construída a partir de diversas perspectivas disciplinares, não resultou uma alternativa coerente e significativa como proposta de intervenção. Se alguma linha orientadora se pode detectar, sobretudo na produção teórica europeia mais recente, é a da deslocação dos objectivos para a redescoberta dos atributos do espaço urbano e para a valorização da imagem identitária da cidade (Lobo, 1995). Pode dizer-se que daí resultou, essencialmente, uma consciência da *complexidade* urbana, conceito que neste período começou a ganhar preponderância na formulação teórica de diversas áreas do conhecimento. A ideia de uma realidade complexa, mais tarde reforçada com as contribuições da teoria do caos (Gleick, 1987), para além de abalar a ilusão de conforto que decorre dos modelos de aplicação universal, vem tornar a incerteza num elemento central no processo urbano.

I. 1. 2. Instrumentos e conceitos para a viabilidade urbana: planeamento estratégico e desenvolvimento sustentável.

A procura de metodologias adequadas a um novo entendimento da realidade verificou-se em vários domínios, destacando-se as ciências sociais e as ciências da natureza, com a abordagem integrada e sistémica (Rosnay, 1977), e reflectiu-se, posteriormente, nas orientações de política urbana. A atenção aos aspectos imateriais, à complexidade e à descontinuidade dos processos sociais, que ganhavam relevo como determinantes na compreensão da cidade, reforçou a necessidade de uma metodologia para gerir a incerteza e a mudança.

Este novo contexto social, económico ⁹ e cultural reclamava uma alteração qualitativa da metodologia de planeamento (Faludi, 1973), o que,

⁹ Simultaneamente, a crescente liberalização das economias promoveu a competitividade no quadro de uma concorrência alargada, mesmo global, tendendo a uma menor regulação.

em resultado, levou a administração da cidade para abordagens que promoveram uma intervenção orientativa, não determinista.

O instrumento emergente nesta metodologia é o planeamento estratégico, originado no sector empresarial e depois transposto para o sector público, no sentido de trazer uma nova lógica à actuação das organizações. Pela importância que assume na actual problemática do governo da cidade e pelas implicações para o processo de conservação integrada dos centros históricos, detenhamo-nos um pouco na sua exploração.

No contexto em apreço, entende-se estratégia como um processo contínuo e pluridimensional, de natureza heurística, que procura olhar para as origens dos problemas existentes ¹⁰ e propor uma ideia de futuro desejável, incorporando o papel activo de todos os agentes. Nesta concepção, as políticas urbanas e as acções que as operacionalizam ganham coerência sob um corpo comum de objectivos estáveis, podendo evoluir e inflectir, embora dentro do quadro estratégico geral.

O planeamento estratégico surge, assim, com uma capacidade real de antecipação (Godet, 1985; 1993), embora reconheça que o futuro nunca está pré-determinado, dependendo de processos sociais que resultam das acções de vários agentes, movidos pelos seus próprios objectivos. Daí que se atribua grande importância à contratualização de objectivos estratégicos, de médio-longo prazo, ao *partneriado* ¹¹ e à mobilização dos agentes, integrando estes aspectos como componentes centrais da sua metodologia (Ascher, 1991).

Constituindo-se como um método de gestão em contextos de incerteza e mudança (cf. Lynch, 1972, pág.1), o planeamento estratégico

¹⁰ As *zonas de conflito*, como refere Bryson (1988), um dos autores mais importantes no desenvolvimento do conceito de planeamento estratégico para as instituições públicas.

¹¹ Do inglês *partner* = sócio, parceiro.

implica abertura à envolvente, vontade, capacidade técnica e conhecimento dos meios disponíveis, assim como a formulação de alternativas.

Para gerir eficazmente a mudança é necessária uma visão a longo prazo, baseada numa atitude *prospectiva*¹² de reflexão sobre um futuro desejável, embora com a consciência da sua multiplicidade e incerteza. Esta atitude permite pôr em evidência as ameaças e oportunidades que a envolvente futura encerra e desenvolver uma compreensão dos sentidos da mudança, através de métodos específicos. A incerteza desta implica, por sua vez, capacidade de gestão e flexibilidade para alterar métodos, instrumentos e etapas, sem perder de vista os objectivos estratégicos. Assim, e ainda segundo Godet (1993, pág. 259), "... o *planeamento estratégico* fixa os objectivos que comprometem a longo prazo (efeito duradouro), enquanto que a tática - *planeamento operacional* - visa seleccionar e aplicar a curto prazo os meios necessários para chegar a esses objectivos".

No sistema urbano, o planeamento estratégico promove a integração territorial de objectivos pela convergência da actuação dos agentes. Da mesma forma, dá coerência às diversas políticas urbanas, agregando os vários sectores de intervenção da administração pública sob um quadro comum de objectivos coerentes entre si e estáveis a médio-longo prazo (OA, 1994b).

A estratégia integra a contratualização que for sendo estabelecida entre os agentes, à luz da condução activa do processo pelos órgãos do poder público, sendo a sua explicitação determinante num contexto de pressões contraditórias. Revela-se, pois, fundamental a clarificação da missão e mandatos organizacionais, bem como das atribuições e competências, ou seja, uma reflexão programática sobre os objectivos

¹² A atitude prospectiva é vista como "...uma revolta do espírito contra o jugo do determinismo e o jogo do acaso." (Godet, 1993, pág. 21).

operacionais das instituições (Bryson, 1988). Nesta medida, o plano estratégico constitui, também, um instrumento de política e de cultura do governo da cidade (Ferreira, 1999).

É reconhecido que a concretização das acções que operacionalizam os objectivos do planeamento estratégico depende de oportunidades mobilizadoras. Seguramente, um dos objectivos últimos do planeamento urbano, de carácter eminentemente estratégico, é a melhoria das condições de vida dos utilizadores da cidade, a qual envolve dimensões sociais, económicas, funcionais, culturais e ambientais. Assim, poderemos dizer que o planeamento estratégico urbano releva do *desenvolvimento*, conceito cujo âmbito se tem alargado nas últimas décadas para componentes imateriais, integrando respostas aos factores de crise urbana e de mudança que apontámos anteriormente ¹³.

O nosso argumento nesta tese será que *o processo de conservação integrada dos centros históricos conduz ao objectivo estratégico de desenvolvimento*, devendo ser ligado a oportunidades mobilizadoras para a sua concretização. Procuremos, a partir dos novos sentidos do conceito de desenvolvimento, e da sua expressão na cidade, identificar os elementos em que se apoia esta ideia.

As novas dimensões do desenvolvimento vieram transcender a sua habitual identificação com a melhoria do nível de vida das comunidades, por via do simples crescimento económico.

O conceito de qualidade de vida é uma das aquisições da nova ideia de desenvolvimento, resultando ele próprio de vários factores (Pinho, 1995), designadamente: os económicos, relativos ao rendimento disponível e ao emprego; os do bem-estar individual, como a saúde, a segurança, o acesso à cultura e ao lazer; os da qualidade do ambiente. A estes devem associar-

¹³ "O desenvolvimento pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, numa dupla perspectiva: espacial e temporal..." (Lopes, 1980, pág.19).

se outros, como a liberdade civil e política e as condições de participação na vida pública, e ainda o correcto funcionamento das instituições ¹⁴. O novo modelo de desenvolvimento, embora continuando a integrar a melhoria das condições económicas, sobretudo nas sociedades onde os rendimentos são mais baixos, introduz valores imateriais, como os relativos à plena realização da pessoa humana ou ao equilíbrio da sua relação com a comunidade e o meio.

À incorporação destes valores imateriais acresce uma vertente importante nas sociedades pós-industriais, genericamente designada por qualidade ambiental, resultante de diversas componentes diferenciadas, das quais destacamos a qualidade ambiental urbana. Por sua vez, se nos ativermos ao ambiente urbano, verificamos que vários factores contribuem para a sua qualificação. Estes vão desde o ambiente biofísico, no sentido mais directo, até aos valores estéticos da paisagem urbana, à presença de património edificado, ao ordenamento do território ou ao nível de cobertura por equipamentos, serviços públicos e infraestruturas. A qualidade do ambiente urbano ganhou um valor instrumental, sendo generalizadamente entendida, hoje em dia, como um importante factor do desenvolvimento das cidades (Partidário, 2000).

A questão da qualidade ambiental, radicando numa consciência crítica das externalidades negativas da industrialização e do impacte sobre os sistemas naturais, trouxe como consequência uma atitude social favorável à reutilização dos artefactos existentes e à economia e optimização de recursos.

¹⁴ As novas vertentes do desenvolvimento são apresentadas por alguns autores como meras extensões do conceito, apenas fazendo sentido nas sociedades que tenham os aspectos económicos já resolvidos. Para outros, são alterações qualitativas, indissociáveis da raiz do desenvolvimento, não sendo aceitável o seu abandono, ainda que temporário, para prosseguir os primeiros (Perroux, 1987). Aceite-se que a aplicação universal dos novos conteúdos do conceito se reveste de alguma controvérsia.



Esta atitude, com tanto de bom senso como de ética, foi potenciada por uma visão de responsabilidade para com as gerações vindouras e deu origem a uma nova dimensão do conceito de desenvolvimento, a de *sustentabilidade*. O desenvolvimento sustentável ¹⁵ é visto como uma obrigação social e política ¹⁶, no sentido de assegurar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das futuras gerações às suas próprias necessidades. Sustentabilidade equivale, assim e num sentido amplo, à manutenção dos capitais.

Na última década, o desenvolvimento sustentável emergiu como um tema central no urbanismo, sentindo-se a "... necessidade imperiosa de aplicar estes princípios ao planeamento e desenvolvimento da cidade." (AUP, 1997, pág. 5). A ideia foi consagrada internacionalmente na "Cimeira da Cidade" ¹⁷ e nos objectivos da Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, expressos na *Carta de Aalborg* (ICLEI, 1994). Este documento reporta-se, aliás, a uma metodologia de planeamento estratégico, onde a sustentabilidade surge como objectivo do desenvolvimento urbano e a cidade como espaço por excelência de contratualização e integração de políticas. São aí, igualmente, preconizados padrões de uso do solo e de mobilidade, bem como de reorganização institucional e do governo local, compatíveis com este processo. Retomaremos adiante estes aspectos na discussão do papel dos centros históricos como base de um modelo territorial de cidade sustentável.

A sustentabilidade urbana não deve, no entanto, limitar-se à questão ambiental, devendo antes incluir a própria *viabilidade* a longo prazo do

¹⁵ Esta noção foi divulgada pelo Relatório Brundtland e reconhecida pela comunidade internacional na "Cimeira da Terra", Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, da qual emergiu como principal documento a Agenda 21.

¹⁶ Ver sobre este aspecto, o Artigo 2º do Tratado de Maastricht.

¹⁷ Conferência sobre os Estabelecimentos Humanos, designada por Habitat II e realizada pela ONU, em Istambul, em 1996.

sistema urbano, nas suas dimensões económicas, humanas e físicas (Allen, 1997). Se retirarmos todas as implicações estratégicas desta ideia de viabilidade, verificamos que deve incorporar a capacidade de auto-sustentação das condições urbanas, no sentido de um desenvolvimento endógeno ¹⁸. Deverá, pois, integrar factores que incluem, entre outros, uma base demográfica equilibrada, a qualificação dos recursos humanos locais, a mobilização estratégica dos agentes, a existência de um tecido empresarial e a sua capacidade para gerar mais valias, reinvestidas localmente.

A noção de viabilidade urbana confronta, assim, a ideia de sistema territorial subsidiado (Domingues, 1995), ou seja, o caso das cidades que descolaram do seu *hinterland*, dependendo, em larga medida, de instituições do ensino superior ou de serviços da administração pública, sem relação com a base económica local ¹⁹. Nestas, os factores de desenvolvimento são exteriores e dependentes de um investimento maioritariamente público, tendo descolado das regiões de inserção que, historicamente, para elas contribuíam em termos demográficos e económicos.

A ideia de desenvolvimento sustentável, na acepção mais alargada que apresentámos, encarada como objectivo estratégico para o sistema urbano, leva a questionar o modelo territorial da cidade e as suas dinâmicas. Impõe, igualmente, a reflexão sobre a existência de condições de viabilidade deste sistema, nas vertentes social, económica, edificada e institucional. Note-se que esta viabilidade, como a entendemos, deve afirmar-se no presente contexto de crise urbana e de mudança.

¹⁸ Ver Lopes (1980). Não significa um modelo fechado ao exterior, mas antes uma capacidade de potenciar os recursos e competências locais.

¹⁹ Risco tanto maior quanto a base económica e o tecido empresarial sejam mais débeis. Embora fora dos objectivos deste trabalho, alguns dos aspectos tratados no capítulo III poderão contribuir para avaliar se esta situação se verifica no centro histórico de Évora.

I. 1. 3. Um modelo territorial alternativo: a cidade histórica e o desenvolvimento urbano.

É na expressão integrada das vocações e aptidões próprias do sistema urbano que reside a possibilidade de estruturar um modelo de desenvolvimento sustentável. Muito do que atrás foi dito, embora evidenciando a descontinuidade e ruptura inerentes ao processo de mudança, permite apontar a cidade histórica como base para esse modelo, fornecendo um quadro de referência de novos valores urbanos. Num palco complexo de mudança e interrogações, os valores permanentes afirmam-se mais nitidamente como objectivos estratégicos, estabelecendo a continuidade com o passado. Um novo papel para este *património urbano*, no contexto de desintegração urbana que identificámos atrás, tinha já sido intuído por Giovannoni (Choay, 1992, pág.153), atribuindo-lhe funções específicas no ordenamento da cidade.

Uma visão atenta sobre os centros históricos, numa perspectiva de desenvolvimento, revela-nos que encerram as condições que podem conduzir a este objectivo. Examinemos algumas, apontando, igualmente, as fragilidades com que se deparam.

O modelo de expansão urbana traduz um processo de crescente consumo de recursos naturais e maiores necessidades energéticas. Uma estratégia de desenvolvimento apoiada na conservação integrada dos centros históricos corresponde a um modelo de equilíbrio, mais eficaz na gestão do sistema urbano.

As actuais preocupações ambientais e de economia de recursos implicam, assim, que um novo modelo territorial de cidade se baseie no controlo da sua dimensão. Este tem como consequências, por um lado, a restrição do crescimento periférico extensivo, que, além de consumidor de recursos naturais, como o solo, exerce forte impacto nos sistemas biofísicos.

A expansão por alastramento é, ainda, geradora de fluxos populacionais indesejáveis e acresce aos custos de investimento e exploração das redes e serviços urbanos. Por outro lado, uma perspectiva ambiental implica a redução da dimensão global das cidades, em termos de população e actividades, no sentido de diminuir as externalidades negativas que lhe estão associadas. Envolve, também, a optimização do “capital fixo instalado” (Domingues, 1995, pág. 87), dando prioridade ao re-uso da cidade existente. A conservação surge, assim, não apenas como uma atitude cultural, mas como um modelo de poupança e gestão prudente dos recursos existentes, ou seja, dos patrimónios da sociedade.

Parece claro, que a política de contenção da dimensão da cidade, com a re-centragem sobre as áreas históricas, conduz à economia de recursos e beneficia directamente o ambiente ²⁰. Neste conceito de ambiente devem incluir-se, não apenas os aspectos biofísicos, mas também os ganhos para a qualidade ambiental urbana, considerados os diversos factores que para ela contribuem ²¹. A introdução deste conceito mostra que as áreas históricas da cidade podem corresponder a uma maior qualidade ambiental, sobretudo se apoiadas com investimentos em sectores de responsabilidade pública. Outras componentes da qualidade de vida podem, também, encontrar aqui formas de expressão, tais como a participação e a solidariedade, atendendo a que dependem de factores comunitários que ainda encontram algum enraizamento e uma escala propiciadora, como procuraremos mostrar.

²⁰ É interessante referir aqui a relação, na produção teórica inglesa, entre a conservação do ambiente e recursos naturais e a conservação do património edificado, sobretudo os elementos da primeira que estiveram presentes na origem desta última. Ver Dobby (1978).

²¹ Lembre-se que considerámos contributos para a qualidade ambiental urbana, o ambiente biofísico, os valores estéticos da paisagem urbana, a presença de património edificado, o ordenamento do território e o nível de cobertura por equipamentos, serviços públicos e infraestruturas.

Note-se, no entanto, que o reforço da centralidade das áreas históricas é um processo complexo, que carece de condições e regras específicas, devendo ser, desde logo, compatibilizado com as capacidades e condicionamentos do seu edificado e do seu tecido urbano. Para o processo de desenvolvimento importa, igualmente, esbater as clivagens existentes e fomentar a coesão do tecido social e urbano, promovendo a integração dos centros históricos na envolvente.

A re-centragem vem, ainda, trazer resposta a outras situações que estão na base da crise urbana actual, contribuindo também, por esse modo, para o objectivo de desenvolvimento sustentável.

Sendo o património edificado visto como um importante recurso, a sua condição urbana renovada contribui para a regeneração de áreas centrais, durante muito tempo alheadas das dinâmicas do desenvolvimento das cidades ²². A reutilização do parque edificado existente, para além de potenciar um importante recurso económico, pode, se gerida com sentido estratégico, sustentar a reconquista habitacional do centro. Por sua vez, esta constitui o fundamento para garantir o reforço da condição urbana, bem como um elemento imprescindível de uma política que vise assegurar o direito à cidade.

As áreas centrais históricas da cidade são o quadro urbano por excelência, pelo que um modelo de desenvolvimento nelas baseado promove a redescoberta dos atributos do seu espaço e da sua arquitectura. Estes constituem valores permanentes, simbólicos e identitários da comunidade, contribuindo para um sentimento de pertença que é factor de unificação e de mobilização estratégica daquela ²³. As características

²² Cf. capítulo II. 2. 3.

²³ A conservação dos valores patrimoniais constitui, ela própria, um objectivo estratégico, de longo prazo, por excelência.

patrimoniais dos centros históricos são, assim, um elemento de coesão e estabilidade, central neste contexto de incerteza e mudança.

A crítica ao modelo urbano emergente da *Carta de Atenas* trouxe um interesse acrescido ao estudo do espaço da cidade pré-industrial, com a redescoberta das suas qualidades apoiada numa nova leitura de Sitte (1889), ou na perspectiva inovadora de Cullen (1961). A esta orientação juntou-se o interesse pela qualidade ambiental urbana, questão que, como vimos, tem muitos elementos comuns com a primeira. Os centros históricos vieram assim, num primeiro tempo, pelos valores do seu tecido urbano, a corporizar um modelo alternativo de cidade; posteriormente, reconheceu-se um conjunto de outras dimensões, como contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentável.

A escala humana e o conteúdo estético do edificado, a reduzida dimensão das unidades funcionais e as condições de apropriação do espaço público, vão de encontro às novas teorias de percepção do espaço e da forma urbana e aos anseios de humanização do *habitat* (Rapoport, 1980). Estes coadunam-se com o espírito do *small is beautiful* e da valorização dos componentes imateriais, presentes em muitas correntes críticas da sociedade industrial. Por outro lado, é curioso referir que, numa perspectiva estratégica, estes valores representam uma externalidade positiva, que pode trazer para os centros históricos efeitos de atracção, num contexto de concorrência territorial alargada.

Abordemos, sucintamente, alguns outros elementos relevantes no processo de desenvolvimento endógeno deste sistema socioterritorial, apontando as condições ²⁴ que determinam a sua viabilidade.

Os centros históricos que constituem centros de cidade, sendo áreas em que se sedimentou um longo percurso urbano, foram suporte de vida de

²⁴ Estas questões serão tratadas com maior detalhe da discussão do conteúdo operacional dos conceitos de reabilitação e revitalização urbana, no capítulo II. 2. 3.

comunidades que desenvolveram laços sociais e culturais característicos, bem como um forte enraizamento ²⁵. Estas comunidades e os seus valores, embora estando hoje muitas vezes em risco, são um dos quadros de referência para os agentes locais envolvidos no processo urbano, contribuindo para a viabilidade social da conservação. A estruturação de um modelo de cidade sustentável apoia-se neste tecido social, que, para além dos habitantes, inclui os agentes económicos locais, as instituições e mesmo os utilizadores habituais, dispostos a parcerias estratégicas para objectivos comuns.

A verificação de condições relativas a aspectos sociais, funcionais e institucionais é, assim, a par do património edificado, igualmente determinante para a viabilidade do sistema urbano dos centros históricos ²⁶. Uma condição para esta viabilidade é a persistência de uma comunidade nas áreas urbanas históricas, com uma estrutura demográfica equilibrada. Outra condição neste domínio, será a qualificação académica e profissional da população, no sentido, quer de fornecer recursos humanos, quer de dinamizar as iniciativas empresariais locais, quer ainda, de uma participação esclarecida no processo de decisão.

O padrão de distribuição espacial de funções centrais característico da cidade consolidada é espontâneo e diversificado, ditado pelas oportunidades do mercado e sem segregações funcionais pré-determinadas. Corresponde, assim, a um modelo alternativo ao zonamento consagrado pela *Carta de Atenas*, o qual tem sido criticado pelo empobrecimento, a vários níveis, da vitalidade urbana e pelos desequilíbrios que introduz no espaço. As condições de viabilidade e o dinamismo desta estrutura

²⁵ No actual entendimento alargado do conceito de património, estes modos de relação constituem, em si mesmos e a par de outros componentes imateriais, elementos integrantes do património cultural.

²⁶ O que é consistente com o facto de ser a variedade uma das condições de estabilidade de um sistema (Rosnay, 1977, pág.112).

funcional, dependem directamente da afirmação do processo urbano, pelo que resultarão da consistência do modelo de desenvolvimento adoptado. Ao nível das actividades económicas, e numa perspectiva de mercado, a necessidade de uma intervenção reguladora para a viabilidade urbana far-se-á sentir, sobretudo, na correcta articulação dos objectivos empresariais com os condicionamentos colocados pelo património edificado.

Os padrões de organização do espaço urbano que se vão cristalizando na cidade são o reflexo de dinâmicas e processos sociais profundos, expressando os equilíbrios do sistema, em cada época. Constituem, em si mesmos, elementos do património urbano, essenciais ao seu entendimento. Assim, uma outra condição importante da auto-sustentação do modelo territorial de cidade, que vimos discutindo, é o equilíbrio da estrutura fundiária e das relações de propriedade, no que concerne à sua estrutura ²⁷ e estatuto ²⁸. Atendendo ao contexto sociopolítico de referência, este é um factor determinante na mobilização dos agentes que intervêm na utilização do edificado. Os estrangulamentos, que são frequentemente patentes na avaliação deste aspecto nos centros históricos, serão discutidos adiante ²⁹. Refira-se aqui, apenas, que as assimetrias e o enquistamento das relações de propriedade e uso do edificado, são factores imateriais que condicionam a viabilidade deste sistema socioterritorial. Implicam, assim, metodologias de análise e

²⁷ Entende-se aqui no sentido das características e do peso relativo dos vários tipos de agentes que detêm o património imobiliário. Consideram-se, nomeadamente, Estado, autarquias, instituições públicas ou privadas, empresas, proprietários privados de dimensão e sectores de actividade variados, ou outros. Tem correspondência, quanto à habitação, na classificação das "entidades proprietárias" nos Recenseamentos Gerais da População e Habitação - RGPH do Instituto Nacional de Estatística - INE.

²⁸ Representa o tipo de relações que se verificam nos imóveis, quanto à posse e utilização dos mesmos, nomeadamente, ocupação pelo proprietário, arrendamento, sub-locação, ou outros. Equivale, quanto à habitação, ao "regime de ocupação" referido nos RGPH do INE.

²⁹ Cf. capítulo II. 2. 3.

intervenção complexas, cujos resultados estão envolvidos num elevado grau de incerteza.

Um modelo de desenvolvimento urbano sustentável pressupõe as condições políticas e institucionais adequadas a uma nova abordagem aos sistemas socioterritoriais. Num contexto de profundas e rápidas transformações do espaço e das lógicas que o comandam, importa rever as formas de organização do poder, e as condições do seu exercício, para assegurar uma gestão integrada e estratégica. Esta reforma institucional e política, que constitui uma das respostas essenciais à crise urbana surgida na década de 1960 e às disfunções existentes, apoia-se em algumas linhas de actuação que interessa assinalar.

Para compreender a cidade ³⁰ e as suas dinâmicas, é preciso entendê-la como um sistema em tensão, onde se desenvolvem actuações contraditórias para as quais é necessário assegurar uma gestão activa. As tensões ³¹, reflexo do quadro de agentes, sendo inerentes ao processo de desenvolvimento, carecem de intervenções orientativas ou reguladoras e de mecanismos institucionais de concertação, para assegurar uma condução estratégica e a coesão social.

A concepção da política local ou, mais especificamente, da política urbana, a partir de um novo quadro de atribuições e competências e numa perspectiva estratégica, é um dos elementos centrais dessa reforma. Trata-se, por um lado, da aplicação do princípio da subsidiariedade ³² e, por outro, de um retorno à ideia de *governo da cidade*. Esta envolve um maior grau de autonomia dos poderes de base territorial urbana e, também, a centragem

³⁰ E, por maioria de razão, a cidade existente, consolidada, onde os processos sociais se desenrolaram ao longo de séculos e onde as tensões da mudança mais se acentuam.

³¹ Tensões que se geram entre interesses público e privado, continuidade e transformação, cooperação e competitividade, e que conduzem à descontinuidade dos processos, à sua inflexão e ruptura.

³² Constitui o aproximar do poder político à comunidade local, promovendo a eficácia administrativa e a participação no processo de decisão.

das políticas na cidade. A integração territorial de objectivos e de políticas sectoriais, habitualmente geridas pela administração pública central e dificilmente articuladas ou integradas à escala local, é essencial à ideia de desenvolvimento endógeno, sendo especialmente relevante nos centros históricos ³³.

A procura de formas dinâmicas de equilíbrio do sistema urbano, integrando as suas tensões, encontra resposta num processo de decisão baseado na participação dos agentes em “parcerias para o desenvolvimento” e na contratualização de actuações e objectivos. A capacidade de induzir sinergias urbanas, um dos factores do desenvolvimento mais referidos na metodologia de planeamento estratégico, depende, em boa medida, da existência e eficaz funcionamento destes dispositivos. A diversidade e complexidade da cidade antiga, a par da sua dimensão espacial e comunitária e das suas especificidades como sistema socioterritorial, fornecem condições favoráveis para a renovação destes aspectos políticos e institucionais.

I. 1. 4. Continuidade, adaptabilidade e mudança: uma nova utopia urbana

A discussão dos centros históricos como modelo das condições de desenvolvimento sustentável do sistema urbano e como resposta aos factores de mudança, envolve dimensões identitárias, de ecologia urbana, de participação e subsidiariedade. Parece-nos claro que a viabilidade destes sistemas não depende apenas da conservação do seu património, mas da qualificação dos agentes e do território, e da melhoria do

³³ Atente-se, por exemplo, na complexa questão das competências legais sobre o património edificado, distribuídas por vários órgãos da administração pública, que será discutida adiante.

desempenho das actividades locais, integradas num sistema sustentável. Ou seja, da aplicação da metodologia de conservação integrada e de uma abordagem sistémica dos problemas urbanos, onde se considere "... cada problema no contexto das suas relações intersectoriais..." (Ferreira, 1999), seguindo também o princípio de *pensar globalmente, agir localmente*.

A sua inserção na problemática urbanística, portanto na organização e desenvolvimento das cidades e na sua gestão, sujeita-os às pressões de vária ordem que são inerentes a estes sistemas. Em consequência, leva a que verifiquem os diversos factores relevantes para a aplicação do conceito de conservação integrada, dos quais, simultaneamente, depende a sua viabilidade. Neste contexto, as pressões, os conflitos e os choques de interesses tornam maiores os riscos para o património edificado, sendo aqui que melhor se aplica aquele conceito, e se pode constituir numa alternativa sustentável nas opções de desenvolvimento urbano.

A abordagem aos centros históricos, enquanto cidade, reflecte os novos desafios do planeamento urbano. Transcendendo a recriação de uma atitude herdada da visão culturalista de alguns pré-urbanistas do século XIX (Choay, 1965), manifesta um sinal de maturidade desta disciplina, na reconciliação com o seu quadro de referência originário.

No urbanismo, a problemática dos centros históricos e as políticas que se lhe aplicam, desvalorizam a componente física, de estruturação do espaço e composição da imagem urbana, enfatizando a gestão do sistema urbano e as estratégias para o seu desenvolvimento sustentável. Ao invés das intervenções nas expansões das cidades, nos centros históricos já existe um tecido e uma imagem consolidados. Estes, pela própria natureza dos objectivos de conservação, constituem uma pré-existência dominante,

remetendo os problemas a tratar e a metodologia das intervenções para componentes imateriais e de gestão estratégica ³⁴.

Do percurso traçado, parece-nos lícito concluir que a ideia de estabilidade, no sentido de imutabilidade, muitas vezes associada à protecção do património ³⁵, confronta as dinâmicas de mudança dos sistemas socioterritoriais (Papageorgiou, 1971). No entanto, é indispensável que o meio urbano assegure um sentido de continuidade, necessário à identificação com o sítio e ao sentimento de pertença das comunidades. A este propósito, permita-se-nos uma última reflexão sobre o papel que os centros históricos podem ter na sociedade actual.

Para muitos, os centros históricos incarnam a ideia de uma sociedade antiga, com uma imagem marcada pelos valores estéticos do património arquitectónico, descolada do quadro de vida actual. O que essa sociedade é, ou pode ser, nos tempos actuais, como quer manifestar o seu modo de vida, que desajustamentos vive nas formas de apropriar o espaço, são questões que não devem perturbar uma imagem reconfortante de imutabilidade. Esta opõe-se à velocidade e ubiquidade do caos contemporâneo, nela residindo boa parte do encanto dos centros históricos. A estabilidade morfológica nega as dinâmicas que rompem a cidade, sendo o “dever” da conservação perpetuá-la, defendendo estes valores implícitos no conceito de património.

Enquanto meros espectadores dos centros históricos, motivados por interesses culturais, turísticos ou simplesmente estéticos, esta visão impede-nos uma fruição alargada dos valores patrimoniais, segregando partes da cidade em categorias limitadas a papéis de figuração. Despreza,

³⁴ Isto não significa que não exista aqui a necessidade de intervenções físicas nas actuações de planeamento urbano, desde logo quando existem espaços por ocupar ou consolidar. Entende-se, sim, que não se trata de uma componente determinante, o que traduz uma profunda diferença conceptual e metodológica.

³⁵ A explicitação destes conceitos será apresentada no capítulo II.1.

por uma incapacidade de conjugar valores culturais com económicos, importantes capitais urbanos, enquanto condena os agentes locais ³⁶ à expatriação ou a um quadro de vida de liberdade condicionada.

À ideia romântica dos vestígios de um passado, distanciado e estático, objecto de uma apropriação limitada, opõe-se uma realidade patrimonial sujeita aos constrangimentos do presente, exposta às pressões de uma situação urbana, logo dinâmica, e à necessidade de manter um valor de uso. A aceitação dos centros históricos como parte integrante das cidades contemporâneas, sujeitos às mesmas dinâmicas e malefícios, propõe-nos, assim, uma relação *integrada*, e não de sujeito-objecto.

Note-se que esta imobilidade no tempo, ou *ucronia*, evocando a continuidade do lugar, é recorrente na ideia de utopia ³⁷, associada, no imaginário colectivo, a alguns conteúdos dos centros históricos. Parece-nos que um outro conceito merece ser explorado neste domínio, o de *adaptabilidade*, definido como uma capacidade continuada para responder à mudança, no sentido de acomodar novas necessidades (Lynch, 1972). A continuidade do lugar é garantida, não apenas pela preservação dos vestígios do passado, mas também pelos laços com o presente, que aí asseguram a nossa ligação. Nesta perspectiva, a importância dos centros históricos, como espaços de sedimentação das marcas de épocas sucessivas, pode ganhar outra dimensão, "...afirmando contraste e complexidade, tornando visível o processo de mudança..." ³⁸.

Num quadro de incerteza e de procura de novos sentidos, a redescoberta dos valores urbanos dos centros históricos pode representar

³⁶ Tratados com algum colonialismo cultural, que menospreza as capacidades e valores da actual comunidade e a obriga a tomar-se estanque.

³⁷ "Imóvel num eterno presente", como refere Servier (1973, pág.100).

³⁸ Ver Lynch, ob.cit., pág.57. Neste notável trabalho, que é para nós referência permanente, discute-se, com grande inteligência, esta problemática da memória e da mudança, e as suas relações com a imagem dos lugares e o planeamento.

uma “utopia de reconstrução”, por oposição a uma “utopia de fuga” (Giordani, 1973).

Uma das intenções deste trabalho será explorar esta área multidisciplinar e complexa, que articula as vertentes contraditórias e conflituais da problemática dos centros históricos. Aqui, as metodologias de actuação devem incorporar uma adaptabilidade *táctica* ao processo de mudança social, no sentido de assegurar a permanência dos valores que constituem objectivos *estratégicos* de desenvolvimento.

É evidente que as actuais dinâmicas territoriais de urbanização e metropolização continuam a acentuar os factores de crise. O modelo dos centros históricos e da sua reabilitação, e os valores que encerra, constitui um caminho alternativo, mas em construção teórica, estando apenas no início da sua aplicação prática. É para este processo de construção e aplicação que o presente estudo se propõe contribuir.

I. 2. Que centros históricos?

I. 2. 1. Paradigmas e problemas.

Sem que pretendamos empreender uma taxinomia dos centros históricos em Portugal, questão de natureza diversa da que nos ocupa, importa clarificar, desde já, os sentidos desta expressão e as principais tipologias que assume no território. Distinguiremos o que é relevante para o desenvolvimento do estudo, a fim de melhor situar o nosso objecto e a perspectiva em que o abordaremos.

Os tipos de problemas que se colocam nos centros históricos e que, globalmente, condicionam e determinam a abordagem à sua conservação, variam face às diversas situações territoriais e tipológicas que estes apresentam (Choay, 1988b). Atente-se, sobretudo, à distinção fundamental esboçada entre *centros de cidade* e *núcleos isolados* em perda de importância na rede urbana.

Sendo situações claramente diferenciadas, também o são os factores e agentes em presença em cada uma e sua inter-relação, bem como, conseqüentemente, a própria formulação dos objectivos de conservação. Estamos, na verdade, perante sistemas socioterritoriais, para retomar uma das ideias centrais deste trabalho, que traduzem paradigmas distintos, aos quais deverão corresponder metodologias de actuação diversas. A partir destas, será possível criar condições de sustentabilidade para o processo de conservação específicas a cada caso.

Considerando a distinção referida, valerá a pena caracterizar um pouco melhor cada uma das situações extremas destas tipologias. Identifiquemos, genericamente, os factores e as dinâmicas que se verificam em cada uma delas e que configuram o estado actual e as perspectivas de evolução a prazo.

Naturalmente que em ambas se podem verificar ocorrências patrimoniais de grande interesse histórico e artístico. Não é este aspecto - a relevância enquanto objectos históricos ou artísticos dignos de protecção - que qualitativamente as distingue, mas sobretudo, e no nosso entender, as possibilidades de em cada uma das situações se constituírem processos de conservação sustentáveis.

Importa, pois, compreender os factores globais que, em cada caso, estão presentes no sistema e que podem contribuir para os objectivos de conservação, assumida enquanto conservação integrada. Ou seja, na nossa perspectiva será na concorrência dos elementos não patrimoniais do sistema - urbanísticos, fundiários, socioeconómicos, funcionais - que residem boa parte das condições específicas de sustentabilidade deste processo.

1. 2. 2. Os centros históricos isolados no território.

O primeiro paradigma dos centros históricos corresponde aos núcleos urbanos isolados, cuja posição na rede urbana e, conseqüentemente, o domínio sobre o território entrou em perda. Esta verificou-se por razões, muitas vezes cumulativas, de obsolescência funcional, de dinâmicas populacionais ou de base económica, encontrando-se como que encapsulados no espaço e no tempo.

São casos em que a expansão urbana se interrompeu, lenta ou abruptamente, em épocas remotas e que, por isso, conservam uma relativa homogeneidade morfológica e uma reduzida dimensão. Os exemplos imediatos são os dos núcleos fortificados de defesa fronteiriça existentes, de norte a sul, no interior de Portugal, outrora centros urbanos que dominavam vastas regiões e hoje, tantas vezes, pouco mais do que conjuntos de edificações em ruínas.

Trata-se de situações em que o esvaziamento populacional e funcional é bem evidente e o envelhecimento da estrutura demográfica, o prenúncio do total desaparecimento das comunidades habitantes. A depressão económica é o elemento final num quadro de desertificação, que se instala de modo aparentemente irreversível. Sistemas globalmente deprimidos e extirpados de grande parte dos elementos que lhes asseguravam a vitalidade, em que a própria viabilidade social entrou em colapso, arrastam inevitavelmente o património edificado. Este encontra-se, habitualmente, votado ao abandono e à ruína, sem funções que suportem a sua utilização, ou entregue a proprietários insolventes, incapazes de assegurar a sua simples manutenção.

Defronta-se, aqui, um complexo problema, que está na raiz da inviabilidade de muitas áreas históricas, conhecida como a *espiral de decrepitude*, situação em que os edifícios não geram as receitas que assegurem a sua manutenção. Pode explicar-se como uma sucessão de estados, constituindo um ciclo que se agrava continuamente, do seguinte modo: os edifícios sem funções, ou com funções insolventes, não geram receitas, o que leva à inexistência de fundos para a manutenção; os edifícios degradam-se, tornando-se cada vez menos atractivos e adequados a uma utilização sustentável; os custos de investimento, necessários à reabilitação, aumentam, contribuindo para a baixa atractividade; os edifícios ficam devolutos ou deficitários a longo prazo, até à ruína.

Muitas vezes estes centros históricos sofrem ainda a concorrência de núcleos urbanos vizinhos, de origem mais recente e com dinâmicas de crescimento instaladas. A maior atractividade como localização de funções centrais destes, acelera ainda o esvaziamento de recursos materiais e humanos das áreas históricas. A verificação que a vitalidade social e económica das comunidades é condição necessária, como base para a

permanência extensiva do património edificado, parece-nos bem patente nestas situações.

Deparamo-nos, pois, com centros históricos que constituem, objectivamente, sistemas socioterritoriais em perda e que se arriscam a ser inviáveis, a prazo. A sua eventual viabilização depende do concurso de factores exógenos importantes, controlados por um reduzido número de agentes, que possibilitem a criação de uma nova base económica. Neste plano está, habitualmente, o factor "turismo", visto, muitas vezes, nestes casos como única esperança para a reutilização e preservação de um património, que se reconhece sem outro futuro.

Não nos alongaremos na análise dos efeitos benéficos e preversos da intervenção do turismo neste quadro. Importa, sobretudo, reter que aqui está em causa um modelo que apenas promove a manutenção física do edificado, enquanto objecto de interesse patrimonial, constituindo factor de atracção turística. Substitui-se, na realidade, um sistema socioterritorial complexo, que seria o potencial objecto de uma acção de conservação integrada, por outro, em alguns aspectos mimético daquele, mas na realidade diverso e empobrecido.

Pior, ao fazer depender a preservação do património edificado da lógica estritamente comercial de um reduzido número de agentes, quando não, mesmo, de um único, o centro histórico constitui-se como refém do processo. Submete-se às inflexões da promoção, dos mercados e da procura, aos estereótipos arquitectónicos para efeitos de consumo fácil e aos compromissos desiguais, face às imposições da estrutura funcional dos empreendimentos.

As expectativas de mais-valias fazem, ainda, disparar os preços do solo e dos imóveis, comprometendo ainda mais qualquer hipótese de utilização não especulativa e alimentando a expatriação dos residentes e os

mecanismos da *gentrification* (Glass, 1964; Smith e Williams, 1986; Weese e Musterd, 1991; Bourne, 1993) ¹.

Uma alternativa à reutilização pelo turismo dos centros históricos isolados, que tem em comum com aquela apoiar-se em recursos exógenos, é a do investimento maciço de capitais públicos. Pretende-se criar as condições globais de ressurgimento urbano, acautelando várias vertentes e afectando recursos específicos ao património edificado. Esta política poderia ser defendida no plano das ideias, dela não havendo volume significativo de experiências entre nós ². Parece, no entanto, evidente a dificuldade de, numa sociedade democrática e sujeita às leis do mercado, inverter de forma sustentada as causas e os efeitos de dinâmicas instaladas e, muitas vezes, ancestrais. Certamente, a justificação, neste contexto, da rentabilidade social de tal afectação de recursos coloca algumas dificuldades, apenas ultrapassáveis em casos raros de extremo valor patrimonial, ou no âmbito de políticas de desenvolvimento regional ³.

No entanto, a situação mais verificada na prática é a contrária, com a saída das áreas históricas de funções centrais do sector público, por falta de uma população de base que justifique a sua manutenção. No caso de novos equipamentos, o investimento é orientado para as áreas de expansão, com base em critérios de população servida, acessibilidade ou condições funcionais.

¹ Processo muito referido na bibliografia das ciências sociais por este termo inglês, derivado de *gentry* (= alta sociedade), para ilustrar a transformação rápida da estrutura social em áreas urbanas centrais, com a chegada de residentes de estratos sociais superiores (ver Bourne, ob. cit., pág.189). Algumas vezes traduzido por "nobilitação".

² A intervenção, liderada pela Câmara Municipal de Lisboa, apoiada pelo Fundo do Turismo, pelo IGAPHE e pelo INH, na área histórica da freguesia do Castelo, em Lisboa, constitui um dos poucos exemplos enquadráveis nesta actuação (CML, 1996).

³ Este tipo de intervenção, referida como "pesada" por alguns autores (ver, p.ex. França, 1975), é criticável sob vários aspectos, quer operacionais e logísticos, quer sociais, quer pela duração temporal, quer, ainda, pelos custos. Opõe-se a uma política baseada na *revitalização*, como veremos melhor adiante.

Os centros históricos isolados configuram, assim, situações em que a degradação do património edificado está directamente relacionada com a ausência de perspectivas de desenvolvimento. A conjugação dos factores concorrentes, necessários para lançar o processo de conservação, não se verifica, desde logo, muitas vezes, pela simples inexistência de uma população-base, não sendo possível despoletar os mecanismos sociais e económicos mobilizadores deste processo. A dependência quase exclusiva de factores exógenos ao sistema em causa, coloca dúvidas quanto à sua sustentabilidade a prazo, remetendo boa parte desta questão para a esfera das macropolíticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial.

Parece-nos, contudo, que nos modelos de intervenção experimentados neste âmbito, o conceito de conservação integrada, como revitalização de laços sociais, culturais, funcionais e económicos, num quadro de património edificado preservado, só com dificuldade se concretiza plenamente. Na raiz deste facto está a ausência de factores endógenos e dinâmicas próprias, que possam convergir em objectivos estratégicos e sustentar o processo. Ao contrário da tipologia que abordaremos em seguida, aqui, a inexistência de um sistema complexo de agentes e de interesses múltiplos, reduz ao mínimo o potencial de congregar sinergias indispensáveis aos objectivos de conservação.

I. 2. 3. Os centros históricos – centros de cidade.

Consideraremos como outro paradigma dos centros históricos, a situação que melhor corporiza o conceito de *património urbano*, tal como o apresentámos anteriormente, a saber, as áreas históricas centrais das cidades, nas suas dimensões materiais e imateriais. Para este estudo interessam-nos, especialmente, as áreas que continuam com importância urbana e populacional, bem como com dinâmicas de desenvolvimento,

constituindo manchas geralmente bem definidas de tecidos pré-industriais, muitas vezes referidas por *casco histórico* das cidades ⁴. Tratando-se de áreas originadas nas etapas iniciais do crescimento urbano, a sua morfologia actual representa a cristalização de várias etapas da história da cidade, através de tecidos de diversas características, geralmente de génese orgânica mas também, em alguns casos, planeada.

Nestes centros históricos, que permanecem com importância como áreas urbanas centrais, manifestam-se globalmente sobre o tecido urbano todas as pressões e problemas bem conhecidos e inerentes à sua centralidade. A natureza destes é complexa, podendo identificar-se alguns domínios essenciais: *fundiário* e *imobiliário*, decorrente do valor do solo, da especulação e da estrutura da propriedade; *funcional* e de *acessibilidades*, ligado à terciarização, à desertificação habitacional ou às migrações pendulares; *social*, envolvendo questões relativas ao envelhecimento demográfico ou à exclusão social; *económico*, relacionado com o tecido empresarial ou os sectores de actividade.

A interacção de todos os factores e agentes presentes no sistema urbano na área do centro histórico gera, inevitavelmente, múltiplos conflitos. Alguns decorrem dos fluxos e dinâmicas várias que aqui se verificam e que, como é da própria natureza deste meio, pressionam no sentido da transformação. Outros, da presença de uma multiplicidade de agentes motivados por interesses específicos e com lógicas de actuação próprias, muitas vezes opostas entre si. Todos comportam o risco de conduzir à

⁴ O problema da delimitação espacial destes centros históricos, precedendo naturalmente quaisquer actuações, é, no entanto, por vezes complexo, sobretudo nas áreas de fronteira, em que há continuidade de tecidos urbanos. Tal como na delimitação das zonas de protecção do património classificado, a tentativa de definir limites geométricos sobre o espaço urbano levanta dificuldades de coerência interna e de articulação com a envolvente, que constituem, só por si, matéria de intensa polémica neste domínio (ver Ruiz, 1997).

ruptura dos elementos com interesse patrimonial do sistema, os mais frágeis e de menor adaptabilidade.

Existem, pois, em evidência neste paradigma factores associados à *localização*, e não apenas os de ordem especulativa, que exercem pressões contrárias aos objectivos de conservação, sobretudo enquanto entendida como permanência dos elementos patrimoniais edificados.

No entanto, é necessário reconhecer que a viabilidade destes centros históricos, enquanto áreas urbanas, depende da sua capacidade de integrar as dinâmicas da cidade. Se aceitarmos a ideia de que um ambiente que não consegue acomodar a mudança social caminha para a destruição (Lynch, 1972, pág. 39)⁵, torna-se evidente o paradoxo com que se debatem os centros históricos como áreas centrais de cidades. Estes conjuntos estão, efectivamente, presos entre a estabilidade inerente aos valores patrimoniais, reflectindo a *continuidade do lugar* e a necessidade de lidar com a mudança.

Nesta convergência, no mesmo território, de dois quadros de valores e da resposta à satisfação de duas pulsões sociais antagónicas, presentes na dualidade *estabilidade / mudança*, pode estar a chave para a sustentabilidade do processo de conservação, "um futuro para o nosso passado"⁶. É, porém, imperioso que seja possível estabelecer objectivos estratégicos de desenvolvimento integrado, conceber e implementar os instrumentos de gestão adequados e mobilizar, em torno deles, os agentes que actuam no sistema. Trata-se, pois, de criar sinergias, orientando os recursos presentes no sistema e controlando, ao mesmo tempo, os factores

⁵ "An environment that cannot be changed invites its own destruction. We prefer a world that can be modified progressively, against a background of valued remains, a world in which one can leave a personal mark alongside the marks of history."

⁶ Esta frase, rica de significado, constituiu um dos *slogans* do Ano Europeu do Património Arquitectónico, promovido pelo Conselho da Europa, em 1975.

de risco para o património edificado associados às dinâmicas de transformação.

É necessário, obviamente, negociar e contratualizar, estabelecer compromissos e compatibilizar objectivos, o que implica, por parte das entidades responsáveis, uma definição clara e realista de prioridades. É igualmente essencial deter um conhecimento operativo da sensibilidade dos valores patrimoniais existentes, introduzindo graus de liberdade no sistema que permitam ultrapassar os estrangulamentos e, onde seja possível, flexibilizar os usos.

Lidamos, assim, com sistemas reconhecidamente muito mais complexos que os centros históricos isolados, mas também muito mais interessantes como objectos de estudo. Este interesse radica-se no facto de encerrarem, em si, um sem número de conflitos e contradições inerentes à situação de centralidade urbana, ao mesmo tempo que, pelo seu potencial endógeno, detêm a capacidade de gerar os factores de sustentabilidade de um processo de conservação integrada. O carácter integrador, a vários níveis, deste processo poderá mesmo fazer dele a base da recomposição destas áreas urbanas.

Por estes motivos, é na tentativa de compreensão dos factores e elementos que intervêm nestes sistemas, concretizada num caso de estudo exemplar deste paradigma - o centro histórico de Évora -, que se centrará a investigação a desenvolver. Será especialmente interessante a oportunidade de efectuar uma avaliação dinâmica do processo urbano recente de um centro histórico reconhecidamente notável. Além disso, este integra-se numa cidade com uma tradição de planeamento, onde existe, portanto, a definição expressa de objectivos de desenvolvimento e um conjunto de instrumentos de gestão que enquadram e regulam a actuação dos agentes em presença.

CAPÍTULO II

A CONSERVAÇÃO INTEGRADA.

Capítulo II. A conservação integrada.

II. 1. A formação do conceito de conservação integrada.

II. 1. 1. As novas dimensões do património edificado.

Com o estudo e tentativas de compreensão dos centros históricos, como elementos dos sistemas urbanos, surgiu a necessidade de reestruturar conceitos, estabelecer e hierarquizar objectivos e construir novas políticas e metodologias de actuação. Estas devem atender à multiplicidade de factores presentes, expressando as complexidades e incertezas inerentes ao novo papel deste património edificado, bem como o contributo próprio das áreas científicas agora envolvidas. No nosso entendimento, o fio condutor de todas estas transformações reside na conservação integrada.

Para estruturar uma metodologia de actuação em centros históricos que concretize os princípios e objectivos da conservação integrada, importa identificar com clareza quais são as vertentes fundamentais que este conceito incorpora. Será fundamental atender, quer à sua natureza multidimensional, quer às dinâmicas próprias do objecto em apreço.

Temos visto que esta abordagem não se dirige apenas à protecção da integridade física das estruturas e espaços construídos, mas a sistemas socioterritoriais complexos, articulando componentes físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais. Assim, torna-se evidente a necessidade de compreensão dos elementos sobre os quais se deve actuar, para obter os efeitos pretendidos, o que pressupõe um esforço de operacionalização do conceito de referência, explorando os domínios que nele convergem.

O entendimento daquilo que são os aspectos-chave na definição de uma política de conservação integrada, determinantes dos domínios de actuação a contemplar e aos quais os instrumentos utilizados se devem dirigir,

é assim prévio à construção de uma metodologia de intervenção em centros históricos. Na sua ausência, corre-se o risco de uma deficiente abordagem ao objecto resultar numa compreensão parcial ou enviesada do sistema em presença, subavaliando as suas complexidades. Em consequência, adoptam-se, frequentemente, actuações que se vêm a revelar ineficazes, por incompletas ou desequilibradas.

Este tem sido, aliás, o caso de várias acções levadas a cabo em centros históricos nacionais, invocadamente dirigidas à sua protecção, recuperação e revitalização, envolvendo algumas vezes importantes investimentos públicos e que se têm saldado por soluções apenas cosméticas e insustentáveis a prazo. Os erros cometidos no processo têm levado a que se fique muito aquém dos resultados esperados, ou mesmo a que se engendrem efeitos perversos, quer localmente, quer num contexto alargado ¹.

Assim, a explicitação e aprofundamento dos domínios que sustentam o processo de conservação integrada e aos quais devem ser dirigidas as acções que o concretizam é essencial para todas as suas etapas. Estas estendem-se desde a primeira compreensão do sistema em presença, suas áreas de sensibilidade e dinâmicas, até à criação ou mobilização dos instrumentos de carácter geral ou específico adequados à intervenção.

Parece-nos, neste ponto, bem evidente a correspondência entre os conteúdos da conservação integrada e a problemática dos centros históricos, de tal modo que estes nos surgem como o *território* por excelência da plena aplicação deste conceito. Poderá mesmo dizer-se que existe aqui uma dependência directa, uma necessidade de verificação das condições complexas que se manifestam nestes espaços patrimoniais, como validação da

¹ Resultantes da incorrecta avaliação dos elementos do sistema e das suas interrelações, da incapacidade de controlar alguns factores essenciais, ou de induzir a actuação de agentes determinantes.

abordagem, a um tempo múltipla e integradora, que este quadro conceptual envolve.

Na presente investigação procuraremos, em primeiro lugar, traçar sinteticamente a formação do conceito de conservação integrada, tomando como base as correntes de pensamento que para ele concorreram. Tentaremos, igualmente, identificar os seus elementos componentes e os conteúdos conceptuais a eles associados.

A ideia de *conservação integrada* reflecte um conjunto de alterações sociais, políticas, económicas e científicas verificadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, durante as décadas de 1960 e 1970. Esta ideia representa o afastamento de uma perspectiva estritamente do domínio cultural, relativamente ao património edificado. A sua afirmação surge, por um lado, da emancipação de algumas correntes dentro da área cultural e profissional ligada à conservação e restauro dos monumentos históricos. Estas articularam-se, por outro lado, com as transformações então vividas no seio da arquitectura e com o contributo de áreas disciplinares emergentes, oriundas essencialmente das ciências sociais e do urbanismo ².

O alargamento do conceito de património edificado aos conjuntos e aos centros históricos faz manifestar a influência destas novas áreas e demarca dois grupos científicos e profissionais, em si mesmo heterogéneos. Serão aqui designados genericamente, para efeitos desta exposição, como representando a vertente da *conservação e restauro*, por um lado, e a vertente *urbanística*, por outro ³.

² Cf. capítulo I. 1. 1.

³ Esta terminologia presta-se a alguma polémica. No entanto, o nosso propósito é essencialmente distinguir dois âmbitos disciplinares: um, em que dominam as preocupações de natureza histórica, artística e cultural com a preservação física do património edificado - o primeiro grupo; outro, em que, para além destes, são determinantes os aspectos de base socioeconómico-funcional e da integração em sistemas territoriais - o segundo grupo.

Das origens históricas e actuações do primeiro grupo, onde predominam os conservadores ⁴ e os museólogos, não cabe no nosso propósito mais do que uma referência ao que tem de comum com o segundo, na sua origem e de forma algo redutora, conotado com os arquitectos ⁵. Esta conotação e as circunstâncias da clivagem verificada, subsistem ainda hoje no afastamento e, até, na hostilidade a que mutuamente se votam os técnicos da conservação de monumentos históricos e os defensores de uma abordagem ao património arquitectónico num sentido alargado, correntemente referida como de *reabilitação* ⁶. A nossa posição, assumidamente integrada na vertente urbanística, situar-nos-ia na prática mais próximos destes. No entanto, a formulação apresentada, necessariamente simplista, envolve algumas limitações conceptuais, que procuraremos esclarecer adiante.

Traçaremos sinteticamente este percurso de autonomização doutrinária, identificando os momentos de ruptura e o que permanece como referência comum às vertentes em presença. Esboçaremos, também, uma matriz de relação onde articular as distintas abordagens ao património edificado, apontando o que poderão ser os seus respectivos contributos actuais.

Utilizaremos como um dos suportes na exploração conceptual da emergente importância dos centros históricos e da conservação integrada ⁷, os textos oficiais de várias organizações internacionais, habitualmente referidos por *Cartas, Declarações, Recomendações* ou *Convenções*. Estes documentos

⁴ Também designados por *conservadores-restauradores*, por vários autores, e em diversos textos, por exemplo, do ICCROM. Ver Meyer (1987, pág. 61).

⁵ Uma das razões para a desconfiança relativamente aos arquitectos no âmbito do património edificado prende-se com a abordagem que o 4º. CIAM, de 1933, faz, na sua *Carta de Atenas*, às áreas urbanas históricas. Outra, com a própria essência da intervenção profissional do arquitecto, vocacionada para a “obra nova” e tendente a reflectir os valores contemporâneos.

⁶ As limitações deste conceito não permitem traduzir correctamente as diferenças das duas vertentes e estão na origem de alguns equívocos. A ele voltaremos adiante.

⁷ Bem como na posterior explicitação dos seus princípios e objectivos.

marcam momentos importantes de reflexão crítica e de consolidação ou renovação doutrinária neste domínio ⁸.

II. 1. 2. Cronologia e bases doutrinárias da conservação integrada.

As atitudes distintas que identificamos perante o património edificado e o seu papel nas sociedades contemporâneas tiveram uma primeira expressão em dois encontros internacionais, realizados ou concluídos em Atenas num curto período de tempo. Estes foram a Conferência Internacional de Atenas, organizada pelo *Office International des Musées* - OIM, em 1931, e o 4.º Congresso Internacional da Arquitectura Moderna - CIAM, de 1933. Os textos doutrinários que saíram destes encontros são ambos conhecidos por *Carta de Atenas*, sendo a primeira referida vulgarmente como “do Restauro” e a segunda como “da Arquitectura” ou “do Urbanismo”. As preocupações muito diversas então expressas, orientadas, no primeiro caso, para a problemática do restauro dos monumentos e, no segundo, para as áreas históricas em meio urbano ⁹, traduzem os quadros de referência e os objectivos díspares das formações envolvidas (IHIT, 1986; Ostrowsky, 1980) ¹⁰.

Apesar disso, e embora um e outro documentos traduzam uma posição disciplinar própria e muito marcada pelos respectivos ideários na época, algumas das orientações propostas prenunciam o aparecimento de uma linha de pensamento autónoma, contemplando os conjuntos históricos e reflectindo

⁸ Note-se que alguns autores, como Meyer (1987, pág. 48), consideram a ambição ideológica e de aplicação universal destes documentos, a par de uma certa cristalização no tempo, contraditórias com a desejável flexibilidade metodológica que este quadro requer.

⁹ Embora, naturalmente, apenas num dos seus capítulos, designado por F) Património Histórico das Cidades, pontos 65 a 70.

¹⁰ Apesar disso, na Conferência organizada pelo OIM, Nicodemi, um dos principais intervenientes, apresentará princípios que irão contribuir para a formação do conceito de conservação integrada (Choay, 1988c).

uma nova atitude face ao património edificado ¹¹. Esta linha começaria a definir-se com a necessidade de aproximação das duas áreas, reconhecida por sectores dentro de um e outro movimento e concretizada pela primeira vez em 1957. Esta oportunidade, já em plena recuperação pós-guerra e com a consciência aguda do património destruído e insubstituível, surgiu no 1.º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos (CIATMH, 1957), realizado em Paris sob o patrocínio da UNESCO.

Neste encontro, onde se lançaram as bases para um ideário que se consolidará em 1964, no 2.º CIATMH, foram formulados diversos votos, dos quais importa destacar os que resultaram dos trabalhos da “6.ª. Secção” ¹².

Aqui se expressam princípios, alguns dos quais herdados de ambas as *Cartas de Atenas*, com especial contributo para a integração dos dois domínios, nomeadamente e para além da própria temática introduzida, o alargamento da protecção aos edifícios não-monumentais e a integração do património edificado nos planos de urbanismo, desde as suas fases iniciais.

No entanto, não se considera aqui ainda a necessidade de uma metodologia própria e exterior aos conteúdos específicos das disciplinas em presença, para desenvolver as tarefas que se prefiguram, ou de uma integração de outros campos de conhecimento que concorrem nesta área.

É geralmente reconhecido que a formação de um corpo doutrinário conducente aos princípios da conservação integrada terá marcado um momento importante no 2.º CIATMH, realizado em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964, ainda sob o patrocínio da UNESCO. Aqui se aprovou um conjunto de treze documentos que muito influenciaram a atitude contemporânea face ao património cultural e, especificamente, ao património edificado. Destes, o

¹¹ De notar que Gustavo Giovannoni, inspirado nas ideias propostas por Camillo Boito (Choay, 1992), introduzirá o conceito de “património urbano” e dará uma importante contribuição a esta temática contemporaneamente à Conferência do OIM, em 1931.

¹² O respectivo tema de trabalho versava “*les rapports des architectes des monuments historiques avec les urbanistes et l'étude du cadre des édifices anciens*”.

primeiro, conhecido como *Carta de Veneza* (CIATMH, 1964; ICOMOS, 1966), constitui ainda hoje um importante texto de referência neste domínio ¹³.

Neste documento, elemento comum aos domínios disciplinares diversos que vinham intervindo nesta área, estabelecem-se ou consolidam-se alguns princípios fundamentais. Destacamos a noção de conjuntos de interesse patrimonial, a importância dos valores de origem popular ou tradicional, em acréscimo aos de origem erudita, a integração em contextos territoriais alargados e a importância da afectação a funções de utilidade social. Todos estes aspectos serão retomados pelo ideário da conservação integrada.

Além deste conhecido texto, outro documento menos divulgado daquele congresso introduziu novos componentes que vieram a contribuir para a construção do conceito que aqui nos interessa, lançando as bases para a estruturação de uma abordagem aos centros históricos que designamos por *urbanística*.

Referimo-nos ao “Documento 8” do citado conjunto de decisões e resoluções, intitulado “*Motion concernant la protection et la revitalisation des centres historiques*” (CIATMH, 1964) e que, além de se dirigir especificamente a estas áreas enquanto conjuntos patrimoniais, refere vários aspectos que importa realçar, alguns dos quais retomados dos trabalhos do 1º. CIATMH.

Desde logo, é de notar que institui a dupla abordagem de “*sauvegarde et mise en valeur*”, na época já introduzida pela legislação francesa com a correntemente designada *Lei Malraux* ¹⁴. O sentido subjacente é o de

¹³ Importa, ainda, destacar que o segundo documento deste conjunto teve igualmente importante sequência, visto que nele se estabelecem as bases para “a criação de uma organização internacional não-governamental para os monumentos e os sítios”. Em 1965, esta viria a concretizar-se no ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), que inaugurou a sua actividade com a publicação daquela Carta.

¹⁴ Lei nº. 62-903, de 04.08.1962. Esta terminologia é também adoptada na legislação portuguesa recente, por exemplo na designação dos planos de “salvaguarda e valorização”. Note-se que a ideia de *mise en valeur* pode ser, ela própria, limitada e criticável, se lhe atribuirmos o sentido de simples alteração cenográfica do enquadramento próximo de monumentos.

transcender os aspectos puramente “passivos” (Ostrowsky, 1980, pág. 44) da defesa do património, sentido igualmente expresso na fórmula “protecção e revitalização”. Refere-se também o princípio da integração do património edificado, aqui sob a forma de conjuntos, na vida contemporânea.

Consolida-se ainda, neste “Documento 8”, a ideia da “associação estreita dos organismos encarregues da conservação e das autoridades competentes para a elaboração de planos de urbanismo e de ordenamento do território”. A importância decisiva desta orientação tornou-se evidente, em primeiro lugar, nos centros históricos, perante a dimensão territorial e as complexidades inerentes à sua condição urbana. Estes aspectos viriam a ser objecto de desenvolvimento por parte de organizações internacionais, como a UNESCO e, sobretudo, o Conselho da Europa, que comentaremos adiante e cujas preocupações, à data, neste domínio são também aí referidas.

Os textos doutrinários que constituem o conjunto de documentos produzido no Congresso de Veneza, formam o tronco comum ao ideário da conservação e às origens do movimento de conservação integrada. Reflectem, assim, um esforço de articulação realizado por arquitectos e técnicos de monumentos históricos. Encontram-se, igualmente, no seu conteúdo alguns elementos que apontam para a diferenciação de campos que se irá operar, com a emancipação de uma vertente que atrás designamos por *urbanística*. Procuremos definir os contornos desta diferenciação.

A oposição *conservadores / arquitectos* encontra boa parte da sua razão de ser histórica nas transformações teóricas e da *praxis* arquitectónica verificadas no eclodir da Idade Industrial e, sobretudo, a partir do século XX. Estas, depois corporizadas no ideário do “Movimento Moderno”, tiveram uma correspondente manifestação no quadro do planeamento urbanístico. A oposição referida evidencia-se, claramente, nos conteúdos das duas *Cartas de Atenas*, traduzindo atitudes diversas face à herança cultural do passado e às estruturas edificadas em que se cristaliza.

À data do 2º. CIATMH, aquele modelo urbano e arquitectónico começava já a sofrer alguma contestação, nascida por influência das ciências sociais e de uma fecunda teorização na área da arquitectura (Benevolo, 1985). Reflectia, também, a afirmação de um urbanismo conceptualmente renovado e assumido como área científica integradora, bem como os efeitos dos novos movimentos sociais, da descentralização político-administrativa e da democratização das escolhas públicas.

Este conjunto de alterações ¹⁵ levou, progressivamente, à recentragem da actuação dos arquitectos e à partilha da iniciativa da produção teórica e da condução dos processos urbanos pioneiros, agora mais dirigidos aos problemas das cidades existentes (Culot, 1975). A intervenção do arquitecto apenas como produtor de “obra nova” ou o seu papel, na esfera urbanística, de “fazedor de cidade” vão ser questionados e não voltarão a ser socialmente possíveis nos mesmos moldes, pelo menos nas democracias ocidentais e num novo contexto socioeconómico ¹⁶.

Como vimos anteriormente, com o emergir de um novo paradigma urbanístico - o da *cidade existente*, por oposição ao da *cidade nova* - abrem-se, simultaneamente, novos territórios de intervenção e novos campos de desenvolvimento teórico e de aplicação experimental. Estes desafios centram-se nos tecidos urbanos consolidados e nos de interesse patrimonial.

Impõe-se um novo desempenho do arquitecto, enquanto administrador de processos urbanos com novos pressupostos e objectivos, em que o peso das pré-existências é determinante. Esta actuação tem uma das suas linhas dominantes bem expressa em Aldo van Eyck e Theo Bosch (Taylor, 1975), no contexto das lutas urbanas em Amsterdão. Outro exemplo, com maior carga ideológica, encontra-se no arquitecto que desempenhou o papel de adjunto do

¹⁵ Cf. capítulo I. 1. 1.

¹⁶ Veja-se o *advocacy planning* (Davidoff, 1965), corrente alternativa e de contestação à intervenção ortodoxa de arquitectos e planeadores, iniciada em meados da década de 1960.

Presidente do município de Bolonha, a partir de 1965, pelo seu contributo para a operação de conservação integrada do centro histórico daquela cidade (Gangneaux, 1975c; Cervellati, 1981).

Refira-se, aliás, que esta operação ¹⁷, apoiada numa metodologia inovadora e em programas e instrumentos de gestão de vários níveis territoriais, contou, ainda, com a colaboração da Universidade. Constituiu uma experiência marcante na evolução conceptual e metodológica neste domínio, configurando-se como um dos modelos mais influentes, não apenas na intervenção em centros históricos, mas na teorização sobre o desenvolvimento urbano (Gangneaux, 1975a; b; Debold-Kritter, 1979).

Com este processo, Bolonha seria incluída no “Programa Europeu de Realizações Exemplares” promovido pelo Conselho da Europa, reflectindo-se igualmente a sua experiência na produção doutrinária daquela instituição, sobretudo em 1974 e 1975 (Conselho da Europa, 1974).

As questões da filosofia e dos limites da intervenção arquitectónica sobre o património edificado passam, pois, a ser subsidiárias das implicações sociais, económicas e políticas da sua *revitalização* e, sobretudo, da dos centros históricos.

Uma perspectiva de *cidade* afirma-se nas actuações sobre as estruturas e tecidos de interesse patrimonial abrangidas na conservação integrada, sendo à luz deste princípio que interpretamos a crescente afirmação urbanística nos textos fundamentais posteriores ao 2º. CIATMH. O esvaziamento doutrinário das áreas disciplinares aí presentes, face à nova atitude representada pela conservação integrada, contribuiram, certamente, para que este tenha sido o último daqueles congressos ¹⁸.

¹⁷ Lançada, essencialmente, entre 1967 e 1973.

¹⁸ Acontecera o mesmo aos CIAM, já em 1959, pondo fim à ideia de uma metodologia comum, e também de aplicação universal, nas áreas da Arquitectura e do Desenho Urbano (Benevolo, 1985, pág. 16).

Enquanto isto, a conservação *stricto sensu* mantém-se muito ligada à discussão da “teoria da conservação”, como é designada por alguns autores (Henriques, 1991, pág. 42), centrada nos aspectos éticos, estéticos e metodológicos da intervenção física sobre o património edificado.

Esta discussão, embora concorrendo para a abordagem da conservação integrada, manifestamente não lhe esgota o conteúdo. Para os *conservadores*, o texto de referência permanece ainda hoje, em boa medida, a *Carta de Veneza*, enquanto que o domínio urbanístico, embora não rejeitando os princípios aí expressos, se apoia num longo percurso de formulação doutrinária (ver Anexo 1). Este radica-se no citado “Documento 8” do 2º. CIATMH, sendo também muito suportado pelos trabalhos do Conselho da Europa, quer no âmbito do Comité dos Monumentos e Sítios, quer no da Conferência dos Poderes Locais e Regionais. Pode considerar-se como o seu texto de referência actual a “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, ou *Carta de Washington*¹⁹ (ICOMOS, 1987), a qual se propõe completar a *Carta de Veneza* nesta matéria. Este texto foi aprovado em Toledo, em reunião de 7-9 de Setembro de 1986, e ratificado pela Assembleia Geral do ICOMOS, em Washington, em Outubro de 1987.

Refira-se que o esforço desenvolvido no seio do Conselho da Europa em prol da conservação integrada e da sua aplicação nos centros históricos, entendendo-a como elemento das políticas de desenvolvimento, instituiu-o como precursor neste domínio, a partir de meados da década de 1960 (Alho e Cabrita, 1988; Choay, 1988c).

¹⁹ Sendo estes os *textos fundamentais*, importa notar que a produção doutrinária nesta matéria não terminou aqui. Em encontros posteriores foram desenvolvidas, sobretudo, as questões metodológicas e operacionais. Refiram-se, por exemplo, as conclusões do Seminário para o Desenvolvimento e a Integridade das Cidades Históricas, realizado em Nara (UNESCO, 1999), ou a *Carta de Cracóvia 2000*, actualizando os “Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”, subscrita por um grupo de académicos europeus, de representantes governamentais e de instituições internacionais consagradas ao património edificado.

Por seu lado, o ICOMOS só tardiamente se debruçou sobre os problemas destas áreas ou dos conjuntos patrimoniais, com o projecto de revisão da *Carta de Veneza*, elaborado por Lemaire em 1977 (ICOMOS, 1978), introduzindo princípios muito próximos da conservação integrada. Este projecto foi prosseguido com os trabalhos do CIVIH²⁰, fundado em 1982, com o objectivo prioritário da preparação de um projecto de doutrina sobre as cidades históricas (ICOMOS, 1983; 1985), os quais conduziram à referida *Carta de Washington*.

Importa notar que no universo da conservação assume grande relevo o campo disciplinar do *restauro*, o qual, a par de tantos outros domínios culturais, sociais e políticos, foi objecto de intensas polémicas e profundas alterações conceptuais a partir do século XIX. Estas foram marcadas, inicialmente, por John Ruskin e William Morris, por um lado, e Viollet-le-Duc ou Gilbert Scott, por outro. As formulações teóricas então introduzidas conduziram a concepções mais complexas e integradoras com Camillo Boito e com Alois Riegl²¹ (Choay, 1992), ou à “teoria do restauro crítico” (Brandi, 1977; Feilden, 1979; 1982).

Sobre a questão da filosofia de intervenção no património edificado²², não nos alargaremos para já mais do que em duas reflexões. Em primeiro lugar, que o seu âmbito próprio traduz a necessidade de uma intervenção física especializada sobre as estruturas patrimoniais, apoiada por conhecimentos teóricos, históricos e técnicos. Esta deve ser enquadrada por uma doutrina que faça reflectir um conjunto de valores em mudança e os novos desempenhos sociais que esperam o património (Choay, 1992).

²⁰ Comité International sur les Villes Historiques.

²¹ A teorização destes autores contribuiu para uma das correntes fundadoras dos princípios conducentes à conservação integrada.

²² Esta matéria, embora relevante para a fundamentação dos conteúdos das actuações materiais, englobadas num processo de conservação integrada, é ancilar ao nosso propósito central.

Também a observação que, mesmo na aproximação às questões da intervenção física, surgem divergências entre a prática instituída da *conservação* e a da *conservação integrada*. Domina na primeira uma visão cautelara, ou passiva, da actuação, baseada no princípio da “intervenção mínima e investigação máxima” e mais dirigida ao património monumental, enquanto que a segunda valoriza o uso dos elementos patrimoniais e a sua integração na cidade contemporânea. Apoia-se, assim, na *reabilitação*, conceito que abordaremos adiante, como técnica especialmente vocacionada para a re-adequação funcional do património edificado.

A diferença de perspectivas evidenciada faz com que as intervenções enquadradas num processo de conservação integrada possam surgir como mais marcadas no edificado. Este facto reflecte os objectivos e prioridades estabelecidos no processo, a importância atribuída ao valor de uso e a consequente necessidade de introduzir funções que o concretizem, em termos de interesse privado ou colectivo ²³. Determina, igualmente e como pressuposto, a necessidade de estabelecer a avaliação dos “graus de sensibilidade” à mudança dos elementos patrimoniais, aspecto de relevo na abordagem metodológica que desenvolveremos.

É evidente que a componente de intervenção física constitui uma área partilhada pelas duas vertentes e muito do debate sobre filosofias, critérios e limites de intervenção é-lhes comum. O que as distingue neste aspecto são os pressupostos intelectuais, divididos entre duas visões do património edificado: uma, em que se sobrepõe a sua importância enquanto documento histórico, independentemente da viabilidade social; outra, em que este aspecto é determinante, justificando a abertura a novos quadros de referência.

²³ Como, por exemplo, edifícios de equipamento ou de utilização colectiva.

Quanto ao âmbito territorial, o princípio do enquadramento no contexto edificado ²⁴ já expresso na *Carta de Veneza*, significa para os *conservadores* essencialmente essa relação do monumento com a sua envolvente e os modos como afecta a compreensão daquele. Atribuem, manifestamente, menos importância aos conjuntos, sobretudo tratando-se de património edificado não monumental, logo, aos centros históricos. Para uma abordagem *urbanística* de conservação integrada, pelo contrário, o “enquadramento” é, muitas vezes, o próprio objecto.

Os novos sentidos do património edificado na sociedade e no território foram-se afirmando nos momentos-chave deste percurso doutrinário divergente. As posições urbanísticas ganharam espaço de actuação, com as novas atitudes perante as estruturas herdadas do passado e as dinâmicas sociais e territoriais.

Afirma-se uma compreensão dos problemas do edificado não se esgotando em si mesmos, mas antes como uma manifestação externa de outros de natureza mais profunda e vasta. A raiz da degradação do património estará, assim, nos mecanismos sociais subjacentes, e é sobre esses que importa actuar.

A emancipação disciplinar, o âmbito de intervenção acrescido e os constrangimentos das sociedades contemporâneas, permitem-nos defender a tese de que a conservação integrada se constitui actualmente como domínio aglutinador desta área. Parece-nos inevitável que a conservação *stricto sensu* tenda a reduzir-se a um conjunto de actuações subsidiárias ou de aplicação pontual. Posto de outro modo, a *conservação* do património edificado será *integrada*, ou não será...

O facto de a conservação integrada constituir a orientação científica recomendada pelo Conselho da Europa, como base da política comunitária

²⁴ Ou, fora do meio urbano, no espaço natural.

para a protecção do património arquitectónico, segundo, por exemplo, a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*²⁵ é, por si só, demonstrativo da posição de referência teórica que estes princípios actualmente assumem.

II. 1. 3. Componentes e conteúdos do conceito de conservação integrada.

Mantendo, portanto, um tronco comum com a conservação, com a qual coincide, se não totalmente nos objectivos e na metodologia, pelo menos no objecto²⁶, a conservação integrada envolve componentes e conteúdos mais vastos que importa aqui identificar.

Se nos reportarmos ao conteúdo genérico do conceito de conservação integrada, verificamos que envolve um conjunto de actuações dirigidas à manutenção da integridade física do património edificado, no sentido da concretização de outros dois objectivos centrais. São estes, designadamente, torná-lo utilizável pela sociedade actual, logo fazendo parte, pelo seu uso, da vida quotidiana das comunidades e integrá-lo no ordenamento do território, portanto nas dinâmicas espaciais, em todas as escalas.

É desta forma que nos é apresentado, como súpula dos trabalhos desenvolvidos nos anos imediatamente anteriores, num dos primeiros textos doutrinários que expressamente o referem, a citada *Carta Europeia do Património Arquitectónico*²⁷, ou que é sintetizado por Choay (1988c, pág.169).

Aprofundando, torna-se desde logo possível distinguir componentes que reflectem dois níveis de aproximação. Designaremos como de "*primeiro nível*", de natureza essencialmente *material*, os que incidem sobre aspectos físicos,

²⁵ Ver também Infranca (1993, pág. 11).

²⁶ E da qual herda, igualmente, as interrogações quanto à filosofia de intervenção sobre as estruturas edificadas.

²⁷ "*La conservation intégrée est le résultat de l'action conjuguée des techniques de la restauration et de la recherche des fonctions appropriées. (...) doit être... un des préalables des planifications urbaines et régionales.*"

tangíveis, do património edificado - aqui genericamente identificados como *conservar, restaurar, reabilitar*.

Em confronto com estes, atente-se à natureza essencialmente *imaterial* dos componentes que designaremos de “segundo nível”, que se reportam a aspectos funcionais, socioeconómicos ou às opções de desenvolvimento para os sistemas territoriais. A concretização de objectivos deste nível pressupõe, naturalmente, actuações de outro tipo e a convergência de vários factores que transcendem a dimensão física do património e se integram na esfera do desenvolvimento. A explicitação e operacionalização dos conteúdos destes componentes, sobretudo quanto ao *uso do edificado* e à *integração no ordenamento do território*, serão feitas no ponto seguinte.

Os componentes de primeiro nível são centrados no objecto em si, ligados à defesa e protecção da sua integridade e à manutenção ou reposição em condições tidas como correctas; com excepção da reabilitação, pode dizer-se que têm um carácter essencialmente *passivo*. Em oposição, os de segundo nível transcendem esta dimensão, dirigindo-se aos modos através dos quais o mundo contemporâneo pode integrar o património edificado nas suas dinâmicas, tornando-o um dos seus elementos; diremos assim que têm um carácter não-imobilista, *activo* ²⁸.

Importa à nossa argumentação advertir quanto à aparente relação sequencial estabelecida entre as actuações ligadas a componentes de primeiro e de segundo níveis. Mais claramente, desmistificar a presunção da necessidade prévia de intervenções dirigidas à dimensão edificada do património, como base para o arranque do processo, mais vasto, da conservação integrada.

²⁸ Esta formulação tem analogias com as apresentadas por Ostrowsky (1980, pág.44), com “*protection passive / protection active*”, por Kain (1981, pág.10) na oposição “*negative preservation / positive conservation*”, ou por Infranca (1993, pág.11), ao referir que “*I principi della conservazione integrata... superano il concetto di conservazione “passiva”...*”. A este propósito, ver também Portas (1981).

Neste aspecto divergimos da formulação do conceito apresentada por Choay (1988c), que indicia essa precedência, ao contrário de outras fontes (Conselho da Europa, 1974, 1975b; Colombo, 1981) que colocam a ênfase na manutenção em uso - aspecto imaterial - como condição para a sobrevivência das estruturas arquitectónicas ²⁹.

Note-se que algumas actuações específicas de natureza imaterial se dirigem exclusivamente à protecção da integridade física do património edificado, devendo incluir-se assim, segundo a perspectiva apresentada, no âmbito do primeiro nível. É o caso da inventariação e, principalmente, da classificação e respectivo regime jurídico, bem como da normativa de base territorial que incide sobre este aspecto. Manifestamente, as questões relativas à classificação e às disposições legais a ela associadas assumem institucionalmente uma grande importância, ao ponto de muitas vezes se criar a ideia de que nelas reside a parte principal, quando não a totalidade, da política do património.

Do mesmo modo, actuações de natureza material, incidindo sobre aspectos físicos do património edificado e, como tal, incluídas por alguns autores no âmbito da conservação, como é o caso da *reabilitação* (Henriques, 1991, pág. 40), são, na nossa perspectiva, indissociáveis da afectação a usos actuais. Situam-se assim, como procuraremos demonstrar, na esfera das actuações de segundo nível.

Na distinção proposta e na articulação das duas linhas de actuação, reside, em nosso entender, uma das questões centrais num processo de conservação integrada, que julgamos deverá ser despoletado, sobretudo, por iniciativas dirigidas a componentes de segundo nível. São muitas vezes aspectos desta natureza que geram dinâmicas funcionais ou de valorização

²⁹ Esta ideia "etapista" é ainda corrente entre nós, em termos de desenvolvimento urbano, propondo que os investimentos físicos devam preceder os investimentos imateriais. Radica numa avaliação muito marcada por um crónico atraso infraestrutural (Domingues, 1995).

fundiária, bem como fenómenos de natureza sociocultural ³⁰, ou estratégias de desenvolvimento urbano. Estes irão, por sua vez, lançar e sustentar o processo, conduzindo à recuperação e reabilitação do edificado e à sua preservação.

Examinando os componentes de primeiro nível, verificamos que eles próprios envolvem conceitos acessórios, acrescentando à complexidade deste domínio e à dificuldade de explicitação dos seus conteúdos. *Preservação e salvaguarda*, sobretudo - para além, naturalmente, de *conservação* - são empregues, por vezes indiferentemente, sem que sejam claros os conteúdos conceptuais subjacentes e os objectivos a alcançar. Tomam-se até, quer isoladamente, quer em associação, como equivalendo à própria ideia de conservação integrada.

Estes significados, de ambivalentes a contraditórios ³¹, são referidos em várias fontes, incluindo mesmo, por vezes, os textos doutrinários fundamentais e outros documentos produzidos por instituições com maior contributo para a área do património cultural edificado ³².

O conceito que nos surge neste quadro como mais abrangente é o de preservação, definido por Choay (1988f) como uma actuação global que consiste em assegurar a protecção do património contra as acções destrutivas

³⁰ A redescoberta do prestígio de uma localização central, o *status* de uma imagem nobre, uma moda junto de certos estratos sociais - veja-se o caso do Bairro Alto, em Lisboa - estão nesta situação.

³¹ Por exemplo, o sentido alargado, para além dos aspectos físicos, que os termos *conservation* ou *conservation planning*, têm habitualmente na bibliografia inglesa, podendo actualmente equiparar-se ao conceito de conservação integrada. Este sentido estará relacionado com a introdução tardia do termo no contexto teórico próprio daquele País (Dobby, 1978, pág. 18).

³² Atente-se nas versões oficiais, em vários idiomas, dos textos doutrinários fundamentais, como por exemplo, "*revitalisation*" (francês) = "*rehabilitation*" (inglês) no "Documento 8" do 2º.CIATMH (1964), ou na *Carta de Washington*, de 1987, em que "*sauvegarde*" (francês) = "*conservation*" (inglês) = "*conservacion*" (espanhol). Esta dificuldade levou à elaboração de diversos glossários, reportando-se, quer à área do planeamento (p.ex., o produzido pela Associação Internacional de Urbanistas, em 1980), quer à do património (p.ex. ICOMOS, 1981). Subsistem, apesar disso, as situações apontadas.

e a sua conservação no tempo, com recurso a técnicas de manutenção, consolidação e restauro. Utilizaremos este sentido no nosso trabalho.

Note-se, no entanto, que a mesma autora introduz alguma ambiguidade ao considerá-lo “praticamente sinónimo” (*sic*) de *salvaguarda*, que adiante define (Choay, 1988j, pág. 601) remetendo para os termos em que figura na *Recomendação de Nairobi*³³ (UNESCO, 1976). Estes extravasam, no nosso entender, o conteúdo da preservação, por incluírem componentes “activos” - a *revitalização* - inerentes ao domínio que designamos como de segundo nível.

Choay complementa, aliás, a sua própria definição de *salvaguarda*, conceito que reconhece recente e “mais alargado que o de protecção / conservação” (ob.cit., pág. 601), estabelecendo a ligação aos conjuntos e à sua integração na vida contemporânea, seguramente dois aspectos centrais na ideia de conservação integrada.

Apesar de algumas utilizações ambíguas, induzidas pelos sentidos da linguagem corrente ou por uma identificação com a componente passiva, de defesa, no binómio “*sauvegarde et mise en valeur*”, o conceito de *salvaguarda* não nos parece poder restringir-se ao domínio das actuações de primeiro nível, que procuramos agora clarificar. Deverá antes ser considerado num sentido activo e abrangente, pelo que o abordaremos adiante, enquanto componente de segundo nível.

Reconheça-se que as questões semânticas são, em boa medida, responsáveis pelas dificuldades de clarificação conceptual nesta área. “Conservação” e “preservação”, por exemplo, têm sob este ponto de vista um significado equivalente, a saber, “... proteger, defender, resguardar, manter imutável ...” (Machado, 1981a; b). No entanto, e se nos reportarmos ao contexto do Reino Unido, verificamos que o termo *conservation* é utilizado,

³³ “On entend par *sauvegarde* l'identification, la protection, la conservation, la restauration, la réhabilitation, l'entretien et la revitalisation des ensembles historiques ou traditionnels et de leur environnement”.

sobretudo desde a década de 1960 ³⁴, num sentido de maior flexibilidade, permitindo um maior grau de alterações ao edificado do que as consideradas no âmbito da *preservation*.

A ideia de protecção do património edificado, que atravessa amiúde os textos doutrinários e legislativos de várias origens, traduz o reconhecimento da necessidade de *defesa da integridade* e, supletivamente, de *controlo das transformações*, a que devem estar sujeitos estes bens. Estas actuações têm em vista assegurar condições para a sua permanência temporal extensiva e a sua transmissão às gerações vindouras. A protecção estabelece-se em nome do interesse colectivo, a vários títulos, que o património representa e apoia-se na autoridade do Estado, por força de disposições legais.

De notar, a propósito, que esta prevalência do interesse público sobre o direito privado de propriedade - não esqueçamos que a maior parte do edificado sujeito a regimes de protecção está na posse de particulares - parece inerente à própria ideia de protecção. Com algumas graduações, decorrentes da tradição política e administrativa dos vários países, tem tido aplicação generalizada ³⁵.

Entre nós, em consonância com o papel que os poderes públicos tradicionalmente representam perante a sociedade civil, este princípio não tem sofrido contestação (Jorge, 1971; Cardona, 1989; Proença, 1997). Procura-se, naturalmente, alguma conciliação destes interesses, com a introdução de dispositivos compensatórios pela restrição ao uso dos bens, tanto mais que o alargamento do conceito de património edificado coloca problemas delicados,

³⁴ Particularmente com a introdução das "*conservation areas*" no *Civic Amenities Act* de 1967 (Dobby, 1978, pág. 37).

³⁵ Encontra paralelo na tradição da doutrina urbanística. Veja-se, por exemplo, o derradeiro ponto da Carta de Atenas, do 4º. CIAM (1933).

pelo número dos proprietários afectados ³⁶. Esta questão do equilíbrio entre os interesses público e privado é especialmente relevante nos centros históricos e para uma abordagem de conservação integrada, pelo que a ela voltaremos.

Para garantir a permanência temporal do património edificado e a possibilidade de o legar ao futuro, a prática da protecção apoia-se directamente em vários dispositivos - levantamento e inventariação dos bens, sua publicitação e, sobretudo, na classificação e aplicação de regimes jurídicos de protecção consequentes.

Concretiza-se materialmente na conservação, definida como “*utilisation des techniques et procédés matériels, servant à maintenir les édifices dans leur intégrité*” (Houlet, 1988a), ou “conjunto de actuações destinadas a prolongar o tempo de vida de uma edificação histórica” (Henriques, 1991, pág. 40). Ainda segundo este último autor, a conservação engloba um leque de procedimentos possíveis, de aplicação justificada perante cada caso, que traduzem intervenções sucessivamente mais profundas sobre o edificado, a saber: a *manutenção*, a *reparação*, o *restauro*, a *reabilitação* e a *reconstrução* ³⁷.

Aqui e como já referimos, parece-nos de limitar o leque das actuações abrangidas no conceito de conservação até ao âmbito do restauro, tendo em conta o entendimento que propomos de *reabilitação*, como situando-se na transição para os conteúdos de segundo nível da conservação integrada.

Note-se que o conceito de *restauro*, cuja evolução complexa já referimos sinteticamente, entende-se como “*opération consistant à rendre (...) leur intégrité à toutes les parties l’ayant perdue (...) d’un édifice ou d’un ensemble d’édifices*” (Choay, 1988i). Assume unanimemente, hoje em dia, um

³⁶ Facto também especialmente evidente, no nosso regime, nas servidões administrativas que constituem as zonas de protecção e as zonas especiais de protecção aos imóveis classificados.

³⁷ Note-se o sentido substancialmente coincidente com este utilizado para os referidos procedimentos e para a sua ordenação, na recente *Carta de Cracóvia 2000*.

carácter de excepção, normalmente reservado ao património monumental, pelo que tem um interesse e uma aplicação limitados para o nosso propósito.

Quanto ao conceito de *reconstrução*, merece um comentário especial. Se considerado no sentido que lhe atribui Choay (1988h), enquanto *reconstituição*, será seguramente de aplicação ainda mais limitada e específica que o restauro, cingindo-se ao campo da arqueologia ou a situações de forte carga simbólica, não representativas de um processo sustentável, no nosso contexto de referência, de conservação integrada ³⁸.

Se, por outro lado, nos reportarmos ao sentido com que o mesmo termo (*reconstitution*) figurava já na *Carta de Veneza*, como “trabalho de complemento reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas”, estaremos no domínio dos elementos de construção nova. Este domínio, segundo aquele documento, em entendimento que partilhamos inteiramente, releva da composição arquitectónica e deverá reflectir o tempo actual. De momento, refira-se apenas que este problema da “integração do novo no antigo” é dos mais interessantes e debatidos no domínio das intervenções físicas sobre o edificado, sendo especialmente relevante para as actuações de reabilitação. A ele voltaremos em ponto seguinte.

Por último, tratando-se de *construção nova integral*, quer em situações de degradação irrecuperável das construções originais, quer em espaços livres no tecido histórico, estaremos no campo da *renovação* (ou *renovação urbana*, no caso de conjuntos). Apesar de se ter generalizado um uso impróprio, este termo tem um significado científico totalmente diverso do âmbito da conservação (Amiot, 1988b, pág. 579; Jorge, 1992, pág. 58).

Não significa isto que a utilização pontual de intervenções de renovação não se justifique, em certos casos, no âmbito de uma estratégia de

³⁸ O caso da reconstrução integral do centro histórico de Varsóvia após a 2ª. Guerra Mundial é, certamente, o exemplo mais conhecido e representativo deste tipo de intervenções sobre o património edificado.

conservação integrada. O estado de ruína, total ou parcial, ou o reduzido interesse patrimonial ³⁹, conjugado com a necessidade de localizar funções dinamizadoras do processo, devem permitir as demolições selectivas e as edificações novas de acompanhamento, com carácter contemporâneo, embora obedecendo a objectivos e regras claros de integração (Choay, 1988a). Serão, assim, "... *enracinées socialement et économiquement dans un processus organique...*" (Taylor, 1975, pág. 32).

Naturalmente, a generalização ou utilização em larga escala de operações de renovação urbana, como modelo de intervenção em tecidos históricos, opõe-se fundamentalmente aos princípios da conservação integrada. Permita-se-nos, apenas, referir aqui o interesse, numa estratégia de desenvolvimento das áreas urbanas centrais, que apresenta a re-utilização de espaços residuais, ou funcionalmente obsoletos (cf. capítulo I.1). Um dos principais objectos da intervenção urbanística da última década foram extensas áreas, nas quais está em causa o importante recurso que é o solo, também *património*, num dos conteúdos deste conceito. São espaços sub-utilizados que, pelas suas qualidades de centralidade, acessibilidade, ou por situações territoriais privilegiadas, constituem "bancos de solo" urbano central, com elevado potencial de uso. Atente-se no que tem sido a experiência de renovação das *waterfronts*, como o caso das *Docklands* em Londres, ou, entre nós, e com as limitações conhecidas, da Expo 98, em Lisboa.

O conceito de conservação, com que concluímos os componentes de primeiro nível, congregará assim, para nós, as actuações de natureza material tendentes a manter ou repor a integridade do património edificado. Clarifica-se deste modo o seu referido carácter subsidiário no âmbito da conservação integrada.

³⁹ Bem como as imposições necessárias à salubridade dos espaços urbanos, já contempladas nas propostas de "*diradamento*" - demolições selectivas, sobretudo no interior de quarteirões - formuladas na década de 1930 por Giovannoni.

Temos consciência que, atendendo às ambiguidades e contradições referidas, esta ideia não será aceite em todos os sectores, nem recolherá unanimidade na bibliografia e nos textos doutrinários fundamentais sobre a matéria. Não esqueçamos que, logo na *Carta de Veneza*, encontramos referências em paralelo a *conservação* e *restauro* como integrando uma disciplina comum, sendo que na enumeração de condições relativas à primeira se incluem aspectos imateriais, como a importância da manutenção do valor de uso.

O alargamento do âmbito da abordagem do património edificado aos componentes que envolvem actuações de segundo nível, representam a sua integração nos sistemas socioterritoriais contemporâneos e nas suas dinâmicas. É aqui que plenamente se afirmam os conteúdos inovadores da conservação integrada. Vejamos de que modo se têm estabelecido estes conteúdos.

Como elemento de ligação ao nível anteriormente tratado, que poderemos agora também designar “de preservação” (Kain, 1981, pág.10), propomos o conceito de reabilitação, o qual estabelece, em nosso entender, a transição para o universo da conservação integrada. Este termo, que surge inicialmente na versão em inglês (“*rehabilitation*”) do “Documento 8” do 2º. CIATMH e figura em vários textos doutrinários ⁴⁰, é aliás frequente na área técnico-profissional do planeamento e gestão urbanísticos.

Fala-se em *reabilitação urbana* ⁴¹, por oposição a renovação urbana, significando operações com objectivos simultâneos de preservação e melhoria

⁴⁰ Com destaque para a *Declaração de Amsterdão* (Conselho da Europa, 1975) e a *Recomendação de Nairobi*,

⁴¹ Alguns exemplos: a CML tem uma Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, que desenvolve múltiplas acções desta natureza; a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico promove vários encontros com o tema da “preservação e reabilitação” dos centros históricos; a FA-UTL realiza um curso de mestrado de “Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos”; A ex-Direcção-Geral dos Equipamentos Regionais e Urbanos, lançou vários “planos integrados de reabilitação e revitalização” de centros históricos; o Congresso da OE realizado em Junho de 1998, centrou-se na temática da “reabilitação urbana”.

das condições funcionais do edificado. Em paralelo, procura-se a dinamização dos processos socioeconómicos e o reforço dos laços comunitários numa determinada área histórica, objectivos seguramente coincidentes com os da conservação integrada.

O sentido, mais restrito, que atribuímos a esta actuação é o do restabelecimento das condições de desempenho, nos seus domínios essenciais, de um património edificado degradado ou funcionalmente inadequado. Para definir estes domínios, tomam-se aqui como referência, que julgamos permanecer válida, as três condições clássicas da *solidez*, da *utilidade* e da *beleza* ⁴².

Entende-se que a reabilitação se dirige especialmente a um património arquitectónico e urbano não monumental e, por isso, de apreciação recente (Merlin, 1988b), constituído sobretudo por edifícios habitacionais e industriais obsoletos, que formam a grande maioria do tecido dos centros históricos.

Examinando os princípios apontados, podemos clarificar o alcance e os limites da reabilitação, nas suas diversas implicações, tendo assente que estas são, na nossa perspectiva, indissociáveis da afectação a usos actuais. Obviamente e atendendo aos constrangimentos colocados pelo valor de uso, o restabelecimento das condições do edificado reporta-se ao tempo presente, naquilo que a sociedade actual tem como parâmetros aceitáveis de utilização, tendo embora em conta as características específicas destas construções.

Deve igualmente ter-se presente a necessidade de compatibilizar os aspectos em apreço e o equilíbrio destes princípios, adoptando as soluções de compromisso que viabilizem a reabilitação e satisfaçam os objectivos da conservação integrada ⁴³.

⁴² *Firmitas, utilitas e venustas*, a ter em atenção na construção de lugares de uso público, segundo M. Vitruvio, Livro I, Capítulo III - 22 (Vitruvio, trad.1787).Ver, também, Rua (1983).

⁴³ Nomeadamente, quanto a questões como o nível de profundidade da intervenção estrutural, a escolha do programa funcional e o grau de liberdade na alteração das características do espaço e da forma arquitectónica.

A consideração da *solidez* implica que sejam restabelecidas condições de segurança estrutural, a reparação ou substituição de elementos degradados ou o reforço de infraestruturas, garantindo a prazo o correcto funcionamento dos edifícios e o bom estado de conservação dos elementos construtivos. Atendendo à articulação com o princípio da utilidade e com o valor patrimonial, as intervenções deverão ser mais ou menos profundas e incorporar uma quantidade variável de soluções construtivas e elementos contemporâneos, desde apenas infraestruturais até à parcial renovação arquitectónica (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1998).

Relativamente à *utilidade*, a reabilitação implica a adequação funcional a novos programas, a real utilização para finalidades socialmente viáveis do património edificado e a criação de condições de conforto de utilização ⁴⁴. Devem ter-se presentes as exigências actuais inerentes aos programas funcionais a instalar, aferindo se as características dos edifícios as podem acomodar, dentro de limites estabelecidos em função dos valores patrimoniais em presença. Este critério é fundamental no contexto em apreço, visto que se pretende potenciar as capacidades de utilização de estruturas com elevado - e diverso - grau de sensibilidade à mudança. É, portanto, necessária uma avaliação casuística dessa adequação.

Por último, a *beleza* significa neste quadro o respeito pelo carácter e valores estéticos essenciais do património edificado, desde os elementos arquitectónicos às características dos tecidos urbanos, mais uma vez à luz da avaliação da sua sensibilidade a alterações. Também aqui se deve ponderar a forma como é conseguida a integração das soluções contemporâneas inerentes à reabilitação, no sentido de promover a valorização da sua

⁴⁴ O exemplo mais corrente é a dotação de instalações sanitárias em edifícios habitacionais, embora as intervenções de melhoria das condições de habitação não esgotem o carácter, muito mais vasto, da reabilitação do património edificado (Merlin, 1988b; Amiot, 1988a).

apreciação global ⁴⁵. É na persistência deste princípio de qualidade que se consolida a sua fundamental oposição relativamente ao processo de renovação urbana.

Entendemos assim o papel da reabilitação como elemento fulcral do processo de conservação integrada, possibilitando, controladamente, a adequação física dos elementos do património edificado a novos programas funcionais. Estes, através da sua viabilização social e económica, assegurarão as condições da sua continuidade temporal.

A reabilitação afirma-se ainda com argumentos acrescidos em dois planos: por um lado, num contexto em que o património edificado é visto como um importante recurso; também, perante o contributo que, pela sua condição urbana retomada, pode ter para a regeneração de áreas centrais, durante algum tempo alheadas das dinâmicas do desenvolvimento das cidades.

Estes aspectos, como vimos no capítulo I.1, não decorrem directamente de uma abordagem histórico-artística a estas estruturas ou, sequer, da sua natureza patrimonial. Estão, no entanto, bem expressos nas conclusões da Conferência de Berlim, integrada na Campanha Europeia para a Renascença da Cidade (Conselho da Europa, 1982).

Note-se que o conceito de reabilitação pode igualmente ser dirigido a aspectos exclusivamente funcionais, independentemente de implicações sobre o edificado, designadamente através de programas sectoriais dirigidos a actividades em crise, localizadas ou não em centros históricos. Neste sentido, a sua aplicação pode não estar relacionada com situações patrimoniais, pelo que será necessário distinguir os diversos casos.

Atendendo a que existem, muitas vezes, programas dirigidos ao apoio a actividades em crise, ou de "reabilitação funcional", cuja aplicação é feita em

⁴⁵ Tenha-se em atenção a ambiguidade criada pelo recurso ao *pastiche* (Rodrigues *et al.* 1990, pág. 209), muitas vezes induzido pela ignorância de projectistas e tutelas.

áreas históricas ⁴⁶, uma estratégia de conservação integrada deverá promover a sua articulação com a correspondente reabilitação do património edificado, concretizando assim objectivos de *reanimação* ou *revitalização* (Choay, 1988g).

O conceito de salvaguarda surge por vezes associado apenas à vertente de preservação, sendo-lhe assim conferido um carácter mais limitado do que lhe atribuímos, ou que assume noutras fontes. Esta interpretação ocorre por razões semânticas, pela associação aos componentes de protecção e conservação contidos na definição dos “*secteurs sauvegardés*” (Houlet, 1988b), ou pelo sentido com que figura nos textos doutrinários iniciais ⁴⁷. Como vimos, Choay (1988j) confere-lhe um sentido amplo, que o aproxima da conservação integrada. Do mesmo modo, na *Recomendação de Nairobi* o seu conteúdo inclui, além de outras actuações, a *revitalização*, que abordaremos em seguida e que pertence claramente ao domínio dos componentes activos, ou de segundo nível, que agora exploramos.

Assim, entenderemos no contexto deste estudo e na linha do inicialmente expresso na *Declaração de Split* (Conselho da Europa, 1971) e consolidado na *Recomendação de Nairobi* e na *Carta de Washington*, a *salvaguarda* não como um fim em si, mas como um quadro de actuação. Este será tendente a concretizar objectivos de *reanimação* ou *revitalização* do património edificado, no sentido de lhe conferir uma função efectiva na cidade contemporânea. Tal função deverá respeitar, na medida do possível, a sua vocação e contexto social originais e assegurar condições para a sua integração no processo de desenvolvimento.

⁴⁶ Caso de programas sectoriais como, entre nós, o recente Programa de Apoio à Modernização do Comércio - PROCOM.

⁴⁷ Ver na *Carta de Veneza*, como objectivo da conservação e restauro. No mesmo sentido, o referido “Documento 8” do 2º. CIATMH, refere a “... *double nécessité de sauvegarder et de mettre en valeur...*”.

Partindo, assim, de objectivos de primeiro nível, ligados à preservação, o conceito de salvaguarda veio a reflectir a evolução das atitudes face ao património, integrando os sentidos novos e globalizados do seu papel na sociedade actual.

A ideia de valorização, termo derivado do francês *mise en valeur*, pode traduzir sentidos diversos que importa esclarecer. Foi já apontado um deles, que consiste em pôr em evidência, desimpedindo uma visão plena, um determinado edifício de carácter monumental. Esta “valorização” da imagem do monumento, obtida pela reestruturação do seu enquadramento ⁴⁸, constitui, obviamente, um procedimento oposto ao entendimento actual do património edificado, sendo já criticado por Sitte em finais do século XIX.

No entanto, este termo pode também representar uma extensão das actuações físicas sobre o património, no sentido de o qualificar. Pode, igualmente, significar a valorização material das estruturas edificadas, mediante acções que as tornem mais aptas para uma utilização actual, equivalendo nestes casos às ideias de restauro e de reabilitação.

Poder-se-á ainda atribuir o sentido de valorização à introdução de novas funções, acrescentando ao património edificado um valor de uso e integrado-o, por essa via, na sociedade contemporânea. Será, nesse caso, equivalente às actuações de revitalização.

O entendimento que faremos deste termo, que nos parece o único defensável actualmente, corresponde a estes sentidos de valorização física e funcional, recaindo assim nos domínios referidos.

A reanimação, ou revitalização como mais genericamente se designa ⁴⁹, constitui o conceito que melhor traduz a natureza imaterial de algumas actuações específicas da conservação integrada mais relevantes em centros

⁴⁸ Sobretudo, mediante a remoção de construções menores envolventes.

⁴⁹ Ver Choay (1988g, pág. 567). É referida em alguns textos por “regeneração”.

históricos. Reflecte, simultaneamente, a influência determinante que estas têm nos resultados finais do processo.

Tendo por objectivo trazer de volta a vitalidade social, económica e de apropriação dos espaços, aos conjuntos patrimoniais, constitui um processo complexo e eminentemente urbano, sustentado pela re-utilização dos edifícios e espaços envolvidos na operação ⁵⁰.

A doutrina da conservação integrada tem evoluído no sentido de não considerar as operações apenas em função do valor cultural do edificado, mas também do seu valor de uso, reconhecendo a intervenção nos problemas sociais dos centros históricos como central aos seus objectivos (Conselho da Europa, 1974). Veja-se a este propósito a *Declaração de Amsterdão* ou a *Recomendação de Nairobi*.

Outros textos anteriores, como a *Declaração de Split* ⁵¹, onde a conservação integrada é ainda referida como “conservação dinâmica” ⁵², colocavam já a ênfase na *reanimação* do património edificado. Para esta deveriam concorrer as actuações de salvaguarda, com a finalidade de dar a monumentos, conjuntos e sítios uma função efectiva na cidade moderna.

A importância das acções de revitalização na criação de uma base socioeconómica que assegure a sustentabilidade dos sistemas dos centros históricos, bem como na reanimação dos laços comunitários característicos destas áreas, representa, assim, o último elemento deste percurso conceptual.

Introduzindo questões novas e de um âmbito diverso dos outros conceitos relativos ao património edificado, a sua natureza e os resultados polémicos ou perversos de algumas experiências realizadas, envolvem ainda

⁵⁰ É igualmente possível lançar acções de revitalização noutras áreas deprimidas. Atendendo ao seu carácter essencialmente social, esta actuação não é exclusiva dos contextos patrimoniais, encontrando aqui, no entanto, um campo de aplicação privilegiado.

⁵¹ Documento onde pode identificar-se um forte contributo para os textos doutrinários subsequentes, nomeadamente, para a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

⁵² Ver o seu Capítulo IV, Artigo 16.

esta actuação em incertezas. Procuremos, de forma breve, apontar algumas questões centrais ao conteúdo da revitalização.

Uma vez que se dirige a áreas com dinâmicas recessivas instaladas, a revitalização constitui, necessariamente, um procedimento programado (Choay, 1988g). Integra-se numa estratégia de desenvolvimento que envolve o lançamento ou a reanimação de processos funcionais, mas também sociais, económicos e culturais, difíceis de iniciar e, sobretudo, de sustentar. Por isso, escapa muitas vezes aos meios disponíveis ou controláveis pelos seus promotores. Note-se que este processo é normalmente liderado pela administração pública, reconhecendo-se actualmente a importância de parcerias com os restantes agentes das áreas em causa.

Apoiando-se na dinamização das actividades existentes e na introdução de outras, depende também de condições de utilização do edificado compatíveis com os novos usos ⁵³, conseguidas mediante acções de reabilitação.

Na capacidade de identificar e orientar a localização de funções centrais dinamizadoras do uso dos centros históricos pode residir o sucesso das operações. Na esfera de actuação da administração pública - nomeadamente, localização de equipamentos e serviços públicos - este sucesso dependerá de existir, ou poder ser atraída, uma população-base correspondente.

Note-se que um dos riscos associados a esta actuação traduz-se numa pressão acrescida para a transformação do edificado, o que levanta a questão do controlo dos limites das alterações e, nas situações mais vulneráveis, da compatibilização com os objectivos da preservação.

⁵³ Embora não necessariamente como condição prévia, visto as dinâmicas de localização induzirem, elas próprias, a reabilitação do edificado, que passa a ser potenciado como um recurso.

Nos centros históricos, considera-se a função habitacional - incluindo os serviços e equipamentos a ela associados - como determinante para a revitalização, atendendo a que é, não apenas a de maior ocorrência, mas a que melhor se adequa às vocações do parque construído. É também a função que assegura uma maior estabilidade na utilização do espaço urbano, dado o carácter central destas áreas e os padrões de mobilidade das populações.

No entanto, os problemas do êxodo populacional na sequência de operações de reabilitação do edificado, são bem conhecidos e constituem outro dos riscos associados a estas actuações. A substituição das populações residentes ⁵⁴ por recém-chegados de estratos socioeconómicos mais elevados - o processo da *gentrification* -, surge muitas vezes após uma forte afectação de dinheiros públicos a estas operações, com o objectivo legítimo de promover a melhoria das condições de habitabilidade. Este efeito perverso tem-se tornado num dos aspectos mais criticados das intervenções públicas em centros históricos.

Outro risco, ainda, de ocorrência muito frequente e que já apontámos em capítulo anterior, consiste na revitalização apoiada em factores exógenos dominantes, dos quais o principal é o turismo. Esta actuação tem conduzido a uma multiplicidade de reinterpretações "pitorescas" das áreas históricas, com consequências sociais e para o património edificado bem conhecidas.

As críticas reconhecidas às actuações de revitalização, e os riscos envolvidos, não devem, em nosso entender, constituir motivo de abandono deste componente indissociável do conceito de conservação integrada. Exigem, sem dúvida, uma avaliação prudente dos factores e agentes em presença. Impedir a dinamização social e económica dos centros históricos equivaleria a comprometer as possibilidades de concretizar a conservação

⁵⁴ Ou de actividades locais menos qualificadas.

integrada, como método operativo nestas áreas, e de as tornar sustentáveis a prazo.

Haverá, seguramente, que acautelar aspectos da concepção, implementação e gestão do processo, sobretudo quanto aos fundos públicos envolvidos. Será também imprescindível abandonar alguns dogmas que fizeram escola (Portas, 1985), quer quanto ao congelamento da mobilidade social, quer quanto aos critérios e parâmetros de intervenção no edificado ⁵⁵.

II. 1. 4. O estado da aplicação dos conteúdos da conservação integrada em Portugal.

A concluir esta tentativa de clarificação de componentes e conteúdos, e antes de abordarmos a operacionalização de objectivos no processo de conservação integrada, apenas uma breve referência ao estado da aplicação deste conceito entre nós.

Refira-se que, à data em que finalizamos este trabalho, uma nova lei de “bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, a Lei nº.107/2001, de 08.09, vem alterar o regime que vigorava desde 1985. Apesar disso, é, assumidamente, a este regime que nos reportamos, visto que a total inexistência de aplicação das novas políticas não pode permitir outra opção. Foi, aliás, este o quadro de referência mais presente no período em estudo do centro histórico de Évora. No entanto, no que toca ao essencial do nosso argumento, não parecem existir substanciais inflexões no novo regime. A continuidade de uma perspectiva centrada na protecção, a par de outras objecções, expressas, aliás, por algumas entidades intervenientes

⁵⁵ A necessidade de flexibilizar as disposições regulamentares aplicáveis à construção no processo de conservação integrada é referida em diversos textos doutrinários. Veja-se, por exemplo, na *Declaração de Amsterdão*, pág. 12, “... *il serait nécessaire d’assouplir l’application des règlements et dispositions afférents à la construction de manière à satisfaire aux exigences de la conservation intégrée.*”.

no processo (Pereira *et al.*, 2001), assim parecem indiciar. A sua futura regulamentação poderá dar uma mais justa medida das expectativas reais.

Se nos ativermos ao quadro jurídico do património cultural português, verificamos o seu reduzido contributo para a definição conceptual neste domínio (Cardona, 1989). Embora centrado numa perspectiva de *protecção* do património, com relevo para o monumental, assente na sua classificação, aquele que foi, desde meados da década de 1980, o diploma fundamental nesta matéria ⁵⁶ introduziu os conceitos de *salvaguarda*, *valorização* e *revitalização*. Estes surgem associados a instrumentos específicos de ordenamento do território ⁵⁷, sem que, no entanto, se distingam os respectivos âmbitos e conteúdos. O mesmo texto legal refere ainda, adicionalmente a estes, o termo *conservação*, num sentido manifestamente distinto dos anteriores e de *protecção*, mas que também não é clarificado.

De notar que, ao mesmo tempo e sob o Título III - "Do fomento da conservação e valorização do património cultural" - a citada Lei estabelece um conjunto de princípios muito afins ao ideário da conservação integrada ⁵⁸, claramente influenciados pelos textos doutrinários internacionais mais recentes, àquela data. A sua ausência de regulamentação e o manifesto divórcio entre as áreas da cultura e do urbanismo (Boavida-Portugal, 1987), têm impedido a concretização na prática desses princípios.

Note-se, a propósito, que, explícita ou implicitamente, a legislação portuguesa do património remete as competências, sobretudo, para a esfera governamental, em consonância com a nossa tradição político-administrativa.

⁵⁶ A Lei nº. 13/85, de 06.07.

⁵⁷ Os Planos de *Salvaguarda* e *Valorização*, que embora por regulamentar e inicialmente previstos naquela Lei, eram referidos, até há pouco, em paralelo com os planos municipais de ordenamento do território (ver DL nº. 69/90, de 02.03, alterado pelo DL nº. 211/92, de 08.10). Estavam vocacionados - sobretudo se encarados como planos de pormenor para centros históricos - para se constituírem como instrumentos dinamizadores de processos de reabilitação e revitalização urbanas.

⁵⁸ Sobretudo, no corpo do seu Artigo 44º.

Opta, assim, por uma visão “estatizante”, a nosso ver redutora e contrária à manifestação dos factores endógenos da sociedade civil, que poderiam sustentar um processo de conservação integrada.

Esta atitude, bem como a orgânica da administração pública e a distribuição de competências que dela decorre, constitui, como veremos adiante, uma séria limitação à possibilidade de construir e implementar entre nós uma metodologia integrada de intervenção em centros históricos.

Referimos já a considerável utilização do conceito de *reabilitação* que vem sendo feita na área da administração pública local e no âmbito disciplinar do ordenamento do território e do urbanismo. Esta utilização teve a sua origem na necessidade de encontrar formas de actuação adequadas às intervenções de conjunto em áreas urbanas degradadas. Veio a incluir, à margem da tutela da cultura, ainda muito centrada no património monumental, vários aspectos e problemas relativos às áreas centrais das cidades e, por consequência, aos tecidos urbanos históricos.

A *salvaguarda* do património histórico, cultural e social destas áreas é, aliás, expressamente referida como objectivo no que é o instrumento legal mais relevante nesta matéria, o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas - PRAUD⁵⁹. Situando-se claramente no âmbito urbanístico, o PRAUD distingue no seu conteúdo as actuações de *reabilitação* e de *renovação* de áreas urbanas, vindo na prática a privilegiar as primeiras, quer pela participação em iniciativas municipais, quer pelo apoio à instalação e funcionamento dos Gabinetes Técnicos Locais - GTL⁶⁰. Estes são os órgãos

⁵⁹ Instituído pelo Despacho 1/88, de 06.01, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território - SEALOT e, posteriormente, desenvolvido nos Despachos 23/90, de 06.11, e 19/93, de 31.03, da mesma entidade.

⁶⁰ Criados pelo Programa de Reabilitação Urbana - PRU, instituído pelo Despacho nº. 4/85, de 04.02, do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo - SEHU, que introduziu entre nós esta abordagem e antecedeu o PRAUD.

que, apesar do seu curto período de duração ⁶¹, vêm produzindo a maior parte da investigação e dos instrumentos de intervenção em centros históricos.

Não sendo o conceito de conservação integrada oficialmente utilizado entre nós, é nestas actuações que se encontram os princípios e objectivos que dele mais se aproximam. Traduzem, na prática, uma abordagem urbanística aos centros históricos, que abarca os vários componentes relevantes e se articula com as políticas locais. Este é um aspecto que, como veremos adiante, se vem afirmando, na produção teórica e doutrinária, como central neste processo.

⁶¹ A sua constituição é aprovada por um ano, eventualmente renovável por mais um.

II. 2. A conservação integrada como metodologia para os centros históricos.

II. 2. 1. A operacionalização do conceito de conservação integrada.

No ponto anterior traçámos a formação do conceito de conservação integrada e identificámos os seus elementos componentes, bem como os conteúdos conceptuais a eles associados. A partir desta identificação, e como base para o estabelecimento de uma metodologia de actuação em centros históricos, ensaiaremos a operacionalização do conceito, desagregando os princípios e objectivos que lhe estão subjacentes.

Estabelecemos a conservação integrada como um conjunto de acções, de aplicação privilegiada em centros históricos, destinadas a defender e revitalizar o património edificado. Neste, incluem-se as complexas teias de relações sociais, económicas e culturais que nele se apoiam, no sentido de lhe devolver um valor de uso e integrá-lo nas dinâmicas do desenvolvimento urbano. Afirmam-se, portanto, como um processo integrador das várias vertentes em presença nestes sistemas socioterritoriais.

Nesta perspectiva, examinámos os componentes daquele conceito e os conteúdos a eles associados, identificando dois domínios fundamentais: o de primeiro nível, ou de *preservação* do património edificado, apoiado nas actuações que designámos de natureza passiva, a *protecção* e a *conservação*; o de segundo nível, que incide no seu *uso pela sociedade actual* e na sua *integração no ordenamento de território*, incluindo todas as actuações que concorrem para estes fins. O primeiro nível tem como objectivo central a integridade física do património edificado. O segundo, o seu envolvimento nas dinâmicas sociais e territoriais contemporâneas.

Partindo desta identificação, procuraremos, agora, explicitar e operacionalizar aqueles conteúdos, reflectindo os princípios e objectivos que

lhes estão subjacentes ¹. Trata-se de contributos de base para o desenvolvimento de uma metodologia de actuação em centros históricos, cujas áreas de actuação tenham correspondência com a estrutura conceptual enunciada.

Identificados e hierarquizados os aspectos que devam ser objecto de acções, e transposta aquela correspondência para a definição das políticas a implementar, será possível criar, ou reunir, os instrumentos de intervenção, de natureza geral ou específica. Estes podem ser dirigidos à totalidade dos sistemas socioterritoriais em presença, ou aos elementos-chave para o processo.

Para desenvolver esta abordagem metodológica, tentaremos identificar, de forma desagregada, as implicações nos centros históricos da aplicação dos princípios e objectivos da conservação integrada, atendendo aos domínios que lhe são próprios. Abordaremos adiante as políticas, os métodos e os instrumentos que podem ser associados à operacionalização dos conteúdos deste conceito.

Do aprofundamento das diversas vertentes irá resultando uma matriz metodológica de referência, dirigida a componentes e áreas de actuação, apoiada na doutrina expressa nos textos fundamentais relevantes. Tentaremos, igualmente, identificar os aspectos críticos deste processo, detectando potenciais estrangulamentos e áreas de sensibilidade para a concretização dos objectivos definidos, o que é essencial para a compreensão das dinâmicas dos sistemas dos centros históricos.

¹ Na construção de uma metodologia, a operacionalização corresponde à fase em que se procura estabelecer a articulação da *ideia* - os conteúdos, princípios e objectivos - com a sua *aplicação* - as políticas, métodos e instrumentos.

II. 2. 2. A preservação e os componentes de primeiro nível: princípios, objectivos e aspectos operacionais.

Exploremos, em primeiro lugar, o domínio da *preservação*, e nesta, as actuações englobadas no conteúdo da “protecção do património edificado” e as suas implicações nos centros históricos. Tomaremos, naturalmente, como contexto de referência, nos casos concretos, a situação portuguesa e o quadro legal vigente no período em estudo e até há pouco, conforme referido no capítulo II. 1. 4.

Vimos que a protecção, dirigindo-se à defesa da integridade e ao controlo das transformações dos bens patrimoniais, se estabelece com base no interesse público e é suportada por um conjunto de disposições legais. Tem origem num procedimento complexo de identificação e inventário dos imóveis que, pelas suas características, sejam merecedores de interesse e defesa, o qual pode ser desencadeado em diversos âmbitos e por qualquer agente público ou privado. A iniciativa é, no entanto, apropriada de imediato pela administração pública central, desenvolvendo-se num processo que pode conduzir à classificação do bem e ao estabelecimento de um regime de protecção (IPPAR, 1995). Note-se que, desde a abertura do processo de instrução, o imóvel se considera “em vias de classificação”², aplicando-se, transitoriamente, um regime com efeitos equivalentes ao dos imóveis classificados.

No quadro legal considerado, a classificação do património edificado exprime-se em três categorias, consoante a especificidade do valor em causa: Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, estabelecidas pelo Decreto nº. 20.985, de 07.03.1932, cujo regime, na prática, se revela equivalente; a estas acresce a categoria de Valor Concelhio, estabelecida pela

² Ver o Artigo 18º da Lei nº.13/85, de 06.07.

Lei nº. 2.032, de 11.06.1949, que se distingue das anteriores, sobretudo, pelo não estabelecimento de zonas de protecção. Trata-se de uma questão cujas implicações importa discutir.

Apesar das profundas alterações que foram introduzidas na política do património cultural pela Lei nº. 13/85, de 06.07,³ a sua não regulamentação manteve em suspenso uma eventual revisão das categorias referidas, pelo que estas se conservaram em vigor. No entanto, a introdução para os bens imóveis da classificação em monumentos, conjuntos e sítios, veio actualizar a perspectiva relativamente aos objectos patrimoniais, permitindo uma maior abrangência dos conceitos e das actuações de protecção⁴.

Refira-se que, nos últimos anos da sua vigência, foram feitas várias tentativas para rever a Lei de Bases do Património. Uma das últimas consistiu na apresentação à Assembleia da República, em Março / Abril de 1999, de um projecto neste sentido, por iniciativa do então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho. Este projecto, que introduzia consideráveis alterações no regime em vigor, foi reprovado na generalidade. Posteriormente, em Março de 2001, o Governo apresentou a Proposta de Lei nº. 39/VII, que estabelece as “bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”. Este documento, que esteve na origem do regime actualmente em vigor, foi contestado, quer publicamente, quer junto da Assembleia da República, pela Ordem dos Arquitectos, nomeadamente por “desconhecer as noções de património arquitectónico e urbano”.

³ Estabelecendo, nomeadamente, critérios de classificação relativos à inserção espacial dos imóveis - valor local, regional, nacional e internacional.

⁴ Esta classificação apresenta analogias com a instituída pelo Decreto-Lei nº. 613/76, de 27.07, actualmente revogado, nos “objectos, conjuntos, sítios e lugares classificados”, estabelecendo uma pioneira integração do património natural e cultural. Está também consagrada no Decreto do Presidente da República nº. 5/91, de 23.01, que ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa - *Convenção de Granada*.

Neste regime, a implementação dos objectivos da protecção, inclui, à luz da importância reconhecida do enquadramento territorial do património edificado, a delimitação de uma “zona de protecção” - ZP, na qual se aplicam as mesmas condicionantes. Esta abrange, automaticamente, 50 metros em torno do imóvel classificado, podendo integrar uma área maior, com contorno variável, mediante a definição de uma “zona especial de protecção” - ZEP, incluindo ou não áreas *non aedificandi* ⁵.

O carácter passivo da protecção manifesta-se, na prática, por um efectivo “congelamento” do imóvel classificado e do território abrangido nas zonas de protecção, que decorre dos seus objectivos específicos. Os imóveis classificados, bem como os incluídos nas ZP e ZEP, não podem ser demolidos, sofrer qualquer tipo de obras ou alterações de uso sujeitas a licenciamento, ou alienados, sem o prévio consentimento expresso dos órgãos do Estado que tutelam o património arquitectónico. A estes assiste, igualmente, o direito de preferência em caso de venda daqueles bens ⁶.

Na tradição da nossa política do património cultural, os edifícios classificados têm sido, sobretudo, os de carácter monumental, muitas vezes na posse da administração pública. No entanto, este facto tende a alterar-se com o alargamento do conceito de património e com a protecção dirigida a conjuntos, o que agudiza o problema de como conciliar o interesse colectivo da protecção do património com o exercício do direito de propriedade ⁷.

Estamos perante um dos paradoxos da preservação, no sentido em que os proprietários privados são directamente onerados, por força das restrições e servidões sobre os seus imóveis, em nome de valores de natureza colectiva, cuja prossecução compete ao Estado.

⁵ Ver Artigo 22º da Lei nº. 13/85, de 06.07.

⁶ Ver Artigos 14º, 17º e 23º da Lei nº. 13/85, de 06.07.

⁷ A política do património cultural edificado em Portugal não estabelece distinções no regime de protecção quando se tratem de edifícios, conjuntos urbanos ou centros históricos.

Tratando-se de centros históricos, muitas vezes com um elevado número de imóveis classificados e respectivas ZP ⁸, torna-se evidente que uma larga extensão de tecido urbano, com numerosos edifícios de propriedade privada, pode ser abrangida. Esta situação verifica-se amplamente no nosso caso de estudo, o centro histórico de Évora, onde, como veremos melhor adiante, as zonas de protecção do património classificado cobrem uma parte muito considerável do parque edificado total ⁹.

Acresce a esta situação a injustiça relativa criada pelos critérios de delimitação das zonas de protecção (Ruiz, 1997) e pelo seu carácter artificial de “linhas de fronteira” planimétricas. Se as ZEP são, em princípio, delimitadas com base em critérios de coerência patrimonial e territorial, as ZP têm uma natureza meramente geométrica, incorrendo em grosseiras inconsistências e extremando as disparidades entre proprietários. O seu carácter, em princípio, transitório tem vindo a eternizar-se, em virtude do relativamente reduzido número de ZEP instituídas.

No facto de, por força dos regimes de protecção do património edificado, recair sobre um número restrito de agentes privados uma menos-valia, imposta em nome de um benefício colectivo, reside boa parte da relativa impopularidade desta actuação. Este aspecto está habitualmente omissa nas preocupações da protecção, embora os regimes jurídicos mais recentes prevejam alguns dispositivos compensatórios (Boavida-Portugal, 1987), na maioria dos casos insuficientes para assegurar uma justa compensação. A legislação portuguesa, embora timidamente, tem evoluído neste sentido (Cardona, 1989; Colen, 1990; 1997). Note-se que, além dos condicionamentos

⁸ Bem como a eventual delimitação de algumas ZEP.

⁹ A classificação pela UNESCO de todo o centro histórico como “Património Mundial” não tem correspondência no regime jurídico português, pelo que não determina o estabelecimento de qualquer zona de protecção. A recente (Junho de 1997) declaração de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), nos termos da Lei dos Solos, deste espaço, embora impondo igualmente restrições ao direito de propriedade, tem subjacentes objectivos mais vastos de administração urbanística, que discutiremos oportunamente.

à transformação, são impostas aos proprietários obrigações de conservação, indispensáveis aos objectivos de protecção e qualificação do enquadramento do imóvel classificado ¹⁰.

A previsão da substituição pelo Estado dos proprietários faltosos ou sem recursos, que surge frequentemente em diversos regimes de protecção e pode ir até à expropriação dos bens em causa, tem-se revelado uma alternativa irrealista, quando não demagógica, para assegurar as acções de conservação. A escassez de recursos públicos para este domínio, face à prioridade de outras afectações orçamentais, é tal, que as verbas disponíveis não cobrem sequer os custos de manutenção dos imóveis classificados na posse do Estado, facto bem atestado pela situação de ruína de muitos deles. Não será, assim, razoável esperar uma actuação maciça dos poderes públicos de apoio à conservação do edificado nas zonas de protecção.

Menos realista, ainda, será depender da intervenção pública nos tecidos urbanos não sujeitos a regimes de protecção, mas com interesse à luz de uma perspectiva abrangente do património edificado urbano, como é o caso da maioria dos centros históricos.

Este quadro, que só não é evidente para quem não conheça a realidade actual do património edificado português, ou de alguns outros países do mesmo contexto político-económico, torna patentes as limitações dos regimes de protecção, centrados na actuação do Estado em assegurar os seus objectivos. Estas limitações são, sobretudo, notadas quando se confrontam situações urbanas dinâmicas, com pressões de transformação do edificado e acentuada valorização fundiária.

Desta constatação nasce o reconhecimento da necessidade do contributo de outros factores para a sobrevivência do património edificado, como a motivação diversificada dos agentes privados ou a articulação com as

¹⁰ Ver Artigos 15º e 16º da Lei nº. 13/85, de 06.07.

dinâmicas socioterritoriais. Em suma, da abordagem introduzida pela conservação integrada.

Poderemos ainda acrescentar o argumento que, sendo a preservação do património edificado um objectivo da comunidade, este deverá ser assumido de forma endógena, ou seja, a partir do interior da sociedade civil, por iniciativa dos seus agentes e integrado nas suas actuações quotidianas.

A acção dos poderes públicos na protecção assume ainda um outro aspecto, ao qual se reconhece cada vez maior importância neste contexto. Trata-se da investigação científica sobre o património edificado e o apoio à formação neste domínio, junto de diversos níveis da administração ou de outros agentes, bem como a divulgação de informação relevante. Na nossa tradição jurídico-administrativa, a investigação é, também, cometida aos organismos que, na estrutura do Estado, concentram as competências relativas ao património cultural. Estes inserem-se, como vimos, na área governamental da Cultura.

Actualmente, e após um longo processo evolutivo (Boavida-Portugal, 1987, págs. 7-21), as competências relativas ao património arquitectónico residem no IPPAR e respectivas Direcções Regionais, embora se venha perpetuando, na complexa orgânica do Estado Português, alguma sobreposição com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - DGEMN, integrada no Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território - MEPAT ¹¹. É necessário ter presente que esta tutela se exerce em sobreposição com o ordenamento e gestão do território e o licenciamento de obras, que competem, sobretudo, às autarquias locais, bem como, em alguns casos, com atribuições nestes domínios das Comissões de Coordenação Regionais - CCR.

¹¹ Ver, a este propósito, o capítulo III. 3.

Lembre-se que esta organização não tem equivalência com a que se encontra em alguns países que se pautam pelos princípios da conservação integrada, onde, como vimos, os conjuntos edificados de valor patrimonial dependem da área do Urbanismo. A sobreposição de tutelas que advém do modelo que prevalece entre nós, faz com que, no caso dos centros históricos, surjam frequentemente limitações operacionais e conflitos de objectivos, difíceis de gerir.

Os princípios e objectivos da protecção do património edificado e as actuações de conservação ¹² que os concretizam materialmente, estão consagrados nos textos doutrinários mais relevantes para a conservação integrada, embora talvez de uma forma relativamente pouco elaborada. Isto deve-se, seguramente, à sua posição institucional como componentes do processo, num domínio relativamente estanque e onde se tem verificado pouca inovação, face ao desenvolvimento conceptual e metodológico que têm merecido os componentes que designámos de segundo nível.

Tratando-se de actuações que, como vimos, residem na esfera do Estado, uma referência frequente é a manifestação da vontade de promover uma política comum e uma acção concertada de protecção do património edificado, nos diversos países. Nos textos doutrinários produzidos pelo Conselho da Europa, estes objectivos são habitualmente referidos como devendo apoiar-se nos princípios da conservação integrada ¹³. Atendendo à sua natureza política, a protecção e a estrutura administrativa a quem compete a sua implementação são, no entanto, mais contempladas nos regimes jurídicos nacionais dos vários países.

Assinalando os aspectos mais relevantes neste domínio na evolução doutrinária, devemos salientar a frequente preocupação expressa em reforçar,

¹² Da manutenção ao restauro, na perspectiva que atrás enunciamos.

¹³ Ver a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Como vimos, estes princípios têm constituído a linha orientadora desta organização.

e tornar mais eficazes, a estrutura legislativa e os meios administrativos necessários à protecção. Estes deverão ser orientados pelo princípio da coordenação com a legislação do urbanismo e do ordenamento do território.

Ainda, numa segunda vertente, defende-se a articulação com a legislação habitacional ¹⁴, no sentido da adaptação às exigências de uma política de protecção global.

Considera-se estar ausente em muitos países uma legislação suficientemente eficaz e flexível, atendendo à harmonização das disposições legislativas naquelas matérias, facto referido, por exemplo, na *Recomendação de Nairobi*. Também aqui se apela à criação de um regime específico de protecção para conjuntos, bem como à adaptação das legislações a estes princípios, ao nível local e regional.

O aumento da capacidade operacional dos organismos públicos, aos quais competem, predominantemente, as actuações de protecção, é um princípio generalizado nos países do contexto sociopolítico em que nos situamos. Este manifesta-se, quer nos aspectos relativos ao estabelecimento dos regimes específicos, quer nas implicações destes ao nível dos apoios financeiros e fiscais necessários, quer ainda na previsão de meios excepcionais de intervenção. Encontra-se igualmente expresso nas convenções internacionais, depois transpostas para a ordem jurídica dos diversos Estados aderentes, como é o caso da *Convenção de Granada* (Conselho da Europa, 1985b).

Para concretizar estas orientações, impõe-se rever a estrutura da administração pública, no sentido de os serviços responsáveis pela protecção do património se organizarem nos níveis apropriados e com os meios indispensáveis a uma nova acção. Esta referência é constante nos textos doutrinários mais recentes, a par da necessidade de cooperação entre as

¹⁴ Esta questão surge muito ligada aos problemas dos centros históricos, pela importância da função residencial destes espaços, como já foi referido. Articulam-se, ainda, com os componentes sociais da conservação integrada, aspectos que desenvolveremos adiante.

autoridades públicas responsáveis pelas diversas áreas envolvidas neste domínio.

Uma das principais incidências deste aspecto é a da alteração das competências que actualmente residem na administração pública central, reforçando as atribuições da administração local na definição e implementação de uma política do património cultural imóvel. Esta questão envolve outros aspectos importantes para a nossa análise, aos quais voltaremos ao longo do trabalho ¹⁵.

Refira-se apenas que aos poderes locais incumbe a maior parte das responsabilidades no planeamento e gestão do uso e transformação do solo, ou seja, em matéria de urbanismo, ordenamento do território e algumas políticas sectoriais associadas (Bernot, 1996). Parece, pois, evidente que devem ter, por essa via, uma intervenção determinante na protecção e revitalização do património edificado, tendo em conta as relações deste com aqueles domínios. O seu maior envolvimento nos aspectos relativos ao património construído poderá justificar-se ainda pela maior aproximação às realidades sociais, culturais e económicas das comunidades locais. Podem, assim, suscitar, simultaneamente, o fortalecimento da participação das populações no processo de decisão, objectivo de crescente importância.

Relativamente à importância da componente “investigação”, os textos fundamentais nesta área reconhecem a necessidade de um inventário dos imóveis merecedores de protecção - em princípio, os classificados -, bem como das zonas de protecção estabelecidas. A divulgação desse inventário junto dos responsáveis pelo ordenamento do território constituirá uma “base realista para a conservação, enquanto elemento qualitativo fundamental para a

¹⁵ Para o papel acrescido da administração local, tem contribuído a acção, neste domínio, da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, sobretudo a partir da 1ª. Confrontação Europeia das Cidades de Interesse Histórico, em 1971, de que resultou a *Declaração de Split*.

gestão dos espaços”¹⁶. Reconhece-se ainda como indispensável um apoio científico e técnico aos poderes locais na elaboração de programas de protecção.

Para além das orientações gerais expressas, verifica-se que a evolução doutrinária reflecte, nas medidas jurídicas e administrativas relativas ao regime de protecção do património edificado, as alterações conceptuais de que este vem sendo alvo. Refira-se, nomeadamente e nos aspectos que nos interessam, o alargamento do seu âmbito - arquitectura não-monumental, conjuntos - e a articulação com os princípios da conservação integrada.

Reconhece-se, assim, a necessidade de prever procedimentos especiais, sobretudo relativamente à identificação, delimitação e classificação de conjuntos, respectivas zonas de protecção e outras servidões de utilidade pública. Estes procedimentos incluem, ainda, aspectos relativos à tutela destes espaços nas questões relativas à gestão do solo, apreciação de projectos e licenciamento de obras.

As alterações do conceito de património edificado reflectem-se ainda nas actuações de protecção, pela transfiguração, ao mesmo tempo evidente e subtil, do seu próprio objecto, ou seja, dos valores a proteger. Edifícios, conjuntos, tecidos urbanos, estruturas cadastrais, relações com a envolvente, ou mesmo vocações consolidadas dos espaços urbanos históricos¹⁷, constituem elementos da identidade patrimonial, que já não são apenas “materiais”, mas também “espirituais”, cada vez mais difíceis de regulamentar e administrar.

A operacionalização da vertente de protecção do património edificado resulta da articulação dos objectivos e critérios de valor que conduzem à

¹⁶ Ver *Declaração de Amsterdão*.

¹⁷ Ver a *Carta de Washington*, ponto 2.

classificação, com o conseqüente regime jurídico¹⁸ e a estrutura administrativa que asseguram a sua aplicação concreta. Será, sobretudo, importante para nós testar o grau de eficácia da protecção no alcance dos seus objectivos e, portanto, o seu real contributo para o processo de conservação integrada.

Interessa, assim, seleccionar um conjunto de variáveis descritivas, de carácter expedito, que permitam verificar empiricamente as condições da aplicação desta vertente. Destes aspectos trataremos no capítulo III. 4. 1.

Para concluir o domínio da preservação do património imóvel, vejamos agora as actuações abrangidas no conteúdo da “conservação”, tal como foi atrás definida, ou seja, os procedimentos destinados a prolongar o tempo de vida útil de um edifício histórico, mantendo a sua integridade. Dizemos, assim, que concretizam materialmente os objectivos de protecção, sendo deles indissociáveis.

Tratando-se de actuações físicas, a sua operacionalização, ou seja, as formas de intervenção que assumem na prática, dependerá, por um lado, da natureza patrimonial, expressa nas suas categorias e abrangência territorial e, por outro, das características tipológicas específicas dos edifícios protegidos.

Os modos destas actuações são, inevitavelmente, determinados por filosofias de intervenção física sobre o património edificado, de conteúdos diversos, em torno das quais nem sempre é fácil reunir consensos, apesar dos avanços doutrinários das últimas décadas. As actuações de conservação surgem, assim, expressas numa grande diversidade de casos concretos, reflectindo, quer estas orientações distintas, quer a pluralidade das características patrimoniais e tipológicas do edificado.

Vários outros factores modelam ainda estas intervenções, alguns dos quais relacionados com a natureza dos regimes de protecção, por exemplo, a

¹⁸ Podem ainda considerar-se, em acréscimo, outras normativas, como as contidas em planos de ordenamento do território, nomeadamente, pela definição de edifícios ou conjuntos de valor patrimonial sujeitos a condicionamentos específicos, mas cuja classificação não é proposta.



posse pública ou privada dos edifícios, determinando mecanismos de acção diversos. Outros decorrem de aspectos ligados às actuações que designamos de segundo nível, como os usos possíveis para o imóvel, remetendo, portanto, para a sua integração na sociedade actual.

Estes factores não são, no entanto, específicos do âmbito da conservação, tendo relevância em qualquer actuação física sobre o património edificado - por exemplo, no caso da reabilitação -, pelo que nos centraremos, para a discussão deste ponto, nos aspectos indicados inicialmente.

Como vimos em ponto anterior, as actuações abrangidas no conceito de conservação são limitadas, na nossa perspectiva, à manutenção, à reparação ou consolidação e ao restauro, este último objecto de significativa evolução teórica já ilustrada. Realce-se apenas, quanto às duas primeiras ¹⁹, que o seu carácter essencialmente preventivo e correctivo, no sentido de manter no mesmo estado, ou defender a integridade física das construções (Jorge, 1992, pág. 56), reflecte bem a natureza cautelosa das actuações de conservação.

A conservação do património imóvel classificado, ou em vias de classificação, constitui o prolongamento natural das medidas de protecção, estando englobada com esta no domínio das actuações de primeiro nível, sob os objectivos globais da preservação.

A conservação incumbe, em primeiro lugar, aos proprietários dos edifícios. Perante o não cumprimento ou incapacidade destes, poderá o Estado intervir em sua substituição e, atendendo às respectivas situações económicas, imputar, ou não, os custos aos responsáveis faltosos. Esta intervenção do Estado poderá ir até à expropriação dos bens em causa, prerrogativa que pode igualmente ser exercida pelas autarquias, sob parecer favorável do IPPAR. Por analogia, e continuando a referir o regime

¹⁹ Para estas, o entendimento do seu conteúdo tem permanecido mais estável.

estabelecido na Lei nº. 13/85, de 06.07, os imóveis situados em ZP e ZEP podem ser sujeitos a idênticas medidas ²⁰.

Os instrumentos da política do património cultural não definem princípios e objectivos específicos, ou até critérios, para as actuações de conservação, para além dos subjacentes à defesa da integridade dos bens classificados e sua envolvente. Reconheça-se a dificuldade desta tarefa, face à diversidade de situações patrimoniais e tipológicas referida, implicando muitas vezes o estabelecimento de objectivos e prioridades de intervenção restritas a casos pontuais.

No entanto, parece-nos que seria possível estabelecer um conjunto de princípios orientadores, bem como um corpo de regras claras e de aplicação quase universal, que viessem a constituir um quadro de referência para as intervenções de conservação. Este poderia ter por base os progressos recentes nas teorias e na doutrina do património, e o reconhecimento generalizado da necessidade de criar condições para a utilização do património edificado para fins socialmente úteis. A avaliação casuística de objectivos e critérios seria, assim, confinada a situações de excepção, nas quais teriam que convergir as várias entidades envolvidas na apreciação.

A ausência destes princípios de orientação leva à multiplicação de actuações casuísticas e pautadas por uma grande morosidade na decisão, a par de uma atitude prudente e fortemente restritiva nas intervenções, reflexo da dificuldade em acompanhar o volume de solicitações com que se deparam as tutelas. Para entender as limitações destas, atente-se ainda, cumulativamente, nas faltas de meios, da integração das políticas sectoriais e territoriais com incidência neste domínio, de uma estratégia integrada de desenvolvimento, suportada por uma gestão consequente, bem como na

²⁰ Desde que "... prejudiquem a boa conservação (dos bens classificados) ... e ofendam ou desvirtuem as suas características ou enquadramento.". Ver o Art. 16º. 3. do referido diploma legal.

ausência dos “planos de salvaguarda e valorização” previstos na lei, aspecto que discutiremos adiante. A estas inegáveis dificuldades associa-se um pesado sentimento de responsabilidade como “guardiães do património”, gerador de alguns efeitos inibidores ²¹. Seria, assim, injusto não referir o esforço desenvolvido pelos Serviços do IPPAR, na formulação de orientações para alguns aspectos da intervenção arquitectónica em áreas históricas. Destaquem-se as relativas à presença de elementos acessórios nas fachadas (suportes publicitários, palas, toldos e vitrinas), que em muito contribuem para a degradação do ambiente urbano naqueles espaços (IPPAR, 1994).

As actuações de conservação, podendo ser, quer de iniciativa dos proprietários particulares - ou serem-lhes impostas -, quer assumidas pelo Estado, estão sempre sujeitas ao controle que o Ministério da Cultura exerce, através do IPPAR, nos processos de licenciamento relativos a imóveis classificados ou incluídos em ZP ou ZEP. Este procedimento garante que as intervenções autorizadas correspondem aos critérios oficialmente aceites, embora eventualmente não explicitados ²², aplicados à situação concreta em apreço.

Neste quadro pode inferir-se que cada obra de conservação aprovada e executada em ZP e ZEP, promove os objectivos de preservação do património edificado, tal como são entendidos pelas entidades responsáveis. As intervenções que não se limitem ao âmbito definido para a conservação não

²¹ Se aos mais de 3.300 imóveis classificados (incluindo conjuntos) existentes em Portugal, juntarmos os situados nas respectivas ZP e ZEP, em número indeterminado mas que facilmente decuplicará aquele, verificamos que incumbe aos órgãos de tutela do património edificado o eventual acompanhamento de processos relativos a largas dezenas de milhar de edifícios. Nestas circunstâncias, não é de estranhar a relutância à experimentação e a atitude cautelosa que vêm marcando a esfera do património edificado.

²² O que na tradição da administração pública portuguesa, se designa, de modo eufemístico, como “o entendimento dos Serviços”. Embora dentro do quadro legal, este entendimento permite uma variação significativa das suas aplicações concretas. Esta pode decorrer, por exemplo, de despachos e directivas internas, ou de interpretações e esclarecimentos da legislação, também de natureza interna e oriundas das tutelas. Pode ainda resultar da mera opinião, individual e subjectiva, dos técnicos e das chefias envolvidos.

são aqui consideradas, embora traduzam, por analogia, a assimilação dos objectivos da política do património cultural noutros domínios, como a reabilitação, a salvaguarda ou a revitalização.

Relativamente aos centros históricos, verifica-se a ausência de princípios, objectivos e critérios de conservação que lhes sejam dirigidos no regime jurídico do património edificado. Acresce a falta de uma perspectiva de conjunto, pelo que as actuações nestas áreas urbanas equivalem, apenas, ao somatório das intervenções individuais nos edifícios, elas próprias alvo de orientações casuísticas. Este aspecto era já referido quanto às medidas de protecção, sendo apontado como uma limitação às actuações neste domínio em diversos documentos internacionais, como vimos, por exemplo, na *Recomendação de Nairobi* ou na *Declaração de Amsterdão* ²³.

Se seguirmos a evolução dos princípios e objectivos associados à conservação nos textos doutrinários fundamentais, verificamos que este conceito surge frequentemente citado entre a protecção e a valorização. Constitui uma sequência natural da primeira, sendo ambas tidas, implicitamente, como medidas cautelares, e preparando as condições para a implementação da última, a que se atribui um sentido mais dinâmico ²⁴.

A doutrina consagrou, desde há muito, que a conservação implica a manutenção permanente do edificado, o que é reafirmado nos textos mais recentes, como a *Carta de Washington*, de 1987 ²⁵. Relativamente à evolução dos modos operativos de conservar o património arquitectónico, bem como aos

²³ Onde se refere "... la conservation du patrimoine architectural conçue, comme elle devrait l'être, à l'échelle d'une opération de réhabilitation urbaine...".

²⁴ Nesta perspectiva, veja-se a formulação do Artº. 5º da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, dita *Convenção de Paris* (UNESCO, 1972).

²⁵ Como já referimos, no original deste documento, o termo inglês "*conservation*" equivale ao francês "*sauvegarde*", conceito mais abrangente. Tal facto introduz alguma ambiguidade na interpretação, dado o uso frequente na bibliografia inglesa do termo conservação num sentido próximo de conservação integrada (cf. capítulo II.1).

seus limites ²⁶, verifica-se não ter havido muito desenvolvimento ²⁷, sendo aceite como orientação a referência da "... *mais adulta* unidade histórica e estética..." do imóvel (Jorge, 1992, pág. 57). Este facto pode ser atribuído à estabilização destes conteúdos desde a *Carta de Veneza*, bem como à crescente importância dedicada às questões respeitantes à conservação integrada nos textos doutrinários.

Está, também, generalizado o reconhecimento de que a promoção da conservação incumbe ao Estado, embora seja, igualmente, pacífico que a intervenção concreta deste em substituição dos proprietários se deve restringir a situações de excepção. Neste campo, as tendências têm sido, sobretudo, no sentido de as entidades públicas de tutela contribuírem para criar as condições que permitam, a quem compete a gestão dos imóveis, assegurar a sua conservação.

Estas condições podem passar pela prestação de assistência técnica e científica, bem como pela formação. Podem ainda basear-se na prestação de auxílios financeiros e na concessão de benefícios fiscais relativamente aos investimentos envolvidos. Trata-se de uma área muito presente nos textos fundamentais e que merecerá maior atenção, quanto a outros domínios, no ponto seguinte. As formas de apoio têm origem, habitualmente, na administração central, dirigindo-se, quer aos proprietários, quer aos órgãos de poder local que lancem iniciativas neste domínio, surgindo estes, muitas vezes, como intermediários na sua administração. Para ilustrar a referência a apoios destinados a suportar os custos envolvidos nas acções específicas

²⁶ Problemática muito tratada na já referida *teoria do restauro*, sendo aspectos que poderiam constituir referências de enquadramento às orientações nacionais na matéria.

²⁷ O já mencionado projecto de acrescentar cinco Artigos à *Carta de Veneza*, elaborado por Raymond Lemaire em 1977 (ICOMOS, 1978) no âmbito de uma revisão desta para a alargar ao domínio dos conjuntos históricos, desenvolvia ainda este aspecto - Ver Artigos 9 a 13, sob o título geral de "*Restauration*". Como vimos, este projecto seria abandonado, vindo aquele alargamento a ser consagrado na *Carta de Washington*.

abrangidas no âmbito da conservação, pode apontar-se a *Declaração de Amsterdão*²⁸ ou a *Declaração de Estrasburgo*²⁹ (Conselho da Europa, 1976).

Estes estímulos à conservação, sob a forma de incentivos fiscais para os particulares, ou apoio financeiro público aos “... *travaux d’entretien et de restauration du patrimoine architectural...*”, podem ainda encontrar-se, mais recentemente, no articulado da *Convenção de Granada*. A par destes, surge a previsão de verbas para os poderes locais levarem a efeito as suas competências nas acções de conservação³⁰.

Seguramente, os aspectos mais marcantes, em termos doutrinários, quanto aos princípios e objectivos associados ao conceito de conservação, são os que decorrem do seu alargamento aos conteúdos da conservação integrada. Esta transposição está bem ilustrada na *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, de 1975, na *Declaração de Amsterdão*, do mesmo ano e na *Recomendação de Nairobi*, de 1976. Aqui se opera o reconhecimento de que a conservação do património edificado depende, largamente, da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua tomada em conta nos planos de ordenamento do território e de urbanismo. Este facto alterou profundamente os domínios envolvidos e, conseqüentemente, as formas da sua operacionalização.

Estas são questões que abordaremos a seguir, devendo reter-se agora que, após esta alteração, o termo *conservação* passou a ser muito usado nos documentos internacionais como equivalendo a *conservação integrada*, apenas se distinguindo este duplo sentido pelo contexto em que é referido. Não poderá, assim, ser considerado como um elemento isolado, mas como

²⁸ Ver, por exemplo, o seu Preâmbulo, alínea h.

²⁹ Ver o seu ponto 6.

³⁰ Ver *Mesures Complémentaires*, Article 6.

fazendo parte de uma estratégia coerente e global, o que torna ainda mais complexa a destrição de significados nesta matéria ³¹.

A operacionalização da vertente de conservação do património edificado traduz-se na articulação dos princípios e objectivos que lhe estão associados, com as actuações que, na prática, os implementam. Para estruturar uma metodologia que permita, também, a avaliação destes componentes e, em consequência, do seu contributo para o processo de conservação integrada na sua globalidade, importa estabelecer quais as variáveis que permitem retratar, em situações territoriais concretas, as suas condições de aplicação. Destes aspectos trataremos no capítulo III. 4. 1.

Por sua vez, a operacionalização do domínio da *preservação* do património edificado resulta da articulação da vertente de *protecção* - consagrada no respectivo regime - com as actuações de *conservação* que a concretizam. Da avaliação conjunta destas vertentes, feita com base nas variáveis seleccionadas ³², adequadas a cada situação específica, se pode inferir da eficácia deste componente, bem como da sua contribuição para um processo sustentado de conservação integrada.

II. 2. 3. A dimensão socioterritorial da conservação integrada: os componentes de segundo nível.

Ensaçada a exploração dos princípios e objectivos, bem como dos aspectos operacionais, ligados aos componentes de “primeiro nível”, abordemos agora os que reflectem o contributo conceptual específico da conservação integrada. Como vimos, estes dizem respeito, por um lado, à

³¹ Veja-se a este propósito, o modo eloquente e paradoxal como se lhe refere Georg Kahn-Ackermann, à data, Secretário-Geral do Conselho da Europa, no Prefácio da *Declaração de Amsterdão*: “... la conservation, loin d'être synonyme de conservatisme, est un instrument indispensable d'une politique de changement à visage humain...”.

³² Cf. capítulo III. 2.

utilização do património edificado pela sociedade actual e, por outro, à sua *integração no urbanismo e no ordenamento do território*, tendo sido, no seu conjunto, designados por componentes de “segundo nível”.

O aparente afastamento que se irá manifestar no nosso propósito, relativamente ao componente “cultural” do património edificado ³³, parece, ainda hoje, chocante em alguns círculos e sujeita-nos à controvérsia por parte da área disciplinar da “conservação / restauro”. Pensamos já ter tornado claro que, no nosso entendimento, o património edificado e, sobretudo, os centros históricos, não são um objecto exterior à sociedade contemporânea, impermeável às suas dinâmicas e lógicas próprias. Pelo contrário, fazem parte de sistemas socioterritoriais sujeitos a tensões de mudança.

Como todos os elementos destes sistemas, a sua sobrevivência depende da capacidade de se afirmarem, de modo social e economicamente viável, assegurando, com recurso aos factores que podem mobilizar a seu favor, a sua sustentabilidade, num contexto de crescente competição.

Para além de algumas referências a princípios afins da conservação integrada no nosso regime jurídico ³⁴, e da transposição de convenções internacionais que os adoptam ³⁵, estas vertentes não têm expressão relevante nas orientações e nos instrumentos da política do património cultural imóvel.

Como foi referido, entre nós, tem sido essencialmente na área das políticas urbanas, com reflexo em alguns programas de actuação e instrumentos de ordenamento do território, que a tentativa de uma abordagem integrada às áreas históricas se tem ensaiado. Note-se, ainda, que esta

³³ Iremos dirigir a nossa atenção, sobretudo, para aspectos de natureza urbana e territorial, económica, funcional, social e política, visto serem estes que consideramos centrais para a viabilidade do sistema dos centros históricos.

³⁴ Nomeadamente, na Lei nº. 13/85, de 06.07. Estas referências são especialmente evidentes no seu Título III - “Do fomento da conservação e valorização do património cultural”.

³⁵ Caso da *Convention pour la Sauvegarde du Patrimoine Architectural de l'Europe - Convenção de Granada*.

tentativa tem ocorrido a partir de meados da década de 1980, podendo reportar-se o seu início ao referido Programa de Reabilitação Urbana.

Trata-se de iniciativas que têm, habitualmente, por base intervenções de naturezas diversas, dirigidas à reabilitação física e funcional do tecido urbano, centradas no edificado e assumindo como objectivo a revitalização destas áreas. Procuraremos aprofundar este aspecto ao tratar da componente de integração do património edificado no planeamento urbano.

Os princípios e objectivos, bem como as políticas, métodos e instrumentos, relativos à aplicação da conservação integrada ³⁶ são, por outro lado, amplamente desenvolvidos nos textos doutrinários internacionais que estabeleceram e aprofundaram os conteúdos desta nova abordagem. Serão estes que tomaremos como referência, procurando também identificar e delimitar as actuações abarcadas na sua operacionalização.

Lembre-se o que designámos por natureza essencialmente *imaterial* destes componentes, embora suportados, também, por intervenções físicas. Isto implica que a metodologia que conduz à concretização dos objectivos associados a este nível dependa de actuações de um outro tipo, apoiadas em instrumentos com características diversas. Estes centram-se, não tanto no objecto patrimonial em si, mas na sua condição de elemento de sistemas socioterritoriais complexos.

Torna-se necessária, portanto, a identificação e a convergência dos factores que contribuem para assegurar as condições da sua sobrevivência no contexto socioterritorial actual, ou seja, a sua *viabilidade*.

³⁶ Naquilo que a distingue, fundamentalmente, da conservação *stricto sensu*.

II. 2. 3. 1. A utilização do património edificado pela sociedade actual: objectivos e linhas de actuação.

O primeiro grande objectivo que decorre da alteração conceptual representada pela conservação integrada é o de tornar o património edificado, incluindo os conjuntos, utilizável - e efectivamente *utilizado* - pela sociedade moderna (Choay, 1988c, pág. 169). Trata-se, assim, de abrir uma nova relação com estes elementos patrimoniais, que, para além da sua apropriação como documentos históricos, valores estéticos ou simbólicos, procure formas de integração prática na vida quotidiana das comunidades locais.

Reportamo-nos ao contexto dos centros históricos, que, como vimos, deriva do próprio alargamento do conceito de património edificado ³⁷, e a centros de cidade que conservam a sua importância urbana, situação do nosso caso de estudo. Confrontamos, portanto, a necessidade de re-inventar os modos como estes sistemas se podem integrar nas dinâmicas sociais, económicas e funcionais do mundo contemporâneo. Em suma, a utilização dos centros históricos pela sociedade actual impõe a sua integração numa “... *politique cohérente de développement économique et social...*” ³⁸.

Numa metodologia de actuação que promova esta integração no desenvolvimento económico e social, afastando a ameaça do *ghetto* e garantindo condições de viabilização sustentada, concorrem vários factores. Para efeitos do nosso argumento, estes podem-se agrupar em três linhas de força fundamentais e interligadas, que explicitaremos em seguida, designadamente, a *procura das funções apropriadas*, o *considerar o património edificado como um recurso económico* e a *reanimação dos laços comunitários*.

³⁷ Lembre-se que, como refere a *Declaração de Amsterdão*, na página 7, “...ce qu’il importe de protéger aujourd’hui ce sont les villes historiques, les quartiers urbains anciens et les villages de tradition...”.

³⁸ Ver *Carta de Washington, Principes et Objectifs*, ponto 1.

Em primeiro lugar, a *procura das funções apropriadas*³⁹ que, implicando a adequação do património edificado a novos programas funcionais e a condições de utilização compatíveis com os padrões actuais⁴⁰, possibilitem o seu uso para finalidades socialmente úteis. A redescoberta da importância do valor de uso é determinante para uma apropriação mais plena e sustentada do património edificado e indissociável da sua própria natureza arquitectónica, presente no princípio da *utilitas*.

O objectivo expresso deve, naturalmente, ser confrontado com as tipologias do edificado em causa, com a capacidade do seu espaço em acomodar novos programas e com o seu valor patrimonial. Este define a sensibilidade à mudança e determina os graus de intervenção possíveis, sem incorrer na descaracterização (Kalman, 1979).

Parece evidente, e tem sido verificado na prática, que existe uma relação directa entre as características dos programas funcionais e as tipologias arquitectónicas em que podem ser melhor resolvidos.

A função residencial tem aqui um papel importante⁴¹, sendo, obviamente e apesar da necessidade de adequação de *standards*, a mais compatível com os edifícios de tipologias habitacionais correntes, que compõem a maioria do tecido urbano dos centros históricos.

Os edifícios indivisos de maior porte, como as tipologias de habitação afluente, de raiz erudita, na arquitectura civil, ou os grandes volumes da arquitectura militar e religiosa, são mais adequados a equipamentos colectivos, instituições públicas ou privadas, bem como a sedes de prestígio

³⁹ A este respeito, ver a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, designadamente o seu ponto 7.

⁴⁰ Sem prejuízo da necessidade de flexibilizar alguns parâmetros e disposições regulamentares, inadequados às características físicas destes imóveis, ou à sua sensibilidade à mudança, em virtude do valor patrimonial, conforme já referido.

⁴¹ Já referido aquando da discussão do conceito de *revitalização* (ver capítulo II.1).

para empresas. No caso do seu fraccionamento interno ser viável, podem adaptar-se a programas de habitação colectiva, ou de comércio e serviços ⁴².

A alteração controlada de usos nas áreas históricas ⁴³ representa uma oportunidade de corrigir assimetrias ou especializações nefastas na sua estrutura funcional, bem como de contribuir com novos factores para a *revitalização*, conceito central neste domínio. É, aqui, determinante a escolha dos usos que mais concorrem para este objectivo. Para além do que ficou dito quanto à habitação, várias funções podem contribuir para o desenvolvimento económico e social destes espaços, destacando-se as que suprem carências da população residente, como os equipamentos colectivos, os serviços pessoais ou o comércio. Importa ainda referir as que se propõem atrair população exterior aos centros históricos, como a restauração ou o turismo, podendo gerar efeitos multiplicadores ao nível local.

A introdução de novos programas funcionais em áreas históricas depará ainda com outro tipo de limitações, para além das inerentes ao edificado. Os instrumentos de gestão urbanística ou a prática municipal ⁴⁴, restringem, por vezes, as alterações de uso e o fraccionamento dos imóveis. As restrições são no sentido de impedir, quer distorções na estrutura funcional, quer o acréscimo da densidade populacional, com as sobrecargas sobre o espaço público e as infraestruturas que acarreta. Esta orientação, sobretudo no que respeita às alterações de uso, é bastante comum, podendo ter efeitos perversos, se a sua

⁴² Alguns edifícios com estas características afirmam-se muito fortemente perante a sociedade, como valores estéticos, documentais ou simbólicos, tomando-se pouco compatíveis com qualquer alteração de uso. A esta situação podem acrescer fortes condicionamentos colocados pelo seu espaço, tipologia ou partido arquitectónico. Na perspectiva que apresentamos e em consonância com os princípios da conservação integrada, o seu número é, todavia, muito restrito. Podem, apesar das limitações óbvias, gerar algumas receitas próprias, através de iniciativas no âmbito da sua gestão. Será, assim, possível aligeirar os encargos de conservação a suportar pelo Estado.

⁴³ Por oposição à terciarização, associada à desertificação habitacional, à *gentrification* - que não implica uma alteração de uso, mas de estrato social - ou ao esvaziamento generalizado de funções centrais, que se verifica nos centros históricos isolados no território.

⁴⁴ Visto tratarem-se de acções sujeitas a licenciamento municipal.

aplicação não for coordenada no âmbito de um processo global de revitalização. Veremos adiante que estes aspectos se têm observado no nosso caso de estudo, o centro histórico de Évora.

Como referem inúmeros textos doutrinários ⁴⁵, a re-utilização do património existente contribui para uma economia global de recursos, contrapondo-se a um modelo de expansão urbana ⁴⁶. Esta concretiza-se na medida em que os edifícios antigos podem receber novos usos que, sendo compatíveis com as suas características, respondam às necessidades da vida contemporânea. Rentabilizam-se, assim, áreas urbanas existentes, evitando a desertificação dos tecidos consolidados e reanimando a sua importância como lugares centrais.

Em segundo lugar, temos a consideração do património edificado também como um *recurso económico* ⁴⁷, tendo em conta, não apenas o valor cultural dos edifícios, mas também a sua componente venal ou locativa. Reflectem-se, deste modo, as suas características físicas excepcionais e a localização privilegiada, em termos intra-urbanos, da maior parte das situações em que ocorre. Este é, por maioria de razão, o caso dos centros históricos.

Esta perspectiva integra o conjunto de mudanças conceptuais que se conjugaram na nova atitude, relativamente ao património edificado e ao urbanismo, a que nos referimos atrás, a partir da década de 1960. Ganhou especial acuidade num contexto de estabilização - quando não de retracção - do crescimento económico e de consciencialização do desperdício dos recursos naturais, como o solo, impondo um repensar do modelo de expansão urbana, até então vigente.

⁴⁵ Ver a *Declaração de Amsterdão*, a *Recomendação de Nairobi* ou a *Convenção de Granada*, por exemplo.

⁴⁶ Aspecto que se articula com a componente de integração no ordenamento do território e urbanismo, que abordaremos adiante.

⁴⁷ Ver a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, ponto 3, por exemplo.

Em consequência, como vimos já no capítulo I. 1. 3., este reconhecimento do valor do património edificado, enquanto recurso, está presente numa nova ideia de desenvolvimento urbano ⁴⁸ e foi prosseguida, mais recentemente, nos debates sobre o conceito de sustentabilidade.

A atitude de considerar o património cultural edificado como um recurso económico ⁴⁹, sendo ainda hoje uma “blasfémia” para alguns sectores, introduz uma visão pragmática na abordagem limitada e abstracta da preservação. Este domínio tem dependido, objectivamente e de modo difuso, da boa vontade e altruísmo dos proprietários particulares, ou da capacidade de intervenção do Estado, na sustentação do património edificado. A procura de formas de rentabilizar os edifícios antigos, directamente ligada à introdução de novos usos, inscreve-se numa abordagem alternativa, que promove a sua viabilidade procurando que gerem meios próprios para cobrir os investimentos necessários à sua manutenção e conservação. Por outras palavras, que assegurem a sua sobrevivência mediante a auto-sustentação económica.

A rentabilização do património edificado prende-se com um aspecto decisivo na complexa teia de relações que se verificam nos centros históricos que, sendo frequentemente ignorado, importa equacionar neste contexto. Trata-se da questão da *propriedade*, factor determinante para o processo de conservação integrada, cujo universo e lógica próprios podem fornecer importantes indicadores da vitalidade urbana dos centros históricos, logo, da sua utilização pela sociedade actual.

Importa lembrar o contexto geopolítico em que nos situamos, de democracia política e de economia regida pelos princípios do mercado, com

⁴⁸ Expressa, por exemplo, nas conclusões da Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade (Conselho da Europa, 1982, pág. 2, ponto 6).

⁴⁹ Deve ser cruzada com a noção de que se trata de um “*capital irremplaçável*”, como já refere a *Declaração de Split*, no seu capítulo III.9, ou seja, remetendo-o para a classe dos recursos não renováveis, os quais importa utilizar com prudência e otimizar o rendimento. Cf. também Greffe (1990).

livre actuação dos agentes e limitada regulação. Neste quadro a tendência é para o aligeiramento da intervenção do Estado na esfera da economia, sendo esta entregue maioritariamente ao sector privado. Perante este cenário sociopolítico-económico, é evidente que é aos proprietários que cabe desempenhar o papel mais activo e determinante quanto ao edificado. A vertente, que abordaremos a seguir, da participação da comunidade e dos agentes com intervenção local na tomada de decisões quanto ao seu quadro de vida, reflecte, também, este papel.

A consciência do valor económico do património edificado e a afirmação de um modelo de desenvolvimento urbano que redescobre as áreas históricas centrais, torna mais relevantes os aspectos da *estrutura* e, também, do *estatuto* de propriedade nos centros históricos ⁵⁰. Assim, os tipos de proprietários presentes ⁵¹, a sua dimensão relativa na área em causa e o padrão da sua distribuição espacial, bem como a situação perante a propriedade dos utilizadores do património imóvel, constituem aspectos característicos de cada situação. Determinam a adequação de estratégias e a escolha de instrumentos específicos, bem como condicionam, em cada caso, as possibilidades de intervenção e a sustentabilidade destes sistemas.

Potenciar o valor do edificado constitui um factor de motivação e mobilização dos proprietários para as actuações que concorrem para o processo de conservação integrada, podendo mesmo atrair investidores externos e contribuir para a renovação da estrutura da propriedade privada. Esta apresenta-se, com frequência, muito envelhecida nos centros históricos, facto a que acresce um grande peso de agentes pouco dinâmicos.

⁵⁰ Cf. capítulo I. 1. 3.

⁵¹ Ou "ausentes", visto que uma das grandes dificuldades nas áreas históricas consiste em identificar os proprietários e reconstituir processos marcados pelo abandono, heranças ou transacções remotas, mal documentadas e confusas. Estas situações são motivadas pela antiguidade do edificado e pela sua fraca rentabilidade.

Note-se, no entanto, que a fraca valorização da propriedade, evidente, por ausência de investimentos, no grau de degradação do edificado, tem boas razões de ser nestas áreas, as quais permanecem como bloqueios à sua revitalização (Merminod, 1980).

Embora não pretendendo aprofundar estes aspectos, que constituiriam, por si só, ampla matéria para uma investigação autónoma, deixe-se uma referência principal: a questão do *arrendamento*, e das suas consequências no investimento imobiliário, no estado de conservação do parque edificado, na mobilidade populacional e na renovação funcional. Reconheça-se que se trata de uma questão complexa, em virtude, nomeadamente, da grande percentagem de alugueres habitacionais que ocorrem nas áreas históricas, envolvendo problemas relativos à estrutura socioeconómica das populações, muitas vezes dependentes para a sua subsistência de valores de rendas artificialmente baixos.

Compreende-se, assim, que o valor económico do património edificado se evidencie, sobretudo, em situações pontuais, desvinculadas dos constrangimentos da ocupação, como os edificios devolutos. É este o caso da viabilização económica dos grandes imóveis, que, não se destinando originalmente ao uso colectivo, não estão onerados por vários arrendamentos antigos. Podem, assim, gerar receitas para a sua manutenção e melhoramento, mediante a afectação a novas funções, com ou sem fraccionamento interno.

Num contexto de rendas muito baixas, o investimento afigura-se difícil de mobilizar, dependendo da flexibilização de alguns parâmetros decisivos, como o controlo administrativo dos respectivos valores. Este é um problema tradicionalmente delicado entre nós, embora tenha sido tratado no sentido da liberalização por vários autores (Hayek *et al.*, 1976; Alves, 1995) e para o qual se podem conceber soluções alternativas.

Igualmente, a política de crédito imobiliário, ou a normativa aplicada às intervenções no edificado, são exemplo dos aspectos que, no contexto de uma actuação coordenada de revitalização dos centros históricos, criarão expectativas de potenciação do valor do edificado. Serão, pois, determinantes para a atracção de novos investimentos.

Equacionar as questões da propriedade fundiária e imobiliária, habitualmente tão arredadas da problemática do património edificado, representa a necessidade de integrar ⁵² as pressões especulativas inerentes às áreas centrais das cidades. Importa, também, corresponder à expectativa de mais-valias que lhes está associada, de forma a que, conjuntamente, concorram para os objectivos da sua revitalização. Ao chamar estes conjuntos patrimoniais à participação nas dinâmicas da sociedade actual, como forma de os tornar sustentáveis e de alargar o sentido da sua preservação, teremos que abdicar do relativo isolamento que o estatuto de “bens culturais” lhes tem imposto. Este facto tornará mais difícil e conflitual, mas também mais completa e realista, a relação que com eles estabelecemos.

Identificamos como terceira e última das linhas de força que concorrem para a integração do património edificado no desenvolvimento económico e social, a *reanimação* ⁵³, ou a re-criação, *dos laços comunitários* que nele se apoiam, a qual assume especial relevância no caso dos centros históricos.

A abordagem a estas áreas é “... *indissociable d'une politique sociale de l'habitat...*” ⁵⁴, o que implica, por um lado, ter em conta o direito das comunidades residentes ao quadro de vida onde estão enraizadas e à melhoria das respectivas condições de habitabilidade. Por outro, impõe a

⁵² Bem como de gerir eficazmente, na implementação do modelo de abordagem aos centros históricos.

⁵³ Ou *revitalização*, para usar a expressão equivalente mais comum, como refere Choay (1988g, pág. 567) e vimos no capítulo II.1.

⁵⁴ Como se refere no Prefácio da *Declaração de Amsterdão*.

necessidade prática de chamar à definição de objectivos e políticas, os agentes que operam neste sistema.

O primeiro aspecto decorre de considerar, à luz dos objectivos da conservação integrada, o património edificado - elemento que se pretende socialmente útil - indissociável das populações locais e das relações sociais, económicas e culturais que nele se apoiam. O reconhecimento de que as actuações nos centros históricos se devem dirigir, em primeiro lugar, aos seus habitantes ⁵⁵, reflecte as preocupações decorrentes do padrão demográfico e socioeconómico prevalente nestas áreas. Estas, a par da degradação do edificado, das infraestruturas e dos espaços públicos, bem como as carências em equipamentos e da estrutura funcional, justificam a necessidade de uma actuação concertada de revitalização social ⁵⁶.

A experiência negativa do custo social associado às operações de renovação urbana, ou ao processo de expulsão para as periferias das populações residentes nas áreas históricas centrais, constitui um factor adicional de apoio a uma política de utilização, ou re-utilização, habitacional do tecido urbano existente.

Também em resultado das experiências neste domínio, institui-se na doutrina a necessidade de prever nestas actuações instrumentos dissuasores dos processos de *gentrification*, sobretudo quando as operações são de iniciativa pública. No entanto, este princípio tende a não ser encarado actualmente de modo imperativo, atendendo ao crescente reconhecimento da necessidade de flexibilizar as actuações (Portas, 1985, pág. 13), permitindo uma maior expressão dos mecanismos de mercado.

⁵⁵ "... *la sauvegarde des villes et quartiers historiques concerne en premier leurs habitants.*" *Carta de Washington, Principes et Objectifs*, ponto 3.

⁵⁶ O padrão referido manifesta-se, essencialmente, em envelhecimento demográfico, dependência pessoal e social, isolamento, fraca qualificação académica e profissional, baixos níveis de rendimento.

A afectação de recursos públicos a programas e acções dirigidos à revitalização social e à melhoria das condições de utilização do edificado e do espaço público, implica, num contexto democrático, o apoio da opinião pública a esta política e às opções tomadas no seu âmbito ⁵⁷. Impõe-se, portanto, um esforço pedagógico prévio, no sentido de promover uma “*sensibilisation pratique à la culture*”, a qual, por si só, constitui “*un bénéfice social considérable*.” ⁵⁸.

A revitalização social, económica e cultural dos centros históricos encerra, igualmente, um elemento central nas novas atitudes, face aos sistemas urbanos e ao ordenamento do território. Trata-se de um conteúdo comum ao urbanismo e às ciências sociais e que figura, igualmente, nos textos doutrinários da conservação integrada e em vários instrumentos legais, sendo referido por *participação das populações*.

Este conceito traduz, por um lado, o reforço da descentralização administrativa e do poder democrático local, com a crescente aproximação às populações e a chamada destas à participação nas instituições públicas que as representam, e nas decisões que afectam o seu quadro de vida. Trata-se de uma ideia que encontrou, actualmente, expressão programática para a repartição de competências, no quadro da reforma democrática do Estado, no chamado *princípio da subsidiariedade*. Significa aproximar, eficazmente, os níveis de decisão política das populações a que esta diz respeito, assegurando quer a eficácia da administração pública, quer a afirmação da cidadania (PORTUGAL, 1998, pág. 33).

Por outro lado, evidencia a importância da mobilização dos actores presentes no território, e da sua convergência e co-responsabilização na definição dos objectivos e estratégias para o desenvolvimento local. Este

⁵⁷ Desenvolvendo uma dimensão operacional que tem ganho muita importância, nas últimas décadas, a da *qualificação do ambiente urbano*, aplicada, aqui, aos centros históricos.

⁵⁸ Ver a *Declaração de Amsterdão*, pág. 11.

aspecto está subjacente à ideia de *partneriado*, ou parceria, central na concepção do planeamento estratégico ⁵⁹.

A tomada em consideração dos factores sociais como condicionantes do sucesso de uma política de conservação integrada, referida em inúmeros textos doutrinários ⁶⁰, encontra na participação dos agentes locais neste processo um campo privilegiado de expressão. Este desenrola-se desde o diagnóstico dos problemas, à definição dos objectivos e ao delinear das estratégias, até à implementação dos instrumentos de intervenção.

A participação, quando devidamente estruturada, constitui o método mais democrático, equitativo e eficaz para resolver a articulação entre três linhas potencialmente conflituais: os interesses dos actores privados presentes nos centros históricos - habitantes, proprietários, outros agentes económicos -, o interesse cultural colectivo, inerente ao património edificado, e os objectivos dos agentes públicos com atribuições ao nível do território.

É através da participação dos actores intervenientes nestes sistemas, instituída como um elemento-base de um governo local democrático, que se alcançam, em cada contexto, os compromissos e equilíbrios possíveis entre o valor cultural e o valor de uso do património edificado.

Uma metodologia que conduza à integração do património urbano na vida actual das comunidades locais e ao envolvimento dos agentes que aqui operam, permitirá ultrapassar os bloqueios, já apontados, a que conduz a prática estrita da preservação. Estes novos conteúdos concretizam-se mediante a implementação de uma política global, que leve à viabilização social e económica das áreas históricas. Dependerão, em boa medida, da

⁵⁹ Cf. capítulo I. 1. 2.

⁶⁰ Refira-se também que este aspecto - "*Coût social de la conservation intégrée des centres historiques*" - constituiu o tema da II Confrontação do Comité dos Monumentos e Sítios do Conselho da Europa, realizada em Bolonha, de 22 a 27 de Outubro de 1974, no âmbito da preparação do Ano Europeu do Património Arquitectónico. Esta centrou-se na experiência então desenvolvida naquela cidade, marcando profundamente a evolução do pensamento na matéria (Conselho da Europa, 1974).

afecção a funções que garantam a manutenção do valor de uso, assegurem a consequente geração de receitas e preencham necessidades sociais.

Tendo explorado uma das vertentes da conservação integrada - a que procura a utilização pela sociedade actual do património edificado -, ressaltou a multiplicidade e a grande complexidade dos factores que, nos domínios do social e do económico, se manifestam nos centros históricos. Todos estes devem ser tidos em conta numa metodologia de actuação que crie condições para a sua sustentabilidade.

Parece-nos resultar evidente a sintonia com as teorizações recentes do planeamento urbano ⁶¹, nomeadamente, quanto à necessidade de uma atitude estratégica, inserida num processo contratual e heurístico. A sua concretização depende, obviamente, de instrumentos que propiciem a integração dos vários interesses envolvidos. Estes, muitas vezes de natureza antagonica, devem rever-se nos objectivos que, em cada momento, vão sendo assumidos para estes sistemas socioterritoriais.

A adaptação das instituições públicas ⁶², face à necessidade de uma actuação integrada dirigida a estes sistemas e apoiada em instrumentos de natureza estratégica, não se tem revelado fácil. No caso português, nomeadamente, está muito longe de ser conseguida.

Os múltiplos aspectos desta vertente, que procurámos sintetizar nas suas linhas de força essenciais, tornam patente a dificuldade da estrutura atomizada da administração pública em lidar com a natureza imaterial destes componentes, a sua complexidade e interdependência. Atente-se que esta estrutura está concebida, quer para a estrita vigilância da aplicação da lei, quer para a execução de obras inseridas em projectos específicos da sua competência.

⁶¹ Ver Ascher (1991) e cf. capítulo I. 1.

⁶² Sobretudo no que respeita às suas atribuições e competências, formas de organização e funcionamento.

Alguns países adoptaram, desde há muito, os princípios da conservação integrada como referência para a actuação pública no património edificado⁶³. Nestes, as alterações da distribuição de competências, com reforço das afectas às áreas governamentais do Ordenamento do Território e do Equipamento Social, têm promovido alguma integração de objectivos e de actuações.

Persistem, no entanto, muitas interrogações quanto à aplicação de políticas, métodos e instrumentos. Desde logo, quanto ao modo de, num contexto de economia de mercado e nos limites das competências públicas, influir em dinâmicas socioeconómicas e territoriais instaladas e em actores de comportamentos tão diversos, induzindo-os a contribuir positivamente para a sustentabilidade deste processo.

Alguns aspectos de organização política, comuns aos domínios do património cultural e do urbanismo e ordenamento do território, surgem nos textos fundamentais como determinantes para a operacionalização do conceito de conservação integrada. Naturalmente, dominam as referências à questão central da integração das políticas daquelas áreas, presentes no seu conteúdo doutrinário. Sobressai, ainda, o consenso quanto ao reforço das atribuições e competências, bem como da capacidade de actuação neste processo, do nível de poder local, justificado pela sua aproximação à comunidade e pela sua capacidade operacional, enquanto gestor privilegiado do território.

A questão da actuação dos poderes públicos em centros históricos será abordada mais adiante. Retenha-se, agora, apenas a dificuldade em adequar a estrutura da administração pública, a sua lógica de funcionamento e a sua capacidade de intervenção, a actuações integradas, dirigidas a sistemas socioterritoriais complexos. Esta dificuldade é ainda mais evidente quando se procura agir sobre os componentes que designámos de *imateriais* do processo

⁶³ Atente-se no caso da França. Ver Bouyssou e Hugot (1979) e Choay (1988c).

de conservação integrada, daqui resultando boa parte da incapacidade em identificar e fazer convergir os factores que podem contribuir para o seu sucesso.

No quadro de uma metodologia de actuação em centros históricos, as acções que podem concretizar a vertente relativa à utilização do património edificado pela sociedade actual, ou seja, à sua integração no desenvolvimento económico e social, apoiam-se em alguns dos conceitos que explorámos anteriormente. Dirigindo-se a aspectos multifacetados, são aqui especialmente relevantes, em termos operacionais, os conteúdos da *reabilitação* e da *revitalização*.

O conceito de reabilitação diz respeito, sobretudo e como vimos, ao restabelecimento das condições físicas do edificado, relativas, quer à adequação a usos actuais, quer à adaptação do seu espaço a novos programas. Envolve formas de intervenção mais ou menos profundas, no sentido de viabilizarem a sua utilização (Cabrita, Aguiar e Appleton, 1992).

Pode ainda dirigir-se a aspectos da estrutura funcional - por sectores ou globalmente - de uma determinada área, aproximando-se, assim, dos conteúdos e objectivos da revitalização. Neste sentido, é exterior às implicações sobre o edificado, incidindo no domínio socioeconómico e intervindo sobre actividades em crise, ou em inadequações da estrutura funcional, face às necessidades dos utentes destas áreas. Poderá, assim, dizer-se que, em conjugação com outras actuações de natureza social e económica, promove a revitalização de áreas urbanas com problemas de desenvolvimento ⁶⁴.

Na abordagem feita a este conceito estabeleceu-se que a reabilitação física, incide, e pode ser avaliada, face a três domínios essenciais.

⁶⁴ Veja-se a este respeito, o papel, coincidente com o aqui expresso, atribuído à *reabilitação* no ponto 6. das conclusões da Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade (Conselho da Europa, 1982).

Identificámos estes com as condições clássicas da *solidez*⁶⁵, da *utilidade*⁶⁶ e da *beleza*⁶⁷.

Atente-se nos objectivos específicos da reabilitação, nos seus domínios de actuação e no enfoque na criação de condições de uso do património edificado pela sociedade actual. Parece, desde logo, claro que as actuações de conservação integrada que se operacionalizam deste modo, surgirão mais marcadas no edificado do que as cingidas à conservação *stricto sensu*.

Este facto, já discutido em ponto anterior, reacende o debate sobre as linguagens formais a utilizar e os limites a colocar à intervenção física no património edificado.

Pressupõe, no entendimento que propomos, a necessidade de avaliar em paralelo dois aspectos essenciais: a sua vulnerabilidade, no sentido da sensibilidade à mudança e os objectivos gerais definidos para o desenvolvimento da área histórica em questão. O primeiro aspecto decorre, e é determinado, em função das características próprias dos elementos patrimoniais em causa, com base nas quais se estabelecem, em cada caso, os termos de referência para as intervenções⁶⁸. Por sua vez, a estratégia definida numa metodologia de conservação integrada, apontará os elementos do sistema sobre os quais importa actuar e os instrumentos dessa actuação, articulando os diferentes graus de sensibilidade do edificado com a necessária orientação de onde e como intervir.

⁶⁵ Repor condições de segurança, melhorar as estruturas e infraestruturas. Ver a discussão dos vários domínios presentes neste conceito no capítulo II. 1.

⁶⁶ Adequação física e funcional a novos programas, promoção de condições de utilização.

⁶⁷ Reapropriação dos valores estéticos, discussão e opções quanto à introdução de elementos com expressão formal contemporânea, inerentes às intervenções de reabilitação.

⁶⁸ A necessidade de distinguir e hierarquizar os valores patrimoniais diversos, presentes nos conjuntos históricos e, em consequência, graduar níveis de protecção e intervenção correspondentes, torna-se evidente no que respeita aos tecidos urbanos e tem sido identificada na evolução doutrinária. Atente-se, a este respeito, nos objectivos que se estabelecem para a "planificação da salvaguarda" na *Carta de Washington - Methodes et Instruments*, ponto 5, em consonância com a abordagem deste aspecto desenvolvida, anteriormente, na *Declaração de Amsterdão*.

Na procura da readequação das condições funcionais do edificado, colocam-se algumas questões à prática da reabilitação que devem merecer aqui uma referência, embora sucinta, tendo presente a polémica relativa aos seus fundamentos. As intervenções de natureza material que introduzem alterações na substância histórica do património, e se situam para além do âmbito do restauro ⁶⁹, sobretudo as mais profundas, colocam o problema da *atitude* ética face ao edificado que lhes está subjacente. Apresenta implicações, nomeadamente, quanto ao uso de materiais, técnicas construtivas, partidos estéticos ou linguagens formais (França, 1980).

A ponderação do maior ou menor grau de alterações, e da maior ou menor afirmação de contemporaneidade na sua formalização, é um aspecto essencial, sobre o qual já a *Carta de Veneza*, no seu Artº. 9º, toma partido. Esta questão coloca-se, sobretudo, quando da eventualidade de trabalhos complementares, ou de reconstituição ⁷⁰. Neste contexto, importa ter consciência dos valores patrimoniais em causa, bem como da sua vulnerabilidade à mudança, aspecto que referimos anteriormente ⁷¹. Importa, igualmente, avaliar a capacidade para acomodar usos actuais, a fim de estabelecer compromissos que orientem as escolhas estratégicas de preservação e / ou reabilitação.

⁶⁹ O debate sobre a reposição num hipotético estado original, em nome de uma "unidade estética", ou da inclusão dos contributos das várias épocas históricas nos edifícios, é secundário para o nosso tema. Tem ocupado, essencialmente, a área disciplinar do restauro, sobretudo desde finais do século XIX a meados do século XX.

⁷⁰ "... *tout travail de complément reconnu indispensable pour raisons esthétiques ou techniques relève de la composition architecturale et portera la marque de notre temps.*"

⁷¹ Este aspecto só pode ser avaliado em cada caso, dependendo de questões como a dimensão e escala do imóvel, a sua raridade ou representatividade, a integridade do seu estado actual, a coerência estética ou a presença de elementos notáveis. Simplificando e de um modo geral, poderá dizer-se que um edifício de grande valor patrimonial, em bom estado de conservação será mais sensível a alterações do que um imóvel com mero valor de acompanhamento, em estado degradado. Entende-se o grau de sensibilidade à mudança dos edifícios como inversamente proporcional à sua capacidade de acomodar alterações sem se descaracterizar, também nalguns casos reflectida na adaptabilidade a novos programas funcionais, ou "inércia funcional".

A opção de assumir os vocabulários arquitectónicos actuais nas intervenções de reabilitação, sempre que “for necessário para o adequado uso do edifício”⁷², embora com sujeição aos valores patrimoniais em presença e sem prejuízo da organização espacial existente, da qualidade e do valor do conjunto, vem sendo consolidada nos textos doutrinários mais recentes. Considera-se mesmo que, cumprindo as condições referidas, esta introdução de elementos contemporâneos pode contribuir para o enriquecimento das áreas históricas⁷³.

Trata-se assim de uma questão de grande importância para o nosso estudo, sendo evidente que este debate tem muito a ver com a abordagem que nos interessa, no que concerne a integração do património edificado na vida contemporânea. A diversa capacidade de adaptação das estruturas edificadas às necessidades actuais, depende muito do grau de liberdade possível nas intervenções, no sentido de adequar espaços e acomodar novos programas funcionais.

A ênfase nas práticas de reabilitação em centros históricos, quer de imóveis individuais, quer enquanto conjuntos edificados⁷⁴, é para nós um dos princípios operacionais da conservação integrada, enquanto abordagem que assume e procura esta compatibilização funcional.

Vimos que esta prática não é, naturalmente, generalizável a todo o património edificado, sendo muito restringida nos imóveis de maior importância patrimonial e sensibilidade à mudança⁷⁵. Na discussão de quais os edifícios

⁷² Ver *Carta de Cracóvia 2000*, ponto 4.

⁷³ Ver *Carta de Washington, Methodes et Instruments*, ponto 10.

⁷⁴ Genericamente referida por *reabilitação urbana* e incluindo os espaços exteriores públicos e privados, no sentido da sua qualificação estética e ambiental e da melhoria das suas condições de uso. Como vimos, esta área disciplinar tem merecido tratamento especial no âmbito do urbanismo.

⁷⁵ Note-se que estes imóveis são, provavelmente, classificados. Assim, em virtude das limitações já referidas, inerentes à tutela governamental do património, assiste-se ao frequente recurso a soluções ditas de *pastiche*, sempre que são necessárias acções de reabilitação. Destas têm resultado, sobretudo, falsificações da leitura dos objectos patrimoniais.

passíveis destas intervenções, é importante ter em conta que nos centros históricos existe grande quantidade de edifícios ditos “de acompanhamento”. Estes poderão acomodar, sem prejuízo, acções de reabilitação, viabilizando assim a sua própria existência e, com ela, a de todo um ambiente urbano. É este o cenário privilegiado para a implementação de uma metodologia de conservação integrada.

Quanto às actuações incluídas no âmbito da revitalização, o seu contributo para esta metodologia, no sentido de operacionalizar a vertente que abordámos de utilização do património edificado pela sociedade actual, incide em aspectos de natureza imaterial. São, sobretudo, dirigidos à estrutura funcional, aos sectores económicos, à composição demográfica e às relações sociais nos territórios em apreço.

Lembremos a posição atrás expressa, segundo a qual o conceito de revitalização se concretiza, no quadro em que nos situamos, na criação ou na reconstituição de uma base socioeconómica local. Esta deve assegurar a sustentabilidade dos sistemas dos centros históricos, a par da recomposição dos modos de vida de relação que lhes são característicos.

Vimos que, no que toca a problemas de desadaptação da estrutura de funções centrais aos territórios em causa, o conteúdo da revitalização equivale ao da reabilitação funcional, dirigindo-se a áreas urbanas com problemas de desenvolvimento de natureza similar, independentemente dos valores patrimoniais em causa.

A revitalização da estrutura funcional dos centros históricos pode implicar a introdução de novas funções, ou centrar-se na dinamização de actividades existentes. Uma e outra abordagens reconhecem a existência de necessidades novas, que decorrem de novos padrões na procura de bens e serviços, ou de comportamentos sociais alterados, com origem na comunidade local. A recentragem e o rejuvenescimento da estrutura funcional podem,

ainda, responder a alterações do perfil da população que reside, ou utiliza habitualmente, estes territórios.

Em qualquer caso, importa identificar quais as funções centrais com maiores impactes na dinamização do uso do espaço nos centros históricos, sendo de considerar dois âmbitos distintos, mas complementares: as actividades empresariais, que compõem a base económica local e os serviços que recaem na esfera das atribuições e competências da administração pública.

As actuações relativamente às primeiras, enquadram-se no domínio da revitalização da estrutura económica. Assentam em programas sectoriais ⁷⁶ e integram, quer incentivos à localização de novas unidades, quer apoios ao investimento na renovação de unidades existentes. As formas de incentivo podem ser diversas, desde apoios financeiros directos até benefícios fiscais ou cedência, em condições especiais, de terrenos ou edifícios para instalações.

Quanto aos serviços que se inscrevem na acção do Estado, embora esta não esteja vinculada a uma lógica empresarial, os critérios ⁷⁷ que regulam a sua implementação não se isentam de ponderação em termos de custo-benefício social. A esta ponderação deveriam, em princípio, ser sujeitos todos os investimentos públicos. Voltaremos a esta questão no capítulo seguinte, ao tratarmos das políticas públicas no centro histórico de Évora. Por agora, refira-se que a localização, nos centros históricos, de equipamentos colectivos e serviços públicos pode ter efeitos multiplicadores e ser dinamizadora da utilização destes territórios.

⁷⁶ Ou em programas e projectos de desenvolvimento local. Uns e outros têm origem no Estado, sendo administrados pelos seus departamentos e órgãos locais ou centrais. Como exemplo deste tipo de programas sectoriais, refira-se o já citado PROCOM, dirigido, essencialmente, às unidades de comércio tradicional e seu espaço envolvente, existentes em áreas urbanas consolidadas, incluindo os centros históricos.

⁷⁷ Critérios de irradiação, localização e dimensionamento, entre outros. Seguem-se aqui as referências das "grelhas" para programação de equipamentos colectivos, produzidas pelo MPAT, de uso comum em ordenamento do território (PORTUGAL, 1991).

Nesta matéria, mais importante, ainda, será não retirar funções centrais da esfera do domínio público dos centros históricos, sem a devida ponderação quanto às consequências para a vitalidade destes espaços. Frequentemente, com argumentos de optimização de áreas de influência, de acessibilidades ou de condições de funcionamento, promove-se a re-localização de equipamentos e serviços públicos para áreas urbanas mais recentes. Esta deslocação é, não raras vezes, fundamentada na inexistência de uma população-base que justifique a continuidade da presença dos serviços em causa, ou o investimento na sua readaptação.

Assim, a revitalização funcional e económica não pode ser desligada da revitalização da estrutura social, no sentido de fixar, ou atrair, uma população que viabilize os investimentos públicos e privados. Trata-se de aspectos que, numa metodologia de conservação integrada, necessariamente se influenciam e articulam, o que raramente é tido em conta nos programas sectoriais com aplicação nestas áreas.

Por sua vez, o objectivo de revitalização da estrutura social, encerra, nesta metodologia, várias linhas de actuação que importa identificar.

Em primeiro lugar, as acções sociais dirigidas à população residente, tendo por objectivo a reanimação dos laços comunitários característicos, ou que são o suporte das relações socioculturais nos centros históricos.

Esta actuação passa pelo estancar do êxodo populacional, pela recomposição de núcleos familiares dispersos, ou pelo apoio aos indivíduos isolados. Passa, igualmente, pelo combate à marginalidade e à exclusão social, frequentemente características destas áreas. Trata-se de uma problemática vasta e complexa, que envolve programas transsectoriais e

meios de intervenção adequados e que, não sendo específica dos centros históricos ⁷⁸, encontra aqui um campo privilegiado de aplicação.

As acções dirigidas à população residente devem incluir ainda a qualificação académica e profissional desta, através de programas educacionais e de acções de formação que permitam uma melhor integração no mercado de trabalho, e assim aumentar a taxa de actividade e combater o desemprego ⁷⁹.

Outra linha de actuação, integra as acções que se dirigem aos problemas decorrentes das características da estrutura demográfica. Aqui podem perfilar-se duas vertentes. Uma, que abrange as acções que podem contribuir para alguma correcção do seu envelhecimento, ou da sobrecarga do grupo dos activos com outras relações de dependência, situação muito habitual nestas áreas. Neste campo incluem-se as medidas destinadas a atrair residentes, permitindo uma renovação populacional controlada ⁸⁰ e trazendo, assim, novos estratos sociais aos centros históricos.

Pode ainda considerar-se outra vertente, na qual se procura corresponder às especificidades da estrutura demográfica através da dotação de apoios dirigidos aos grupos etários mais carenciados da população. Estes apoios podem assumir diversas formas, que vão desde a prestação de serviços pessoais, até à implementação local de equipamentos colectivos vocacionados para os utilizadores em causa.

⁷⁸ Estas questões inscrevem-se no referido tema das *inner cities*, que tem constituído motivo de reflexão e debate no urbanismo e nas ciências sociais nas últimas duas décadas. Ver, p.ex., Hamnett (1976) e Berry (1980).

⁷⁹ Ainda outro aspecto da mesma problemática. Vale a pena anotar a referência, feita tendo presente o contexto de Évora, que "... são normalmente as categorias socioprofissionais mais desfavorecidas que se mantêm no centro das cidades..." (Cascais, 1993, pág. 414 e seguintes).

⁸⁰ Atente-se à discussão deste aspecto, que tem a haver com o processo da *gentrification*, quando tratamos as linhas de força que concorrem para a integração do património edificado no desenvolvimento económico e social.

Dado que a revitalização se opõe a dinâmicas socioterritoriais recessivas, tem que assumir-se como uma *actuação programada* (Choay, 1988g), inserida numa estratégia de desenvolvimento local. Deverá, necessariamente, ter por base uma metodologia de actuação pública concertada, apoiada em parcerias com os agentes locais relevantes para o sistema.

Atendendo aos padrões específicos de cada situação, a identificação daqueles agentes e o seu envolvimento no processo são determinantes para a inversão sustentada daquelas dinâmicas. A população residente desempenha aqui um papel central, embora não se possa descurar a participação de outros actores urbanos, nomeadamente, proprietários, comerciantes e outros empresários, entidades públicas e grupos específicos de utilizadores habituais do espaço.

A concretização destes objectivos depende, igualmente, de opções consistentes em termos de ordenamento do território, com a contenção das tendências de expansão urbana e o reforço do papel dos centros históricos na cidade ⁸¹. Neste domínio, a revitalização passa por uma reapropriação dos espaços públicos pela comunidade, assente na sua qualificação e no reforço de aspectos como a higiene e a segurança.

A vitalidade dos centros históricos também depende, portanto, de um nível elevado de qualidade ambiental, no sentido lato deste conceito, aspecto que resulta, essencialmente, de acções públicas, embora possa enquadrar-se em âmbitos muito diversos, e a sua promoção ter origem noutros agentes ⁸².

⁸¹ Cf. capítulo I. 1. 3. Voltaremos a esta questão imediatamente adiante, na vertente da metodologia de conservação integrada que trata da integração do património edificado no urbanismo e no ordenamento do território.

⁸² Outras acções, ditas de "animação urbana" (Montal, 1988), estão incluídas neste domínio, contribuindo para a apropriação colectiva e a revitalização dos espaços públicos, "... *signe même de l'urbanité.*" (ob.cit., pág.40).

Vemos, assim, que as actuações de revitalização se dirigem a uma multiplicidade de aspectos imateriais do sistema socioterritorial dos centros históricos, tendo uma influência determinante nas suas dinâmicas. Apoiam-se e articulam-se, frequentemente, com a reabilitação física do património edificado, o qual surge como base material para apoiar funções e serviços, constituindo, assim, para além de um elemento central de uma metodologia de conservação integrada, também um suporte do processo urbano.

A operacionalização da vertente da conservação integrada que procura *a utilização do património edificado pela sociedade actual* resulta da articulação das linhas de força identificadas, as quais se concretizam em actuações de reabilitação e revitalização. As possibilidades de avaliação do contributo desta vertente, no quadro da metodologia que apresentamos, serão exploradas no capítulo III. 4. 1., através da construção de indicadores que expressem os aspectos enunciados.

Tornar o património edificado utilizável pela sociedade impõe que ele assuma um protagonismo no desenvolvimento da cidade e nas políticas urbanas, já que o espaço urbano é o principal palco e cenário das vidas actuais. Daqui resulta a articulação da vertente que estudámos com a que promove a *integração do património edificado no urbanismo e no ordenamento do território*, que trataremos em seguida. Lembre-se que estas vertentes, no seu conjunto, englobam os princípios e objectivos, bem como os aspectos operacionais, em que se manifesta o conteúdo específico da conservação integrada. Constituem o que designámos por componentes de “segundo nível”.

II. 2. 3. 2. A integração do património edificado nas dinâmicas do espaço: estratégia, políticas e instrumentos.

A integração do património edificado no urbanismo e no ordenamento do território, ou seja, *nas dinâmicas do espaço*, é o outro grande objectivo que

resulta das alterações conceptuais e metodológicas introduzidas pela conservação integrada (Choay, 1988c, pág.169). Corresponde ao desempenho de um novo papel do património edificado no desenvolvimento territorial, estando, no caso dos centros históricos, na base de um novo paradigma do urbanismo, o da *cidade existente*.

Lembre-se que, no nosso entendimento, este novo papel atribuído ao património edificado contribui para a afirmação de um modelo alternativo de desenvolvimento urbano, o qual se opõe à visão expansionista de evolução da cidade e determina novos critérios de afectação de recursos. Implica que a persistência de funções centrais e de habitação nos centros históricos sejam objectivos considerados no planeamento e gestão do território, fazendo com que estas áreas sejam vistas como elementos essenciais das políticas urbanas. Trata-se de um novo “projecto de cidade”, que, como tal, deverá ser assumido nas opções do governo local e se reflectirá nos seus instrumentos de planeamento estratégico.

A integração do património edificado e, nomeadamente, dos centros históricos, nas dinâmicas do espaço conduz à assimilação de novos objectivos de desenvolvimento dos sistemas socioterritoriais e à convergência de múltiplas actuações neste domínio. Para isto concorrem vários aspectos que passaremos a referir, colocando à partida, e como questão subjacente, o papel que pode competir à política de solos nesta problemática⁸³. O objectivo central desta política é a articulação das dinâmicas territoriais com o desenvolvimento social⁸⁴, baseando-se na capacidade de intervenção da administração pública

⁸³ Lembre-se que tomamos como referência o caso português, sendo neste contexto, e em termos da concepção e prática recentes, que situamos as questões relativas à política de solos.

⁸⁴ A este respeito, atente-se no articulado do Decreto-Lei nº. 794/76, de 05.11 - “Lei dos Solos”, instrumento central daquela política no nosso regime jurídico e que, apesar das muitas alterações deste, permanece em vigor -, que, nos seus “Princípios gerais” assume visar “o adequado ordenamento do território para um equilibrado desenvolvimento socioeconómico”. (Capítulo I, Artigo 1º).

para a orientação daquelas dinâmicas, nomeadamente no que concerne aos agentes envolvidos.

Resulta, assim, claro que, não obstante uma perspectiva mais geral, a política de solos se ocupa de questões com afinidade com os objectivos operacionais de segundo nível da conservação integrada. É, no entanto, evidente que, em virtude dos padrões territoriais dominantes e da distribuição de competências no seio do Estado, o seu quadro de referência mais comum não é o dos espaços patrimoniais, mas sim o das áreas degradadas e das expansões urbanas.

Pese embora este facto, e no pressuposto de uma alternativa às lógicas de alastramento urbano, é no âmbito da política de solos que boa parte das questões inerentes à operacionalização de uma metodologia de conservação integrada se devem resolver. Atente-se, desde logo, na importância atribuída, em ambos os quadros de referência, ao adequado funcionamento do sistema urbano, à defesa dos interesses colectivos da população, ou ao controle da especulação imobiliária, bem como na prioridade que o problema habitacional assume neste contexto.

O facto de elementos centrais para a implementação da conservação integrada, como a revitalização, se constituírem como actuações programadas, na esfera da administração pública, e do seu lançamento depender muito do poder local, acresce à necessidade do enquadramento daquele processo na política de solos. O protagonismo que recai nos poderes públicos, torna especialmente relevante o conjunto de instrumentos que servem esta política, sobretudo em presença de situações de excepção que, não raras vezes, se deparam nos centros históricos.

Numa perspectiva de ordenamento do território (Merlin, 1988a), quanto às escalas territoriais mais abrangentes, a integração das áreas históricas nas dinâmicas do espaço representa uma oposição ao crescimento urbano, impondo o controlo das expansões periféricas. As consequências positivas

que decorrem desta orientação são importantes, desde logo quanto a uma economia global de recursos, sendo os sistemas biofísicos beneficiados pela adopção de um modelo urbano mais concentrado, logo com menor consumo de solo. Deste resulta, também, a redução de investimentos em novas infraestruturas e a diminuição das migrações pendulares, pela aproximação e integração espacial da estrutura produtiva e de funções centrais com as áreas de habitação.

Estes aspectos, que explorámos no capítulo I. 1. 3., têm estado presentes entre nós, embora de forma incipiente, nas políticas de ordenamento do território e nos seus instrumentos, quer directa, quer indirectamente. Conta-se no primeiro caso o assumir da “reabilitação e a revitalização dos centros históricos”, terminologia ausente da área cultural, como um dos objectivos constantes na Lei nº. 48/98, de 11.08, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo ⁸⁵.

No segundo caso, pode incluir-se todo o conjunto de orientações, emanadas da administração pública, para a contenção dos espaços urbanizáveis na delimitação dos perímetros urbanos. Esta tem presidido à elaboração dos planos regionais e municipais de ordenamento do território, sendo mais notada ao nível dos planos directores municipais.

A integração do património edificado nas políticas e instrumentos de planeamento territorial surge, também, como prioridade nos documentos internacionais relativos ao ordenamento do território, bem como nos que estabelecem o conceito de conservação integrada. Quanto aos primeiros, na área do ordenamento do território, destaque-se a *Carta Europeia do Ordenamento do Território* (PORTUGAL, 1988), que aponta para a valorização do património como parte integrante de uma política geral neste domínio.

⁸⁵ Ver também o que referia o Artigo 5º. (Princípios e objectivos gerais) do Decreto-Lei nº. 69/90, de 02.03, e o que a este respeito consta do diploma que o revogou, o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22.09, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Relativamente aos segundos, na área da conservação integrada, a compatibilização dos objectivos de preservação do património e do ordenamento do território tem sido uma referência permanente, iniciada com a *Declaração de Split* (Conselho da Europa, 1971) e prolongada até à *Carta de Washington* (ICOMOS, 1987). Note-se ainda que, no primeiro destes textos, se estabelece a articulação desta problemática com as competências do poder local, nível da administração pública com mais relevância no planeamento e gestão territoriais.

Ainda numa perspectiva espacial alargada, refira-se o enquadramento que deve resultar da adopção deste objectivo específico da conservação integrada, ao nível das políticas sectoriais com incidência territorial. Destas, destaque-se a política de Habitação, prosseguida em diversos programas, que passa a ter nos centros históricos um campo de desenvolvimento alternativo às áreas de expansão periféricas.

Tenhamos presente que outras políticas sectoriais concorrem, igualmente, para a integração dos centros históricos nas dinâmicas do espaço, pelas suas contribuições para o desenvolvimento urbano. Assim, políticas como as de Saúde, Educativa, Social e outras, podem ter aqui fortes repercussões, através dos critérios de localização de equipamentos, se orientados para a reabilitação ou a construção nova integrada em espaços patrimoniais. Esta actuação fará sentir, nestas áreas, os seus efeitos estruturantes na organização do território e nos comportamentos espaciais e padrões de mobilidade das populações.

Na perspectiva do urbanismo, convergindo para a escala local, esta vertente de uma metodologia de conservação integrada releva das políticas, programas e instrumentos de intervenção dirigidos a áreas centrais da cidade. Podemos aqui distinguir três domínios essenciais. Em primeiro lugar, consideremos o papel do *planeamento e da gestão urbanística* na regulamentação do uso e transformação do solo e do edificado nestes

espaços, bem como na sua implementação. Este papel afirma-se através da definição de objectivos e estratégias para o sistema urbano, concretizados no estabelecimento de programas de actuação e de outros instrumentos operacionais. Trata-se de um domínio essencial para a gestão das expectativas dos agentes deste sistema socioterritorial.

Nestes instrumentos, sobretudo nas tipologias de planos de várias escalas, dirigidos às áreas intra-urbanas ou a sectores destas, definem-se as normas e os parâmetros aplicáveis às várias classes e categorias de espaço. Note-se que utilizamos a terminologia adoptada no quadro nacional de ordenamento do território que reflecte o conceito de zonamento prevalente entre nós. As críticas das actuais correntes do urbanismo a este conceito, oriundo da *Carta de Atenas*, são especialmente relevantes quando nos referimos à integração espacial das áreas históricas no desenvolvimento da cidade. Com efeito, a segregação funcional e as clivagens no tecido urbano, que a aplicação dos princípios do zonamento acarreta, podem promover o isolamento daquelas áreas, as quais correm, entre outros, o risco de ser remetidas, “planeadamente”, para *ghettos* turísticos ou museológicos.

No quadro da administração urbanística e dos seus instrumentos, as áreas históricas correspondem, assim, a sectores da cidade, delimitados mediante critérios complexos, para os quais se estabelece uma normativa específica. É neste contexto que se deve considerar a já referida adequação de regras e a flexibilização de parâmetros de intervenção, contemplando as especificidades do património edificado e criando bases para as actuações de reabilitação e o processo de conservação integrada. Naturalmente, visto que o planeamento urbanístico deve ser um domínio de integração de competências, a normativa para os espaços patrimoniais terá de resultar da cooperação das entidades com jurisdição na matéria.

É também no âmbito do planeamento urbanístico, sobretudo nas escalas de maior pormenor, que se definem as regras para as intervenções

arquitectónicas, bem como a concepção do espaço público. Refira-se que, até à criação dos planos específicos para os espaços patrimoniais, que trataremos adiante, era através da figura de “plano de pormenor”, originada no Decreto-Lei nº. 560/71, de 17.12, que se dava eficácia legal aos instrumentos reguladores da intervenção nos centros históricos. Mesmo actualmente, as indefinições existentes entre a política do património cultural e o regime jurídico do ordenamento do território e de urbanismo, fazem antever a continuação do recurso a esta figura de plano.

Depois, em segundo lugar, destaque-se o domínio da *reabilitação urbana*, disciplina a que já nos referimos, envolvendo a melhoria das condições de utilização do edificado e do espaço público, com consequências na qualificação ambiental, aspecto importante nas novas abordagens à cidade. Em virtude destas actuações, os centros históricos surgem como exemplo de melhor ambiente urbano ⁸⁶, associando aos valores patrimoniais, de imagem e escala humana, condições de utilização atractivas e que podem potenciar uma melhor apropriação do espaço (Barnett, 1982; Gosling e Maitland, 1984).

A reutilização do parque edificado, operacionalizada nos instrumentos de intervenção urbanística, através de acções de reabilitação, contribui para uma economia de recursos, reportando-se às questões, já abordadas, do valor económico e do valor de uso do património construído. Rentabilizam-se os tecidos urbanos consolidados pela reutilização habitacional das áreas históricas, optimizando, também, o uso do espaço público e das infraestruturas existentes.

Vimos como a reabilitação urbana pode ser uma componente da política de habitação ⁸⁷. Em termos das dinâmicas do espaço, opõe-se à desertificação

⁸⁶ Ver a este propósito os “*Methodes et Instruments*” apresentados na *Carta de Washington*.

⁸⁷ Estas questões são abordadas entre nós apenas desde meados da década de 1980. Uma das últimas ocorrências terá sido o debate com o tema “A reabilitação como componente da política de habitação”, organizado pelo Departamento de Ciências Sociais da FA-UTL, em 1999, e centrado na revisão da legislação de reabilitação do parque habitacional arrendado.

e à terciarização das áreas urbanas consolidadas e, portanto, dos centros históricos, evitando a expulsão das populações para as periferias. Note-se que estes processos estão na origem dos movimentos sociais que reclamam o “direito à cidade”, ao qual se associam múltiplos sentidos políticos, mas que é aqui visto como uma valorização do quadro construído, ambiental, cultural e social. Entre nós, esta valorização tem sido operacionalizada, sobretudo, através dos programas da política habitacional que incidem na recuperação do edificado em áreas urbanas antigas ⁸⁸.

A articulação das políticas urbanas dirigidas aos centros históricos, bem como dos seus instrumentos de intervenção, com as questões sociais que lhes estão subjacentes, implica a participação das populações na transformação do seu *habitat* e a formação de uma nova cultura urbana (Cervellati *et al.*, 1981).

No caso português, a reabilitação urbana tem sido o suporte de uma tentativa de abordagem integrada às áreas históricas, em aproximação aos princípios teóricos que vimos tratando. Ao reflectir-se em alguns dos instrumentos de planeamento e gestão urbanística produzidos nas últimas duas décadas, está na base de intervenções sectoriais ou territoriais de natureza diversa, dirigidas à reabilitação física e funcional do tecido urbano, ou à revitalização daquelas áreas ⁸⁹.

No entanto, a participação da comunidade neste processo, embora prevista no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial ⁹⁰, não detém ainda as condições para se afirmar como elemento da revitalização social e,

⁸⁸ São de referir o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados - RECRIA, o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal - RECRIPH e, ainda mais específico como instrumento de intervenção urbanística em áreas históricas, o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas - REHABITA.

⁸⁹ Cf., no capítulo II. 1. 4., com as referências aos programas PRU e PRAUD. Atente-se, também, no contributo de outros programas como os URBAN e Reabilitação Urbana (DGDR, 1997; 1999), ou o recente Polis, incidindo, especialmente, na muito actual problemática da *requalificação* das cidades.

consequentemente, de contribuir para um processo de conservação integrada. Neste contexto, pensamos que a participação deverá ser vista como a possibilidade que têm os indivíduos e os grupos de contribuir para a identificação dos problemas sociais e para a escolha das políticas e dos instrumentos utilizados na sua resolução.

Depois, em terceiro lugar quando abordamos a integração dos centros históricos nas dinâmicas do espaço à escala local, importa referir o enquadramento e o sentido da evolução de outros instrumentos de ordenamento do território, dirigidos especificamente a espaços patrimoniais. Estes planos surgiram no nosso regime jurídico apenas a partir da década de 1980.

Os que têm a sua génese na área da Cultura, configuram-se como instrumentos ao serviço da prossecução da sua política. Estão neste caso os *planos de salvaguarda*, estabelecidos pela Lei nº. 13/85, de 06.07, a serem elaborados após a classificação dos bens imóveis.

A questão da integração territorial das competências institucionais, que é central neste domínio, foi aqui tratada de forma pouco desenvolvida, referindo-se apenas a elaboração “de responsabilidade central, regional ou local, consoante os casos e as regras de competência”. A orientação para que a prioridade da intervenção seja de competência municipal é explicitada mais adiante, com a menção que “na falta de proposta camarária, o IPPC elabora officiosamente o plano especial de protecção” (*sic*)⁹¹.

Esta figura de plano nunca se tornou operacional, em virtude da não regulamentação da recentemente revogada lei-quadro do património cultural

⁹⁰ Ver a este propósito o texto do Artigo 6º. - Direito de participação - do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22.09.

⁹¹ Esta orientação é confirmada com o articulado que remete para os planos de ordenamento territorial, nomeadamente os de urbanização, os quais “deverão considerar e tratar de maneira especial o património cultural existente na sua área [...] propondo medidas de valorização em todos os casos”. Ver o Artigo 21º., pontos 1 a 8.

português ⁹². Assim, não é possível avaliar o seu potencial contributo para a integração das áreas históricas no desenvolvimento territorial, nem a eventual capacidade de fazer convergir políticas sectoriais diversas nestes espaços patrimoniais de intervenção.

Refira-se, no entanto, uma tentativa de regulamentação dos “planos de salvaguarda e valorização”, através de um projecto de Decreto-Lei, apresentado em 1987, por iniciativa do ex-Ministro do Equipamento Social, Rosado Correia. Nele se mantinha a promoção de competência municipal ou, na sua ausência, do antigo IPPC. Uma vez deliberada a elaboração, esta deveria ser comunicada às entidades com competências na respectiva área de intervenção. Este projecto não foi aprovado.

Por sua vez, no âmbito da política de ordenamento do território e de urbanismo, as tentativas de integração dos espaços patrimoniais nos seus instrumentos têm sido várias, embora nem sempre com uma orientação consistente.

Se atendermos ao regime estabelecido pelo Decreto-Lei nº. 69/90, de 02.03, verificamos que os planos de salvaguarda e valorização previstos na citada Lei nº. 13/85, embora referidos em paralelo com os planos municipais de ordenamento do território, eram remetidos para regulamentação especial, a qual nunca se concretizou.

Depois, a criação da figura de *planos especiais de ordenamento do território*, pelo Decreto-Lei nº. 151/95, de 24.06, veio fornecer um novo enquadramento tipológico dos “planos de salvaguarda do património cultural”. No entanto, remeteu-os para a competência do “membro do Governo que tenha poderes [...] sobre as entidades que têm a seu cargo a satisfação de

⁹² A Lei nº.107/2001, de 08.09, que revogou a Lei nº. 13/85, de 06.07, não parece dar melhores indicações quanto à articulação destes planos com outros instrumentos de ordenamento (ver Pereira *et al.*, 2001).

interesses a salvaguardar pelo plano”, portanto para a área da Cultura, esbatendo a ligação à esfera do planeamento local e da gestão urbanística.

A mais recente revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial ⁹³, procura promover a integração das diversas escalas, instrumentos e competências neste domínio ⁹⁴. Renova, também, as atribuições municipais nos espaços patrimoniais, excluindo os planos de salvaguarda do âmbito dos planos especiais de ordenamento do território. Refere, nomeadamente, que os planos municipais de ordenamento do território “estabelecerão os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de protecção”, a qual competia, até agora, ao IPPAR ⁹⁵. Sendo esta uma matéria de considerável complexidade, e que requer uma participação interdisciplinar, não se afigura clara a resolução do conflito que assim surge.

A convergência estratégica, em instrumentos de gestão territorial, das actuações dos órgãos do Estado relevantes para os centros históricos, está na origem do estabelecimento de uma metodologia conducente a um processo de conservação integrada. Releva do domínio de intervenção e das orientações da política cultural e de outras políticas sectoriais, com destaque para a habitacional, no seu posicionamento face ao património edificado e no contexto da articulação com a administração do território.

Pensamos ter resultado evidente que a integração dos centros históricos nas dinâmicas do espaço não depende apenas das competências no planeamento e gestão territoriais, ou seja, de quem elabora e implementa os planos e assume a gestão urbanística. Suscita um debate mais vasto, sobre como se definem e hierarquizam os objectivos para um desenvolvimento

⁹³ Expressa no Decreto-Lei nº. 380/99, de 22.09, que revoga os Decretos-Leis nº. 176-A/88, de 18.05, nº. 69/90, de 02.03 e nº. 151/95, de 24.06.

⁹⁴ Quanto a esta integração, ver o texto do Artigo 15º. - Património arquitectónico e arqueológico, ponto 2, daquele diploma legal.

⁹⁵ Conforme consta da sua lei orgânica, estabelecida pelo Decreto-Lei nº. 106-F/92, de 01.06. Ver a este propósito o seu Artigo 2º. - Atribuições.

sustentável, entre os quais se inscreve a conservação do património edificado, e como conseguir a sua concretização, ao nível de uma política local integrada.

Diremos que a conservação integrada, cujos conteúdos conceptuais e operacionalização tratámos, e a sua aplicação como metodologia de actuação em centros históricos, se situam no domínio de um novo urbanismo, de natureza *estratégica, decisional e heurística* (Lobo *et al.*, 1984; Ascher, 1991). Este determina os modos da utilização dos espaços patrimoniais pela sociedade actual e da sua integração nas dinâmicas do espaço.

CAPÍTULO III

O PROCESSO URBANO
RECENTE DO
CENTRO HISTÓRICO DE
ÉVORA.

Capítulo III. O processo urbano recente do centro histórico de Évora.

III. 1. Um caso de estudo. Porquê o centro histórico de Évora?

No estudo de caso, procuraremos avaliar a condição urbana actual do centro histórico de Évora, na perspectiva adoptada neste trabalho - viabilidade patrimonial e socioterritorial. O nosso propósito final será apurar as condições de concretização de um processo de conservação integrada neste centro histórico, ou seja, verificar da sua sustentabilidade, enquanto área urbana específica. Procuraremos, também, identificar os factores que favorecem, ou inibem, esta sustentabilidade, contribuindo, positiva ou negativamente, para o referido processo.

Neste âmbito, tentaremos, igualmente, compreender os efeitos das orientações seguidas nas políticas de âmbito local ¹ e nacional, dirigidas ao centro histórico de Évora, no período de 1977 a 2001.

Existem, em Évora, características quase "laboratoriais" para a investigação dirigida ao centro histórico, sendo especialmente interessante, pelos ensinamentos que pode encerrar, o estudo da dinâmica recente deste sistema socioterritorial. Estas características únicas fazem com que seja esta a escolha quase obrigatória para uma abordagem como a que propomos, constituindo-se como o caso paradigmático em Portugal dos centros históricos - centros de cidade, enquanto objectos urbanísticos, vivos e complexos.

Neste sentido, entendemos estarem aqui presentes os factores necessários ao lançamento de um processo desta natureza, assim como as práticas que permitem avaliar, à luz de uma perspectiva integradora, a gestão deste sistema urbano. Estamos, ainda, em crer que, a partir deste caso, será possível extrapolar esta abordagem a outros centros históricos

¹ Estas encontram-se expressas, nomeadamente, nos instrumentos de gestão deste sistema, produzidos pela autarquia eborense.

em situação equivalente. Colocaremos, assim, em evidência o que há de comum nesta problemática e o carácter instrumental e generalizável da metodologia proposta.

Na procura de um caso de estudo, para ensaiar uma avaliação à luz dos objectivos de uma metodologia de conservação integrada, o centro histórico de Évora cedo se configurou como a opção mais interessante. Como referimos, apenas aqui se conjugam várias ordens de razões que tornam esta cidade única, pelo menos no contexto nacional. Também aqui se torna possível avaliar resultados de experiências passadas, entendendo a sua influência no processo urbano recente, e delinear, à luz deste conhecimento, novas propostas de intervenção.

Está estabelecida, desde logo, a inquestionável importância patrimonial de Évora, aspecto naturalmente central no processo de conservação, e consagrado na sua inclusão pela UNESCO na lista do "Património Mundial", em 1986². Coloca-se, assim, e em primeiro lugar, a ênfase nas componentes ligadas ao *valor histórico e artístico*, que se reflectem na sensibilidade e vulnerabilidade do objecto patrimonial e, portanto, nos mecanismos jurídico-institucionais necessários à sua protecção.

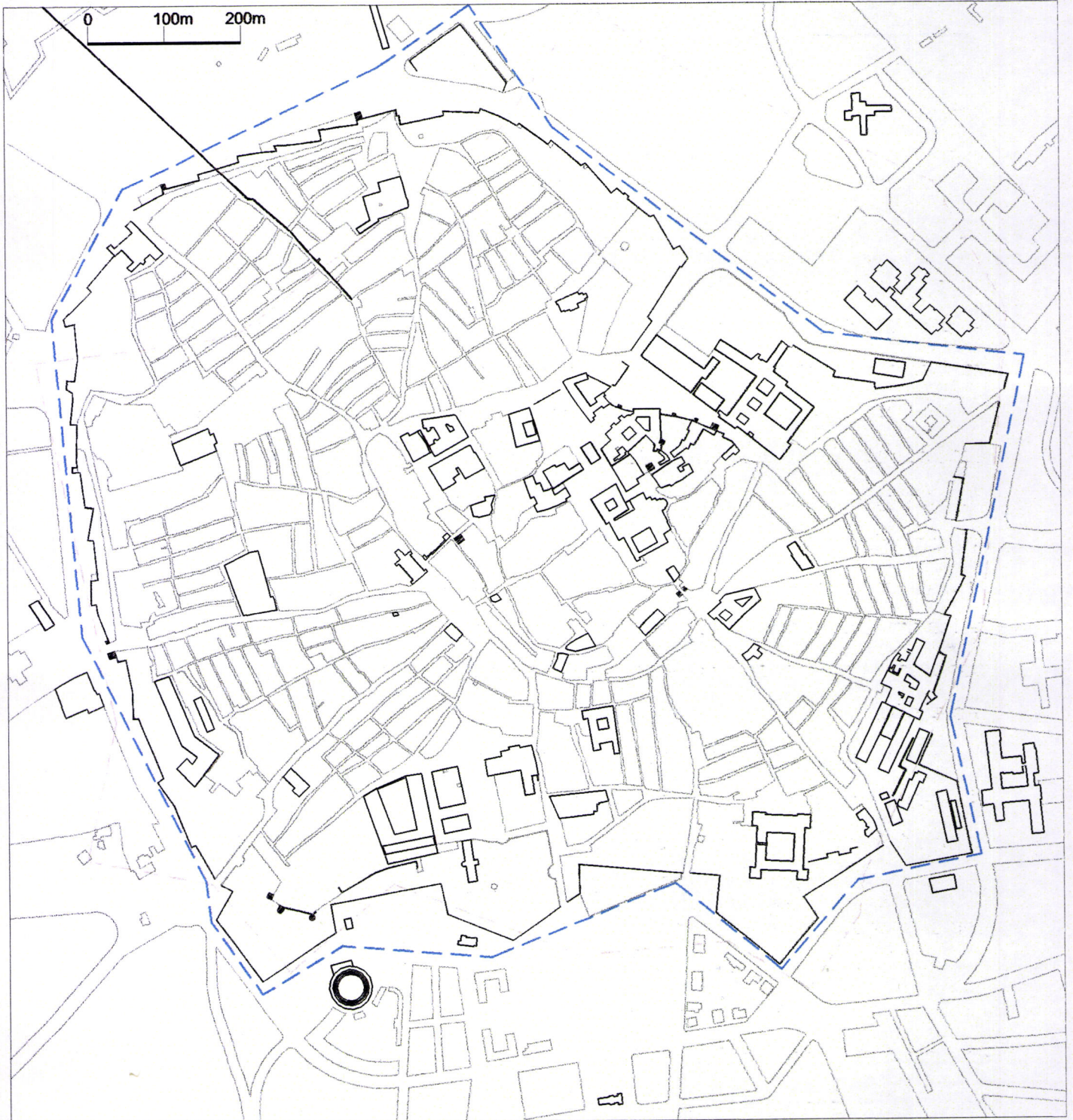
Em segundo lugar, parece evidente a persistência da importância e vitalidade funcional do centro histórico de Évora. Esta pode ser avaliada, nomeadamente, pela manutenção de considerável número de funções centrais de elevada hierarquia, relativamente ao conjunto da cidade, bem como à grande concentração de equipamentos e serviços urbanos. Este espaço constitui-se, ele próprio, como o núcleo, no interior de um sistema urbano que configura um modelo de características gravitacionais, continuando a conter o *Central Business District* - CBD de Évora.


² O parecer do ICOMOS neste processo refere que "... Évora est le meilleur exemple de ville de l'âge d'or portugais depuis la destruction de Lisbonne par le tremblement de terre de 1755." (UNESCO, 1984-1986).

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 1

O CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA - DELIMITAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

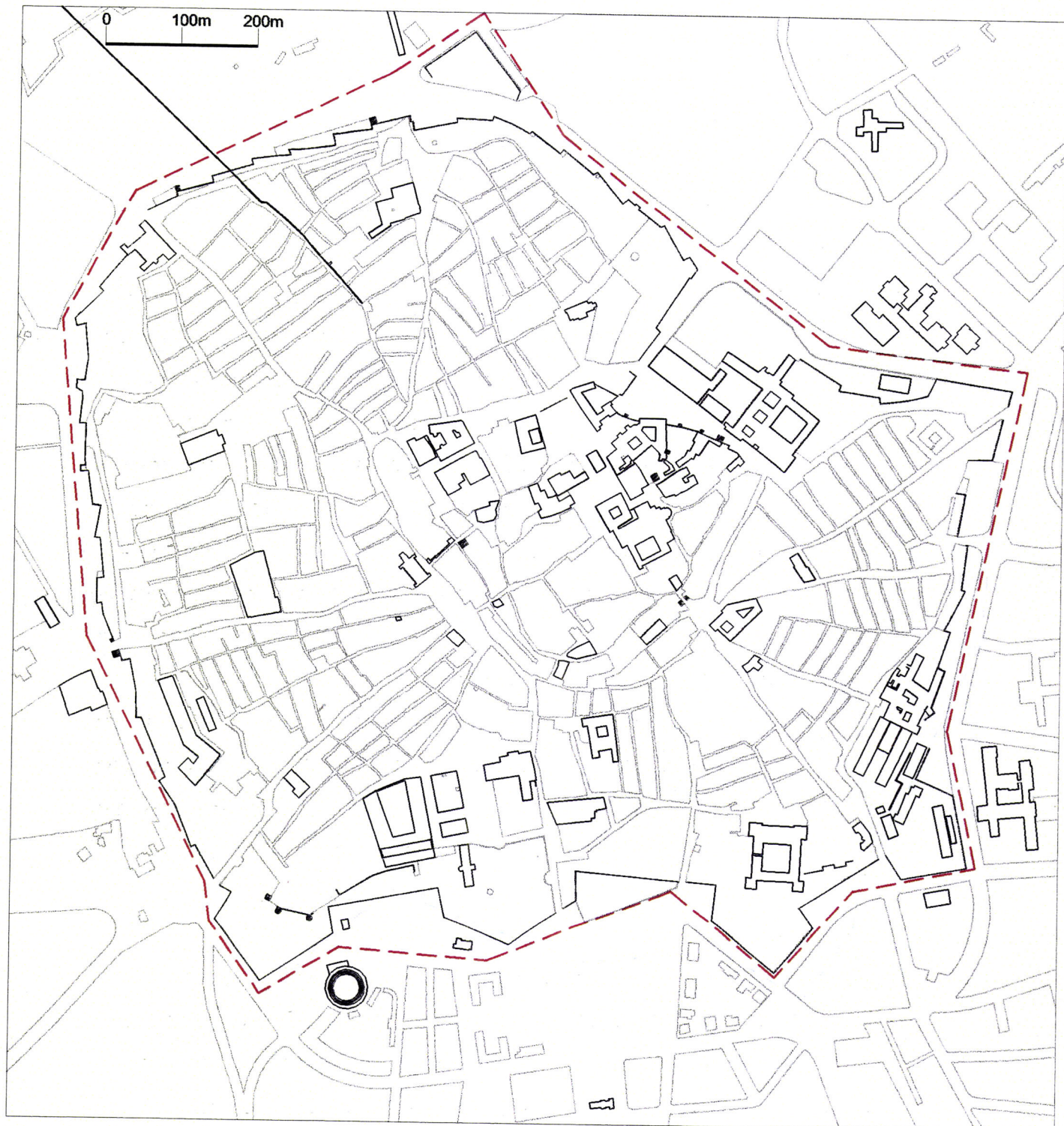



 DELIMITAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 2

DELIMITAÇÃO "ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA"



 DELIMITAÇÃO DA ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA

Tal facto constitui, por si só, uma confirmação da importância do centro histórico sob vários aspectos, sejam de ordem simbólica e cultural, ou, por outro lado, de natureza social e económica. Introduce, no entanto, factores que podem colocar em risco, ou no mínimo tornar mais complexas, as acções de protecção.

Os factores de complexidade decorrem da atractividade acrescida deste espaço e, portanto, de uma natural pressão sobre o tecido urbano, seja edificado ou espaço livre, no centro histórico e sua envolvente imediata. Decorrem, também, do presumivelmente maior número, e com mais fortes motivações e expectativas, de agentes que operam no sistema urbano, os quais têm objectivos muitas vezes contraditórios e conflituais.

Ainda ligada à importância e complexidade do centro histórico, deve ser considerada a questão da sua dimensão territorial e populacional, embora, quer em termos absolutos, quer relativamente ao total da cidade, a população esteja em perda evidente nas últimas décadas. Deve ter-se, igualmente, em conta a situação que ocupa, integrado num sistema urbano com uma considerável dinâmica de crescimento e relevante importância, enquanto pólo regional e capital administrativa.

Estas breves constatações não permitem concluir que a situação do centro histórico de Évora seja diferente dos problemas urbanísticos, demográficos e sociais comuns nestes casos, o que, de qualquer modo, não seria razão para abandonar esta escolha. Significam, apenas, que subsistem muitos elementos de vitalidade urbana, que continuam a sustentar este espaço.

Outra das razões da opção por este caso de estudo, é o facto de se verificar em Évora uma clara demarcação do centro histórico, no território da cidade. Esta situação, que decorre da persistência no tempo de barreiras físicas, a principal das quais é a própria muralha, gerou descontinuidades na ocupação e uso do solo. Com base nestas, é possível propor uma

delimitação operacional coerente, quer cientificamente, quer para as entidades que intervêm na gestão do sistema urbano ³. A delimitação utilizada neste trabalho é apresentada em cartografia na Figura 1.

Temos consciência que uma das eventuais críticas a esta delimitação se prende com a exclusão do Rossio de S. Brás, espaço aberto, localizado a sul, e objecto de recentes polémicas quanto à sua transformação. Sem nos envolvermos numa questão que releva do estudo do processo urbano mais remoto de Évora, diremos que a nossa delimitação é sustentável à luz de vários critérios, e eminentemente operacional para os objectivos em vista e o período considerado.

A recente declaração do centro histórico como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, tendo como base uma delimitação idêntica, proposta pela Câmara Municipal ⁴, fornece argumentos adicionais à selecção do caso de estudo e ao limite territorial definido.

Apesar das suas próprias heterogeneidades, o centro histórico é globalmente percebido, e aceite, como uma entidade claramente diferenciada da envolvente ⁵. Aliás, a contenção intramuros da cidade até meados do século XX identifica, em grande parte, a evolução do centro histórico com o próprio processo urbano de Évora.

Esta é uma razão de monta para um trabalho de investigação afim à área das ciências sociais, em que interessa ter delimitado coerentemente o objecto do estudo. Desde logo, esta diferenciação permite estabelecer e aplicar uma bateria de variáveis explicativas, no sentido de avaliar as

³ A propósito da delimitação do centro histórico de Évora, como objecto de estudo e de gestão urbanística, atente-se à coincidência patente em perspectivas tão diversas como as de Lima (1996), na Figura 3, da inclusão na lista do Património Mundial e a subjacente à declaração deste espaço como ACRRU.

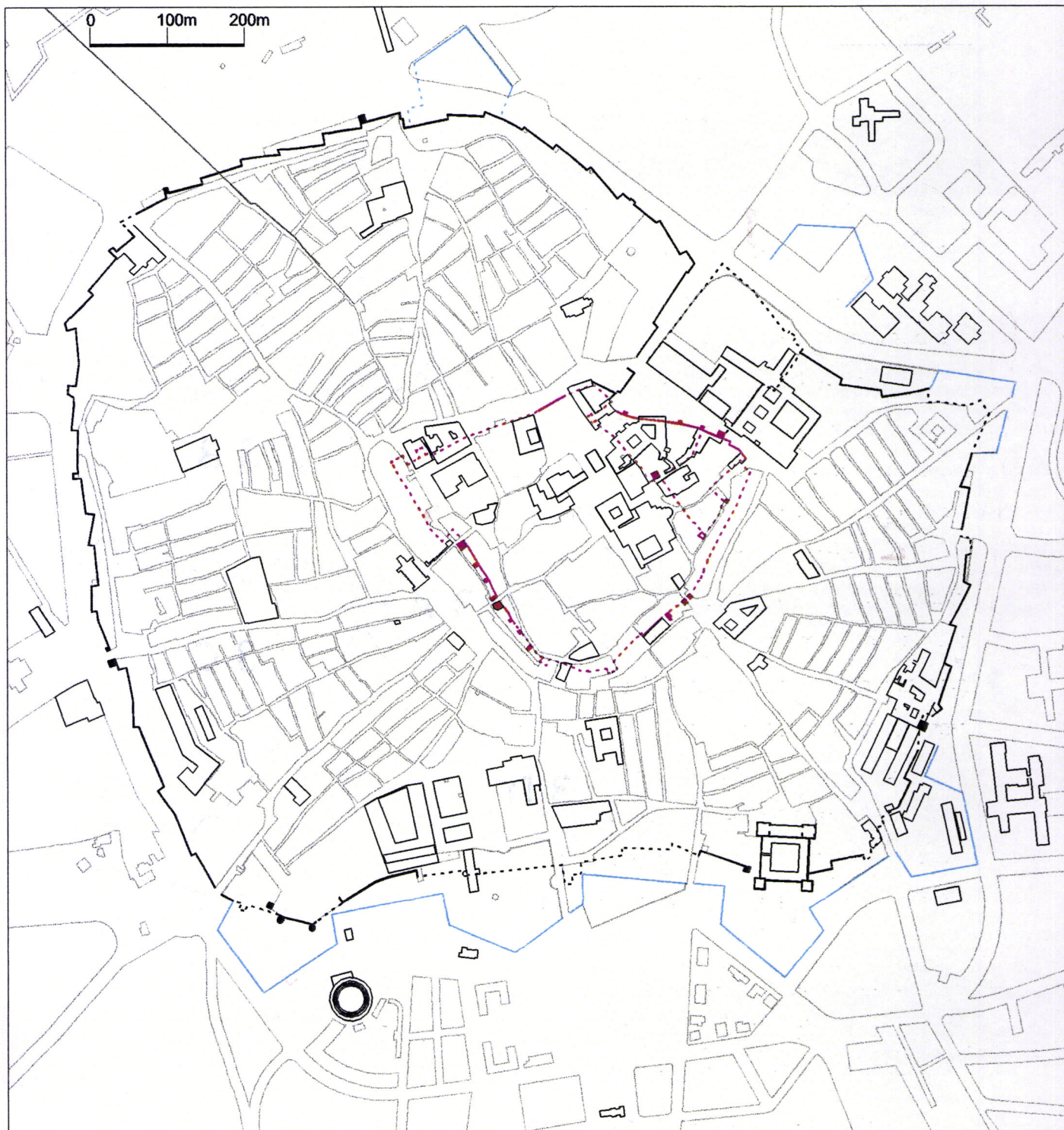
⁴ Apresentada na Figura 2.




⁵ A evidência da diferenciação do centro histórico não permite concluir que este tenha descolado da sua envolvente ou do território suporte (cf. capítulo I.1.). Essa é uma outra questão, para a qual este estudo poderá, eventualmente, contribuir com algumas pistas, mas que está alheada dos seus objectivos centrais.

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 3

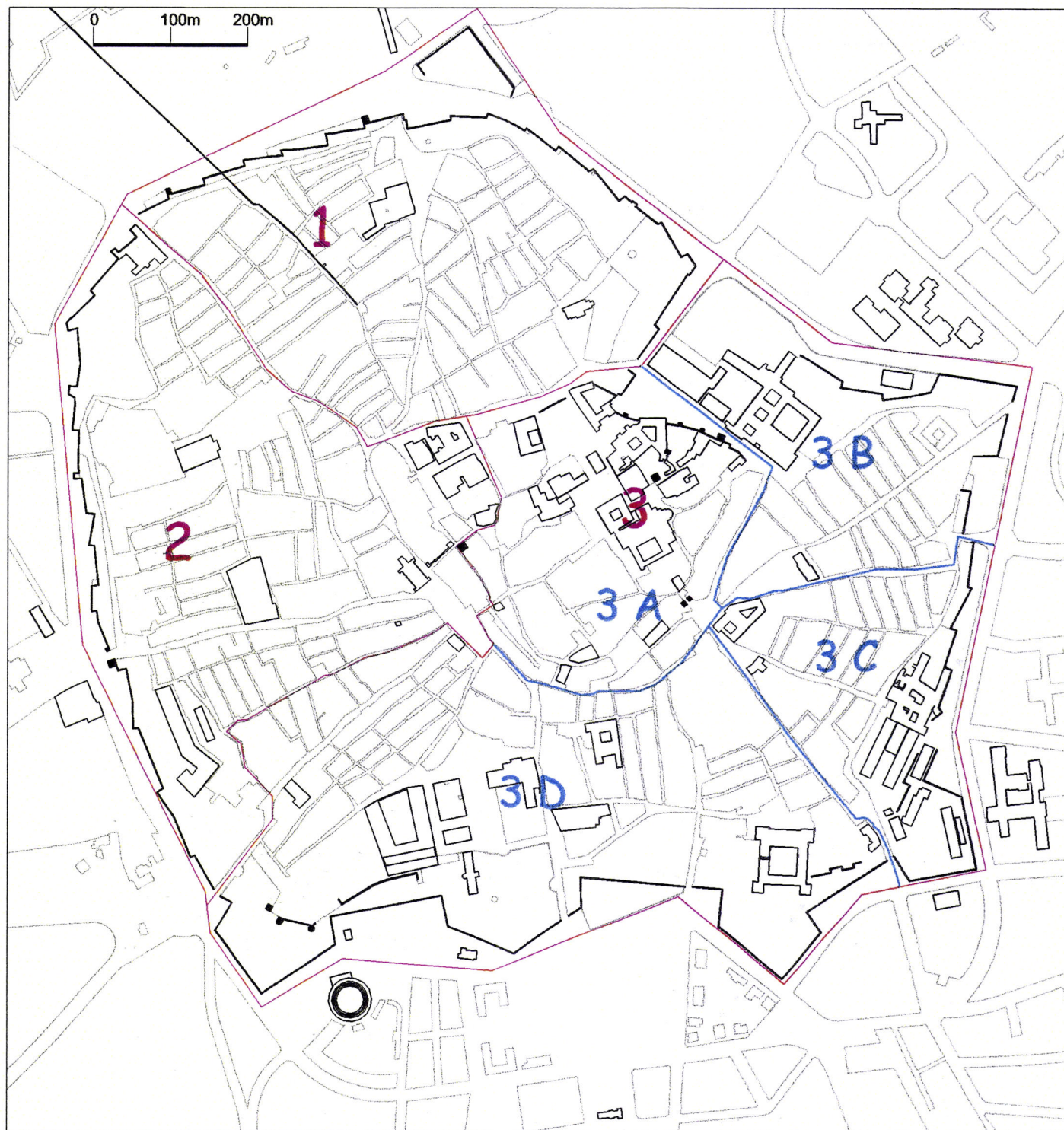
MURALHAS DO CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA



-  CERCA ANTIGA
-  CERCA NOVA
-  FORTIFICAÇÕES MODERNAS

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS

FIGURA 4

FREGUESIAS E SECÇÕES ESTATÍSTICAS NO CHE

1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE

2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO

3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

3 A - Secção Estatística 1 - freguesia da Sé

3 B - Secção Estatística 2 - freguesia da Sé

3 C - Secção Estatística 3 - freguesia da Sé

3 D - Antiga freguesia de S. Pedro

FONTE: INE

mutações internas e as alterações do seu papel no conjunto da cidade. Este facto verifica-se, igualmente, quanto às variáveis dos RGPH do INE, visto que o critério de delimitação utilizado permite a coincidência com as suas unidades geográficas, quer pela divisão administrativa - freguesias, quer pela configuração das secções estatísticas ⁶.

Se, por um lado, a delimitação do centro histórico de Évora facilita a sua apropriação como objecto de estudo e a caracterização dos seus dinamismos próprios, por outro contrapõe-se à sua integração territorial e no sistema urbano. Este facto levanta algumas questões metodológicas, que merecem um breve comentário. A visão redutora que pode resultar deste isolamento contradiz, aparentemente, a defesa de uma metodologia de abordagem dos centros históricos integrada e sistémica, dirigida à *totalidade urbana*. Diremos, apenas, que se trata de uma opção assumida por razões de organização e enquadramento do trabalho, atendendo a que a prevalência dos aspectos ligados ao património, neste contexto, impõem uma convergência no centro histórico. Para alguns aspectos da investigação do processo urbano devem, no entanto, ser consideradas as relações com a envolvente e as suas alterações no período em estudo, o que faremos.

Outro conjunto de razões que configuram Évora como caso único, nas cidades portuguesas com centro histórico, prende-se com a persistência, já de mais de duas décadas, de uma actuação pioneira e interventora por parte da administração pública. Referimo-nos à efectiva liderança no processo urbano, protagonizada pelo poder local, após as eleições autárquicas de 1976.

A autarquia vem utilizando as suas atribuições e competências, bem como os instrumentos relevantes ao seu alcance, no sentido de controlar e orientar as dinâmicas urbanas, apostando continuamente no planeamento

⁶ Para as bases desta delimitação, que retomaremos adiante, ver a Figura 4.

e na gestão urbanística. Criou assim, e simultâneamente, condições e motivação para a participação da população neste processo, implementando uma política de *planeamento integrado*, já assimilada no comportamento dos agentes.

Nesta actuação, o centro histórico mereceu sempre, como veremos, destaque especial. Poderá facilmente identificar-se uma linha de forte iniciativa autárquica em defesa do centro histórico, expressa em planos de ordenamento do território, programas e na própria orgânica dos serviços, sendo a sua protecção assumida pelo município como objectivo da política urbana. Existe, assim, uma possibilidade interessante, e rara entre nós, de ensaiar a avaliação dos resultados da aplicação desta política, traçando o modo como o sistema urbano lhe foi correspondendo.

Refira-se, aliás, que um tratamento pormenorizado para o centro histórico de Évora, traduzindo objectivos e preocupações específicos, embora essencialmente de natureza formal, pode já encontrar-se nos instrumentos de planeamento urbanístico anteriores a 1974 (Simplicio, 1995). Destes, destaque-se o Anteprojecto do Plano de Urbanização, de Etienne de Gröer, datado de 1945, no qual se evidencia já uma especial atenção pelo património edificado e pelas características do tecido urbano medieval (Lôbo, 1995, pág. 86).

A concentração em Évora de órgãos da administração pública central, nomeadamente os ligados, quer ao ordenamento do território e ao planeamento urbanístico, quer ao património cultural ⁷, tem contribuído também para uma especial atenção por parte do Estado aos problemas do centro histórico. Todavia, a actuação destes órgãos nem sempre se poderá considerar em boa articulação com as iniciativas autárquicas, como veremos adiante.

⁷ Designadamente, a presença de delegações regionais da DGEMN e do IPPAR.

A demonstração da importância de Évora como nó regional é, aliás, evidente na orgânica do Estado, pela localização aqui da sede da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, que, significativamente, até há pouco se situava no centro histórico. A presença e actuação da administração pública, que, sob várias formas, tem assumido o papel de importante agente no sistema urbano, tem veiculado um interessante processo de *feedback*, também ele característico da experiência de Évora. As iniciativas pioneiras da autarquia nas áreas do planeamento e da gestão urbanística, que constituíram oportunidade privilegiada de reflexão técnica e política neste domínio ⁸, influenciaram manifestamente o quadro jurídico nacional. Esta influência pode encontrar-se, designadamente, na criação da figura de Plano Director Municipal, desde a sua primeira formulação de 1982 ⁹.

Do conhecimento e avaliação dos resultados da experiência de actuação no centro histórico de Évora, poder-se-ão, pois, extrair lições valiosas para uma estratégia de desenvolvimento urbano. Esta poderá ser aplicável a cidades com centros históricos importantes, em que a conservação integrada constitua a base, ou, pelo menos, um dos principais fundamentos, do modelo de desenvolvimento adoptado.

Se esta estratégia tem estado presente, de forma coerente, na atitude dos órgãos da administração pública que intervêm no governo local, relativamente ao centro histórico, é uma das avaliações que tentaremos fazer no presente capítulo. Para determinar este facto, procuraremos identificar que aspectos tem assumido esta actuação, bem como que consequências, para o desenvolvimento deste sistema socioterritorial, tem acarretado a intervenção pública.

⁸ Destaque-se, por exemplo, a utilização da figura de Plano Director, em 1980, e a abordagem metodológica e prática aos conceitos de participação das populações e de planeamento estratégico.

⁹ Decreto-Lei n.º. 208/82, de 26.05.

III. 2. O estado actual da investigação. Contributos para o entendimento do processo urbano recente do centro histórico de Évora.

III. 2. 1. A perspectiva da conservação integrada.

Uma abordagem de conservação integrada ao processo urbano recente de um centro histórico de grande importância urbanística, como Évora, não está na tradição da investigação e da prática da conservação do património edificado no nosso país. Este facto decorre, desde logo, da insuficiente assimilação do conceito entre nós, patente na ordem jurídico-institucional através da dispersão, quando não conflito, das competências legais e técnicas que, necessariamente, convergiriam nesta área. Atente-se nos casos da Cultura, do Ordenamento do Território, do Planeamento e Gestão Urbanísticos, da Habitação, do Equipamento e das Obras Públicas.

Por este motivo, parece-nos útil fazer neste ponto, e na sequência da introdução ao caso de estudo, uma breve resenha do estado actual da investigação relativa ao processo urbano recente do centro histórico de Évora. Procuraremos versar os diversos domínios que, embora se apresentem dispersos, são relevantes para o nosso estudo. Estas notas, não se pretendendo exaustivas, têm sobretudo por objectivo referir as várias fontes em que nos apoiamos, para tentar compreender a situação actual do sistema socioterritorial do centro histórico e as suas dinâmicas recentes.

Voltaremos, aliás, em maior pormenor a alguns dos documentos agora referidos, quando aprofundarmos o estudo de caso. Trabalharemos, sobretudo, os que traduzem as actuações públicas recentes dirigidas ao centro histórico de Évora, ou que contribuem para estabelecer a "situação de referência", que constituirá o ponto de partida para a avaliação do processo urbano. Assim, os instrumentos de intervenção urbanística - programas e planos - que expressam orientações específicas para o centro histórico, serão

analisados em detalhe em ponto posterior, sobretudo quanto aos seus objectivos e conteúdo técnico. Será dada especial atenção ao estudo das consequências, para este sistema socioterritorial, da sua implementação.

Perante a escassez de investigações equivalentes à nossa aproximação a este sistema, impõe-se adoptar uma perspectiva multidisciplinar, que esta recensão assume. Tal abordagem é consistente com a natureza do conceito operativo que nos serve de referência - a conservação integrada -, e com os contributos dos diversos domínios científicos que vêm chegando à problemática dos centros históricos.

Note-se que iremos concentrar-nos em documentos que tratam o sistema do centro histórico de Évora de forma relativamente fechada, embora se incluam alguns que estabelecem articulações entre este e o território envolvente. É, por isso, necessário assumir a aparente contradição, já referida, entre a perspectiva da conservação integrada, que promove a integração em contextos socioterritoriais alargados, e uma abordagem centrada nos limites do centro histórico, privilegiada neste estudo por razões metodológicas.

Importa, ainda, tornar claras as limitações desta resenha, visto que não nos debruçaremos sobre vários aspectos dos estudos consultados, nem mencionaremos outros sobre este território, porventura importantes para objectivos distintos. Retiramos desta pesquisa apenas a matéria necessária e relevante para o nosso propósito.

Évora e o seu centro histórico têm sido abordados a partir de diversos pontos de vista e por diversos autores, correspondendo a outros tantos objectivos disciplinares e metodologias. Assumidamente, não consideramos os estudos relativos aos aspectos históricos e artísticos, dos quais ressaltam os realizados por Espanca (1966; 1975; 1978; 1993), que documentam a importância patrimonial desta área urbana. Por isso, estão, claramente, colocados a montante da nossa investigação.

Não podemos, no entanto, deixar de mencionar o uso que fizemos da documentação constante do processo para a inscrição do centro histórico de Évora na lista do Património Mundial (UNESCO, 1984 - 1986). Este processo constitui um repositório apreciável de informação e promove uma visão integrada dos valores e do papel que desempenha este espaço. Refira-se também, a propósito, a documentação patente na exposição promovida pela Câmara Municipal eborense, bem como o conjunto de referências que integram o respectivo catálogo (CME, 1996d).

Na mesma perspectiva se inscreve o estudo recente de Lima (1996), centrando-se na evolução e características das estruturas defensivas de Évora. Esta investigação contribuiu, em virtude da persistência destas na determinação da morfologia urbana, para validar a consistência da delimitação que adoptámos para a área em estudo.

Concentramo-nos, em coerência com uma pesquisa dos aspectos relevantes para fundamentar uma metodologia de conservação integrada, em duas vertentes essenciais, ambas com assinalável produção. Por um lado, os estudos na área das *ciências sociais*, sobretudo na sociologia, economia e geografia urbanas, que incidem sobre a situação actual e as dinâmicas recentes deste território, apresentando, ou não, carácter prospectivo. Por outro, os estudos no âmbito do *urbanismo*, embora, naturalmente, o carácter multidisciplinar deste domínio, leve a que estes documentos incluam substanciais contributos das disciplinas antes referidas.

Na área do urbanismo, a maior parte dos títulos referidos foram realizados no quadro da elaboração de instrumentos de planeamento e gestão do centro histórico, ou de programas de actuação pública neste espaço. Integram, muitas vezes, estes instrumentos, em coerência com a posição assumida pela autarquia nesta matéria. Existem, igualmente, alguns trabalhos de reflexão metodológica e aprofundamento teórico sobre o processo de planeamento e gestão urbanísticos, nas suas várias vertentes, em relação com

a prática da administração pública, sobretudo autárquica, em Évora. Outros, ainda, incidem sobre aspectos particulares do centro histórico, como a evolução recente do seu edificado, ou as suas relações com as dinâmicas populacionais.

III. 2. 2. A abordagem das ciências sociais.

No início destas notas, não poderíamos deixar de referir o estudo, já clássico, de Gaspar (1972), que constitui referência obrigatória para toda uma geração de investigadores das questões urbanas e, especificamente, de Évora. Procurando delimitar a sua área de influência e caracterizar o sistema de funções e lugares centrais dentro dela, o autor estabelece a grande importância desta cidade, como lugar central de hierarquia mais elevada na região. Traça, ainda, o padrão da distribuição de funções centrais no território dominado por Évora e a correspondência com a respectiva rede urbana, bem como caracteriza o comportamento espacial das populações na aquisição de bens e serviços.

Transcendendo, pelos seus objectivos e âmbito territorial, a perspectiva do nosso estudo e usando, conseqüentemente, uma metodologia diversa, este trabalho encerra muitas conclusões relevantes para a compreensão de um centro urbano que, em larga medida, coincide com o nosso espaço de estudo. Designadamente, a investigação aponta para a concentração de funções centrais de hierarquia elevada na área intramuros. Este facto é a confirmação primeira da vitalidade urbana do centro histórico de Évora e, como "reverso da medalha", das pressões que sobre ele se exerciam e, certamente, continuam a exercer. Esta investigação contribuirá para o estabelecimento de uma situação de referência, em termos funcionais, do centro histórico de Évora no início da década de 1970, quadro de base para uma avaliação das dinâmicas presentes neste sistema. Seria de grande importância detectar se, ao esvaziamento

populacional intramuros, já bem referido neste estudo, se terá seguido um equivalente esvaziamento funcional, ou uma alteração da estrutura de funções centrais neste território. Para traçar esta avaliação dinâmica, interpretando as eventuais alterações, seria necessário um estudo metodologicamente equivalente, e realizado agora. Tanto quanto sabemos, este estudo comparativo ainda não existe.

Atendendo a que Gaspar, em consonância com os seus objectivos, considera, no tratamento da informação relativa a Évora, o conjunto das quatro freguesias urbanas (Santo Antão, São Mamede, São Pedro e Sé), sugerem-se nos dois comentários, relativos à utilização que faremos destes elementos para o nosso trabalho. Em primeiro lugar, esta agregação de informação não permite efectuar, a partir deste estudo, uma análise da distribuição espacial de funções centrais no espaço do centro histórico, detectando eventuais zonas de especialização, por exemplo, ao nível das unidades do tecido urbano.

Por outro lado, a necessidade, em virtude da desagregação da informação utilizada ser ao nível da freguesia, de inclusão total da freguesia da Sé, única que, à data, englobava uma extensa área fora das muralhas. Esta desagregação não permite, em rigor, fazer equivaler os dados relativos à cidade com os do centro histórico. Parece, no entanto, seguro afirmar que o alastramento de funções centrais para a área extramuros seria pouco significativo à data daquele estudo, quer em número de ocorrências, quer quanto ao seu nível hierárquico.

Teria sido, naturalmente, mais útil para o nosso propósito que o autor tivesse adoptado uma metodologia de análise mais desagregada, estabelecendo por exemplo, a distribuição de funções centrais ao nível do quarteirão. Reconhece-se que esta tarefa estava, manifestamente, muito

afastada dos seus objectivos, centrados na influência do *lugar central* Évora, sendo até impossibilitada pela indisponibilidade, na prática, de informação ¹.

A tentativa de análise do centro histórico de Évora, e mesmo das suas alterações, tem, entretanto, sido empreendida, com diversas metodologias e graus de profundidade, noutros estudos. Estes são, quer de natureza académica, quer inseridos na fundamentação de propostas urbanísticas.

Ainda quanto à estrutura funcional, refira-se o estudo de Silva (1991), que embora muito menos ambicioso que o já citado, contém informação interessante. Traça as alterações funcionais recentes de um espaço urbano de grande importância no centro histórico - a Rua 5 de Outubro -, procurando relacioná-las com as consequências da classificação como Património Mundial. Baseando-se num inquérito dirigido às unidades comerciais existentes, dos indicadores utilizados ressalta claramente o crescimento e as alterações do padrão da procura. Consequentemente, detecta-se a adequação da oferta de serviços especializados neste espaço, estabelecendo-se uma evidente correlação com a sua posição urbana, inserida num percurso turístico dos mais importantes intramuros. Verifica-se, também, que esta dinâmica se manifestou, ao nível das pressões sobre o edificado, por um grande número de obras realizadas, identificadas no inquérito.

O trabalho de Cascais (1993) fornece-nos indicações interessantes para a compreensão dos comportamentos da população de Évora, na organização e apropriação do espaço urbano. Apresenta, igualmente, um importante contributo para a interpretação das dinâmicas populacionais instaladas, que se reflectem no centro histórico.

¹ A introdução de secções e sub-secções estatísticas permitiu ultrapassar esta questão metodológica. Assim, como vimos em III. 1. e aprofundaremos em III. 4., a área intramuros corresponde a um contorno definido por um conjunto destas unidades, sendo possível apurar variáveis para o seu espaço. Note-se que é necessário efectuar algumas operações complexas de equivalência entre quarteirões e sub-secções, para os anos de 1981 e 1991.

Dirigido à problemática recente do turismo em Évora, o estudo elaborado pela OA (1997), corolário de investigações anteriores da mesma equipa, revelou-se de interesse para o nosso trabalho. Este documento apoia-se numa caracterização e diagnóstico do turismo em Évora, da qual resulta a importância daquela actividade no seu processo urbano recente. A proposta de estratégia apresentada para o sector, inclui, nos seus elementos centrais, aspectos relativos ao centro histórico e ao património edificado, vistos como principais pontos fortes da oferta turística do concelho.

III. 2. 3. Os estudos urbanísticos.

O conteúdo dos estudos urbanísticos relativos ao centro histórico de Évora no período em estudo - de 1977 a 2001 -, agora mencionados, será desenvolvido no âmbito da actuação pública neste espaço, pormenorizada no ponto seguinte.

O primeiro estudo que importa referir é o designado por "Relatório nº. 28", elaborado pela CIPRO (1979), documento dirigido exclusivamente à cidade intramuros e produzido no âmbito do Plano Director de Évora, de 1980. Este trabalho distingue-se pelas indicações que nos fornece e pelo seu contributo para caracterizar a situação do centro histórico, antes de, sobre ele, terem incidido as acções determinantes dos últimos anos. A área histórica ocupa, aliás, uma posição central em todo aquele plano, quer na interpretação da situação existente, quer em termos de objectivos e de fundamentação das propostas para o desenvolvimento urbano global.

O conjunto dos documentos que integram o Plano Director de Évora, no qual se inclui, entre outros, o Plano de Circulação e Transportes ² (CME,

² Com grande relevância para a cidade intramuros e, em muitos aspectos, precursor do actual SITE - Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento (CME, 1994).

1980), encerra elementos que nos forneceram muitas indicações úteis. Esta utilidade decorre, desde logo, do facto de expressarem orientações específicas para o centro histórico, que têm subjacentes a protecção e defesa activa do seu edificado. A eles voltaremos mais adiante.

De notar que o carácter inovador do Plano Director de Évora, pela sua visão integrada dos problemas urbanos, a valorização da componente de gestão urbanística, a aposta na participação da população e a afirmação do papel do Poder Local no processo urbano, suscitou muito interesse nos meios técnicos e académicos. Este reflectiu-se na produção de diversos artigos, dos quais destacaremos, pela utilização que deles fizemos neste estudo, os de Soares (1980) e de Carvalho (1986) e, mais dirigidos ao centro histórico, os de Silva (1980; 1981) e de Guerreiro (1987).

No mesmo âmbito e igualmente promovido pela Câmara Municipal eborense, importa referir o "Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora", baseado num estudo metodológico elaborado pela OA / SISMET (1981a; b; c; d; e; f; 1982). Este constitui, sem dúvida, o conjunto de documentos que reflecte uma abordagem com maiores afinidades com a nossa. Foi produzido na sequência imediata do referido Plano Director, perante a problemática específica do centro histórico e a necessidade sentida de definir para este espaço, mais do que um plano urbanístico, uma *metodologia de intervenção*. Trata-se de um estudo alargado, que reflecte uma abordagem integrada, dirigida a um sistema complexo em que actuam e, por vezes, se defrontam, múltiplos agentes.

É, precisamente, este reconhecimento que faz com que os autores, muitos dos quais ligados à elaboração do Plano Director e à gestão urbanística de Évora, enfatizem a importância da estruturação metodológica, na preparação de um Programa de Recuperação dirigido à área intramuros. Este deveria integrar os vários domínios que concorrem para a definição deste sistema, e da sua relação de forças, desde a articulação com o

desenvolvimento urbanístico do conjunto da cidade, à delimitação das competências institucionais que aqui convergem.

Desde logo, a compreensão das funções de pólo regional que se concentram no centro histórico, impõe aos autores uma atitude abrangente, que transcende a dimensão edificada e valoriza os aspectos de coordenação com as intervenções no resto do concelho. Considerando, logo no primeiro documento do trabalho ³, a realidade histórica, actual e tendencial da cidade intramuros, a OA / SISMET estabelece a abordagem a este sistema, centrada nos domínios patrimonial e socioeconómico, de uma forma dinâmica. Detecta vocações e processos de transformação, consagrando especial importância à identificação e caracterização dos agentes interessados no processo urbano da cidade intramuros e à sua actuação.

A produção de um instrumento de carácter operacional, dirigido a uma realidade dinâmica, é evidente em toda a estruturação do Programa e está reflectida na definição de objectivos globais e intermédios de intervenção. Estes são, por sua vez, concretizados em projectos, dirigidos a todos os domínios da actividade autárquica e hierarquizados por prioridades. Destes projectos importa destacar, desde já, a criação na estrutura dos serviços municipais de um "Núcleo para o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora" ⁴.

O reforço da componente operacional está ainda patente na produção de uma série de documentos intitulados "Guias de Trabalho", dirigidos aos *sistemas* considerados decisivos na sua concretização ⁵ e que definem modelos de actuação nos vários domínios. Manifesta-se, também, na

³ Intitulado "Metodologia de Intervenção".

⁴ Depois, apenas Núcleo de Recuperação do Centro Histórico. A sua criação, alterações e actuação serão referidas no ponto III. 3. 4. 2.

⁵ Planeamento, Programação, Controle de Execução e Avaliação, Institucional, Financiamento e Documentação.

valorização da componente *participação* dos agentes, sobretudo privados, que de várias formas intervêm no sistema do centro histórico.

Apesar de não plenamente concretizado, não é demais realçar a importância deste documento no quadro das abordagens recentes ao centro histórico de Évora. Destaque-se o seu contributo para estruturar uma metodologia de intervenção original neste sistema, a aposta na componente operacional, mobilizando os vários sectores relevantes para a concretização dos objectivos e ainda a influência no modelo de actuação autárquica. Dele retirámos indicações muito úteis, às quais voltaremos em fase posterior do trabalho.

Refira-se ainda que, na sequência deste Programa e como, aliás, já acontecera após o Plano Director, alguns autores ligados à sua elaboração ou implementação produziram ensaios de sistematização e aprofundamento, baseados na metodologia desenvolvida. Destes destacaremos os estudos de Marchand (1981a; b; 1989), Ventura e Silva (1983a; b) e de Valente (1985), chamando a atenção para a sua estreita articulação com outros instrumentos de gestão urbanística.

Abandonando, por um momento, a sequência cronológica que nos guia nesta recensão, importa referir que os resultados da implementação do Programa de Recuperação do Centro Histórico foram objecto de uma avaliação, no contexto de uma revisão da metodologia proposta, efectuada entre 1992 e 1994, pelos mesmos autores (OA, 1992; 1994a). Este trabalho, enquadrado num conjunto de documentos preparatórios do lançamento do Plano Estratégico, fornece uma reflexão interessante sobre as dinâmicas do centro histórico, contribuindo para novos instrumentos, e estando na base das alterações introduzidas nas políticas municipais para aquele espaço.

Tratando-se, no nosso conhecimento, do único estudo que avalia, de forma sistemática, o processo urbano recente do centro histórico de Évora, a sua utilidade para o nosso objectivo é bem evidente. Esta utilidade manifesta-

se, ainda, no facto de o documento, elaborado em estreita articulação com a CME, assumir uma atitude prospectiva, apontando uma estratégia estruturada para este sistema. Às suas conclusões voltaremos no ponto III. 4.

Um dos projectos iniciais previstos no Programa de Recuperação do Centro Histórico consistiu na formulação de uma alternativa ao chamado "projecto UNESCO". Este consistia numa proposta de intervenção na envolvente do Largo do Chão das Covas, com base numa investigação desenvolvida localmente por Verbizh e Marconi (1981), assim designado por contar com o apoio daquela organização internacional.

Tratando-se, sobretudo, de um projecto-piloto de recuperação do edificado num sector limitado da cidade intramuros, a investigação permitiu aprofundar o conhecimento das condições de habitabilidade e socioeconómicas na área de intervenção. Neste quadro, avançou com algumas propostas expeditas que permitiriam, conservando e reabilitando os valores patrimoniais existentes, melhorar substancialmente as condições de vida da população local.

O referido estudo choca, por vezes, com algumas das orientações do Plano Director. Critica aquele documento por generalizar e tornar demasiado rígidas regras que deveriam, no entender dos autores, ter diferenciação para várias áreas da cidade, ou até merecer aplicação casuística. Algumas das soluções propostas foram, no entanto, retomadas nos princípios de actuação da Câmara Municipal, bem como em estudos elaborados por técnicos ligados ao processo de planeamento em Évora.

As propostas avançadas por Verbizh e Marconi surgem impregnadas de um certo "utopismo comunitarista", não abordando com realismo alguns problemas da estrutura de propriedade e pressupondo um empenho e mobilização dos habitantes, raras vezes verificado entre nós. Apesar disso, sugerem alternativas interessantes.

Deste estudo, embora parcial e não plenamente desenvolvido, podem extrair-se contributos importantes. Dele retomaremos a ideia das intervenções expeditas e da flexibilidade dos *standards* como regras, naturalmente a utilizar com bom senso, para a intervenção nos centros históricos. Igualmente retemos o indispensável envolvimento das populações e o recurso aos factores endógenos da revitalização, em cuja base estão os laços sociais, também eles objecto da conservação integrada.

Ainda a propósito do já citado Núcleo de Recuperação do Centro Histórico, refira-se um documento (CME, 1988) com o mesmo título, no qual é traçada a situação urbanística, à data, daquele espaço, bem como os objectivos da autarquia a ele dirigidos. Estes são os expressos, sobretudo, nos referidos Plano Director e Programa de Recuperação do Centro Histórico. Também se realçam as ameaças que pendem sobre o centro histórico e a falta de recursos com que a autarquia se debate para as enfrentar, argumentando-se, mais uma vez, a favor de uma capacidade acrescida, a vários níveis, da sua actuação.

Os títulos referidos transmitem um entendimento do processo de intervenção no centro histórico nas suas diversas vertentes, que tem implícitas afinidades com o conceito de conservação integrada e, logo, com a nossa própria abordagem. Este facto revela-se, nomeadamente, quando se destacam os elevados custos sociais que uma manutenção apenas cosmética de fachadas e monumentos teriam tido na cidade intramuros, antes do início da actuação do poder local. A situação é referida criticamente por alguns estudiosos do processo urbano de Évora, como tratando-se de uma política de "cenário" prosseguida no pré-25 de Abril de 1974 (Silva, 1980; Marchand, 1981a), que, tendo embora o efeito positivo de manter inalterada a imagem da

cidade ⁶, descurou, objectivamente, toda a problemática socioeconómica e cultural que lhe é subjacente.

O esforço continuado da Câmara eborense na divulgação de informação relativa ao centro histórico, da sua própria actuação neste contexto e dos objectivos que lhe têm estado subjacentes, manifesta-se igualmente em títulos sobre alguns elementos do tecido urbano. Estes abordam unidades do seu espaço público, o respectivo enquadramento construído e dinâmica recente (CME, 1987a), ou a intervenção em edifícios notáveis na história da cidade, com a documentação do seu processo de conservação e reabilitação (CME, 1987b).

Ainda relativamente ao que tem sido a actuação do Núcleo de Recuperação do Centro Histórico e às formas organizativas que assumiu para corresponder às suas atribuições, interessou-nos a sistematização efectuada por Guerreiro (1991).

Poucos autores têm abordado as alterações do uso do edificado e as suas relações com a mobilidade habitacional no centro histórico, procurando, por esta via, compreender a transformação social desta área e o perfil resultante da população residente.

É o caso do estudo de Cardoso *et al.* (1987), o qual contempla duas vertentes, com ocorrências observadas no período 1982-1987. Por um lado, apoiando-se num inquérito dirigido à população que migrou recentemente, para dentro ou para fora da muralha, caracteriza a renovação populacional intramuros. Por outro, por consulta aos registos de licenciamentos municipais de obras e alterações de uso, detecta a dinâmica e a distribuição espacial das acções de reabilitação do edificado.

⁶ Ideia que, nem assim, corresponde à realidade, visto se ter adulterado, em vários aspectos, esta imagem e acentuado a degradação do parque edificado.

As conclusões colhidas destas observações e o seu cruzamento com alguns dos objectivos expressos no Plano Director para o centro histórico eborense, permitem avaliar o grau de concretização destes e a adequação das acções desenvolvidas para os atingir. Apesar de algumas limitações metodológicas para a nossa finalidade, este trabalho forneceu-nos indicações úteis. Trata-se de um dos raros títulos que se dirigem à detecção e avaliação de aspectos das dinâmicas recentes no centro histórico, permitindo, assim, uma primeira monitorização das políticas empreendidas.

O centro histórico de Évora serviu também de base para investigações académicas recentes. Algumas têm como objectivo ensaiar uma caracterização multidimensional deste espaço, na tentativa de contribuir para a sua compreensão enquanto núcleo polarizador de toda a área urbana. Destas, destaca-se a de Simplício (1991), que se apoia numa síntese da informação reunida entre 1978 e 1980 nos estudos do Plano Director, bem como em investigações próprias posteriores, realizadas até 1986. O autor, após justificar o interesse desta área, coloca-se fora do domínio dos estudos histórico-artísticos, empreendendo uma análise detalhada do tecido urbano e das realidades demográficas e funcionais que nele se apoiam, no período referido. No seu posicionamento face ao objecto de estudo, esta abordagem apresenta similitudes com a nossa, procurando dirigir-se ao centro histórico numa perspectiva urbanística. Detém-se, no entanto, em análises sectoriais e temáticas, não procurando a integração das componentes que concorrem para a afirmação da identidade do centro histórico, nem empreendendo uma análise dinâmica dos aspectos tratados. Foi-nos útil, essencialmente, como referência para alguns aspectos da cidade intramuros e pela sistematização de informação que efectua.

Noutro trabalho, mais recente, do mesmo autor (Simplício, 1995), retratam-se as iniciativas de planeamento urbano dirigidas a Évora no século XX, surgindo com destaque as que tratam o centro histórico. O autor não se

limita aos instrumentos de planeamento territorial, fazendo, igualmente, referência a vários programas de actuação do município, sobretudo os dirigidos à intervenção no edificado. Constitui uma interessante, e pouco frequente, sistematização desta matéria, que usámos como apoio à nossa própria análise destes documentos.

A originalidade, já diversas vezes apontada, do processo de planeamento e gestão urbanística de Évora, quer relativamente ao centro histórico, quer num quadro territorial alargado, permite dispor de um conjunto de experiências, que constituem um corpo teórico e prático de referência obrigatória neste domínio. O estudo de Carvalho (1990), abarcando a administração urbanística entre 1975 e 1985, os instrumentos de planeamento utilizados pela autarquia e os objectivos e políticas implementadas, não deixa de referir o que, neste âmbito, se reporta ao centro histórico e à sua recuperação. É verdade que, numa abordagem com estas características, tal seria inevitável, atendendo ao papel central que, de forma assumida pela edilidade, a cidade intramuros sempre desempenhou em todo o processo urbano recente de Évora.

Permitindo uma visão coerente da actuação municipal, das orientações subjacentes e das formas de organização assumidas, o autor traça a história da intervenção autárquica no desenvolvimento recente da cidade, evidenciando o seu papel determinante na condução deste processo. Relativamente ao centro histórico, a sistematização de objectivos e estratégias apresentada e a clarificação dos seus contextos, revelaram-se muito úteis à consolidação da nossa própria visão.

Quanto ao percurso seguido pela Câmara no esforço de recuperação do centro histórico de Évora, à metodologia utilizada, bem como à sua articulação com o desenvolvimento global da cidade, o estudo produzido por Heidemij (1994) constitui, simultaneamente, uma súmula e uma reflexão. São aqui postos em relevo os ensinamentos recolhidos ao longo de mais de uma

década de actuação e estabelecida a integração dos sucessivos instrumentos que, de algum modo, foram incidindo neste espaço. Aponta-se também a evidência do carácter de *processo dinâmico* que a "recuperação"⁷ assume e da necessidade de assegurar a sua sustentabilidade social e económica. Estamos, pois, perante reflexões muito afins às subjacentes ao nosso estudo, e que indiciam a maturação conceptual e metodológica que a intervenção em Évora atingira, colocando a tónica numa avaliação das actuações e na abertura a novos modelos.

A elaboração recente de instrumentos de uma nova concepção, dirigidos ao desenvolvimento municipal, num sentido amplo, como é o caso do Plano Estratégico de Évora, vem permitir esta oportunidade de reavaliação de objectivos globais e, também, dos dirigidos ao centro histórico. No conjunto dos seus documentos constituintes, algumas indicações nos foram úteis, sobretudo para a compreensão do modelo desejado pelos agentes que intervêm no centro histórico, reunidos no Gabinete do Plano.

Quanto à situação, à data, a caracterização socioeconómica efectuada pela GEOIDEIA (1995) no âmbito deste plano, agregada ao nível da freguesia e dirigida a toda a área urbana, permite detectar um decréscimo populacional na área histórica, num contexto de crescimento da cidade. Evidencia, também, o reforço da concentração nesta área de actividades do sector terciário, com destaque para as de nível mais elevado.

Os documentos-base do Plano Estratégico (CME, 1995a; b) apontam a presença de importantes valores patrimoniais em Évora e a classificação do seu centro histórico como Património Mundial como um factor potencial de desenvolvimento. Consideram, nos seus "Domínios Estratégicos de Intervenção", que a valorização do património está ligada à qualificação do

⁷ Este termo é usado no documento em apreço num sentido equivalente ao de conservação integrada.

ambiente urbano, contemplando nos projectos integrados no âmbito deste plano (CME, 1995c) a reabilitação do centro histórico. Estes documentos anunciam, também, um papel da autarquia que não é já o de condutor do desenvolvimento, mas o de mobilizador da actuação dos agentes.

Também a revisão do PGU de 1985, iniciada em 1996, constituiu um momento de reavaliação de objectivos, agora mais concretizados na realidade urbana e na sua evolução⁸. Como acontecia no plano inicial, também aqui o espaço intramuros é, simultaneamente, elemento central e integrador do desenvolvimento da cidade e objecto de diagnóstico e propostas específicas. Naturalmente que a expansão urbana, verificada nos últimos quinze anos, fez crescer a necessidade de elementos de integração e articulação com a envolvente, sendo essa a questão agora mais enfatizada para o centro histórico.

Neste conjunto de documentos pudemos, em primeiro lugar e com base no diagnóstico efectuado (CME, 1995d), confirmar o sentido das dinâmicas já detectadas em estudos anteriores, as quais colocam algumas interrogações quanto à justeza de certas políticas adoptadas. O mesmo estudo estabelece, igualmente, os objectivos para a revisão do plano, que decorrem, em parte, deste diagnóstico e das orientações já definidas no Plano Estratégico.

A intenção de *globalizar a imagem da cidade*, esbatendo a descontinuidade intramuros / extramuros, surge como um dos objectivos centrais desta revisão (CME, 1996a). De facto, talvez por se considerar já instituída a prática da sua defesa, o enfoque sobre o centro histórico trata agora, com especial relevo, a muralha e a previsão de medidas para a sua apropriação como espaço público, quer do lado interior, quer do exterior.

⁸ Esta revisão centra-se na vertente urbanística, assumindo a figura de Plano de Urbanização de Évora. Foi ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 13/2000, publicada no Diário da República, nº.74, de 28.03.

Esta atitude é expressa na normativa do plano (CME, 1996b) onde, apesar das muitas orientações para a intervenção no espaço e no edificado do centro histórico, este não surge com o mesmo carácter operacional que a área envolvente da muralha.

A concluir este esboço de "estado da arte" no estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora notaremos, mais uma vez, que os trabalhos referidos não têm, genericamente, os mesmos objectivos que norteiam o nosso, nem utilizam uma metodologia idêntica à que preconizamos. No entanto, neles encontramos muita informação útil e outras tantas indicações que despertaram a nossa atenção para aspectos interessantes deste sistema socioterritorial. Todos eles influenciaram, por isso, a nossa linha de investigação, embora de forma variável e que se reflectirá no desenvolvimento deste trabalho.

III. 3. A actuação pública no centro histórico de Évora, de 1977 a 2001. Políticas e prática urbanística.

III. 3. 1. As razões do período em estudo.

Para abordar o estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora ¹, é essencial caracterizar o que tem sido a actuação da administração pública neste sistema nas últimas décadas, atendendo ao muito que, obviamente, esta o influencia e determina. A explicitação deste “discurso do poder público”, que agora empreendemos, contribuirá para identificar os aspectos da evolução urbana relevantes, e as transformações no centro histórico, originadas pela aplicação das políticas, de natureza diversa, dirigidas a este espaço.

Trata-se, assim, de identificar e caracterizar, sucintamente, a intervenção por parte dos órgãos do Estado, autarquia eborense e seus serviços, presentes e actuantes no centro histórico da cidade, no período entre 1977 e 2001, centrada nas suas políticas e instrumentos. Esta questão, embora central à compreensão do processo urbano recente, reveste-se de grande complexidade, facto que decorre do elevado número de entidades que intervêm neste sistema, e das características da sua actuação, vasta e desarticulada. O conjunto de instituições, bem como o restante universo dos agentes presente no centro histórico e os papeis que desempenham, que aqui tratamos sinteticamente, seriam, em si mesmos, tema bastante para uma investigação específica (cf. Jobert, 1983).

Porquê os anos de 1977 a 2001? Detenhamo-nos um momento a explicar a determinação do período de tempo escolhido para a nossa

¹ Não nos ocuparemos do que tem sido o processo urbano recente da cidade de Évora, nas suas dinâmicas extramuros, procurando apenas identificar entidades, políticas, instrumentos e acções centradas na área histórica delimitada pela muralha.

investigação. O estudo do processo urbano recente do centro histórico de Évora tem por objectivo identificar as dinâmicas em curso num tempo de mudança acelerada, e as relações que estabelecem com o património edificado, quando a capacidade para transformar e a pressão dos modos de apropriação são as maiores de sempre. Ao procurar entender o que é originado na acção das entidades públicas, deveremos delimitar este passado próximo, tomando como balizas alterações históricas substantivas, que marcam inflexões no processo de desenvolvimento do território em causa.

O início do período em estudo é determinado por alterações desta natureza. Após as profundas mudanças políticas, mas também sociais, económicas e culturais, despoletadas em 25 de Abril de 1974, o ano de 1976 marcou, no dia 12 de Dezembro, a realização das primeiras eleições autárquicas do novo regime democrático, base do estabelecimento do poder local moderno. Este acontecimento determina, por si só, uma nova época, tanto mais que em Évora, os órgãos autárquicos que resultaram destas eleições viam-se num papel de protagonismo no sistema socioterritorial.

Note-se, ainda, que a entrada em vigor da Lei dos Solos² em 1976, assinala uma nova capacidade de intervenção dos poderes públicos, mediante formas de intervenção de que viria, aliás, a socorrer-se a Câmara Municipal de Évora na sua prática urbanística.

A estes factos juntam-se outros que consolidam a escolha deste período. Nas primeiras preocupações do novo poder autárquico perfilou-se a preparação de um instrumento de administração territorial, concretizada com o Plano Director de Évora, de 1980, do qual decorreu o Plano Geral de Urbanização, de 1985. Nestes planos era considerada com especial desenvolvimento, necessariamente, a área intramuros, atendendo ao papel

² O já referido Decreto-Lei nº. 794/76, de 05.11.

que desempenhava no sistema urbano, sendo que ambos viriam a ter sobre ela profundos efeitos. A proximidade da aprovação do Plano Director do início de um período censitário, marcado pelo Recenseamento Geral de População e Habitação, em 1981, permite construir uma situação de referência correspondente ao começo da implementação daquele instrumento de gestão territorial. Este cenário é essencial, como ponto de partida, para a avaliação do processo urbano recente do centro histórico, cujas bases metodológicas proporemos no ponto seguinte.

Perto de nós, o momento final do período em análise corresponde à revisão do PGU, através do Plano de Urbanização de Évora, de 2000, cujos primeiros estudos datam de 1995. Torna-se assim possível avaliar as consequências para o centro histórico da aplicação das políticas contidas no plano inicial, bem como noutras actuações e instrumentos entretanto elaborados, até ao momento presente, quando a revisão dos seus pressupostos fecham um ciclo na actuação municipal.

Curiosamente, concluiu-se também, no final do período em estudo, um ciclo eleitoral, com as eleições autárquicas, realizadas em 16 de Dezembro de 2001³.

A inclusão dos dados do último período censitário, apurados pelo RGPH de 2001⁴, permitirá estruturar esta avaliação do processo urbano do centro histórico em três momentos diferenciados – 1981, 1991 e 2001 –, detectando os sentidos da mudança.

³ Estas eleições, cujos resultados são conhecidos na altura em que concluímos este trabalho, trouxeram um inesperado *volte face* ao cenário político de Évora. A perda da autarquia pela CDU, a favor do Partido Socialista, resultou na eleição de um novo Presidente da Câmara Municipal, o Dr. José Ernesto Oliveira, que até à data era Presidente da CCRA. As interpretações deste facto acrescentam mais alguns aspectos curiosos à oposição entre poder central e poder local, tão presente em Évora, a que nos referiremos adiante.

⁴ Apesar do ainda muito limitado volume de informação disponível deste recenseamento, à data da conclusão deste trabalho, o que limita a possibilidade de comparações estatísticas.

Note-se, no entanto, que não é apenas a acção municipal que, na nossa investigação, está em causa no centro histórico de Évora. No domínio das entidades públicas, verifica-se, no nosso caso de estudo, uma multiplicidade de actuações, situação que decorre de um conjunto de circunstâncias que referiremos adiante. Por agora, lembre-se apenas que aos órgãos do poder local acrescem várias entidades que aqui intervêm, pertencentes, sobretudo, à administração pública central, o que põe em evidência as questões determinantes da integração de políticas e da articulação de actuações ⁵.

III. 3. 2. Administração pública e integração territorial de políticas.

Apesar de não ser esta a nossa questão central, convirá ter em conta que o peso do sector público, como agente no centro histórico de Évora, não decorre apenas do seu papel na implementação de políticas, mas também de outros factores. Destes, destaque-se a apropriação que os vários organismos fazem do parque edificado, enquanto inquilinos ou proprietários, o que, atendendo ao elevado número aqui presente, faz das instituições públicas agentes relevantes neste domínio. Esta situação é independente da sua esfera de actuação nas políticas locais, embora tenha consequências importantes no processo urbano, que podem merecer várias leituras, como veremos adiante. Atente-se, por exemplo, na acção da Universidade de Évora na reutilização de edifícios de grande porte e valor patrimonial no centro histórico.

Os órgãos da administração pública central, quer os aqui presentes, quer na sua generalidade, não sofreram com as alterações pós-1974 um

⁵ Embora estes agentes não sejam consideradas nesta abordagem, refira-se, ainda, o elevado número de associações socioprofissionais e colectividades sediadas no centro histórico de Évora. Em 1983, a CME identificou 36 nestas condições, o que, reflectindo uma importante dimensão comunitária, pode ser um elemento de interesse estratégico.

processo de mudança tão profundo como os do poder local. Embora auferindo de uma legitimidade renovada, da abertura de novos domínios de intervenção e de alterações orgânicas significativas, verifica-se uma maior continuidade na acção do Estado central, num quadro temporal alargado. A eclosão do poder local democrático é, seguramente, um dos factos de consequências mais importantes na organização política e administrativa resultante do regime saído da revolução de 25 de Abril.

Em pontos anteriores, tornámos clara a necessidade de integração da problemática dos centros históricos nos objectivos estratégicos e nas políticas do desenvolvimento urbano, ou seja, no governo da cidade. Defendemos a perspectiva de que só deste modo será possível garantir a concretização dos princípios da conservação integrada, nas suas várias vertentes. Para a questão das actuações públicas, que agora abordamos, é, obviamente, determinante a integração territorial nas áreas históricas das diversas políticas com incidência local, relevantes para estas vertentes.

Num palco em que intervêm múltiplos agentes da administração pública, com competências e lógicas muito distintas, assume especial importância a concertação das suas intervenções e a convergência de objectivos operacionais neste sistema socioterritorial. Re-centrar e gerir localmente o que são, essencialmente, políticas sectoriais “teleguiadas” pela administração pública central, é um objectivo que apenas pode ser alcançado no quadro de uma política urbanística e de integração institucional.

Acresce que, a estas políticas sectoriais faltam, frequentemente, conteúdos de base especificamente urbana, ou, ainda, que não existem organismos reguladores habilitados a estabelecer ligações horizontais, ao nível da cidade. A falta de articulação e coordenação institucional é, entre nós, a principal razão do relativo insucesso das poucas políticas concebidas à luz de objectivos de integração.

Da actuação pública no centro histórico de Évora, interessa pôr em evidência os factores que contribuem para o processo de conservação integrada, ou seja, que convergem nos componentes deste conceito ⁶. Assim, o que estará em causa é a observação de como o processo urbano recente tem, aqui, incorporado estes factores, procurando-se, simultaneamente, compreender as relações que se podem identificar entre eles e a concretização do objectivo estratégico do desenvolvimento sustentável.

Independentemente do seu carácter sectorial ou integrado, as políticas públicas relevantes para a conservação integrada dos centros históricos, e, especificamente, de Évora, são as que incidem sobre os componentes designados como de primeiro e de segundo níveis do processo. Estas políticas que, como referimos no capítulo II, se desenvolvem e articulam em programas, e nas quais intervêm diversas entidades, podem agrupar-se, essencialmente, em três domínios. O primeiro, relativo à preservação, diz respeito à política cultural, desde sempre tutelar dos valores patrimoniais.

No segundo domínio, relativo à utilização do património pela sociedade actual, estão envolvidas diversas políticas, das quais se destacam: a política económica, quer nas vertentes sectoriais que concernem as actividades que usam o edificado, nos incentivos à sua dinamização ou localização, quer no relativo a outros instrumentos, como as políticas fiscais e de crédito; a política de habitação, onde se incluem aspectos determinantes, como os regimes de arrendamento ou os programas específicos para a reabilitação urbana, quer nacionais, quer locais.

⁶ Os quais caracterizamos em dois níveis, a saber: preservação, como componente de primeiro nível; utilização do património edificado pela sociedade actual e sua integração no ordenamento do território e no urbanismo, como componentes de segundo nível. Veja-se, a este propósito, o capítulo II., pontos 1.3, 2.2 e 2.3.

Por último, o terceiro domínio, relativo à integração no ordenamento do território e no urbanismo, ou seja, nas dinâmicas do espaço, envolve a política de solos, a política de ordenamento do território e as políticas de desenvolvimento urbano. A incidência destes domínios, e das políticas que os integram, no centro histórico de Évora, será referida adiante.

Recorde-se que, nesta tese, se defende a conservação integrada dos centros históricos como base de um modelo alternativo de desenvolvimento urbano ⁷. Aceitando-se que as políticas implementadas no centro histórico de Évora reflectem os objectivos das entidades que aqui actuam, importa verificar se delas resulta, de forma explícita ou implícita, um modelo coerente de desenvolvimento. Do mesmo modo, interessa ensaiar o seu cruzamento com o que poderiam ser as linhas de força de uma política de conservação integrada dirigida a este espaço patrimonial. No ponto seguinte, ao esboçar uma avaliação do seu processo urbano recente, tentaremos identificar algumas inconsistências que, à luz daquela política, logo do desenvolvimento, têm estado presentes nas actuações públicas neste território.

III. 3. 3. O processo político e a distribuição de competências.

A procura de um desenvolvimento sustentável, suportado por uma visão estratégica, de longo prazo, merece uma breve reflexão sobre um dos paradoxos no exercício do poder nas democracias representativas, sobretudo ao nível local. A orientação para objectivos estratégicos afigura-se incompatível com uma gestão de crise, condicionada pela resposta a problemas imediatos, que tende a generalizar-se na actuação pública. Esta opção por uma “navegação à vista” é motivada pela necessidade de

⁷ Cf. capítulo I. 1. 2. Atente-se na discussão de planeamento e objectivos estratégicos e de desenvolvimento sustentável.

retornos a curto prazo, decorrentes dos calendários eleitorais que balizam os ciclos políticos e são inerentes ao funcionamento da democracia. Como resultado, o planeamento estratégico, entendido como instrumento de integração e de gestão da mudança, depara-se com limites na sua utilização, ou mesmo alguma desconfiança por parte dos órgãos executivos (Hall e Brehny, 1984). A implementação de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável, como o que vimos referindo para os centros históricos, é indissociável deste processo, encontrando, assim, uma dificuldade essencial à sua concretização.

No contexto que agora abordamos, importa ter presentes alguns dos pressupostos que têm estado subjacentes às linhas de actuação das entidades públicas no centro histórico de Évora. Centremo-nos em dois aspectos essenciais e interligados, a saber: os relativos à ideologia política das forças que, em cada período eleitoral, controlam as sedes do poder executivo com intervenção local; os que decorrem das lógicas de funcionamento da estrutura da administração pública, da definição funcional e da delimitação de competências dos seus organismos.

Por força da estrutura orgânica do Estado, estabelece-se localmente um confronto entre dois níveis de poder, com funções diferenciadas no processo democrático, que emanam de dois momentos eleitorais distintos. Trata-se, por um lado, dos órgãos do poder local, o qual radica nas eleições autárquicas e é corporizado nas câmaras e assembleias municipais. Por outro, dos órgãos locais da administração pública central *desconcentrada*, designadamente, as comissões de coordenação regionais ⁸ e as direcções regionais dos ministérios e dos institutos públicos, todos dependentes do Governo, cuja legitimidade se origina nas eleições legislativas.

⁸ Pela sua área territorial de intervenção, abrangendo vários concelhos, e pelas suas estrutura orgânica e competências, constituem-se como órgão intermédio entre os níveis de poder central e local.

Estes dois momentos, bem como as lógicas próprias que lhes são inerentes ⁹, produzem configurações político-partidárias nem sempre coincidentes ao nível das estruturas locais. Esta é a situação que ocorre em Évora.

Não nos alongaremos na apreciação das dificuldades que resultam de diferenças partidárias, ou do relacionamento entre personalidades locais antagónicas, desempenhando cargos em níveis de poder diversos, embora estas não sejam questões despiciendas. Importa mais frisar que o espectro político integra, natural e saudavelmente, forças com conteúdos ideológicos diversos. Este facto traduz-se, entre outros aspectos, em prioridades de actuação, nas formas de entender o papel do Estado, na relação entre intervenção pública e iniciativa privada, bem como na filosofia da distribuição de atribuições e competências entre poder local e central. Tenhamos presente, pois, as divergências e o potencial de conflito, que decorrem destas orientações distintas, as quais se reflectem nos objectivos e no modelo de intervenção adoptado pelas várias entidades públicas que actuam neste território.

A par da diferença de orientações, de raiz ideológica, importa reconhecer que as características e a lógica de funcionamento dos seus vários órgãos propiciam a desarticulação na acção do Estado. Esta conclusão baseia-se em vários factos, facilmente verificáveis, dos quais o primeiro é, seguramente, a estrutura em árvore e atomizada da administração pública, com consequências na visão parcial dos problemas e na compartimentação de áreas de actuação. Tal situação é agravada pela definição de conteúdos orgânicos que, por um lado, reforçam uma visão sectorial e o isolamento na acção, enquanto, por outro, introduzem

⁹ Por um lado, a eleição directa, em círculos locais, de governantes, também locais, com atribuições e competências específicos, para responder a problemas concretos de gestão do território e de desenvolvimento local; assumem, por estes motivos, um carácter mais marcadamente pessoalizado. Por outro lado, a eleição do governo nacional.

ambiguidades e sobreposições na delimitação das competências. Resulta daqui uma acentuada falta de integração das políticas e actuações, quer na sua articulação horizontal e em termos de objectivos, quer ao nível territorial, situação que, como veremos, se verifica no caso de estudo.

Em Évora, desde as primeiras eleições autárquicas que o poder se encontrava na esfera da mesma força política, sob a forma de coligações dominadas pelo Partido Comunista Português, com acentuada estabilidade na composição do executivo ¹⁰. Em contraste com esta estabilidade, que terá permitido a implementação de políticas municipais com elevada integração temporal, o governo central conheceu, no mesmo período, inúmeras mudanças de composição e formações partidárias, sendo estas sempre diferentes da presente em Évora.

As diferentes orientações políticas e formações partidárias manifestam-se, inevitavelmente, em vários aspectos do relacionamento entre os executivos e, também, entre a autarquia e os órgãos locais da administração pública central. Manifestam-se, também, a par dos aspectos da orgânica do Estado já referidos, na abordagem ao centro histórico de Évora, no quadro do exercício das competências específicas.

Para entender as linhas essenciais do relacionamento das entidades públicas que actuam no centro histórico de Évora, é necessário, primeiro, pôr em evidência algumas características das relações entre o governo central e a autarquia. Convirá reconhecer, desde logo, que esta relação, embora entre órgãos com a mesma legitimidade democrática, é marcada por diversas formas de subordinação do poder local ao poder central. Estas decorrem, quer do facto da acção das autarquias ser fiscalizada por órgãos do governo, quer da dependência do Orçamento Geral do Estado e de outras fontes de financiamento controladas pelo poder central. Decorrem,

¹⁰ Estabilidade marcada por, nomeadamente, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Abílio Fernandes, ter sido o mesmo durante todo o período em análise.

ainda, da capacidade que este detém, no decurso da sua acção executiva, ou pela via legislativa, de estabelecer novas regras e condicionar o funcionamento e actuação das instituições, ou alterar o modelo de distribuição de atribuições e competências.

A estas formas directas ou indirectas de subordinação, deve adicionar-se o princípio da hierarquia da acção do Estado, reflectido no exercício de competências, em sobreposição, directamente por órgãos do poder central, bem como na sua intervenção vinculativa em procedimentos administrativos.

Refira-se, no entanto, que as atribuições e competências do poder local assumem especial importância no ordenamento do território e no urbanismo, quer na elaboração e implementação de instrumentos de gestão territorial, quer no controlo da transformação e usos do solo. A integração nas dinâmicas do espaço do património edificado é, assim, uma vertente do processo de conservação integrada em que as autarquias, por força da sua actuação, podem ter uma intervenção determinante. Também noutros domínios da sua esfera de competências, como no processo de licenciamento de obras particulares ou na aplicação de políticas e programas sectoriais, a acção que desenvolvem pode ser decisiva para este património.

A orientação ideológica marca, inevitavelmente, este quadro, seja por uma diversa definição de objectivos e prioridades, ou pelo diferente entendimento dos serviços sobre normas gerais, ou ainda por perspectivas distintas de funcionamento. Manifesta-se, igualmente, embora sob formas difusas, na facilidade, ou críspação, do relacionamento político-institucional.

No que diz respeito às relações entre a autarquia e os órgãos locais da administração pública central, aplicam-se muitas das condições identificadas acima, o que não surpreende, visto que estes têm a mesma natureza e reflectem as orientações do governo. Em virtude da convivência

de lógicas diversas num microcosmo local, verifica-se mesmo a possibilidade acrescida de pessoalização dos conflitos. Surge, também, como mais evidente, o risco de contacto ou sobreposição de competências, guiadas por uma visão sectorial, sendo notórios os problemas de integração de objectivos e actuações no decurso dos processos, quando dirigidas ao mesmo território.

Os órgãos locais da administração pública central conservam, muitas vezes, uma postura de tutela, própria do seu nível de poder, relativamente às autarquias. Note-se que este papel é realmente exercido na prática, muitas vezes, pelas comissões de coordenação regionais, atendendo ao tipo de intervenção nos processos e às funções de gestão e acompanhamento de programas que desempenham.

Quanto ao relacionamento entre os vários órgãos locais da administração pública central, o facto de emanarem do mesmo nível de poder não garante, por si só, a integração de actuações, visto que a ausência desta decorre da própria estrutura organizativa do Estado, e não do nível territorial. Verificam-se, assim, os mesmos efeitos negativos de uma visão compartimentada e sectorial, não existindo os desejáveis dispositivos de articulação horizontal e de integração de políticas. A verificação destas situações no centro histórico de Évora, com a identificação das múltiplas entidades intervenientes, é bem exemplo das condições apontadas e das limitações que resultam da falta de integração de actuações, no âmbito de uma política urbana unificadora.

Na cidade estão em confronto níveis de poder, estruturas orgânicas e orientações políticas divergentes, mas que decorrem das formas e níveis de representação democrática. Pese embora este facto, o poder local, pela sua natureza, invoca, frequentemente, senão uma legitimidade acrescida, pelo menos um maior conhecimento das realidades locais e uma maior responsabilização dos eleitos perante a comunidade. Esta postura tem tido

algum eco na reforma democrática do Estado, através da aplicação do princípio da subsidiariedade ¹¹.

Da aplicação do modelo que apresentamos resulta, pois, que convergem no centro histórico de Évora várias actuações por parte da administração pública, correspondendo a diversos níveis de poder e áreas de política. As entidades que aqui intervêm reflectem a orgânica do Estado e o sentido da sua reorganização após 1974, de que ressalta, sobretudo, a afirmação do poder local e do seu papel no território. Sobressai, igualmente, a posição e importância da cidade de Évora como nó regional.

III. 3. 4. Os agentes públicos no centro histórico de Évora: objectivos, políticas e actuações.

Tratemos agora de descrever, em concreto, as entidades e as competências sectoriais específicas que ocorrem neste território, bem como de identificar os objectivos e as políticas subjacentes às suas actuações, no período em causa, evidenciando a sua articulação, ou falta dela. Da mesma forma, procuraremos descrever os principais instrumentos de intervenção com incidência urbanística, através dos quais estas actuações se têm concretizado, centrando-nos no seu conteúdo operativo. Nestes, incluem-se, entre outros, planos territoriais e programas dirigidos ao edificado.

Atendendo ao âmbito deste estudo, e por força das atribuições e competências destas entidades, iremos focar, quanto ao poder local, a actuação da Câmara Municipal. Relativamente à administração pública central, incidiremos, apenas, nas entidades presentes em Évora que intervêm, de forma relevante, no processo urbano do centro histórico. Destas, destacaremos as do domínio da política do património cultural.

¹¹ A este propósito, ver o capítulo II. 2. 3. 1.

Esta abordagem pretende contribuir para clarificar a questão da existência de uma política pública para o centro histórico de Évora, ou, sequer, de uma actuação pública concertada, situações que se poderiam tomar como assumidas no título adoptado para este ponto. Da mesma forma, procuramos apurar a integração, neste espaço, de políticas e actuações, que entendemos como necessária, e que esta identificação poderá ajudar a fundamentar.

III. 3. 4. 1. A administração pública central desconcentrada.

Abordemos, em primeiro lugar, os órgãos da administração pública central presentes localmente, que têm relevância para o processo urbano recente do caso de estudo. Esta relevância é determinada pelas acções que aqui desenvolvem, implementando, ao nível local, políticas sectoriais e nacionais. Já referimos que, no nosso quadro institucional, as políticas sectoriais não são territorializadas, portanto não existe delas uma vertente específica para o centro histórico de Évora. Assim, a aplicação local de políticas como a cultural ou de habitação, baseia-se em critérios definidos ao nível nacional. Excluem-se deste caso as políticas prosseguidas no âmbito das atribuições e competências dos órgãos de poder local, que sendo, por vezes, de responsabilidade partilhada, integram na sua operacionalização critérios locais.

III. 3. 4. 1. 1. A preservação do património edificado.

Começemos esta identificação das políticas e actuações da administração pública central, pela grande importância que assume, neste contexto, a política cultural, designadamente no que concerne ao património edificado. A implementação desta vertente da política cultural, que, no

nosso regime, se centra na protecção ¹² de imóveis de valor reconhecido, compete, no essencial e desde as primeiras décadas do século XX, à área governamental da Cultura. Refira-se, no entanto, que alguns aspectos complementares deste regime recaem, também desde essa época e ainda hoje, noutros departamentos do Estado, que conheceram várias designações mas que, genericamente, se integram na área das Obras Públicas ¹³.

As sucessivas modificações do regime do património imóvel têm previsto alguns dispositivos de articulação entre estas áreas. Apesar disso, surgem, por vezes, dificuldades no exercício de competências que, por força de objectos e objectivos próximos, quando não sobrepostos, nem sempre coexistem em harmonia.

A actuação dominante é a protecção dirigida aos elementos patrimoniais classificados ¹⁴ e suas envolventes próximas. Estas são definidas como zonas de protecção e zonas especiais de protecção, com a natureza de servidões administrativas.

Desde 1980, com a criação do IPPC ¹⁵, e, sobretudo, depois de 1992, com a criação do IPPAR ¹⁶, e de 1993, com a nova orgânica da DGEMN ¹⁷, que a distribuição de competências estabilizou, na sequência da reforma do regime jurídico do património cultural, encetada com a Lei nº.13/85, de

¹² Em rigor, na actuação das entidades públicas trataremos o domínio da preservação, o qual inclui as vertentes de protecção e conservação. Ver o capítulo II. 2. 2.

¹³ Sobre a evolução deste regime, ver Boavida-Portugal (1987, págs.10 a 21).

¹⁴ No regime do património imóvel, estabelecido pela Lei nº.13/85, de 06.07, mantiveram-se em vigor, por falta de regulamentação desta lei, as categorias patrimoniais consagradas pelo Decreto nº. 20.985, de 07.03.1932 - Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público, e pela Lei nº. 2.032, de 11.06.1949 - Valores Concelhios. O regime destes diferia dos primeiros em alguns aspectos, nomeadamente, pela inexistência da delimitação de zonas de protecção.

¹⁵ Pelo Decreto-Lei nº. 59/80, de 03.04.

¹⁶ Pelo Decreto-Lei nº. 106-F/92, de 01.06, alterado pelo Decreto-Lei nº. 316/94, de 24.12.

¹⁷ Ver o Decreto-Lei nº.284/93, de 10.08, regulamentado pelo Decreto Regulamentar nº.29/93, de 16.09.

06.07. A orgânica dos serviços do IPPAR veio criar uma Direcção-Regional em Évora daquele Instituto, que passou a intervir na área em estudo, embora apenas a partir de 1994. Antes desta data, as competências do IPPAR em Évora eram exercidas pela sua Direcção-Regional de Lisboa.

O regime de condicionamento ao uso e transformação do edificado, previsto no regime legal, aplica-se, por via das ZP e ZEP, a boa parte do edificado do centro histórico, como se observa na Figura 5, intervindo o IPPAR nas matérias competentes. Esta intervenção assume, no processo urbano, quatro aspectos essenciais: o primeiro, a emissão de parecer vinculativo nos processos de licenciamento de obras ou de alterações de uso; o segundo, o exercício, por parte do Estado, do direito de preferência nas transacções de imóveis classificados ou incluídos em ZP e ZEP; o terceiro, a proposta de classificação de bens imóveis e a definição, ou redifinição de ZEP; o quarto, a gestão do património edificado à sua guarda.

A grande quantidade de elementos classificados existentes no centro histórico de Évora, desde os troços das muralhas a imóveis isolados, faz com que as ZP e ZEP cubram uma extensa área neste espaço ¹⁸. No entanto, esta área, pela lógica das várias delimitações que a compõem, está desajustada do tecido habitacional, elemento importante do património urbano e da imagem de Évora. Comentaremos algumas consequências deste facto no ponto seguinte.


Apesar dos muitos imóveis classificados, o número de ZEP é reduzido, ao contrário do que, supostamente, deveria decorrer do regime jurídico referido ¹⁹. No centro histórico de Évora existiam, em 1989, apenas

¹⁸ De um total de 36 imóveis e elementos arquitectónicos classificados como MN e IIP intramuros, apenas 3 o foram no período em apreço, informação que validámos em investigação efectuada nos serviços da DGEMN e do IPPAR.

¹⁹ Cf. com o Artigo 22º. da Lei nº.13/85, de 06.07, e com o Artigo 2º. do Decreto-Lei nº. 106-F/92, de 01.06.

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

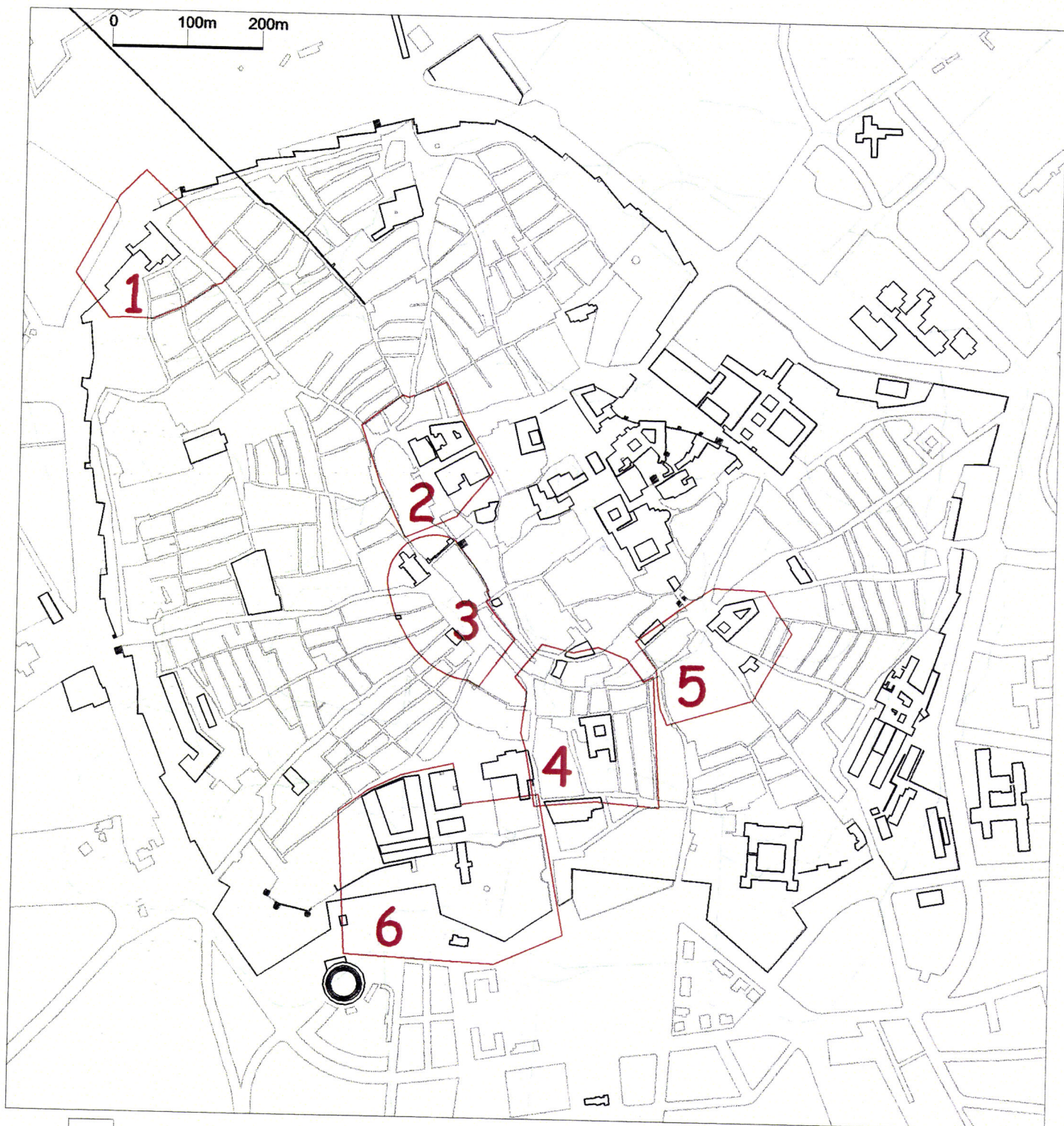
FIGURA 5

DELIMITAÇÃO DE ZONAS DE PROTECÇÃO E ZONAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO LIMITE DE ZP + ZEP

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 6

ZONAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO



 LIMITE DAS ZEP

1 - Convento do Monte Calvário

2 - Torre Sineira do Convento do Salvador

3 - Chafariz da Praça de Giraldo

4 - Igreja da Graça

5 - Chafariz das Portas de Moura

6 - Paços de Évora (restos) - Palácio D. Manuel

seis ZEP (Passos, 1989), todas estabelecidas entre 1950 e 1955, situação que se mantém actualmente. O traçado destas ZEP consta da Figura 6.

Parece-nos evidente que a área contida nas ZP e ZEP corresponde, apenas, a um somatório de figuras geométricas, sem unidade urbanística ou coerência estratégica, questões que, aliás, transcendem o entendimento feito pela tutela das suas competências.

Note-se, igualmente, que não existe qualquer estatuto de protecção para a totalidade do centro histórico, ou qualquer área do tecido urbano, enquanto sítios ou conjuntos patrimoniais. A inclusão na lista do “Património Mundial” da UNESCO, em 1986, apesar da transposição para o regime jurídico português da *Convenção de Paris* (UNESCO, 1972)²⁰, não produz efeitos legais de protecção. Traduz-se, essencialmente, em efeitos simbólicos, para além de constituir uma oportunidade estratégica mobilizadora para o desenvolvimento²¹.

Notámos que, no centro histórico de Évora, o número de imóveis classificados se tem mantido estável no período em apreço, reflexo do reconhecimento, consolidado desde há muito, dos valores intrínsecos. Os grandes volumes de classificações ocorreram em sintonia com o verificado no resto do País, correspondendo a momentos de expansão da política do património cultural (IPPC, 1986).

É curioso verificar que o forte crescimento das classificações como “valor concelhio”, que, por iniciativa das autarquias, ocorreu em alguns concelhos em 1977, não se verificou em Évora. Poderá especular-se sobre as razões deste facto. Julgamos que se pode atribuir ao pouco interesse, por parte da Câmara, em abrir à tutela do Ministério da Cultura outras tantas situações, bem como ao descrédito num valor operacional acrescido do regime de protecção.

²⁰ Pelo Decreto nº. 49/79, de 06.06.

²¹ Ver planeamento estratégico e desenvolvimento sustentável, capítulo I. 1. 2.

No quadro presente, subsiste um outro domínio desta vertente da política do património cultural, embora assuma um carácter muito distinto. Consiste nas intervenções nos imóveis classificados, integrados no domínio do Estado, não afectos ao IPPAR, bem como em outras situações, como é o caso dos edifícios públicos e do património eclesiástico. Esta actuação compete a outra área governamental, actualmente integrada no Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território - MEPAT, estando confiada à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A sua relevância urbana é, apesar de tudo, grande, uma vez que os imóveis em causa são, frequentemente, estruturantes neste contexto. Correspondem, essencialmente, aos valores monumentais, nos quais se incluem, por exemplo, os diversos troços das muralhas de Évora. O órgão regional relevante para o nosso caso de estudo, é a Direcção-Regional de Edifícios e Monumentos do Sul ²².

Apenas para exemplificar a sobreposição de competências ²³ nesta matéria, note-se que, também no caso dos imóveis públicos classificados e não afectos ao IPPAR, mantém-se nos órgãos do Ministério da Cultura a jurisdição sobre as respectivas zonas de protecção.

O regime de protecção do património cultural edificado, nos termos descritos, é relativamente recente. Originou-se, em 1977 ²⁴, com a criação da comissão organizadora do então chamado "Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural", que viria a ser o IPPC (Boavida-Portugal, 1987, pág.16). Pode, portanto, considerar-se que se aplica, para o que nos concerne, ao período em estudo.

²² Como referido, nos termos da respectiva lei orgânica. Note-se que, à data - 1993 -, a DGEMN estava integrada no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

²³ Para além de outras questões sensíveis, como o suporte financeiro das obras e a atribuição de subsídios, onde DGEMN e IPPAR assumem papéis muito diversos.

²⁴ Por Despacho do Secretário de Estado da Cultura, datado de 20.06.1977.

Embora discutindo-se aqui uma área de actuação da administração pública central, façamos um parêntese para referir as possíveis intervenções autárquicas neste domínio. As Câmaras Municipais assumem, também, alguma intervenção nesta vertente do património cultural, embora não especificamente tutelar sobre os elementos classificados. A sua actuação manifesta-se na proposta de novas classificações aos órgãos do Ministério da Cultura, traduzindo o interesse, e o seu melhor conhecimento, em elementos representativos do edificado local ²⁵. Como referimos, esta não foi a política seguida em Évora.

A actuação municipal reflecte-se, ainda, no exercício das suas competências no processo de licenciamento de obras particulares e alterações de uso, onde pode impor um quadro próprio de referências na intervenção sobre os imóveis ²⁶. Este quadro pode decorrer de regulamentos ou posturas municipais, mas figura, essencialmente, nos planos urbanísticos elaborados pela autarquia.

Reportando-nos ao período em análise e referindo, em primeiro lugar, a actuação da DGEMN e da sua Direcção-Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, interessa destacar as orientações que presidiram ao exercício das suas competências. Na intervenção nos imóveis à sua guarda, classificados ou não, e com o apoio de investigação, foram centrais as ideias da manutenção, da reparação, do restauro e da reconstituição. Note-se que estas actuações não se basearam, quase nunca, em orientações oficiais ou em documentos programáticos recentes, mas no entendimento dos serviços e numa atitude de prudência, escorada na prática acumulada. Até muito recentemente, a acção foi muito marcada pela doutrina

²⁵ Ver, a este propósito, o parágrafo 2, do Artigo 9º., da Lei nº.13/85, de 06.07. Estas classificações podem assumir a figura específica de “valores concelhios”.

²⁶ No processo de decisão quanto às intervenções sobre o património, a CME recorre, sistematicamente, ao apoio da Comissão de Arte e Arqueologia, instância consultiva com longa tradição em Évora e que reúne muitas das figuras influentes na cultura da cidade.

estabelecida na época da direcção de Gomes da Silva na DGEMN, entre 1929 e 1960, ela própria influenciada pelas ideias de Viollet-le-Duc (Gomes da Silva, 1935).

A actuação desta entidade no período em estudo, resulta, assim, dirigida às questões do domínio físico do edificado, pautando-se, globalmente, por uma política de preservação. Das acções mais notadas pela cidade de Évora, pela visibilidade do objecto, pela consolidação da sua imagem e pela ousadia, fundamentada e rigorosamente assumida, refira-se a recente intervenção no revestimento das muralhas.

Quanto à actuação do IPPC nesta cidade, continuada, no essencial, pelo IPPAR, depois de 1992, destaquemos, sucintamente, a desenvolvida nas referidas quatro áreas da sua competência, tidas como mais relevantes. Estas áreas são: os processos de classificação de imóveis e definição de ZEP; a gestão dos edifícios que lhe estão confiados ²⁷; a intervenção no licenciamento de obras e alterações de uso nos imóveis classificados, ou em ZP e ZEP; a intervenção no exercício do direito de preferência nas transacções de imóveis classificados, ou incluídos em ZP e ZEP.

Quanto à primeira, vimos que o número de imóveis classificados estabilizou neste espaço há anos, em virtude do grande número dos já existentes e do natural esgotamento deste universo. Note-se que, na vigência do IPPAR, ou seja, desde 1992, não foi proposta nenhuma classificação ²⁸, nem a delimitação de nenhuma ZEP. Este último facto pode ser atribuído, quer à limitação de meios para estas tarefas, quer a dúvidas

²⁷ No centro histórico de Évora, estes são, apenas, e para além da sua sede na Rua de Burgos, o templo romano e a Sé.

²⁸ Conforme referido, no período em estudo apenas foram classificados três edifícios, todos como IIP, nomeadamente: em 1978, a Igreja de S.Vicente, pelo Decreto nº. 95/78, de 12.09; em 1983, a Igreja da Misericórdia de Évora, pelo Decreto nº. 31/83, de 09.05; em 1986, a Igreja das Mercês / Convento de N^a.Sra. das Mercês, pelo Decreto nº.1/86, de 03.01; a classificação do Teatro Garcia de Resende como IIP foi aprovada pelo Conselho Consultivo do IPPAR e homologada em 02.01.1997; no final de 2001 aguardava ainda publicação em Diário da República para alcançar a plena eficácia. Ver a Figura 4.

quanto à sua eficácia, ou a dificuldades na sua operacionalização, representando, portanto, uma baixa prioridade.

Relativamente às intervenções efectuadas nos edifícios confiados ao IPPAR, não se verificaram neste período acções significativas, à excepção da realizada nos anos de 1986 a 1994 na chamada Casa Nobre da Rua de Burgos, que serve actualmente de sede aos serviços regionais do Ministério da Cultura, a Delegação Regional da Cultura do Alentejo. Esta intervenção revestiu-se de alguma polémica, que envolveu a CCRA e a CME, no contexto do exercício das respectivas competências no processo de licenciamento, vindo a resultar na aquisição do edifício pelo Ministério da Cultura para a finalidade actual. Trata-se de uma obra apoiada por profunda investigação e projectada com rigor teórico, tendo subjacente uma filosofia de intervenção actual, marcada, nomeadamente, por uma linguagem contemporânea nos elementos arquitectónicos criados. Afastando-se de uma orientação que promoveu intervenções miméticas e apelava ao *pastiche*²⁹, esta obra marcou o início de uma atitude mais esclarecida e contemporânea na actuação tutelar da Cultura no centro histórico de Évora.

Das linhas de acção atrás referidas, é a terceira³⁰ que absorve mais recursos, e que melhor exprime a perspectiva deste organismo relativamente ao centro histórico de Évora. Como foi referido relativamente à intervenção na sua sede, a atitude que dominou, durante boa parte do período, o exercício das competências do IPPAR nos processos de licenciamento de obras, foi a de grande reserva quanto aos aspectos formais. Gradualmente, com as sucessivas nomeações de dirigentes e responsáveis, a chegada de novos técnicos a funções de maior

²⁹ Como, por exemplo, a ampliação do edifício do Banco de Portugal, sobre a Rua da República, projectado e construído entre 1983 e 1986.

³⁰ A intervenção no licenciamento de obras e alterações de uso nos imóveis classificados, ou em ZP e ZEP.

responsabilidade ³¹, a divulgação de novas metodologias de intervenção no património edificado e a pedagogia de algumas intervenções exemplares, abriram-se oportunidades de experimentar com linguagens e materiais.

Por força da persistência do centro histórico como CBD de Évora, bem como por incentivos sectoriais recentes, a dinâmica de alteração em espaços comerciais representa aqui um volume considerável dos projectos de licenciamento de obras. Estas intervenções, pela sua visibilidade e pela pressão de transformação que exercem sobre os imóveis ³², fornecem uma boa referência quanto ao sentido das orientações arquitectónicas e aos limites da sua aceitação pelas tutelas. Verifica-se, nos últimos anos, uma maior liberalização, no sentido da inclusão de linguagens e materiais contemporâneos, embora apoiada na investigação e no rigor conceptual. Relativamente à prática noutros espaços patrimoniais, a responsabilidade do caso “Évora” não tem impedido, na actuação da tutela local sobre o património arquitectónico, a margem de criatividade e o apoio a intervenções no domínio da reabilitação.

Por último, das linhas de actuação do IPPAR apontadas como mais relevantes, refira-se que a intervenção, por parte do Estado, no exercício do direito de preferência nas transacções de imóveis classificados ou incluídos em ZP e ZEP não conheceu, no centro histórico de Évora e neste período, qualquer ocorrência. Visto tratar-se de um dispositivo de excepção, e não um recurso corrente, tal facto não é, em si mesmo, significativo. Poderia indicar, apenas, um reduzido número de negócios, ou o limitado interesse, para os objectivos do Estado, dos imóveis transaccionados. Poderá indicar,

³¹ A quase total ausência de um corpo doutrinário de referência sobre estas matérias no IPPAR, à excepção de alguns esforços recentes da sua Direcção-Regional de Lisboa (IPPAR, 1994; 1995), torna o resultado do processo demasiadamente casuístico e dependente do entendimento pessoal dos responsáveis intervenientes, conforme referimos antes.

³² Sobretudo, na fachada, ao nível da rua, com a alteração do desenho e dimensão de vãos - montras, e dos materiais de revestimento e acabamento.

também, a falta de uma leitura estratégica das oportunidades, que, de qualquer modo, implicariam a concertação de actuações com outros órgãos da administração pública.

De qualquer modo, pensamos que esta actuação reflecte a falta de uma atitude interventiva, visto que se poderia extrair mais operacionalidade das competências conferidas na lei. Também aqui, tem ainda actualidade a observação, feita há três décadas por Pessoa Jorge, de que o domínio da protecção do património imóvel se inclina mais para uma *gerência administrativa* do que para uma *gestão técnica* (Jorge, 1971, pág. 28).

III. 3. 4. 1. 2. Políticas sectoriais e programas de acção: as entidades públicas relevantes.

Para além da área governamental da Cultura, outras políticas de carácter nacional são implementadas na área em apreço por órgãos desconcentrados da administração pública central. Destes, identifiquemos os que têm mais relevância no processo urbano recente deste sistema, caracterizando, sucintamente, as suas actuações.

Em primeiro lugar, pela sua dimensão, território de influência e competências agregadas, refira-se a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo - CCRA, órgão regional do Ministério do Planeamento e da Administração do Território - MPAT, à data da sua criação.

Importa ter presente o carácter que estas comissões assumiram na reforma do Estado, após 1974, como embrião institucional de um futuro executivo regional, e a importância como nó administrativo que a sua localização reflecte. Trata-se de órgãos com uma estrutura pesada e complexa, predominantemente técnicos, embora com uma dimensão política, marcada pela nomeação governamental dos seus dirigentes e pela sua inserção regional. A presença da sede da CCRA em Évora marca

fortemente o sistema socioterritorial do centro histórico, pela capacidade de atracção e pelos efeitos multiplicadores que gera, bem como pelos recursos humanos que mobiliza.

Como ponto prévio, mencionemos uma acção que, sendo relevante para o processo urbano, não diz respeito às competências da CCRA, mas apenas à localização das suas instalações. A presença da Comissão alterou-se, em alguns aspectos, com a mudança da sua sede, em 1995³³. A saída deu-se para um edifício construído de raiz para o efeito, numa das zonas de expansão urbana³⁴, sendo invocadas necessidades funcionais. Esta deslocação veio retirar parte dos efeitos de revitalização, que decorriam da utilização dos edifícios históricos em causa, e do dinamismo urbano que uma função central de elevada hierarquia induz. No entanto, segundo os promotores desta actuação, terá vindo, também, corrigir alguns dos impactes urbanos negativos resultantes da sua presença num espaço patrimonial. Destes, é apontado, como principal, o elevado nível de tráfego de veículos gerado³⁵. Apesar deste argumento, e na nossa perspectiva, trata-se de uma perda para o centro histórico, uma vez que os efeitos negativos ultrapassam os eventuais efeitos positivos, que são, a nosso ver, ilusórios. O problema da gestão das acessibilidades das funções centrais urbanas não pode ser equacionado isoladamente, mas no contexto do sistema global de acessibilidades e circulações deste território, não

³³ As instalações repartiam-se, até à data, por vários edifícios do centro histórico, essencialmente na zona da Praça 1.º de Maio, na que era então a freguesia de S. Pedro, extinta em 1997 e, na mesma data, integrada na freguesia da Sé.

³⁴ Esta localização inscreve-se numa estratégia, já apontada em instrumentos de planeamento municipal na década de 1980 - o PP da Zona Terciária - e retomada no actual PU de 2000, que consiste na descompressão do sector terciário no centro histórico, pela criação de um *centro direccional* (Benevolo, 1985) numa zona de expansão urbana.

³⁵ Refira-se que esta mudança não mereceu a unanimidade dos responsáveis da CCRA, havendo alguns, entre os quais o seu Presidente à data, Dr. Carmelo Aires, que defendiam a continuação no centro histórico. Apenas a ideia de uma des-localização generalizada dos órgãos da administração pública central em Évora, aliás nunca implementada, persuadiu aqueles dirigentes.

devendo ser motivo para a sua expatriação. Esta linha de pensamento levaria, por absurdo, a dispersar todas as funções com algum carácter de centralidade, com o argumento de atrair tráfego. As consequências previsíveis da generalização destas acções seriam um drástico empobrecimento da vitalidade urbana e, a prazo, a desertificação, a espiral da decrepitude do edificado e a inviabilidade global deste sistema.

Verifica-se, ainda, que os espaços deixados livres não foram ocupados por uma função de hierarquia equivalente ou que, em alternativa, viesse a promover uma maior estabilidade ao uso do espaço público. Esta situação poderia constituir uma oportunidade exemplar para implementar uma política de substituição de terciário por habitação, assegurando o funcionamento do sistema socioterritorial de forma mais equilibrada, ao longo dos ciclos do calendário. Embora reconhecendo-se o acréscimo de funcionalidade e as valências úteis para o desenvolvimento regional que o novo espaço proporciona, permanecem interrogações, se se ponderar o investimento numa óptica de custo-benefício social. Poderia, igualmente, reflectir-se sobre a orientação pública para a realização de “obra nova”, ou sobre uma mentalidade, dominante no governo central, de afirmação dos símbolos de poder do Estado, que ao nível regional ganham outra dimensão política.

Da actuação da CCRA, na esfera das suas competências relevantes para o processo urbano do centro histórico de Évora, identificámos três domínios, que passamos a caracterizar: o apoio ao desenvolvimento regional e urbano; a intervenção no ordenamento do território e no planeamento urbanístico; a participação no processo de planeamento estratégico.

Quanto ao primeiro destes, o desenvolvimento regional e urbano, que constitui uma das principais áreas de intervenção das CCR, expressa-se em duas vertentes. Por um lado, a aplicação das políticas nacionais neste

domínio, emanadas das áreas de desenvolvimento económico e do sistema urbano, através dos instrumentos que as operacionalizam. Por outro lado, a implementação dos programas comunitários relevantes, sendo que, no caso que nos concerne, a CCRA integra ainda, no seu âmbito de actuação a participação na gestão regional de diversas áreas, ou eixos, dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoios – QCA. Relativamente ao sistema socioterritorial do centro histórico de Évora, a principal expressão destas acções é a gestão de programas específicos, centrando-se, não tanto no lançamento de iniciativas próprias da CCRA, mas antes na apreciação, e no eventual apoio, a projectos candidatados por outros agentes públicos e privados, com destaque para a autarquia.

Na primeira das referidas vertentes, relativa à implementação de políticas nacionais, e quanto ao componente de desenvolvimento urbano, os instrumentos que poderiam assumir, aqui, alguma expressão, são os programas dirigidos, quer à chamada “consolidação urbana”, quer à revitalização de áreas urbanas ³⁶. Foram já referidos o PROSIURB e o POLIS, ou, na segunda perspectiva, o PRAUD ³⁷. Destes, merece destaque o primeiro, desde logo pela sua relação operacional com o ordenamento do território e pelas competências atribuídas às CCR na sua implementação ³⁸.

As acções candidatas a estes programas recaem inteiramente no período em apreço, visto que o seu lançamento data da década de 1990, no caso dos primeiros, ou de 1980, no caso do PRAUD. Quanto àqueles, verificam-se algumas utilizações do PROSIURB, que trataremos no âmbito da actuação municipal. Relativamente ao PRAUD, que seria especialmente

³⁶ A falta de sistematização conceptual e terminológica já referida faz com que as designações destes instrumentos possam ser diversas, desde *renovação a recuperação*. O seu conteúdo é, todavia, bastante claro. A necessidade de revitalização da nossa área de estudo não carece de mais demonstração que a sua declaração como ACRRU.

³⁷ Ver a este propósito o capítulo II. 2. 3. 2.

³⁸ Cf. com o Despacho nº.6/94, de 10.01 e o Despacho nº. 55/94, de 11.05, do MPAT, que estabelecem o PROSIURB.

vocacionado para a intervenção no centro histórico, a sua aplicação depende de candidaturas apresentadas pela autarquia, quer para projectos de intervenção específicos, quer para a formação de um gabinete técnico local – GTL. As acções candidatadas, e a sua implementação, serão referidas adiante.

O componente de desenvolvimento económico manifesta-se, essencialmente, ao nível da gestão dos incentivos à localização de novas actividades económicas, ou à revitalização de actividades em crise. As iniciativas verificadas têm reduzida expressão na área do centro histórico, quer quanto a pedidos de apoio à localização de novas actividades, quer quanto ao número de candidaturas para a reabilitação de unidades comerciais e de pequena indústria existentes. Neste último caso, a acção da CCRA é desenvolvida em articulação com outro órgão desconcentrado da administração pública central, a Direcção-Regional de Indústria e Energia do Alentejo - DRIEA, que intervém na localização industrial, com incidência na reestruturação de actividades em meio urbano. Os projectos são motivados, sobretudo, pela necessidade de adequação a novas normas legais de funcionamento, como é o caso dos estabelecimentos de panificação e afins, não representando um impacte significativo no processo urbano ³⁹. Estas situações podem estar relacionadas com restrições à mudança de usos do edificado, impostas por regulamentos municipais, no sentido de controlar a terciarização.

Na vertente relativa à implementação dos QCA e dos programas de iniciativa comunitária com acções de desenvolvimento urbanístico, como seria o caso nos Programas “Urban” e “Reabilitação Urbana” ⁴⁰, verifica-se

³⁹ A excepção a este quadro encontra-se na reabilitação de unidades de comércio tradicional e espaço público envolvente, no âmbito do programa PROCOM. Atendendo à participação da Câmara Municipal neste programa sectorial, abordaremos a sua aplicação no centro histórico de Évora no âmbito da actuação autárquica.

⁴⁰ Cf. capítulo II. 2. 3. 2.

uma inexistência de iniciativas para Évora. A excepção que detectámos é a acção designada por “plano de ordenamento para a zona envolvente das muralhas de Évora”, com um financiamento de 1,5 milhões de contos (7,5 milhões de Euros) no programa INTERREG. Apesar de, no domínio monumental, ter inegáveis implicações, julgamos que, mais uma vez, se pode considerar reduzida a sua relevância para o processo urbano do centro histórico, visto excluir o tecido intramuros e, conseqüentemente, as dimensões patrimoniais que aí ocorrem.

Note-se, no entanto, que esta vertente contempla, sobretudo, políticas de reequilíbrio regional e local, através da gestão de sistemas de incentivos à localização, revitalização e qualificação de actividades, muito na linha das políticas nacionais. À semelhança do que tem ocorrido com estas, as acções concretizadas na área em estudo são escassas e de reduzida importância no contexto urbano.

O segundo domínio da actuação da CCRA que nos interessa destacar é o da intervenção no ordenamento do território e no planeamento urbanístico. A estrutura orgânica da Comissão reflecte o facto de esta ser uma das suas competências centrais, existindo uma Direcção-Regional de Ordenamento do Território, a qual, por sua vez, integra uma Divisão de Planeamento Urbano ⁴¹.

Neste domínio, a intervenção da CCRA engloba três vertentes essenciais, nomeadamente, a elaboração de instrumentos de ordenamento da sua competência, a participação na gestão de sistemas territoriais e o acompanhamento da elaboração de planos de competência municipal. Relativamente à primeira, concretiza-se na elaboração ⁴² dos planos

⁴¹ Importa, ainda, ter presentes as competências que, neste domínio, foram transferidas para as CCR pela extinção das Direcções-Gerais dos Serviços de Urbanização e do Planeamento Urbanístico. Ver, a este propósito, o Decreto-Lei nº. 434/88, de 21.11, e o Decreto-Lei nº. 455/88, de 13.12.

⁴² Ou na supervisão da elaboração, visto serem, muitas vezes, adjudicados exteriormente.

regionais de ordenamento do território – PROT, planos de grande escala, que estabelecem um macrozonamento do território de regiões ou sub-regiões, apresentando, assim, fraca incidência intraurbana. No caso da região de Évora, embora tenham sido elaborados neste período diversos PROT, nenhum incide sobre a capital regional e, portanto, sobre o território em apreço.

Relativamente à gestão de sistemas territoriais, esta incide em áreas exteriores ao centro histórico, como é o caso dos ecossistemas da Reserva Ecológica Nacional.

Quanto à terceira vertente, compete à CCRA, nos termos legais e no âmbito da sua acção de supervisão do ordenamento do território, assumir a presidência e integrar com elementos do seu quadro, as comissões técnicas de acompanhamento na elaboração de planos municipais. Nesta actuação, detém um efectivo poder de orientação nas opções estratégicas e no conteúdo técnico das várias figuras que podem assumir os referidos planos. No período em apreço, e desde a criação da CCRA, o único plano de iniciativa municipal que incidiu no centro histórico foi a recente revisão do PGU, sob a forma de Plano de Urbanização de Évora ⁴³. Da consulta das actas das reuniões da comissão técnica de acompanhamento e dos pareceres que integram o processo, não resulta qualquer divergência da CCRA, relativamente às posições subscritas pela Câmara, pelo que trataremos as orientações deste plano para a área em estudo no âmbito da actuação municipal.

Um terceiro e último domínio referido na actuação da CCRA foi, por protocolo assinado em 1995 (CME, 1995b), a sua participação no Gabinete da Cidade, no âmbito do Plano Estratégico de Évora. Esta participação decorreu em conjugação com a Câmara Municipal, integrando também

⁴³ Anteriormente verificaram-se duas revisões pontuais do PGU, destinadas a viabilizar projectos específicos de interesse local. Ambas incidiram em áreas extramuros.



associações empresariais, sindicais e culturais e a Universidade de Évora. Sendo que da elaboração deste plano decorreram objectivos para o centro histórico, esta constituiu uma ocasião para entender a visão para este espaço de cada um daqueles agentes. As orientações que resultaram da negociação e concertação desenvolvidas no seio do Gabinete da Cidade serão referidas no âmbito da actuação municipal, uma vez que não é possível detectar em nenhum dos documentos consultados, relativos à elaboração do Plano Estratégico (CME, 1995a; b; c) uma linha de pensamento da CCRA com contornos muito diferenciados das posições finais.

Podemos, assim, concluir que a acção na política territorial da CCRA tem apresentado uma fraca incidência nas áreas urbanas consolidadas, e, por maioria de razão, no centro histórico de Évora. Este facto resulta, quer dos seus domínios específicos de intervenção, quer da distribuição de competências na estrutura orgânica do Estado, quer, ainda, de uma procura de concertação com as posições da Câmara, entidade que lidera as iniciativas neste domínio.

Se nos ativermos ao conceito de ambiente urbano, tal como foi definido no capítulo I. 1. 1, e ao seu contributo para o modelo de desenvolvimento dos centros históricos, verificamos que a política ambiental poderia desempenhar um papel importante no processo urbano em apreço. A presença de um órgão desconcentrado desta área governamental em Évora, a Direcção-Regional do Ambiente – DRA, afirmar-se-ia como um elemento dessa importância, não fora o facto de o conceito de ambiente entre nós se identificar ainda bastante com o de ambiente biofísico. Isto reduz substancialmente as razões da sua intervenção nos espaços patrimoniais, onde as dimensões consideradas do ambiente urbano transcendem esta vertente, mais dirigida ao espaço rural. Assim, a actuação da DRA no centro histórico de Évora não tem sido significativa para o seu

processo urbano, não sendo possível avaliar dos reais problemas de integração e operacionalização de políticas que uma intervenção em domínios mais alargados poderia levantar.

Vimos atrás que a política habitacional pode ser uma das políticas sectoriais com maior relevância nas áreas históricas, dada a importância da função “habitação” para a viabilidade destes espaços. As competências para a definição e execução desta política repousam, quer na administração pública central na dependência do Ministério da tutela, sobretudo através do IGAPHE, herdeiro do extinto FFH, quer nas autarquias, com o apoio, quando é o caso, de financiamentos concedidos por aquele Instituto e pelo INH ⁴⁴. Antes de tratarmos este último aspecto, no quadro da intervenção municipal, façamos uma breve referência à actuação, em Évora, dos órgãos de âmbito nacional, centrando-nos nos IGAPHE e INH. Uma vez que se trata de Institutos de estrutura centralizada, não se podem considerar como agentes específicos deste sistema. No entanto, o seu domínio de actuação, e o seu potencial contributo para a viabilidade urbana, faz com que mereçam ser referidos neste contexto.

A política habitacional ⁴⁵ tem, entre nós, uma orientação clara para as áreas de expansão, levando, na sua vocação social, à fixação de populações de estratos carenciados em novas periferias urbanas. A promoção pública de habitação, especialmente importante numa região com problemas de desenvolvimento e com um fraco tecido empresarial como o Alentejo, tem desempenhado um papel de relevo no crescimento extramuros de Évora, estando na base de alguns dos seus mais emblemáticos bairros novos.

⁴⁴ Respectivamente, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, Fundo de Fomento da Habitação e Instituto Nacional de Habitação.

⁴⁵ Operacionalizada, aqui, em conjugação com os instrumentos da política de solos.

No entanto, estas iniciativas raramente se dirigem à reabilitação do parque edificado existente, facto certamente atribuível a uma série de factores urbanísticos que dificultam a intervenção na cidade consolidada, enquanto promovem a transformação do uso do solo. Assim, com a excepção da componente habitacional integrada em programas de recuperação do parque edificado e de reabilitação urbana, de promoção central ou local, a política de habitação não conheceu, no território em estudo e no período considerado, nenhuma outra acção digna de nota. A actuação dos IGAPHE e INH, especificamente, não tem revelado vocação para a intervenção neste contexto, não sendo o centro histórico de Évora excepção a esta regra. O alheamento a que o património urbano tem sido votado por esta política constitui, seguramente, uma oportunidade perdida para um modelo equilibrado de desenvolvimento territorial.

O uso dos programas apoiados pelos IGAPHE e INH, relevantes para este espaço urbano, nomeadamente, RECRUA, RECRIPH e REHABITA, será referido adiante, no âmbito da acção municipal. Note-se que todos eles são regimes com participação municipal, sendo através das Câmaras que correm os processos de obras, bem como as candidaturas e os pedidos de financiamento.

III. 3. 4. 2. O poder local: a administração urbanística no centro histórico de Évora.

Tratemos agora a actuação do poder local no centro histórico de Évora, no período em apreço. É sobretudo pela acção deste nível de poder que se desenvolve a maior parte das políticas públicas com incidência neste espaço patrimonial, embora, como vimos, na definição destas também intervenham outros órgãos do Estado.

Com a eclosão do poder local democrático, após as primeiras eleições autárquicas do regime saído da revolução de 1974, uma nova legitimidade justificou o assumir de novas atribuições e competências municipais, configurando o seu novo e interveniente papel na vida das comunidades. A relação com estas afirma-se, também, no quadro da reforma democrática do Estado e como resposta aos factores de crise da sociedade urbana, pelo princípio da subsidiariedade.

Este papel é especialmente evidente em Évora, em virtude da filosofia política da força partidária vencedora das eleições ao longo do período em estudo, e da ausência de um tecido socioeconómico com vitalidade, onde operem agentes privados capazes de promover as várias dimensões do desenvolvimento.

A orientação política do poder local, subscrevendo uma linha de actuação intervencionista, de liderança e orientação do processo social e urbano, vê a autarquia como um agente importante em vários domínios, incluindo o económico. Em virtude da continuidade do poder, mercê dos resultados eleitorais, esta actuação manteve-se consistente no período em análise, o que nos permite observar os efeitos das políticas no longo prazo. Esta estabilidade de órgãos de poder, a sua postura intervencionista e o número dos instrumentos de gestão produzidos, são algumas das razões que tornam Évora um caso de estudo paradigmático.

Já referimos a crescente importância dos poderes locais em Portugal, tendência também observável nos restantes países da União Europeia. A este facto junta-se o reconhecimento, neste contexto político e no quadro da repartição de competências no seio do Estado, de ser neste nível de poder que devem sediar-se as atribuições no tocante ao ordenamento do território e à administração urbanística (Bernot, 1996). Reconheça-se, no entanto, que se verificam algumas orientações divergentes nesta matéria, que tendem a perpetuar o domínio do poder central. Apesar delas, esta

competência é vista como um elemento essencial ao próprio exercício do poder local ⁴⁶.

Também no que respeita ao processo de conservação integrada, este nível do poder público é tido como determinante. Tal facto é bem evidente nos sucessivos documentos produzidos no âmbito da Conferência Europeia dos Poderes Locais, depois Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa (Conselho da Europa, 1971; 1976; 1978; 1985a) e na doutrina, nesta matéria, neles expressa ⁴⁷.

As orientações políticas da Câmara eborense, que fornecem o quadro de referência subjacente aos papéis que desempenha, ou seja, à sua intervenção no sistema, reflectem-se em diversos instrumentos de actuação com incidência social e territorial. Procuremos descrever a concepção e execução destes instrumentos, que correspondem à concretização de boa parte das políticas urbanas no período em questão.

Começemos por referir os instrumentos ao serviço da administração urbanística, que têm sido desenvolvidos pela Câmara Municipal no centro histórico de Évora, explicitando o modelo de desenvolvimento deste espaço que vem sendo preconizado pelo poder local. Os objectivos desta administração estão expressos nos documentos programáticos municipais (Carvalho, 1990) e traduzem-se em programas de actuação e planos urbanísticos. A maneira como estes abordam o centro histórico revela-nos as prioridades, as inflexões e a evolução do percurso conceptual da autarquia face a este espaço, as quais se reflectiram, igualmente, na própria orgânica dos serviços.

⁴⁶ "L'aménagement du territoire apparaît comme la compétence cardinale: elle commande, en quelque sorte, toutes les autres." (Bernot, 1996, pág. 23).

⁴⁷ Lembrem-se as várias "confrontações europeias das cidades históricas", da primeira das quais, em 1971, resultou a *Declaração de Split*, que constitui um dos textos instaladores do conceito de conservação integrada, aí ainda designado por "conservação dinâmica".

Atendendo à delimitação do período em estudo, não nos deteremos na referência às iniciativas de planeamento que lhe são anteriores. Note-se, apenas, que a importância e dinâmica desta cidade como lugar central regional e as características do seu património, bem como a sua expressão no modelo territorial, incitaram os poderes públicos a várias tentativas de planear o seu desenvolvimento (Simplício, 1995). Para isso, recorreram, em múltiplas ocasiões, a técnicos urbanistas conceituados, tradição que se manteve após 1977.

O poder local saído das eleições autárquicas reconheceu, desde logo, a necessidade de um instrumento de gestão territorial que se pudesse dirigir eficazmente aos problemas, de natureza diversa, verificados no concelho. Estes dividiam-se, essencialmente, entre a necessidade de disciplinar as expansões urbanas, que o crescimento populacional vinha promovendo, o ordenamento do espaço rural e os problemas específicos da cidade histórica.

Um instrumento de gestão integrada para a totalidade do espaço concelhio foi, assim, uma das prioridades iniciais da Câmara Municipal, sendo elaborado entre 1978 e 1980. Configurou-se, à partida, como Plano Director, essencialmente físico, embora incluindo aspectos socioeconómicos, e nos termos do quadro jurídico de então, nomeadamente da Lei nº. 79/77, de 25.10. Este plano foi aprovado pela Assembleia Municipal, em 04.11.1980.

Dada a sua convergência de conteúdos com os da figura de Plano Director Municipal ⁴⁸, acabou por ser ratificado nestes termos, em 1985 ⁴⁹. A autonomização de um instrumento de gestão dirigido à sede de concelho deu-se, a partir de um dos blocos dos elementos técnicos do Plano Director,

⁴⁸ Que viria a ser instituída pelo Decreto-Lei nº. 208/82, de 26.05.

⁴⁹ Através da Portaria nº. 5/85, de 02.01.

com a aprovação do PGU ⁵⁰ de Évora pela Assembleia Municipal, em 11.04.1985.

O carácter original do Plano Director e a sua influência no quadro jurídico nacional, nomeadamente na criação de novas figuras de planeamento, como as já referidas, são, também desta forma, bem evidentes. Foi estruturado com base em conceitos e metodologias inovadoras, segundo quatro orientações essenciais: uma visão integrada dos problemas urbanos, a valorização da gestão urbanística, a participação da população e a afirmação do poder local no processo urbano. Note-se que o pioneirismo destes primeiros instrumentos de planeamento e gestão territorial é, aliás, bem evidente no volume e complexidade dos documentos produzidos, bem como na profundidade e rigor dos estudos de suporte, os quais não têm equivalente em planos posteriores.

Desde as primeiras etapas da sua elaboração que o Plano Director, incluindo a sua futura vertente de PGU, abordava o centro histórico como essencial ao desenvolvimento urbano, construindo sobre ele um detalhado diagnóstico e concebendo políticas específicas para este território. Para a caracterização da situação, à data de início destes estudos, ou seja, da situação de referência neste contexto, desenvolveu-se no plano o “Relatório nº. 28” (CIPRO, 1979), dirigido especificamente ao centro histórico.

Este documento constitui a primeira abordagem integrada, estruturada metodologicamente como tal, à problemática deste espaço patrimonial. Traça, em primeiro lugar, a sua caracterização nos vários domínios relevantes, desde o histórico-patrimonial, ao socioeconómico e funcional, passando pelos serviços urbanos e pelos problemas de circulação. Elabora, assim, aquilo a que chama um *diagnóstico* da situação do centro histórico.

⁵⁰ Nos termos do Decreto-Lei nº. 560/71, de 17.12.

Por estar integrado num instrumento de intervenção urbanística, este estudo não se limita a traçar um levantamento da situação, antes definindo objectivos de desenvolvimento deste espaço e propondo acções para a sua concretização, incorporadas no citado plano. Iremos referir estas acções em seguida. A sua implementação terá contribuído, em boa medida e juntamente com alguns outros instrumentos, para moldar a situação actual do centro histórico de Évora. A avaliação dos seus resultados deve, assim, ser feita no confronto com o quadro de referência identificado no diagnóstico realizado.

Interessa reter, para já, que o grau de pormenor da análise empreendida é muito fino, incidindo sobre sectores ⁵¹, correspondentes a grupos de quarteirões, definidos pela estrutura urbana do centro histórico, essencialmente radial a partir do núcleo definido pela cerca antiga. Chega-se até, em muitas variáveis, ao nível do edifício. Confirma-se, assim, como um documento de referência, essencial para a compreensão do processo urbano, cujas indicações e consequências procuraremos explicitar.

As orientações deste plano partem de uma situação que se caracterizava, à data, por alguns aspectos que importa referir, para entender melhor o papel do centro histórico no desenvolvimento urbano, e as políticas seguidas. Em primeiro lugar, em termos sociodemográficos, um acentuado envelhecimento, a par de um elevado número de núcleos familiares compostos por indivíduos isolados e de uma generalizada debilidade económica.

Em segundo lugar, quanto ao parque edificado, na sua maioria arrendado e com muito baixos níveis de rendas, uma acentuada degradação, bem como insuficiências funcionais extensas e notórias. Este quadro motivou, logo desde 1979, a intervenção da CME em obras de

⁵¹ Apresentam, no entanto, limitações para a comparação com as variáveis do RGPH do INE, visto não coincidirem com as secções estatísticas, como veremos no capítulo III.4.

recuperação de edifícios, por sua iniciativa. Segundo dados apurados no DCHE, entre esta data e 1982, altura em que se iniciou a aplicação dos programas de recuperação que abordaremos adiante, a autarquia realizou um total de 116 obras, o que revela bem o empenhamento na tarefa e o estado dos edifícios.

Para concluir este cenário, uma acentuada terciarização, que se verificava desde a década de 1950 e que acarretava a acelerada desertificação habitacional (CIPRO, 1979). Esta situação, a par do reconhecimento do notável valor patrimonial em risco, levou à definição de uma política para o centro histórico, consubstanciada em vários instrumentos, que passamos a indicar. Note-se, no entanto, que as pressões originadas pelo crescimento urbano extramuros, levaram a que, num primeiro tempo de actuação autárquica, fossem para aí dirigidas as prioridades de intervenção, não se verificando acções significativas no centro histórico (Carvalho, 1990, pág. 61).

Podemos considerar o primeiro destes instrumentos como sendo constituído pelo conjunto das medidas previstas no Plano Director, e pela sua regulamentação. Este conjunto de medidas procura responder aos problemas identificados, operacionalizando os objectivos definidos para este espaço. Na análise que efectuámos, foram detectadas várias linhas de actuação, as quais se podem agrupar em algumas vertentes essenciais, que passamos a referir. De notar que, do nosso ponto de vista, algumas destas linhas de actuação aparentam contradições com a caracterização efectuada no diagnóstico do plano, ou encerram potenciais efeitos perversos, a prazo.

A primeira vertente de actuação corresponde, precisamente, a um destes casos, já que aponta para a *valorização da função terciária*, embora apenas preveja o seu reforço no eixo tradicional definido pelas Praça Joaquim António de Aguiar / Praça de Giraldo / Largo das Portas de Moura. No entanto, esta especialização funcional é considerada, noutros

documentos do plano, como geradora de desertificação habitacional. A segunda vertente dizia respeito à *melhoria das condições de circulação e estacionamento*, prevendo-se bolsas junto da muralha, e *transportes*, incluindo a pedonalização de um troço do eixo terciário referido.

O estabelecimento de zonas pedonais, em conjugação com espaços verdes, sobretudo em situações ao longo das muralhas, é uma acção que, para além de promover a apropriação deste património, se inscreve numa linha genericamente definida como de *recuperação das condições de vida dos habitantes da cidade*. Esta vertente de actuação contemplava, igualmente, a *recuperação do parque habitacional*, apoiada num conjunto de acções. Entre estas inclui-se, nomeadamente, o controlo das transformações dos edifícios de grande porte ⁵², prioritariamente destinados a equipamentos ou serviços de interesse público, e a “recuperação global” de alguns quarteirões mais degradados ⁵³. A consciência da crescente desertificação habitacional do centro histórico, e o protagonismo municipal na sua solução, eram assumidos, embora existisse alguma ambiguidade nos documentos técnicos. Nestes cruzavam-se argumentos sobre uma hipotética sobreocupação dos fogos, não totalmente fundamentada nos dados sociodemográficos levantados, em contraponto com o favorecimento da vocação do terciário. A recuperação do edificado era apoiada, ao nível das intervenções nas fachadas, no diagnóstico efectuado, com a aplicação de diferentes graus de intervenção, que podiam ir da sua simples manutenção, até à demolição e reconstrução.

⁵² O controlo da transformação habitacional dos grandes edifícios, excluindo, na prática, a opção do seu fraccionamento interno para fogos de tipologias menores, embora suportado por alguns argumentos, terá contribuído negativamente no esforço de revitalização do centro histórico. Voltaremos a este aspecto no ponto seguinte.

⁵³ Esta metodologia foi criticada por alguns intervenientes no processo, bem como por outros técnicos, que recomendavam intervenções de carácter pontual e supletivo (Carvalho, 1990, pág.100).

Ainda uma outra vertente de actuação, complementar desta, foi a designada por *recuperação do tecido urbano*, dirigindo-se a vários aspectos urbanísticos. Estes iam desde a defesa da silhueta, ou *skyline*, da cidade, com o controlo da construção segundo alinhamentos visuais, protegendo as vistas de aproximação, até à conservação da estrutura medieval do centro histórico, não permitindo alterações significativas de cérceas, alinhamentos e ocupação de logradouros.

As acções que foram implementadas inicialmente diziam respeito à segunda das vertentes referidas, sendo estruturadas no Plano de Circulação e Transportes (CME, 1980), sentido como uma das necessidades prioritárias no reequilíbrio do centro histórico. A sua orientação foi, essencialmente, no sentido de aliviar a pressão da circulação e estacionamento automóvel naquele espaço, mal suportados pelo seu tecido urbano. Este objectivo foi parcialmente concretizado, libertando troços do principal eixo terciário para espaços pedonais, potenciando o papel descongestionante da circular exterior às muralhas e reduzindo o tráfego de atravessamento.

A implementação destas medidas, bem como de outras posteriores do mesmo âmbito, deparou com alguma relutância dos agentes locais, situação bem conhecida em vários contextos urbanos, e que só a acção pedagógica desenvolvida e a metodologia de participação adoptada permitiram mitigar.

Para além da iniciativa no domínio da circulação e transportes, a falta de meios de intervenção, bem como as prioridades urbanísticas já referidas, remeteram a Câmara Municipal, nos primeiros anos do seu mandato após 1976, para uma acção essencialmente defensiva de todo o conjunto do centro histórico. Esta acção defensiva, em consonância com as linhas de actuação referidas, visou impedir a destruição do património edificado, controlando as alterações físicas, de sobreocupação da estrutura fundiária

urbana e de uso. Apoiou-se, quer nas competências da autarquia no controlo do uso do solo, quer na sua intervenção nos processos de licenciamento, tomando como referência a identificação dos valores patrimoniais que fora feita no âmbito do Plano Director. Tratou-se, assim, de uma acção convergente com a normativa de protecção do património imóvel em vigor, na altura implementada pelo IPPC, e baseada no sistema de classificações e na delimitação de zonas de protecção.

O centro histórico sempre foi, no entanto, entendido pelo poder local, simultaneamente, como importante património urbano e como parte integrante e fundamental do sistema socioterritorial da cidade. Esta consciência, a par do reconhecimento das dinâmicas negativas instaladas e das generalizadas más condições de habitabilidade, tornaram evidente a necessidade de reabilitação deste espaço. A natureza e complexidade desta acção, bem como o referido entendimento da Câmara, levou a que fosse empreendida, não com base num plano urbanístico, instrumento de carácter essencialmente físico ⁵⁴, mas num *programa de actuação*. Este deveria estruturar uma metodologia de intervenção integrada, dirigida às várias dimensões em causa.

A elaboração deste instrumento foi lançada logo após o Plano Director, vindo a constituir o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora – PRCHE (OA / SISMET, 1981a; b; c; d; e; f; 1982), com uma estrutura complexa e de carácter operacional.

Em consonância com os objectivos expressos naquele plano, o PRCHE assumia a recuperação do tecido urbano e a preservação do património, o combate à desertificação populacional e a criação de condições para a revitalização socioeconómica, bem como a manutenção

⁵⁴ Como seria o caso de um Plano de Pormenor, opção tomada, com reduzida eficácia operacional, noutros contextos com alguma semelhança, como Beja (Massapina, 1985).

do papel urbano e regional do centro histórico. Os objectivos propostos eram hierarquizados, sendo concretizados em projectos.

Reconhecia-se, como também vimos afirmando, que os aspectos ligados à implementação de um Programa desta natureza convergem na capacidade de intervenção do poder local, balizada pelas suas atribuições e competências. Por este motivo, nos documentos do PRCHE era dado especial relevo à delimitação de actuações dos órgãos da administração pública que intervêm neste espaço, e à sua coordenação. Aqui, e atendendo à composição dos agentes que actuam no centro histórico, identificava-se um dos sectores-chave para o sucesso do Programa, reconhecendo-se, ao mesmo tempo, a dificuldade de ultrapassar lógicas internas, muitas vezes antagónicas, no aparelho do Estado.

Para atingir os objectivos estabelecidos, apontavam-se suportes organizativos, nomeadamente na própria estrutura dos serviços municipais, dos quais se destaca a proposta de criação de um "Núcleo para o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora", depois apenas Núcleo de Recuperação do Centro Histórico. Este órgão, criado em 1982, viria a figurar na estrutura dos serviços da Câmara com a designação de *Projecto do Núcleo do Centro Histórico* até 30.09.1994, quando, por deliberação da Assembleia Municipal, foi extinto. Criou-se em sua substituição o *Departamento do Centro Histórico de Évora – DCHE*, com as mesmas atribuições e na directa dependência do executivo municipal, que ainda se mantém.

Pretendia-se com este projecto constituir um órgão essencialmente técnico, com funções de intervenção alargada neste espaço, quer no exercício das competências relativamente ao espaço público, quer no licenciamento de obras particulares e alterações de uso, quer, ainda, na gestão de programas e outras actuações municipais. O seu arranque estaria ligado ao lançamento das acções urbanísticas iniciais do PRCHE, estando

previstos neste caso três projectos, que se pretendiam com efeitos mobilizadores e demonstrativos da capacidade de intervenção municipal. Estes eram, designadamente, a intervenção no Largo do Chão das Covas, referido por “projecto UNESCO” ⁵⁵ (Verbizh e Marconi, 1981); uma intervenção de reabilitação urbana, proposta em alternativa à anterior, designada por “Zona de Intervenção Prioritária” ⁵⁶; e a administração urbanística da *área crítica de recuperação e reconversão urbanística* – ACRRU, proposta no âmbito do PRCHE e que abrangia a totalidade da cidade intramuros.

Destes três projectos, o primeiro encerrou-se com apenas algumas intervenções no edificado ⁵⁷, e sem outras consequências urbanísticas, depois da permanência em Évora dos técnicos que iniciaram o estudo. Embora com consequências limitadas, merece-nos um comentário pela abordagem metodológica e pelos objectivos operacionais expressos. Talvez por ser suportado na investigação de técnicos estrangeiros, menos cingidos à normativa portuguesa, verifica-se que algumas das soluções propostas neste projecto não se enquadram no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, não deixando, no entanto, de ser interessantes do ponto de vista arquitectónico.

A aplicabilidade genérica das disposições legais do RGEU em áreas históricas tem sido, aliás, posta em causa por alguns autores (Portas, 1981; 1985; Boavida-Portugal, 1987), que questionam a sua adequação e o consideram um factor impeditivo da reutilização do edificado ⁵⁸. Algumas propostas do “projecto UNESCO” foram, no entanto, integradas nos

⁵⁵ Cf. capítulo III. 2. 3.

⁵⁶ Ver localização e delimitação na Figura 7.

⁵⁷ Recuperação de 5 habitações em edifícios de propriedade da CME, com o apoio da UNESCO, no ano de 1983, segundo informação recolhida nos arquivos do DCHE.

⁵⁸ A não aplicação de alguns aspectos da normativa do RGEU em situações específicas está, aliás, prevista naquele regulamento, dependendo de determinação das Câmaras Municipais. Esta possibilidade tem tido, no entanto, uma utilização muito reduzida.

princípios de actuação da Câmara, embora com utilização prática limitada. Incluem-se neste caso, o princípio das demolições selectivas para combater a sobreocupação ⁵⁹, a recuperação de técnicas construtivas tradicionais e a defesa da metodologia das intervenções construtivas expeditas e aligeiradas.

É curioso notar que na formulação deste projecto são expressas algumas críticas às orientações do Plano Director, que, a nosso ver, poderiam contribuir para evitar certas consequências negativas resultantes da aplicação daquele instrumento. Entre elas, destaque-se a defesa de um entendimento diferenciado espacialmente e menos rígido na aplicação da normativa urbanística, e do realojamento no centro histórico, ao invés da expulsão extramuros, das populações abrangidas em acções de saneamento do tecido urbano. Refira-se, ainda, uma ideia com muitas virtualidades, que consistia no alojamento em fogos de pequena dimensão de idosos isolados e estudantes, ambos em número crescente. Este alojamento dependia da possibilidade de fraccionar internamente os grandes edifícios vagos, estratégia que, até 1996, não era bem aceite na gestão urbanística do centro histórico. Voltaremos a comentar este assunto, e as suas implicações, adiante.

O segundo dos projectos referidos, a Zona de Intervenção Prioritária, correspondente a uma área, dividida em dois sectores, na freguesia de S. Pedro, não chegou a ter o desenvolvimento esperado. Refira-se que a prioridade estratégica desta zona se devia ao número de edifícios públicos em mau estado ⁶⁰ ou obsoletos, e ao facto de parte dos edifícios privados pertencerem a agentes institucionais, as Companhias de Seguros “Pátria” e “Europeia”. Também se previa a retirada da Rodoviária Nacional, da Rua da

⁵⁹ Na linha do que também já propunha o Ante-Plano de Urbanização de Évora, de Etienne de Gröer, apresentado em 1945.

⁶⁰ Um dos mais emblemáticos, a “Estalagem do Cavallo”, viria a ruir, em 1995.

República, deixando as instalações disponíveis para outros usos, facto que só se viria a concretizar quase 20 anos depois. A conjugação de circunstâncias indiciava, assim, um processo negocial de recuperação. Esta zona foi marcada, em 1981, pela construção do Centro Comercial Eborim, primeira operação de renovação urbana verificada no espaço e no período em apreço.

O último projecto referido merece um interesse especial, quer em si mesmo, quer como exemplo de acções previstas no PRCHE e que, por circunstâncias várias, ficaram por concretizar, ou foram concretizadas tardiamente. A declaração de ACRRU, nos termos da Lei dos Solos, é uma proposta de intervenção de grande alcance, mas que não colheu apoio, inicialmente, junto da administração pública central ⁶¹.

Note-se que a figura de ACRRU, que era apontada como suporte central do PRCHE, no sentido do reforço da capacidade de intervenção por parte do poder local, tem tido uma utilização esparsa, embora não fosse inédita entre nós, à altura. O reduzido recurso a este dispositivo de gestão deve-se, sobretudo, ao facto de, apesar de merecer o favor de muitos técnicos e alguns políticos, depender de um mecanismo jurídico-institucional de excepção, complexo e exterior às próprias autarquias. Reflecte ainda, em nosso entender, uma postura na resolução das tensões urbanas de forte liderança do processo pelo poder autárquico. Esta poderá ser uma das razões pela qual depara, muitas vezes, com alguma relutância por parte da administração pública central.

A utilização dos mecanismos da ACRRU que, desde a sua entrada em vigor, vem sendo feita pela autarquia é praticamente nula. Resume-se, segundo informação que obtivemos junto dos serviços camarários, a tentativas de exercício do direito de preferência na venda de imóveis, em

⁶¹ A declaração de ACRRU viria a ser concretizada, apenas em 1997, através do Decreto Regulamentar nº. 25/97, de 03.06.

três ocasiões, sem que, por motivos diversos, qualquer delas fosse concretizada.

É curioso referir que a argumentação por uma capacidade de intervenção acrescida da autarquia foi, várias vezes, expandida em documentos municipais sobre as políticas para o centro histórico (ver, p. ex., CME, 1988) ⁶².

Com o relativo abrandamento destes projectos a acção do DCHE concentrou-se, em articulação com os outros serviços da Câmara, no exercício das competências municipais na área do centro histórico, com relevo para a gestão urbanística (ver Anexo II), e a coordenação de outras medidas e acções dirigidas a este espaço ⁶³.

Dos instrumentos de planeamento territorial referidos, a referência essencial para a gestão deste espaço é constituída pelo PGU, cuja regulamentação foi desenvolvida com a elaboração de um Regulamento Municipal de Edificações Urbanas – RMEU. O articulado destes documentos aplicável ao centro histórico contém as regras que operacionalizam os objectivos referidos, dominados por uma linha de “recuperação” ⁶⁴, conforme mencionado atrás. As orientações relativamente ao edificado, entre as quais as comentadas restrições ao fraccionamento, parecem induzir, directa ou indirectamente, a terciarização, quer com a localização de serviços públicos e equipamentos, quer com uma apetência por unidades hoteleiras. Foram, aliás, situações de localização deste tipo de empreendimentos que originaram as revisões pontuais que o PGU sofreu durante a sua vigência.

⁶² O Presidente cessante da CME afirmou, em debate eleitoral na TSF, em 20.11.2001, ter proposto ao Governo, há quatro anos, sem qualquer resposta, um regime excepcional que permitiria a posse administrativa dos fogos em ruínas, os quais ascenderiam a 300 no centro histórico de Évora. Indicou como principais razões para este facto, os processos de herança e a falta de capacidade dos proprietários.

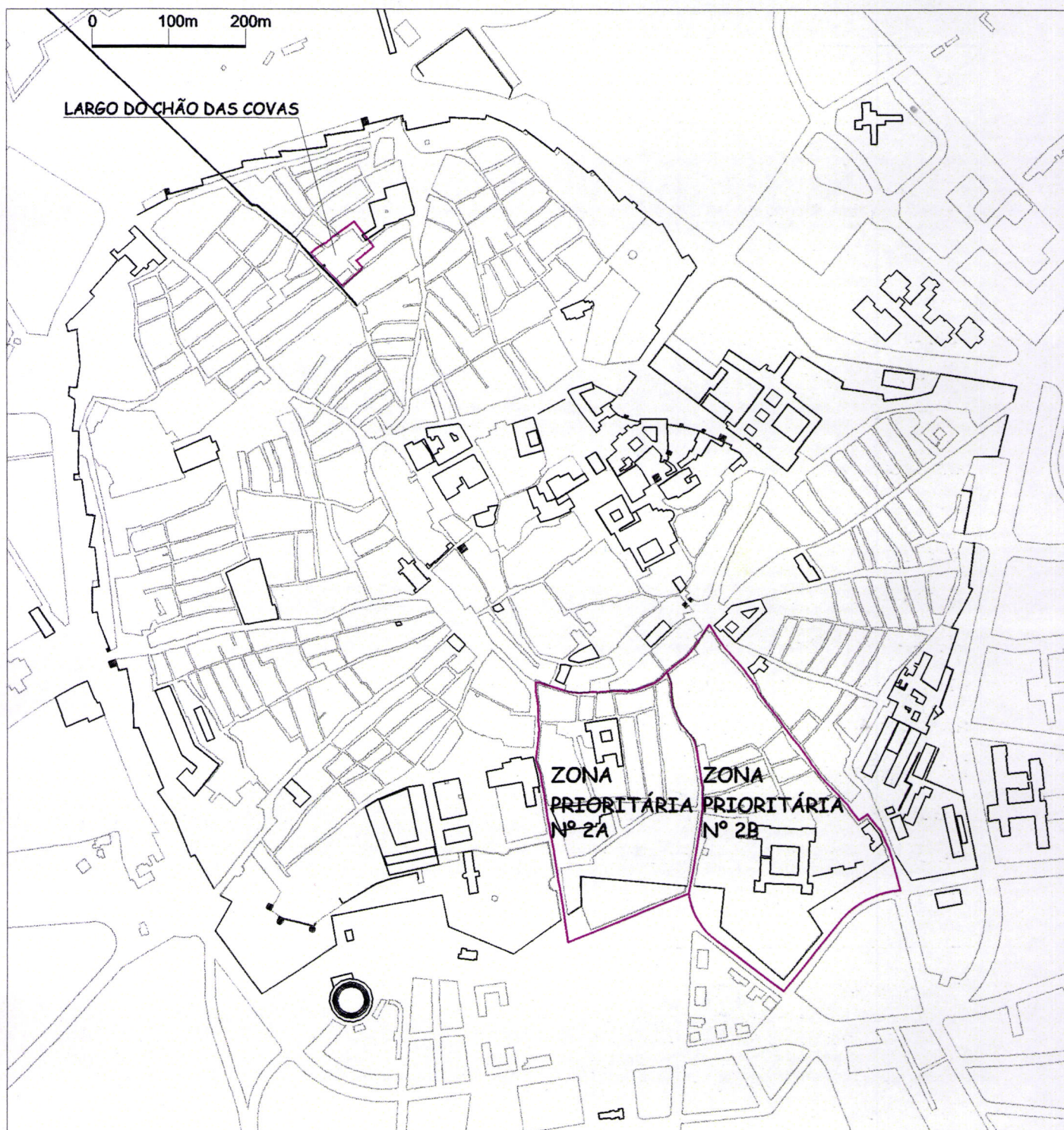
⁶³ Veremos adiante, em maior detalhe, as principais acções desenvolvidas ou coordenadas pelo DCHE, no âmbito das suas atribuições.


⁶⁴ Segundo os conteúdos conceptuais definidos (cf. capítulo II. 1. 3.), esta actuação abrange, casuisticamente, domínios que vão desde a conservação até à reabilitação.

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 7

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS NO PLANO DIRECTOR 1980 E PRCHE

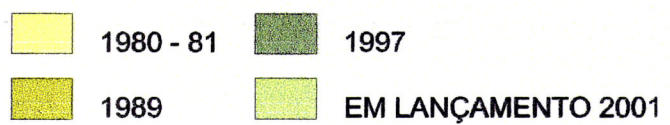


 INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS NO PLANO DIRECTOR 1980 E PRCHE

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 8

OPERAÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA E REABILITAÇÃO DE CONJUNTO



Pensamos poder afirmar que, a partir de meados da década de 1990, começou a surgir, em documentos municipais, o resultado de algumas reflexões internas sobre a abordagem ao centro histórico, que se vinham afirmando após a experiência de alguns anos de gestão deste espaço. Estas questões traduziam uma inflexão de atitude que, se não trazia alterações em termos da orientação de protecção, reflectia as dificuldades sentidas com a posição de liderança do processo e, sobretudo, com as tentativas de coordenação de uma operação integrada e com a captação de financiamentos.

Talvez também esteja presente nesta inflexão algum abrandamento nas posições ideológicas subjacentes à postura da Câmara Municipal de Évora, em consequência dos ventos de mudança que tinham varrido os países de Leste e a Europa. Assim, começaram a desenhar-se por esta altura outras abordagens à intervenção urbana, que, com o aparecimento de oportunidades no quadro jurídico-institucional, adquiriram forma em novos instrumentos de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano. Note-se, ainda, que, em 1995, foi nomeado um novo director do DCHE, com a missão de lhe imprimir uma nova dinâmica na actuação e de reconquistar, embora noutros moldes de actuação, a iniciativa que a Câmara sentia ter perdido no processo urbano do centro histórico.

Embora sem o carácter de instrumento operacional, e, portanto, fora da abordagem que agora empreendemos, interessa aqui referir um dos primeiros documentos técnicos que aponta esta nova atitude. Boa parte deste interesse decorre do facto de ter sido da responsabilidade de elementos das equipas envolvidas no Plano Director e no PRCHE, e, assim, intervenientes na definição de grande parte das estratégias dirigidas ao centro histórico. Trata-se de um relatório de avaliação ao PRCHE (OA, 1992) que produz uma reflexão crítica sobre os resultados da aplicação daquele programa que, seguramente, terá contribuído para a revisão de

algumas posições da autarquia. Voltaremos ao conteúdo deste documento no ponto seguinte.

O processo de revisão do PGU iniciou-se em 1995 (CME, 1995d; 1996a; b; c), adquirindo o novo instrumento ⁶⁵ plena eficácia em 2000, através da Resolução do Conselho de Ministros nº. 13/2000, publicada no DR nº.74, de 28.03. Relativamente ao centro histórico, a profundidade de diagnóstico e as ambições programáticas de intervenção municipal são agora mais limitadas. Talvez por se considerar que tinha passado a fase, ou a oportunidade, da recuperação liderada pela Câmara, as preocupações incidem na revitalização, deixando aberturas a outros agentes e alterações da abordagem, dirigidas às componentes não edificadas do processo. Parece-nos legítimo supor que desta perspectiva não estará ausente a continuada pressão de crescimento populacional, exclusivamente apoiada no alastramento periférico, que vem reivindicando sempre mais meios.

Reconheça-se que a área intramuros ainda surge como elemento central e integrador da cidade, embora numa perspectiva diversa, de articulação com as expansões urbanas. O crescimento periférico e os processos muito heterogéneos que o geraram, reflectem-se na necessidade, agora manifestada, de integração espacial, de "cerzir" os vários tecidos que constituem a cidade. Em consonância com esta orientação, a fronteira física do centro histórico - a muralha - é agora encarada, não como cápsula que envolve um valor a proteger, mas como *barreira* que é necessário atenuar. Estes objectivos eram já subjacentes a várias iniciativas dirigidas às muralhas e espaço contíguo, como a referida candidatura ao programa INTERREG.

⁶⁵ Referido nos documentos do processo como uma 3ª.revisão, em virtude das duas revisões de pormenor anteriores, já referidas, e agora designado Plano de Urbanização de Évora, de harmonia com o Decreto-Lei nº. 69/90, de 02.03 e o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22.09.

As alterações qualitativas na ideia de cidade manifestam-se, quanto ao centro histórico, nos objectivos de revitalização do tecido urbano e de utilização dos espaços históricos sub-aproveitados. Estes reflectem, embora cautelosamente, uma atitude mais dinâmica relativamente ao património edificado e ao espaço público, dirigida ao que designámos por componentes de segundo grau. Nos relatórios que o integram e na sua normativa para o centro histórico, o PU revê algumas das disposições do PGU, avaliando criticamente certas dinâmicas entretanto surgidas, e assumindo-as como consequência de algumas políticas adoptadas ⁶⁶.

Da revisão de orientações empreendida destacamos, como especialmente significativa, a diminuição das restrições ao fraccionamento interno, para fins habitacionais, dos edifícios de maior dimensão. Com esta medida, também aplicável à criação de equipamentos, espera-se contribuir para a viabilização do edificado, bem como lutar contra a desertificação habitacional do centro histórico. No entanto, apesar de inovações na administração urbanística, mantêm-se no PU alguns aspectos negativos do modelo anterior, nomeadamente quanto a uma política de solos municipal direccionada à área extramuros, não obstante, segundo várias opiniões, aparentemente suportadas pela evidência, tal ter contribuído para dinâmicas negativas instaladas no centro histórico ⁶⁷. Sobre este aspecto nos debruçaremos adiante.

A alteração do RMEU reflecte a revisão do PGU pelo PU, traduzindo-se, essencialmente, na substituição dos artigos contraditados pelo regulamento deste último. Não se verificam, no entanto, diferenças essenciais ao nível da normativa, relativamente à defesa da integridade e

⁶⁶ Ver, por exemplo, o Artigo 63º do Regulamento do PU.

⁶⁷ Ver, por exemplo, as conclusões do trabalho de Cardoso *et al.* (1987) e o relatório de avaliação do PRCHE (OA, 1992; 1994a).

ao controle das transformações no edificado ⁶⁸, à excepção do articulado que reflecte as alterações de estratégia e de gestão urbana, como é o caso das enunciadas.

Na actuação do poder local destaca-se, nos últimos anos do período em apreço, um outro instrumento, não tanto pelo seu carácter operacional, mas pelas reflexões que proporcionou e pela sua influência na definição de políticas e na avaliação do modelo urbano implementado. Trata-se do Plano Estratégico de Évora, começado a elaborar em 1995, à luz das novas metodologias dirigidas à gestão da mudança ⁶⁹ e na sequência do programa PROSIURB.

Na sua concepção, este plano apresenta-se, não como um instrumento de ordenamento do território ou de gestão urbana, mas como uma oportunidade de rever as opções de desenvolvimento, a partir da contribuição dos agentes que intervêm no sistema. Muito por vontade da autarquia, esta oportunidade foi aproveitada para abrir um *forum* sobre a cidade e os seus problemas, onde participaram, no âmbito do Gabinete do Plano, atrás referido, os principais agentes institucionais. Os debates que aí se geraram sobre o papel do centro histórico na cidade e sobre as políticas implementadas desde 1977, contribuíram, seguramente, para consolidar a inflexão de atitudes referida.

O próprio carácter contratual e integrador do processo de planeamento estratégico, impõe uma visão participada do desenvolvimento da cidade. Neste caso, obrigou ao estabelecimento de consensos quanto ao papel da área intramuros e aos objectivos para o seu futuro, bem como a uma avaliação da situação actual.

⁶⁸ Ou seja, quanto à sua *protecção*, como apresentámos no capítulo II. 1. 3.

⁶⁹ Decorrentes, essencialmente, dos conceitos de planeamento estratégico e de desenvolvimento sustentável, conforme referido no capítulo I. 1. 2.

Das orientações do Plano Estratégico, e da reflexão crítica sobre o processo urbano que encerra, importa, assim, destacar, pelas suas consequências para a actuação pública, a reavaliação do papel da autarquia. Esta apresenta-se agora, não como condutor daquele processo, mas como mobilizador e *animador* dos agentes em presença, no sentido da contratualização de objectivos e de uma actuação concertada. Note-se como esta visão representa uma alteração qualitativa à filosofia de actuação dos últimos anos, acarretando riscos, se plenamente assumida, tendo em conta o actual contexto socioeconómico da cidade.

A questão do património, central a qualquer debate sobre Évora, é encarada neste plano numa perspectiva de valorização, como elemento de um objectivo estratégico de qualificação do ambiente urbano, apresentado num sentido equivalente ao que propomos no capítulo I. 1. 3. Na operacionalização deste domínio (CME, 1995c), a reabilitação do centro histórico surge como um dos projectos apresentados, podendo considerar-se as orientações subsequentes do PU e a prática de gestão urbanística recente como acções que, na perspectiva da Câmara, concorrem para a sua implementação.

Para além da aplicação da normativa e das orientações contidas nos planos referidos, a actuação da Câmara Municipal de Évora apoiou-se em diversas iniciativas e medidas de gestão, bem como em programas, quer de sua iniciativa, quer de âmbito nacional, essencialmente dirigidos à recuperação do edificado. Estes constituem importantes instrumentos de intervenção directa, estando, igualmente, na base do que se pode considerar uma política municipal de habitação, pelo que merecem referência especial.

Abordemos, agora, a sua identificação e aplicação, seguindo uma ordem cronológica, a fim de sistematizar a actuação municipal neste domínio e de pôr em evidência a sua articulação com os marcos da gestão

territorial referidos. A apresentação sob esta forma é possível, atendendo à inclusão destas actuações nos relatórios de actividades apresentados anualmente pelo DCHE à Câmara, constantes do respectivo arquivo e que tivemos oportunidade de consultar no decurso da nossa investigação.

No seu ano de criação, em 1982, aquele departamento, então Projecto do Núcleo do Centro Histórico - PNCH, como referimos atrás, procurou pôr em marcha um primeiro conjunto de medidas destinadas a apoiar a recuperação do edificado, como forma de implementar as orientações do Programa que lhe dera origem.

Entre estas primeiras medidas contava-se a preparação da postura para um programa municipal, apresentada em Abril de 1982, que viria, no ano seguinte, a configurar o Programa "Casa Caiada", de carácter anual e em vigor desde então. Este programa contempla a concessão de um subsídio por unidade de superfície, actualizado anualmente, para cair os paramentos exteriores das construções no centro histórico. Embora não tenha um peso determinante no processo de recuperação do edificado, contribui, em boa medida, para a melhoria da imagem urbana ⁷⁰.

Outra das tarefas iniciais do PNCH foi o lançamento de uma série de medidas de inventariação e análise, que, em complemento do conhecimento adquirido no âmbito do Plano Director de 1980, permitiram entender melhor a realidade deste espaço e as suas carências. Esta recolha de informação dirigiu-se à situação económica, social e habitacional da população residente, e à identificação dos proprietários de fogos no centro histórico, no sentido de elaborar um diagnóstico operacional deste espaço e determinar quarteirões prioritários de intervenção. A preocupação de conhecer com

⁷⁰ Muitos dos edifícios escolhidos para o lançamento deste programa eram construções emblemáticas, o que acresceu à sua visibilidade. No primeiro ano de aplicação, em 1983, foram caiadas as Igrejas de Sto. Antão e do Salvador, as arcadas da Praça de Giraldo e 70 habitações.

detalhe o sistema socioterritorial do centro histórico tem sido, aliás, uma constante na actuação deste departamento, que ainda se mantém.

No domínio do apoio à reabilitação habitacional, desde o início do PNCH que a Câmara procurou mobilizar meios externos, dada a magnitude da tarefa e a escassez de recursos próprios. Esta procura traduziu-se, quer no recurso e adaptação de programas nacionais existentes à data, como o PRID, quer na tentativa de mobilizar financiamentos para este objectivo.

Uma das primeiras acções neste sentido, em 1982, consistiu num pedido de colaboração dirigido à DGERU, especificamente, à sua Direcção de Serviços de Programas Integrados, no âmbito da assistência prestada por aquela Direcção-Geral às Câmaras, ao abrigo do seu Programa de Actuação para a Renovação Rural e Urbana. Neste quadro, foram elaborados, até 1985, “planos integrados de recuperação e revitalização de centros históricos” (ver Boavida-Portugal, 1987, pág. 70) para várias localidades, sendo financiada a execução das infraestruturas e alguns equipamentos públicos neles previstos.

Esta abordagem não teve o melhor acolhimento, em virtude dos termos propostos pela Câmara, que considerava dever assumir a liderança do processo, o que, no entendimento da DGERU, não era compatível com a orgânica do programa referido. O processo conheceu novas negociações no ano seguinte, sem que, no entanto, se tenham conseguido ultrapassar as dificuldades de articulação referidas ⁷¹. Não resultou, assim, qualquer intervenção neste domínio, no centro histórico de Évora.

Ainda quanto à recuperação do parque habitacional, merece especial referência o protocolo, começado a negociar em 1983, entre a Câmara e a Caixa Geral de Depósitos. Esta entidade garantiu, inicialmente, uma linha

⁷¹ O desejo de protagonismo da CME face ao poder central, relativamente à actuação no centro histórico, marcou, por várias vezes, a relação destes dois níveis de poder, estando na origem de alguma perda de eficácia na acção. Sendo inerente ao funcionamento do nosso sistema político, não se vê como poderia ser evitado.

de crédito no montante de 800.000 contos (4 milhões de Euros) em três anos, para financiar a aquisição e recuperação de habitações pelos inquilinos, ou a associação destes com os proprietários para este efeito. Note-se que a actuação da Câmara tinha por base uma interessante estratégia de transferência da propriedade para os inquilinos, facto que promoveria a conservação, fazendo-os participar nos gastos da recuperação do centro histórico.

A intenção da Câmara nesta negociação, que inicialmente incluiu também o Crédito Predial Português, era conseguir uma linha de crédito adaptada à situação específica do centro histórico de Évora. Pretendia-se, nomeadamente, uma taxa de juro bonificada, com um valor de 10 %. Ao longo de várias re-negociações, que se prolongaram pelos anos seguintes, nunca foi possível obter o reconhecimento dessa especificidade, não oferecendo esta linha de crédito condições mais vantajosas que as aplicáveis a qualquer outra aquisição de habitação. Refira-se, por exemplo, que a taxa de juro contraproposta pela CGD, em 1983, era de 28 %, tendo chegado a 32 % em 1984. Não é, assim, de estranhar o reduzido recurso a este protocolo, como se verificou na prática. Talvez o único aspecto inovador que incluiu foi a concessão de um prémio pecuniário, atribuído, em alguns anos, ao melhor projecto de recuperação candidatado a financiamento.

A aplicação do PRID no centro histórico de Évora, iniciada em 1982, teve resultados variáveis. Se no primeiro ano suscitou algum interesse, as candidaturas aprovadas e, conseqüentemente, intervenções feitas ao seu abrigo tiveram de imediato uma grande quebra, facto que se prende com o método de cálculo para o reajustamento das rendas. Com uma baixa utilização, verificaram-se, sem sucesso, tentativas da Câmara para o alargamento da sua aplicação a todos os proprietários, independentemente dos rendimentos. O último contrato celebrado deste programa data de 1987,

tendo-se verificado, ainda, uma tentativa em 1988 para o converter em programa municipal.

A preocupação com a recuperação do edificado no centro histórico manifesta-se permanentemente na actuação do PNCH, que evoca nos seus relatórios a aplicação dos Artigos 9º. e 10º. do RGEU, no que concerne a obras periódicas de conservação e à competência da Câmara na correcção de más condições de salubridade, solidez ou segurança. A situação vivida está patente no levantamento efectuado em 1984, onde são identificadas 32 situações ameaçando ruína.

O decréscimo de meios financeiros e a flutuação de meios humanos, sobretudo de técnicos, levaram a Câmara a desenvolver um esforço concertado, em várias frentes, junto das entidades passíveis de prestar apoio ao processo de recuperação do centro histórico ⁷². Destas, foram contactadas, com resultados variáveis mas que se saldaram, no máximo, por apoios pontuais, entre outras, a Fundação Gulbenkian, a UNESCO, a APAUI / Fundação MIRHAS, o Conselho da Europa, o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação, para além da já referida DGERU.

Uma das acções levadas a cabo para suprir a carência de técnicos, foi a candidatura ao PRU em 1985, no sentido de obter um contrato de colaboração financeira para um GTL, o que foi concedido. A sua criação foi ainda simplificada por um protocolo estabelecido com a SEH / DGPU. Este gabinete, cujos técnicos se integraram na estrutura do PNCH, iniciou o seu funcionamento em Fevereiro de 1986, tendo-se dedicado à elaboração de instrumentos de intervenção dirigidos aos quarteirões definidos como prioritários, no diagnóstico realizado. Procurou-se, também, a sua

⁷² Estes factos são referidos em detalhe nos relatórios do exercício do PNCH de 1983 e 1984. Apenas para ilustrar a escassez de meios financeiros, refira-se que, em 1984, propostas de investimento que ultrapassavam os 75 mil contos foram confrontadas com um orçamento de cerca de 17 mil contos para o PNCH, do qual só foi possível dispor de cerca de 9 mil contos.

aproximação ao IPPC, no sentido de coordenar as orientações para a intervenção nos imóveis classificados e respectivas zonas de protecção.

Os anos de 1987-88, com o PRID em fase de conclusão, foram marcados pelas tentativas frustradas de renegociação do protocolo com a CGD, pela acção do GTL e pela revisão do RMEU, no âmbito dos trabalhos deste gabinete. Com início ainda em 1988, ano em que foi criado, mas com aplicação em Évora a partir de 1989, refira-se o programa RECRIA, pelas expectativas que criou quanto à recuperação do parque habitacional arrendado. Dirigido a intervenções prioritárias de conservação, sobretudo em coberturas e infraestruturas de saneamento, realizadas pelos senhorios, apoiava-se em participações da CME com o IGAPHE, até ao montante de 500 contos por fogo.

Na realidade, e apesar de grande percentagem dos edifícios estarem em condições elegíveis, as restrições orçamentais levaram a que a sua prática fosse relativamente limitada. No seu primeiro ano, contou com uma verba total de cerca de 4.000 contos, tendo, no ano final da sua aplicação, participado a recuperação de 14 fogos. A estes podem, ainda, somar-se 6 intervenções da CME, em substituição dos proprietários. A aplicação do RECRIA foi suspensa a partir de 1991. Não foi possível, no âmbito da investigação desenvolvida, obter registo da utilização neste espaço do programa RECRIPH, com muitas afinidades com aquele.

Refira-se que em 1989 se tentou iniciar uma operação pioneira e reconhecidamente desejável em espaços patrimoniais, a instalação de uma rede de distribuição de sinal de televisão por cabo subterrâneo. No entanto, esta só se veio a concretizar plenamente em 1999, com a oportunidade fornecida pelo programa ÉVORACOM, que veremos adiante. Também em 1989, efectuaram-se os trabalhos preparatórios para o lançamento de um programa que teria considerável impacto na recuperação do edificado no centro histórico. Tratou-se do PRAUD, que, nesta fase inicial, se previa ser

dirigido à reabilitação da área da Mouraria. A partir de 1990 ⁷³, o PRAUD passou a ser o principal instrumento de comparticipação financeira nas intervenções no parque edificado do centro histórico, atingindo um total de 46 obras em edifícios habitacionais, em 1991.

No ano seguinte, a CME lançou a normativa do seu Programa Municipal de Reabilitação de Fogos, apenas com verbas autárquicas mas com objectivos semelhantes ao PRAUD, que viria a substituir ainda em 1992. Neste primeiro ano, foram aprovadas 20 candidaturas, num total de cerca de 10.000 contos, valor que atingiria os 25.000 contos em 1995. O crescimento do número de candidaturas a este programa é significativo, alcançando as 103 em 1996, em contraponto com apenas 36 do programa “Casa Caiada” no mesmo ano. Note-se que daquelas candidaturas ao PMRF apenas foram deferidas cerca de 30. Este programa, que se mantém actualmente em vigor, privilegia as intervenções em coberturas e instalações sanitárias, realizadas em edifícios degradados e propostas por candidatos de baixos recursos, tendo um limite máximo de financiamento de 1.000 contos (€ 5.000) / fogo.

A aplicação dos programas dirigidos à reabilitação do edificado basearam-se numa metodologia apoiada numa inventariação permanente dos imóveis degradados e no estabelecimento de critérios de intervenção pela CME, incluindo os casos da substituição por esta dos senhorios, nos termos do Regime do Arrendamento Urbano. A necessidade referida de um conhecimento aprofundado do centro histórico e das suas dinâmicas é, mais uma vez, patente no inquérito, lançado em 1999, em colaboração com a Universidade de Évora. Este seria o primeiro passo para a eventual aplicação do programa REHABITA, cuja utilização neste espaço se tornou

⁷³ Apesar do empenhamento, nesse ano, do PNCH na preparação de um simpósio na Alemanha, no âmbito do projecto Speyer.

possível com a sua declaração de ACRRU em 1997 ⁷⁴. Não há, por enquanto, notícia de outras acções no âmbito deste programa, que, na sua concepção, é especialmente vocacionado para situações como a de Évora.

Para completar a descrição dos programas municipais que constituem o conjunto de instrumentos dirigidos à reabilitação do edificado habitacional, refira-se o Programa Municipal de Reabilitação de Caixilharia em Madeira, lançado em 1998. Este programa consiste na atribuição de um subsídio entre 25 % e 75 % para a reparação de caixilharias de madeira existentes, ou para a substituição por este material de outros elementos, considerados menos adequados. Essencialmente dirigido à requalificação da imagem urbana, na mesma linha do programa “Casa Caiada”, introduz uma opção por materiais tradicionais, até então inexistente na prática da administração urbanística do centro histórico. Parece-nos existir alguma dificuldade em justificar esta posição, tanto mais que, nem a normativa municipal, nem a prática do IPPAR, vedam a utilização de outros materiais, que proliferam, sobretudo, nos pisos comerciais. Sendo inevitável que retire verbas ao PMRF, pode considerar-se como uma tentativa pedagógica, eventualmente dirigida ao apoio à criação de empresas locais desta área, explorando um nicho de mercado.

Na constante procura de metodologias e instrumentos de intervenção mais adequados à problemática do centro histórico, o ano de 1997 marca uma nova fase no modelo operativo deste espaço. Esta traduziu-se num conjunto articulado de acções, tendo subjacentes as ideias de requalificação e revitalização urbanas, que ganhavam expressão nos trabalhos do PU, e uma nova ideia do papel do centro.

A oportunidade estratégica para o lançamento deste processo iniciou-se com os estudos relativos à candidatura ao programa PROCOM,

⁷⁴ Trata-se de um regime exclusivamente aplicável a áreas urbanas históricas declaradas ACRRU, como refere o Artigo 1º. do Decreto-Lei nº.105/96, de 31.07.

que aqui, mercê dos novos conteúdos incorporados pela Câmara, viria a adoptar a designação de ÉVORACOM⁷⁵. Este programa, além do seu papel primário na reabilitação da actividade do pequeno comércio retalhista, incluindo as componentes do edificado de uso comercial e do espaço público adjacente, teve outros importantes contributos urbanísticos. As potencialidades apresentadas pelo programa, permitiram contribuir para a concretização do financiamento de acções alargadas de requalificação do espaço público e das redes de infraestruturas do centro histórico, no período entre 1999 e 2002 (CME, 2000). Para além destas acções, sobretudo dirigidas às condições de utilização do espaço urbano, foram ainda integradas na operação, ou realizadas em complemento, a melhoria das acessibilidades, no âmbito do SITE, e a criação e reabilitação de Equipamentos públicos.

Este conjunto de acções, pelas suas características e extensão da área de intervenção, pode considerar-se como integrando a maior operação sobre os componentes do sistema urbano de responsabilidade pública realizada no período em apreço⁷⁶. Foi marcada pela preocupação de não incidir apenas nos eixos comerciais consolidados do centro histórico, mas de alargar a intervenção a uma série de espaços menos centrais, mas considerados potencialmente estruturantes da vida urbana. Esteve, assim, em causa o alargamento do conceito de centro, re-funcionalizando e dinamizando, com equipamento e a qualificação do espaço público, áreas residuais e periféricas do centro histórico.

Das intervenções executadas e em curso, destaquem-se, pelo seu alcance e por representarem acções estratégicas complementares ao âmbito do programa, a reabilitação do Mercado 1.º de Maio e a criação de

⁷⁵ A candidatura veio a ser concretizada em parceria com a Associação Comercial do Distrito de Évora, em 1997.

⁷⁶ Ver Figura 9.

um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Joaquim António de Aguiar ⁷⁷. Estas intervenções constituem um bom exemplo da convergência de várias sinergias em torno de um conjunto articulado de objectivos de intervenção, permitindo, sob liderança da CME, mobilizar parcerias e financiamentos de naturezas diversas para esta operação. Encontram-se neste caso, e para além da Câmara, o Fundo de Turismo, a EDP, a Portugal Telecom e a empresa Dianagás.

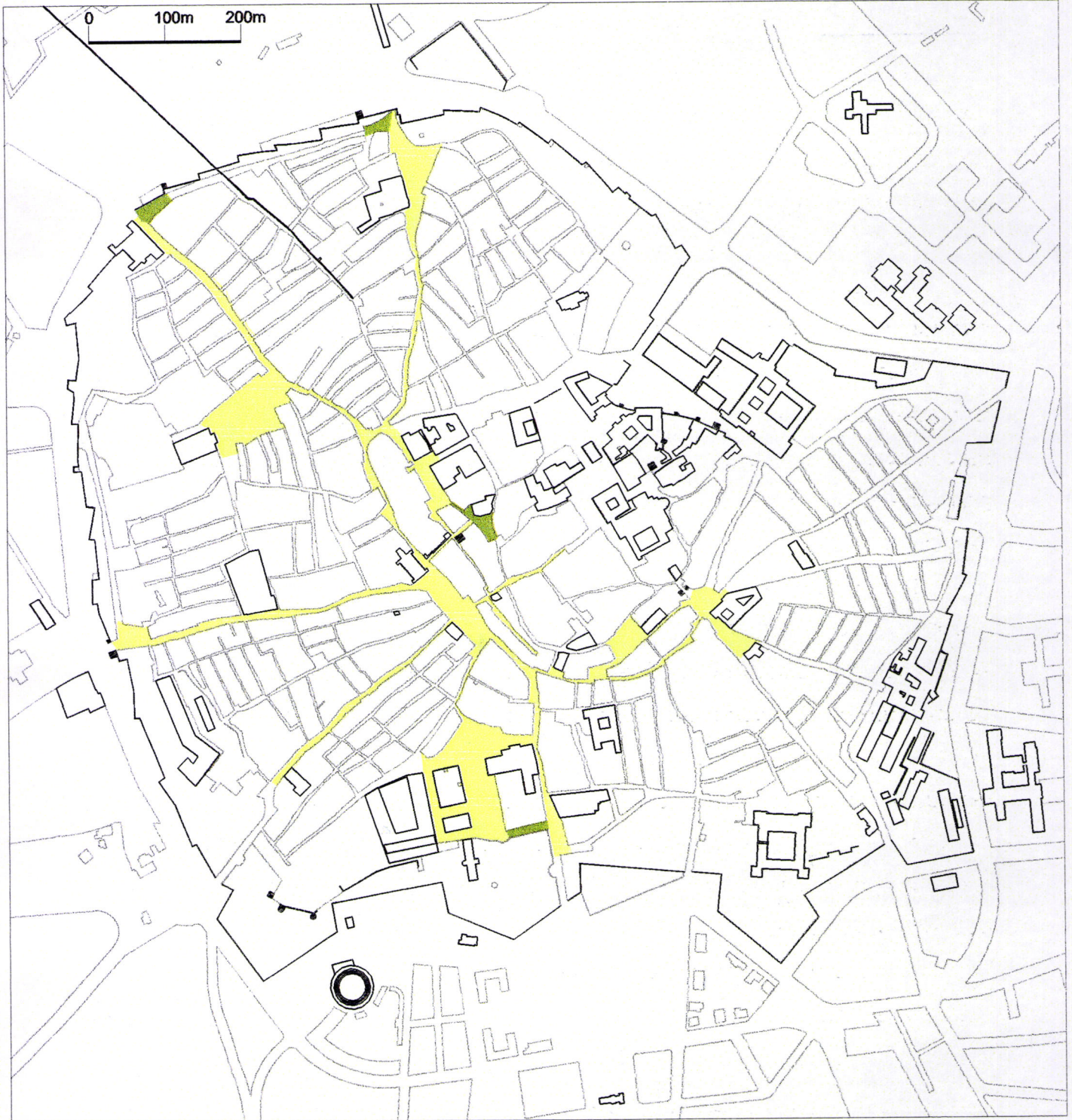
Refira-se, igualmente, a integração nestas acções da comparticipação financeira de alguns programas de âmbito nacional, cuja administração compete aos órgãos desconcentrados do poder central, como foi o caso do PROSIURB. A participação de programas dependentes do Governo contava já com experiências anteriores, como havia sido o caso da reabilitação do Teatro Garcia de Resende, obra realizada pela Câmara e premiada como “projecto piloto europeu” em 1994, a qual foi financiada pelo Programa Operacional da Região Alentejo.



Em complemento desta acção de conjunto, e articulados no mesmo quadro, podem apontar-se diversos projectos para a localização de equipamentos, de iniciativa ou intermediação municipal, em diferentes fases de concretização. Estes projectos consagram uma lógica de re-qualificação de funções e espaços, inscrevendo-se num padrão de áreas marginais e residuais, ou dirigindo-se a edifícios devolutos e funcionalmente obsoletos. A ocorrência destes projectos está cartografada na Figura 10, devendo ser vista complementarmente às acções no espaço público integradas na operação ÉVORACOM.

A procura de qualificação urbana do centro histórico de Évora, que está subjacente à actuação pública e que, também por via de outros

⁷⁷ Dotado de 118 lugares, constitui a primeira acção deste tipo no CHE, associada à reformulação urbanística do espaço da Praça e do seu equipamento. A intervenção, que inclui a criação de núcleos de equipamento complementares do vizinho Teatro Garcia de Resende, rodeou-se de forte polémica, chegando a obra a ser embargada pelo IPPAR.

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA
FIGURA 9
ÁREA DE INTERVENÇÃO ÉVORACOM

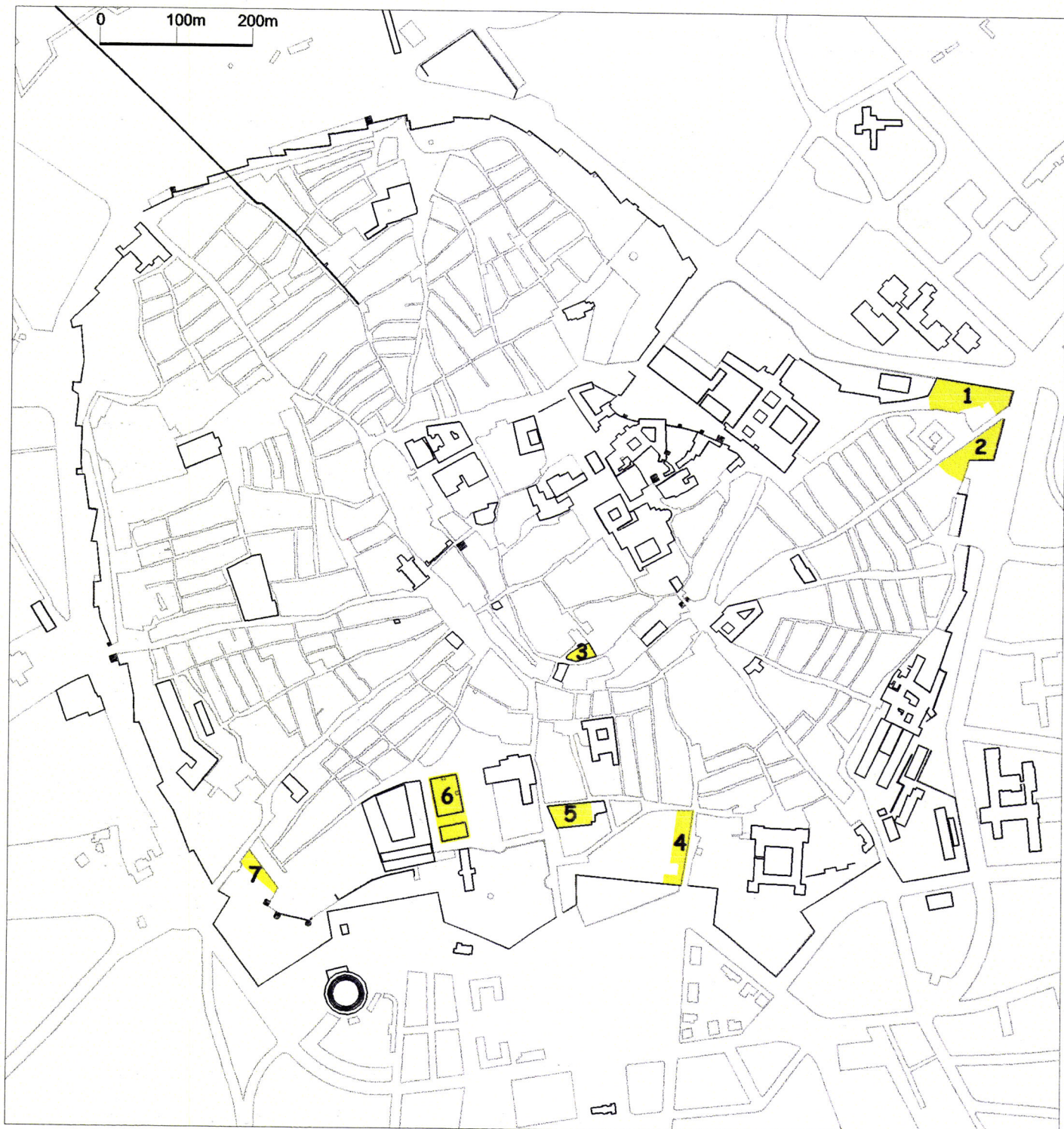


-  **ÁREA DE INTERVENÇÃO DO ÉVORACOM**
-  **ÁREA COMPLEMENTAR**


CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA

FIGURA 10

EQUIPAMENTOS REABILITADOS E EM LANÇAMENTO



1 - Chalrito - Atelier Escultura 2 - Antigo Matadouro - Atelier Cerâmica/ Pintura 3 - Cine-Teatro + Sala Música 4 - Antiga EPAC - Museu Etnográfico 5 - Antiga RN - Museu Virtual? 6 - Mercado 1º Maio 7 - Espaço Ambiente

 LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REABILITADOS E EM LANÇAMENTO PELA CME 2001 - 2002

factores, ganha crescente visibilidade, tem reflexos evidentes na dinâmica de transformação do uso do solo ⁷⁸. Este processo, que representa um dos traços essenciais da actual condição urbana do centro histórico e que abordaremos no ponto seguinte, constitui, por um lado, uma resposta dos agentes privados a todo um ciclo de actuação pública. Por outro lado, continua a contar, em diversos domínios, com um papel activo da Câmara, como interveniente negocial, se não como promotor, em algumas operações. É, aliás, neste sentido que os responsáveis municipais vêm a utilização dos instrumentos excepcionais de administração urbanística actualmente ao seu dispor.

Reflectindo sobre este longo e intenso processo de intervenção municipal, e sobre o seu papel preponderante no contexto da actuação pública no centro histórico de Évora, será curioso relçar alguns aspectos. Por um lado, verificar um relativo desajustamento entre a complexa formulação teórica e metodológica de abordagem à problemática do centro histórico, iniciada em 1978, e a capacidade da estrutura política e técnico-administrativa da Câmara de a operacionalizar. É inevitável reconhecer que levou algum tempo até que fossem assimilados os inovadores conceitos então introduzidos, tempo também necessário à evolução do regime jurídico do planeamento e ordenamento do território, a nível nacional ⁷⁹. A par deste facto, resultam evidentes as limitações causadas pela falta de integração territorial de políticas e pelo difícil diálogo entre os agentes do Estado, do poder local e do sector público, que só muito recentemente conheceu alguns bons resultados.

⁷⁸ Examinaremos alguns destes factores no ponto seguinte. Refiram-se apenas, como determinantes, as crescentes presença e prestígio da Universidade e a assimilação, pelo imaginário colectivo, de uma "qualidade de vida" presente em Évora, a que não é alheio, entre outros aspectos, o reconhecido valor patrimonial.

⁷⁹ Refira-se, nomeadamente, a introdução do conceito de planeamento estratégico e a revisão do regime dos planos municipais de ordenamento do território.

Por outro lado, é interessante constatar que na fase mais recente do período em apreço, sobretudo desde 1995, se vem acentuando a componente de *praxis*, a par de algum aligeiramento conceptual nos instrumentos de intervenção, sem que isso signifique uma falta de orientação estratégica.

Dos vários constrangimentos que a actuação municipal no centro histórico de Évora tem que enfrentar, importa ter presente um, que é inerente ao sistema de representação democrática, e que se manifesta na justificação social das iniciativas e na adesão dos agentes privados. O aumento populacional de Évora, exclusivamente concentrado no crescimento urbano extramuros, origina uma pressão sobre o poder político para o investimento público nestes espaços. Assim, um investimento no centro histórico que seja percebido pela população como desequilibrado face às carências da maioria, será, certamente, encarado com prudência pela Câmara. A hipótese das alterações eleitorais de 2001 terem tido um fundamento nesta oposição carece de demonstração, visto o sentido de voto nas freguesias do centro histórico ser o mesmo do resto do concelho.

Este é, seguramente, um dos paradoxos que se coloca a uma política de investimentos públicos nos centros históricos. A conservação pode ser difícil de justificar à comunidade local, perante a qual os poderes públicos são responsáveis, atendendo à desertificação populacional destas áreas e ao seu conseqüente reduzido peso eleitoral. Existe, em oposição, uma pressão do eleitorado para o investimento público nas áreas habitacionais em crescimento - novas infraestruturas e equipamentos para esta população, agora maioritária -, o que faz sentido e obtém resposta positiva dos responsáveis políticos. Na realidade, é aqui que estão os eleitores, em virtude do afluxo populacional a esta zonas.

A população dos centros históricos, em perda, envelhecida e sem capacidade reivindicativa, tem, em grande parte, como objectivo, ser

transferida para habitações novas, de promoção pública, nas periferias. Lembre-se que para estas áreas foram já familiares e vizinhos, pelo que aí se reconstituem, ou se julga poderem ser reconstituídos, os laços comunitários, entretanto perdidos.

Pensamos que, sem uma base populacional e funcional sustentável, o fundamento apenas na importância como valor identitário dos centros históricos tornará difícil a justificação, em termos de custo - benefício social, dos investimentos públicos aqui realizados, trazendo, no mínimo, reflexos na sua prioridade. Esta perspectiva social deverá estar subjacente à avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, que ensaiaremos no ponto seguinte.

III. 4. O processo urbano recente do centro histórico de Évora, numa perspectiva de conservação integrada.

III. 4. 1. Abordagem à construção de indicadores de conservação integrada. Como retratar os domínios associados?

A actuação pública, que procurámos caracterizar anteriormente, bem como as múltiplas acções dos agentes privados, e as dinâmicas sociais e económicas, quer endógenas, quer exógenas, que convergem no centro histórico de Évora, determinam e modelam o seu processo urbano recente. A questão que agora se nos coloca, é a de verificar se este processo caminha no sentido de um desenvolvimento sustentável deste sistema socioterritorial. O nosso argumento ¹ é que este objectivo depende da adopção dos princípios da conservação integrada, ou seja, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento nos centros históricos decorre da concretização local dos componentes e conteúdos daquele conceito.

Uma avaliação do processo que conduziu à condição urbana actual do centro histórico de Évora, terá, assim, que se apoiar na verificação do estado de aplicação dos domínios que se articulam na conservação integrada. Esta verificação deverá basear-se em indicadores, dirigidos aos vários componentes das linhas de força identificadas na metodologia de operacionalização deste conceito ². Note-se que em causa estará a avaliação do processo urbano no período de 1977 a 2001, como vimos, período de intensa reflexão e intervenção sobre o centro histórico de Évora, pelo que esta experiência também contribuirá para uma leitura crítica dos resultados das políticas implementadas.

¹ Cf. capítulo I. 1. 2.

² Cf. capítulo II. 2.

A metodologia para esta avaliação começou a ser esboçada com a operacionalização dos conteúdos do conceito de conservação integrada, que empreendemos antes. Tratou-se de traduzir as definições abstractas em modelos operativos, que exprimem aspectos específicos e relevantes da realidade dos centros históricos. Interessa agora trabalhar as “dimensões do conceito” (Pereira, 1983, pág. 5), ou seja, desenvolver a elaboração dos aspectos concretos, que podem ser quantificados e organizados em critérios de classificação, bem como expressos em indicadores.

O desenvolvimento metodológico que propomos passa, em primeiro lugar, pela identificação e selecção de algumas das variáveis explicativas de cada dimensão do conceito, suportada por informação recolhida e tratada com base nas ideias condutoras do trabalho. Discutiremos, sucintamente e em complemento à formação destas variáveis, a construção de indicadores que permitam esclarecer e avaliar, quer a situação actual, quer a dinâmica, no período definido, dos domínios da conservação integrada no centro histórico de Évora. Apontaremos, assim, bases para a construção de um sistema de indicadores, patrimoniais e urbanos, dirigido a este espaço.

Este componente do ensaio apresentado inscreve-se na linha da utilização de indicadores para avaliar diversos aspectos da condição urbana, com relevo para os ambientais, desenvolvida em várias metodologias neste domínio. Destaque-se, entre nós, a formulação desenvolvida por Partidário (2000), com a qual a nossa tem alguns pontos de contacto. Note-se que, no entanto, a abordagem que propomos se centra na sustentabilidade do sistema socioterritorial, nos moldes definidos, sendo aqui a qualidade do ambiente urbano uma questão subsidiária.

Num segundo ponto, procuraremos ensaiar uma avaliação, quantitativa e qualitativa, da condição urbana actual do centro histórico de Évora, à luz dos princípios da conservação integrada. Aqui, o objectivo será estabelecer uma crítica do perfil patrimonial e socioterritorial detectado e do seu papel no contexto urbano, pondo em evidência os aspectos que

resultam dos cruzamentos com os domínios do nosso conceito de referência.

Procuramos explicitar as dimensões do conceito de conservação integrada, nas vertentes que estabelecemos como essenciais, nomeadamente, de preservação do património edificado, da sua utilização pela sociedade actual e da sua integração nas dinâmicas do espaço. Deste aprofundamento irão resultando variáveis explicativas, que, agrupadas com base em objectivos articulados, se podem sistematizar numa matriz de referência dos domínios de actuação.

Interessa, assim, seleccionar um conjunto de variáveis, de carácter expedito, que permitam verificar empiricamente as condições da aplicação destes domínios. No quadro de uma metodologia para a avaliação das políticas dirigidas aos centros históricos, e, em particular, ao caso de Évora, estas variáveis irão permitir a construção de um corpo de indicadores estratégicos para apoiar o diagnóstico, retratando a situação destes sistemas socioterritoriais.

Convirá aqui destacar, desde já, alguns aspectos essenciais que, face aos objectivos em causa, se considera deverem presidir à selecção destas variáveis ³. Em primeiro lugar, que tenham um carácter simples, no sentido de permitir uma utilização eficaz, sem recurso a meios técnicos muito sofisticados, seja quanto à disponibilidade, recolha e tratamento da informação de base, como quanto à sua actualização ⁴. Devem, naturalmente, ser adequadas à natureza dos processos que se pretende retratar, permitindo a sua caracterização e representação sem perda de conteúdos significativos. É, também, muito importante que possibilitem uma

³ Boa parte destas observações são de natureza metodológica, permanecendo válidas relativamente à selecção das variáveis descritivas de todas as vertentes consideradas no âmbito da conservação integrada, tratadas adiante.

⁴ Uma metodologia de actuação em centros históricos deve apoiar-se num conjunto de ferramentas operacionais, ao alcance das capacidades das entidades envolvidas na gestão destes sistemas socioterritoriais. Assim, toma-se como referência nesta matéria, os meios materiais e humanos de que podem dispor as autarquias de pequena e média dimensão.

compreensão dinâmica, acompanhando a evolução temporal do sistema socioterritorial do centro histórico, pelo que devem poder ser referidas a um período de análise determinado. Esta leitura dinâmica contribuirá, igualmente, para estabelecer um sistema de monitorização das actuações implementadas, indispensável numa perspectiva estratégica.

Ainda um outro aspecto relevante é que, a partir dos padrões de distribuição espacial dos valores assumidos pelas variáveis consideradas, relativamente às médias para a área em estudo, seja possível identificar zonas de sensibilidade face a determinados problemas e objectivos. Esta leitura, que corresponde a uma *análise de dispersão* (Carley, 1981, pág. 93), é especialmente interessante ao nível das unidades de base do tecido urbano, quarteirões ou sectores urbanos, que, idealmente, constituem os elementos primários de diagnóstico e intervenção.

Iniciando este desenvolvimento metodológico pelo domínio da preservação do património edificado, procuremos identificar as variáveis explicativas das dimensões do conceito de conservação integrada que se agregam nas vertentes de *protecção* e de *conservação*. Para cada variável, apontaremos aspectos que delas decorrem e que são, sobretudo, relevantes para a construção de indicadores, a que chamaremos de *valor* e *integridade patrimoniais*.

Assim, e em primeiro lugar, quanto à protecção, importa determinar a medida do interesse e sensibilidade patrimonial da área urbana em apreço, à luz dos critérios adoptados face ao respectivo regime legal. Como aspecto decorrente deste, interessa identificar a natureza e alcance das actuações de protecção dos órgãos da administração pública que aí tutelam o património edificado. Note-se que, nesta abordagem, não questionamos os méritos do regime jurídico-administrativo de protecção vigente, apenas retirando dos seus objectivos e procedimentos os elementos relevantes para seleccionar as variáveis que o descrevam.

Consideramos, para descrever o domínio da protecção do património edificado, as seis variáveis a seguir indicadas. Em todas elas, bem como nas que identificaremos para os restantes componentes da conservação integrada, deve tomar-se, para além do seu registo actual, um valor no início do período definido para o estudo ⁵.

Os *imóveis classificados* ⁶, quanto ao seu número de ocorrências [variável 1]. Para além dos valores desta variável, interessará, na construção de indicadores, determinar a sua relação com o quantitativo total de edifícios, ou até a área dos imóveis classificados face à do edificado total, bem como o padrão da sua distribuição espacial pelo tecido urbano em estudo.

Os *imóveis em vias de classificação* [variável 2]. Deve considerar-se por analogia com os anteriores, em virtude da aplicação do respectivo regime legal, sendo considerados nos aspectos equivalentes.

A *área abrangida por ZP* [variável 3]. Interessará, posteriormente, considerar a sua relação com a área total do centro histórico, bem como o respectivo padrão espacial.

O *número de ZEP instituídas* [variável 4]. Em complemento, importará determinar a área total envolvida e a sua configuração, no contexto do centro histórico. Esta variável denota uma actuação voluntarista suplementar à classificação, que, por não ser regra e envolver maiores extensões de território, traduz um empenhamento acrescido da administração pública em levar a cabo medidas de protecção. Relaciona-se, em princípio, com a importância dos valores patrimoniais em causa e do seu enquadramento.

O *número de imóveis não classificados abrangidos por ZP e ZEP* [variável 5]. Ou, em alternativa, a área urbana que recai nestas zonas,

⁵ Que designamos como *valor de referência*, destinando-se a detectar o sentido das dinâmicas ocorridas.

⁶ No contexto dos centros históricos, poderiam incluir-se monumentos, conjuntos e sítios. Deverão considerar-se as várias categorias de imóveis classificados, mesmo quando legalmente não determinem a constituição de ZP.

interessando determinar a relação destas ocorrências com o parque edificado total. Embora não reflectindo o valor patrimonial específico destes, traduz melhor que a variável indicada em [1] o quantitativo de edifícios sujeitos a condicionamentos na sua gestão, sendo especialmente interessante do ponto de vista operacional.

O *número de imóveis considerados com interesse patrimonial* [variável 6]. Aqui, devem considerar-se os edifícios isolados, em conjuntos ou em frentes urbanas, não classificados, mas sujeitos a regimes específicos de protecção em planos municipais de ordenamento do território. Importa, em complemento, apurar a sua relação com o parque edificado total. São aqui válidos os comentários feitos à variável indicada em [5], relativamente ao número de edifícios com condicionamentos. Considerando-se aqui, apenas, os que não são propostos para classificação, esta variável reflectirá uma intervenção expressa do poder local, que, objectivamente, não coincide com a perspectiva das tutelas governamentais sobre o património.

Abordemos agora a vertente de conservação do património edificado.

Parece razoável aceitar que os mais evidentes sinais do sucesso das acções de conservação, decorrem das que contribuem para a concretização dos seus objectivos centrais, ou seja, prolongar o tempo de vida das edificações, mantendo a sua integridade. Assim, relativamente a conjuntos, ou áreas históricas, situação do nosso caso de estudo, interessará avaliar duas questões centrais. Em primeiro lugar, os edifícios desse território que, num dado intervalo de tempo, foram objecto de acções de conservação. Em segundo lugar, a distribuição do perfil dos estados de conservação dos edifícios.

Entendemos, por uma questão de coerência conceptual da vertente de preservação do património edificado, que se deverá restringir esta análise aos edifícios situados em áreas em que vigorem regimes específicos de protecção, ou seja, integrados em ZP e ZEP, como tal sujeitas ao parecer vinculativo do IPPAR. Será esta a forma de garantir que as acções de

conservação correspondem aos objectivos e critérios assumidos pelos órgãos de tutela do património edificado. Este é o único modo de, objectivamente, e dada a necessidade de um método de avaliação expedito, poderem ser consideradas, à luz do regime vigente, como contribuindo para a conservação.

No mesmo sentido, desta avaliação devem ser excluídas todas as acções que não se confinem nos limites expressos do conteúdo da conservação ⁷, nomeadamente, as intervenções que alterem, de qualquer modo, a configuração arquitectónica ou os materiais dos edifícios. Podem, apenas, exceptuar-se os casos de intervenções para remover elementos acessórios, não sujeitos a licenciamento. Na prática, e atendendo à vigilância que, por via do regime legal de protecção, existe nestas áreas, deverá ser utilizado como critério de distinção o estabelecido no regime do licenciamento municipal de obras. Este decorre das definições de “obras de conservação”, ou seja, “restauro, reparação ou limpeza”, por um lado, e de “construção, ou alterações”, por outro ⁸.

Conforme referido acima, um critério essencial para verificar, na prática, se foram atingidos os objectivos da conservação, baseia-se na avaliação da dinâmica do estado de conservação do edificado, no território em apreço. Se, por ausência ou insuficiência de acções de conservação numa determinada zona de protecção, o parque edificado se degrada, caminhando para a ruína, parece-nos de concluir que os objectivos de uma política de preservação do património imóvel não são atingidos.

Temos defendido que a degradação do património edificado em áreas históricas depende de um conjunto de factores complexos, razão pela qual apontamos para uma metodologia de actuação baseada no conceito de conservação integrada. Como tal, insistimos que a defesa da integridade e o

⁷ Estas acções vão desde a *manutenção* até ao *restauro*, como vimos no capítulo II. 1. 3.

⁸ Ver o Artº. 2º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16.12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 177/01, de 04.06.

prolongamento da vida das edificações históricas não encontram solução, apenas, nas acções que se enquadram no domínio da preservação. Parece-nos que, a demonstrar-se a sua incapacidade de assegurar, sequer, a sobrevivência física deste património, tal indicaria a inadequação destas medidas aos objectivos que procuram concretizar.

Com base nestas reflexões, considera-se que o conjunto das variáveis explicativas do domínio da conservação deverá incluir as indicadas em seguida.

O número de intervenções de conservação [variável 7]. Deve aplicar-se aos imóveis situados em áreas abrangidas por regimes de protecção do património edificado, incluindo-se ZP e ZEP, bem como áreas classificadas enquanto conjuntos e submetidas à tutela específica que assegura os objectivos de protecção. Alargando este universo, poderiam, ainda, ter-se em conta outras áreas, consideradas de interesse patrimonial em planos de ordenamento do território e que, como tal, sejam objecto de normativa própria, e geridas atendendo a esses objectivos. Este alargamento permite incluir bom número de centros históricos, verificando as condições que apontamos como necessárias para a implementação de um processo sustentado de conservação integrada.

Os estados de conservação [variável 8]. Devem considerar-se os imóveis integrantes do tecido urbano das áreas históricas, que pode corresponder a unidades de base, definidas nos termos indicados acima. Este registo deverá enquadrar-se em classes, como é metodologia usual nas análises urbanísticas, tomando-se como referência os estados de *ruína*, *mau*, *fraco*, *razoável* e *bom*. Deverá, também, ter em conta a variação do número de ocorrências destas classes e os seus padrões de distribuição no tecido urbano, para o período em análise.

Os apoios e incentivos à conservação [variável 9]. Devem considerar-se os apoios e incentivos financeiros, fiscais ou outros, concedidos a proprietários de imóveis situados em ZP e ZEP, e dirigidos à sua

conservação. Estes apoios podem constar de disposições legais ou de programas de apoio à conservação, de iniciativa central ou local. Neste contexto territorial, devem contabilizar-se, também, as obras de conservação, realizadas pela administração pública em substituição dos proprietários, conforme previsto na lei. O tratamento desta variável deve ter em conta o número de ocorrências e os respectivos montantes monetários, por unidade de tecido urbano e para o período em apreço.

As expropriações efectuadas [variável 10]. Devem considerar-se, igualmente, os actos de posse administrativa realizados pela administração pública central ou local, para acções de conservação em ZP e ZEP, decorrentes dos regimes urbanísticos de excepção em vigor. Deve ter-se em conta o seu padrão de distribuição espacial neste período.

Seguidamente, e para tratar as actuações de segundo nível, que traduzem a dimensão socioterritorial da conservação integrada, abordemos, em primeiro lugar, o domínio da utilização do património edificado pela sociedade actual.

Dois factores essenciais estão subjacentes a este domínio, encontrando expressão, sob várias formas, nas variáveis que o descrevem. Nestes factores conta-se, antes de mais, a necessidade da presença continuada de uma população-base, com um perfil equilibrado, nos espaços patrimoniais. Vimos como a conservação integrada se dirige, em primeiro lugar, à comunidade habitante, questão que se expressa na importância do valor de uso, intrínseca ao próprio conceito de património urbano (Choay, 1992, pág. 153), e na participação dos agentes locais neste processo. Também aqui reside boa parte do suporte social dos investimentos públicos nos centros históricos, aspecto de relevo nas situações com dinâmicas urbanas expansivas, como é o caso de Évora.

O segundo factor, que decorre do anterior, é a importância da presença de habitação nestes espaços, a qual foi diversas vezes referida ao longo deste trabalho. Além de assegurar a estabilidade no uso do espaço

público e de induzir a fixação de outros agentes, sabe-se que a função residencial é fortemente estruturadora das vivências locais. A condição habitacional, traduzida na sua ocorrência, distribuição espacial e dinâmica (Bourne, 1981, pág. 59), constitui indicador importante para a avaliação do processo urbano.

Quanto à selecção das variáveis explicativas da utilização do património edificado pela sociedade actual, iremos apoiar-nos nas linhas de força em que este domínio se articula, e que agregam as dimensões do conceito identificadas anteriormente, no capítulo II. 2. 3. 1. Estas linhas de força são: a procura das funções apropriadas para o património edificado, a sua aceitação como um recurso económico, e a reanimação dos laços comunitários que nele se apoiam.

Em cada variável procuraremos identificar os aspectos relevantes para a construção de indicadores, que, atendendo aos conteúdos deste domínio, reflectem a *vitalidade do centro histórico*. Podemos considerá-los *indicadores sociais* (Coates, 1977), que concorrem com os associados ao domínio da integração do património urbano nas dinâmicas do espaço, que trataremos em seguida, para traduzir a sustentabilidade deste sistema.

A avaliação da integração dos centros históricos na vida quotidiana e no desenvolvimento económico e social, situações que estão aqui em causa, levanta questões metodológicas complexas. Trata-se de um domínio que transcende os componentes físicos do património, e que tem implicações em aspectos imateriais e difusos, cuja correspondência ao esquema conceptual proposto nem sempre é linear.

Este facto implica uma maior dificuldade em definir as dimensões relevantes, e em encontrar variáveis que as descrevam de forma concreta, quantificável e sistematizável. Em alguns destes casos, a construção de indicadores deve incluir critérios e coeficientes de ponderação, os quais podem ser, nomeadamente, definidos com recurso a painéis de peritos, ou com base em inquéritos, em que a população indica os factores mais

importantes⁹. Tentaremos, apesar das dificuldades metodológicas, apontar um conjunto de variáveis, que possam ser organizadas numa matriz de referência deste domínio.

No âmbito da primeira linha de força enunciada, a procura de funções apropriadas para o património edificado, podem convergir vários aspectos que reflectem os padrões de uso, a que associamos as variáveis indicadas.

As *alterações de uso* das unidades do edificado [variável 11], quanto ao seu número de ocorrências, no período em estudo. Pode exprimir uma dinâmica de re-utilização do património, indiciando, pela substituição funcional, a revitalização deste sistema. Note-se que esta variável se pode desdobrar para exprimir realidades de natureza diversa, seja a dinâmica do terciário, seja a expatriação de funções obsoletas, ou não concorrenciais, face ao valor fundiário.

O *uso habitacional* do edificado [variável 12]. Como já foi apontado, esta variável tem uma importância central, visto que reflecte um dos aspectos essenciais para a viabilidade deste sistema. Pode exprimir-se pelo número de fogos ocupados e sua variação ao longo deste período, no sentido de verificar a persistência desta função. Interessará determinar o seu balanço, relativamente às funções centrais, e o seu padrão de distribuição espacial no centro histórico, bem como discutir o *ratio* habitantes / fogo. Para a construção de indicadores com uma boa capacidade explicativa deste fenómeno e seu processo, interessará observar algumas alterações qualitativas, como as condições de habitabilidade, as idades do edificado¹⁰ e a variação das tipologias habitacionais.

⁹ A subjectividade de alguns indicadores neste domínio recomenda cautela no seu uso. Tratando-se de aspectos da vida social, a consulta da população será um critério que contempla a vontade democrática na referida ponderação.

¹⁰ As características deste espaço determinam a reduzida substituição e uma grande estabilidade nas idades do edificado. Atendendo à importância da detecção de alterações neste aspecto, utilizam-se outras variáveis para indicar as operações de renovação urbana.

As intenções de transformação do edificado [variável 13], expressas no número de ocorrências de projectos e pedidos de informação prévia, apresentados na Câmara Municipal. Esta variável, que se inscreve num conjunto que podemos designar como *variáveis de reabilitação*, pode reflectir, igualmente, quer a valorização fundiária, quer o estado de degradação do edificado, implicando a melhoria das condições de habitabilidade. Note-se que, no quadro legal vigente até 1991 ¹¹, as obras interiores eram sujeitas a licenciamento municipal, pelo que, nos casos em apreço, os respectivos projectos seriam submetidos a parecer do IPPAR. Depois desta data, o licenciamento da maioria das obras deste tipo pôde ser dispensado, com base em termo de responsabilidade de um técnico. Tal procedimento não permite, actualmente, distinguir as obras de conservação, expressas pela variável indicada em [7], das obras de reabilitação de interiores, pelo que, para avaliar o tipo de intervenção efectuada seria necessário recorrer a uma investigação profunda, caso a caso. Por este motivo, e relativamente ao conjunto das variáveis de reabilitação, apenas se devem ter em conta as obras sujeitas a licenciamento ¹².

A localização de equipamentos públicos [variável 14] no património edificado, tratando-se de equipamentos novos, ou transferidos de outras áreas. Deve atender-se ao número de ocorrências e à sua localização. Estas acções representam uma intervenção pública de renovação funcional, no sentido de tornar o edificado socialmente útil, ao serviço da população local.

Os *fogos vagos* [variável 15], considerando o seu número de ocorrências, a respectiva variação, e o padrão da sua distribuição espacial no período. Esta variável pode reflectir, quer uma dinâmica recessiva, levando ao desinteresse do uso, quer relações complexas na transmissão da

¹¹ Este quadro foi alterado com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20.11, entretanto revogado, pelo Decreto-Lei nº. 555/99, de 16.12.

¹² Estes comentários só se aplicam aos edifícios não classificados, incluindo os integrados em ZP e ZEP. Veja-se ainda, a este propósito, o Artigo 6º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16.12.

propriedade, quer, ainda, uma situação expectante ou especulativa, quanto ao seu valor.

Quanto à segunda linha de força identificada, que implica que se considere o património edificado como um recurso económico, impõe-se uma observação inicial. A estrutura conceptual deste domínio torna evidente que algumas das variáveis discutidas anteriormente, relativas aos padrões de utilização do edificado e à procura de novos usos, reflectem, também, o valor económico deste. Tal facto, que já apontamos atrás, é inerente às dimensões socioeconómicas e funcionais aqui retratadas.

As variáveis que, especificamente, e em consonância com a operacionalização do conceito de conservação integrada que apresentámos anteriormente, descrevem este valor económico do património edificado, são as indicadas a seguir.

O *valor fundiário* [variável 16] no espaço em questão. Este é expresso pelos preços de mercado, atribuídos nas transacções de terrenos, edifícios e fracções. Conhecendo-se o secretismo que, habitualmente, rodeia estas operações, reconhece-se a dificuldade de elaborar, com rigor, uma *carta de preços* do centro histórico. É, no entanto, possível obter valores pontuais e detectar tendências, que confirmam suficiente capacidade explicativa a esta variável. Para compreender este aspecto, interessaria, também, mediante variáveis adicionais, conhecer a dinâmica de transferência de propriedade e as características da promoção imobiliária, bem como os padrões do recurso ao crédito imobiliário.

Em complemento à variável anterior, interessará conhecer os *valores do arrendamento* [variável 17] neste espaço. Esta realidade, quer relativamente à habitação, quer aos espaços de comércio e serviços, é essencial à compreensão das dinâmicas do centro histórico, articulando-se com a variável apresentada em [19].

A *estrutura de propriedade* [variável 18] e a sua dinâmica. Apoia-se na caracterização dos proprietários do centro histórico, na sua

sistematização em tipologias - por exemplo, Estado, autarquia, empresas públicas e privadas, instituições de solidariedade social, particulares -, nas suas dimensões absolutas e relativas, nos padrões de distribuição espacial e na configuração do cadastro. A dinâmica desta estrutura reflecte, também, o valor económico do edificado, sendo, quer a sua renovação, com a chegada de novos investidores, quer o acréscimo do investimento de alguns, sinais de uma percepção favorável deste valor.

O *estatuto de propriedade* [variável 19] e a sua dinâmica. Representa a situação perante a propriedade dos utilizadores do edificado neste espaço. É importante observar as alterações qualitativas e quantitativas, verificadas no período em análise, para as diversas categorias, das quais as principais são o inquilinato, o proprietário ocupante e a sub-locação, bem como a sua relação com a promoção imobiliária. Importam, igualmente, os processos de transferência entre os vários estatutos e a sua articulação com a variável apresentada em [17].

O *ratio população presente / população residente* [variável 20], ou o diferencial entre a primeira e a segunda. Utiliza-se no sentido de quantificar uma população flutuante, que, representando uma pressão sobre o uso do edificado, acresce ao seu valor locativo.

Ainda uma variável que contribui para descrever esta dimensão do conceito de conservação integrada, é a que podemos designar por *utilização de incentivos ao edificado*¹³ [variável 21]. Interessa conhecer a sua ocorrência durante o período em estudo, o seu padrão espacial e a sua distribuição pelos vários tipos de incentivos. Destes, destaquem-se os programas de apoio, quer à aquisição e arrendamento, quer à recuperação de fogos, ou espaços de comércio e serviços. O recurso a estes incentivos

¹³ Utilizamos esta expressão por analogia com a "*aide à la pierre*", referida no ponto 6 da *Declaração de Estrasburgo* como apoio às iniciativas dos proprietários na recuperação do edificado, em complemento com a "*aide à la ville*" e a "*aide à la personne*" (Conselho da Europa, 1976).

reflecte a utilização e a valorização do edificado, e, embora com carácter mais geral, apresenta similitudes com a variável descrita em [9].

Consideremos agora a terceira linha de força identificada no domínio da utilização do património edificado pela sociedade actual, a qual engloba as dimensões relativas à comunidade habitante do centro histórico e, também, às relações que se estabelecem com outros agentes que aqui operam.

Como referimos antes, a manutenção de uma população-base, e o equilíbrio do seu perfil demográfico e socioeconómico, são condições de sustentabilidade do património urbano e vectores essenciais para apoiar um processo de revitalização.

Para descrever esta linha de força, seleccionaram-se variáveis que, em muitos casos, apresentam um carácter complexo, dirigidas à caracterização desta comunidade, nas dimensões relevantes. Procura-se, ainda, identificar outras variáveis que retratam aspectos mais difusos, relativos às formas de participação no processo de decisão e à coesão comunitária, verificados no centro histórico.

A *população residente* [variável 22] no centro histórico, registando-se o seu quantitativo e a respectiva variação no período em estudo. Interessará considerar a sua distribuição espacial no tecido urbano e a relação com a área edificada, no sentido de apurar valores de densidades e verificar as suas variações. A análise da dinâmica desta variável permite identificar e localizar processos de desertificação, sinais de alarme quando se reconhece que “... *la sauvegarde des villes et quartiers historiques concerne en premier leurs habitants*”¹⁴. A esta variável deve estar associada uma outra, representando o *enraizamento* [variável 23] desta população, que pode expressar-se no seu tempo de permanência neste espaço. Esta dimensão concorre, a par de outros factores de apuramento complexo, para a

¹⁴ Ver a *Carta de Washington, Principes et Objectifs*, ponto 3.

formação de um indicador, com relevância operacional, que traduza o sentimento de pertença, ou a identificação simbólica com este espaço.

O *perfil demográfico* [variável 24] da população residente, e as suas alterações no período. Aqui interessa considerar a estrutura etária e a sua dinâmica, pondo em evidência o comportamento dos segmentos críticos, sobretudo o envelhecimento demográfico e a perda de activos e jovens. Este aspecto permite exprimir as relações de dependência que se estabelecem no centro histórico e as limitações à revitalização que daqui advêm. Importa, ainda, retratar as características das famílias, com a evolução da sua estrutura e dimensão média.

O *perfil socioeconómico* [variável 25] da população residente. Pode desdobrar-se num grupo de variáveis, que descrevam a situação profissional actual desta população e as suas alterações ¹⁵, bem como os seus níveis de rendimento. O conhecimento destas características é essencial para a formulação de políticas neste domínio e permite, a par da variável apresentada a seguir, detectar dinâmicas de recomposição ou substituição no perfil populacional, como os processos de *gentrification*.

O *perfil de escolaridade* [variável 26] da população residente. Interessa conhecer a qualificação escolar e a sua evolução, como elemento de base para suportar os processos de participação, e como indicação de renovação populacional, em complemento da variável apresentada em [25].

Os *habitantes abrangidos em acções sociais* [variável 27], quanto ao seu número de ocorrências e à sua distribuição no período. Traduz a execução de políticas de apoio e revitalização social, dirigidas à comunidade local. Nestas, deve incluir-se a promoção de habitação social, pondo em prática, no centro histórico, uma "*politique sociale de l'habitat*", conforme recomenda a *Declaração de Amsterdão*.

¹⁵ Interessa aqui retratar aspectos como, nomeadamente, a taxa de actividade, as profissões, os sectores de actividade, a situação perante o trabalho e os locais em que este é desempenhado.

Podemos identificar um grupo de variáveis, incluindo as *parcerias formadas no âmbito de projectos de desenvolvimento* [variável 28], as *associações socioprofissionais* [variável 29], ou a *mobilização dos agentes* [variável 30] ¹⁶, quanto à ocorrência e dinâmica, as quais contribuem para construir um *indicador da participação* da comunidade.

Em associação com as anteriores, e concorrendo para a construção de um *indicador do modelo de gestão democrática*, podemos considerar variáveis que traduzam a *aproximação ao poder local* [variável 31], expressa na ocorrência de órgãos consultivos, ou de formas de representatividade dos grupos de interesses. Podemos, também, considerar neste âmbito, a *difusão de informação relevante* [variável 32] pela administração pública.

Ainda nesta esfera, interessa conhecer o *sentido de voto* [variável 33] nas freguesias do centro histórico, e a sua dinâmica, reflectindo a visão da comunidade quanto aos objectivos e prioridades da acção política, e ao papel dos poderes públicos na intervenção local.

Para finalizar a identificação das variáveis que descrevem a vitalidade do sistema socioeconómico do centro histórico, importa caracterizar a *diversidade dos agentes* deste sistema [variável 34]. Como aspectos complementares, interessa elaborar uma sistematização dos agentes e definir o seu enraizamento funcional ¹⁷ neste espaço, bem como caracterizar a sua actuação e entender as consequências desta para o processo urbano.

Na identificação das variáveis explicativas da dimensão socioterritorial da conservação integrada, abordemos agora o domínio da integração do património edificado, e, no caso que nos ocupa, do centro histórico de Évora, nas dinâmicas do espaço.

¹⁶ Pode retratar o número de participantes em processos de consulta, referendos e actos eleitorais, ou a adesão de outros agentes socioeconómicos locais a processos específicos.

¹⁷ Esta dimensão exprime-se pelo tempo de instalação no centro histórico. Note-se que, ao nível das actividades económicas, uma elevada substituição indicia a valorização do edificado e uma estrutura funcional mais dinâmica.

Atendendo a que se trata de retratar a posição desta área urbana nas opções recentes de desenvolvimento territorial da cidade, importará evidenciar a sua presença nas políticas com aplicação local e nos seus instrumentos, dirigidos a este desenvolvimento. Interessa, igualmente, identificar o papel do centro histórico nas iniciativas fundiárias e imobiliárias dos agentes empresariais que aqui operam.

Procura-se, assim, e essencialmente, exprimir as actuações de base territorial centradas no espaço patrimonial, em confronto com o quadro das apontadas às expansões urbanas, ou seja, representar a dinâmica do centro histórico no espaço em que se insere. As variáveis que descrevem este modelo são indicadas em seguida.

A integração do centro histórico nos *instrumentos gerais de ordenamento do território* [variável 35], considerado como unidade territorial com objectivos de desenvolvimento específicos. Interessa registar as alterações na articulação com as outras classes de espaço urbano, relativamente aos planos elaborados ao longo do período em apreço.

A existência de *planos específicos* [variável 36] dirigidos ao centro histórico de Évora. Importa, neste contexto, considerar a existência de um plano de salvaguarda, visto como um instrumento de base para uma metodologia de intervenção em centros históricos ¹⁸.

A integração na *gestão urbanística* [variável 37] da cidade, através de um modelo organizativo institucional e de uma normativa adequada, que contemple a actuação dos agentes, no quadro dos condicionamentos específicos do património edificado.

A aplicação no centro histórico de *programas com incidência no edificado e no espaço público* [variável 38]. Deve considerar-se a utilização, não apenas dos instrumentos vocacionados para as áreas históricas - por exemplo, REHABITA ou PROCOM -, mas de todos os disponíveis no âmbito

¹⁸ Ver a *Carta de Washington, Methodes et Instruments*, ponto 5.

de políticas urbanas. Articula-se, na óptica da aplicação, com a variável apresentada em [21].

Neste domínio tem lugar um indicador da *qualidade do ambiente urbano*, o qual pode ser construído a partir de um conjunto de variáveis que concorrem nesta área (Partidário, 2000, pág. 127). No entanto, deve ter-se em atenção que as definições mais abrangentes do conceito de qualidade ambiental, incluem variáveis que já considerámos noutras dimensões da conservação integrada.

Concorrendo para a formação de um indicador da *posição estratégica do centro histórico no desenvolvimento urbano*, ou seja, de algumas das dimensões da sua *centralidade*, podemos considerar um conjunto de variáveis, que exprimem o papel deste espaço no projecto de cidade definido. Estas variáveis são, quanto às iniciativas do sector público: a ocorrência da realização de *investimentos públicos estruturantes* [variável 39]; o *ratio do investimento público na construção, ou renovação, de equipamentos colectivos e infraestruturas* [variável 40] no centro histórico, face às áreas de expansão urbana, expresso pelo volume de investimento; o *ratio da promoção de habitação pública* [variável 41], seja em construção de raiz, ou em reabilitação, nos espaços referidos, expresso em volume de investimento, em número de fogos gerados, ou em área de construção nova ou reabilitada.

No mesmo âmbito, e quanto às iniciativas do sector privado, podemos apontar o *ratio do investimento privado em operações imobiliárias* [variável 42] no centro histórico, face à cidade. Atendendo ao seu significado urbano distinto, devem tratar-se separadamente as operações de renovação urbana, das de reabilitação de grandes áreas edificadas, considerando-se, em ambos os casos, as finalidades habitacionais e de comércio e serviços. Pode exprimir-se em volume de investimento, em número de fogos gerados, ou em área de construção nova ou reabilitada.

Para terminar a identificação das variáveis que descrevem a integração territorial do centro histórico, devemos considerar as que concorrem para a construção de um *indicador da inserção na dinâmica urbana* deste espaço patrimonial. As mais relevantes são: a *dinâmica da transferência de população residente* [variável 43], relativa aos espaços intramuros e extramuros, que exprime o sentido e a dimensão do êxodo populacional; o *ratio da população residente* [variável 44] nestes espaços, e a sua variação, exprimindo uma das dimensões da dinâmica do “peso” relativo destes dois sistemas; a *dinâmica da transferência de funções centrais* [variável 45], entre o centro histórico e as áreas de expansão, considerando as funções da esfera da iniciativa privada, variável muito relacionada com as anteriores. Esta variável descreve, igualmente, a importância urbana das duas áreas, e a respectiva alteração neste período.

III. 4. 2. A verificação das condições de sustentabilidade. Questões metodológicas na viabilidade do património urbano em Évora.

Após a identificação das variáveis explicativas, e estando subjacente a recolha de informação relevante sobre o caso de estudo, a metodologia desenvolve-se com a definição das *linhas de acção*, dirigidas à concretização dos domínios estabelecidos.

Em consequência dos princípios e objectivos que apresentámos na operacionalização do conceito de conservação integrada, referidos no capítulo II. 2., podemos considerar três linhas de acção essenciais.

A primeira, dirige-se à *requalificação ambiental*, englobando, quer as intervenções sobre o edificado, no sentido da defesa da sua integridade, ou de repor, ou criar, condições de uso, quer as intervenções no espaço público. A segunda, concerne à *revitalização socioeconómica*, seguindo um modelo integrado e espacialmente equilibrado (Knox, 1975), com incidência, quer na população, quer nas actividades. Esta revitalização privilegia a

contribuição dos recursos endógenos, mas, perante a insuficiência destes, deverá abrir-se a factores externos. Por último, a terceira linha de acção, determina a *prioridade das actuações de conservação e de reabilitação*, face às operações de renovação urbana, sem que isso signifique uma rejeição total destas, como veremos melhor adiante.

Uma metodologia de actuação em centros históricos, decorrente dos domínios englobados no conceito da conservação integrada e com aplicação ao caso de Évora, deve estruturar-se no sentido do estabelecimento de *condições de viabilidade ou sustentabilidade* deste sistema socioterritorial. As linhas de acção referidas acima, são instrumentais para a promoção destas condições, elementos centrais numa política do património urbano.

Consideram-se as condições de sustentabilidade a seguir indicadas, cuja verificação se tem como essencial para a prossecução do objectivo de desenvolvimento no centro histórico de Évora.

A *manutenção da integridade do património edificado*, objectivo primeiro do processo de conservação integrada e, atendendo aos valores patrimoniais em causa, das políticas de desenvolvimento dirigidas a este espaço.

A *estabilização da população residente*, em níveis compatíveis com a condição urbana e a capacidade do edificado. Este é um elemento central das políticas sociais e um factor de vitalidade do sistema urbano. Inclui-se nesta condição a necessidade de equilíbrio da estrutura demográfica.

A *manutenção de população activa* em níveis sustentáveis. Esta condição prende-se com a anterior, no sentido de controlar a dependência e assegurar a viabilidade social.

A *permanência de actividades económicas e de emprego*, no sentido de garantir a atractividade do centro histórico e a sua vitalidade urbana.

A *persistência de funções centrais*, condição que complementa a anterior, e mantém a importância deste espaço patrimonial, como lugar central do sistema urbano.

A *manutenção de níveis de habitação*, em condições funcionais e economicamente viáveis, em correspondência com o quantitativo populacional, como garantia da estabilidade do uso do edificado e do espaço público.

A *plena utilização do património edificado*, com funções socialmente úteis e viáveis. Esta condição implica o privilégio da reabilitação do edificado sobre a renovação urbana, com o controlo das operações desta natureza em níveis reduzidos. Implica, igualmente, a flexibilização crítica da normativa na reabilitação, e uma exigência de autenticidade e qualidade na renovação.

A *manutenção da qualidade ambiental urbana*, no sentido restrito da gestão da capacidade de carga deste território. Esta condição implica o *controlo dos impactes negativos*, em níveis sustentáveis, provocados pela acção dos agentes sobre o espaço público, a fim de garantir a sua plena fruição.

O *fomento da participação e diversidade dos agentes* que operam neste sistema. Esta condição abrange a população habitante, o tecido empresarial, os proprietários e, ainda, os agentes institucionais, no sentido de acrescer à identidade, vitalidade e sustentabilidade, de fortalecer a base económica local e de reduzir os riscos de um sistema subsidiado ¹⁹.

A *verificação* destas condições de sustentabilidade deve ser representada por um sistema de indicadores urbanos, permitindo a sua avaliação dinâmica. Estes indicadores deverão estar em consonância com os domínios do conceito de conservação integrada identificados atrás, sendo indicadores de *valor e integridade patrimonial*, de *reabilitação*, de *vitalidade urbana*, de *participação*, de *centralidade*. Devem, ainda, ser testados empiricamente, no sentido de aferir a sua capacidade explicativa deste sistema socioterritorial.

¹⁹ O contexto político e económico em que nos inserimos orienta no sentido de uma menor possibilidade de actuações discricionárias do Estado, da livre actuação dos agentes privados do sistema socioeconómico e da maior intervenção destes no processo decisional, práticas próprias de uma sociedade aberta e democrática.

A partir de um conjunto das variáveis apresentadas no ponto anterior, será possível construir um sistema de indicadores, dirigidos a alguns aspectos-chave destas condições de sustentabilidade. Pensamos que um ensaio metodológico centrado na avaliação destes aspectos-chave, trará um contributo para compreender melhor o perfil actual do centro histórico de Évora e as suas dinâmicas.

Os princípios para esta avaliação devem apoiar-se na análise dinâmica do comportamento de alguns indicadores e no seu cruzamento, segundo planos que relacionam os domínios que lhes estão associados.

Assim, poder-se-à, por exemplo, relacionar a área abrangida por ZP e ZEP, com a área total ²⁰ do centro histórico, com a população residente, ou com a ocorrência de imóveis em estado de ruína. Num ensaio metodológico, surge, também, como evidente, o interesse, em exprimir as alterações do perfil demográfico, face ao valor fundiário, ou à localização de equipamentos públicos. Igualmente, poderá contribuir para a compreensão das dinâmicas em presença, o cruzamento das intenções de transformação do edificado, ou de outras variáveis de reabilitação, com a integração na gestão urbanística deste espaço.

Note-se que limitaremos esta avaliação a um número reduzido de indicadores, reflectindo algumas das dimensões em presença, apenas no sentido de ensaiar a metodologia. Este facto decorre das evidentes limitações operacionais que a montagem e execução de uma operação desta envergadura representa para um investigador isolado, tendo em conta o volume de informação de base a recolher. Atente-se, desde logo, na dimensão do caso de estudo ²¹, e na necessidade de lançar, em muitos

²⁰ Ou, em alternativa, e talvez com maior interesse explicativo, com a área do tecido urbano em que o edificado tem um uso predominantemente habitacional. Estes sectores do centro histórico representam, além do mais, um importante valor de conjunto, central ao conceito de património urbano.

²¹ Esta circunstância é inevitável, e inerente à escolha de um centro histórico que mantém funções urbanas importantes. Como procurámos demonstrar anteriormente, são também estes os casos a que a abordagem proposta melhor se adequa.

casos, inquéritos específicos, dada a indisponibilidade de variáveis que traduzam os domínios em questão, ou os aspectos relevantes do sistema socioterritorial que neles se reflectem. Parece-nos, no entanto, que é este papel de ensaio metodológico o que melhor cabe a um trabalho desta natureza, apontando-se, assim, mais um caminho de futuras investigações, com o desenvolvimento de aplicações metodológicas nesta linha.

O ensaio que desenvolveremos centra-se, apenas, na verificação e comentário crítico de alguns aspectos das condições de sustentabilidade do centro histórico de Évora, e da sua dinâmica no período em apreço. A utilização mais alargada de um sistema de indicadores do tipo apresentado implicaria um aprofundamento metodológico, sobretudo quanto ao formato final daqueles indicadores, que não está no objecto central deste trabalho ²².

Note-se que uma metodologia de conservação integrada em centros históricos não se esgota, obviamente, como modelo de avaliação. Perante as fragilidades da situação do património urbano em Portugal, este aspecto pode, no entanto, revelar-se útil para a actuação pública nestes espaços, permitindo a monitorização de políticas e a compreensão das reais dinâmicas em curso, face a um quadro de referência de objectivos de desenvolvimento.

Atendendo à finalidade social da conservação integrada, a implementação de políticas, no exercício das atribuições e competências dos poderes públicos, deve ser avaliada quanto aos seus reais efeitos nos domínios relevantes do sistema socioterritorial. O desempenho dos órgãos públicos deve ser medido, ao nível local, com base em indicadores que permitam esta avaliação, introduzindo uma perspectiva de responsabilização e eficácia na gestão, habitualmente alheia a este contexto *cultural*. Promove-se, assim, a participação e a democratização da vida pública, no sentido

²² Atente-se a questões metodológicas complexas, como a transformação numérica dos indicadores e a sua ponderação, bem como a definição dos métodos e critérios de avaliação dos valores obtidos.

manifestado em vários textos doutrinários referidos neste estudo, consagrando o princípio da utilização do património edificado pela sociedade actual.

Em conclusão, ainda uma nota, dirigida à aplicação das variáveis e indicadores apresentados. No quadro da metodologia que vimos discutindo, poderiam considerar-se duas abordagens territoriais diversas, embora complementares, à avaliação do processo urbano recente do centro histórico de Évora.

Uma, em que o propósito seria evidenciar as heterogeneidades deste processo nos sectores do seu tecido urbano, com base na distribuição espacial das variáveis identificadas. Outra, em que se considera o centro histórico de forma agregada, avaliando a sua dinâmica global, e face ao cenário da envolvente urbana. Nesta segunda perspectiva, esbate-se a heterogeneidade evidente na área intramuros ²³, em favor de uma leitura enquanto conjunto, que é consistente com a actuação dos agentes públicos e privados, e acresce a uma compreensão integrada do que consideramos, fundamentalmente, um único sistema socioterritorial. É esta a percepção dominante de Évora, e será, também, a nossa aproximação.

Ainda relativamente à questão da perspectiva territorial do caso de estudo, lembre-se uma limitação metodológica já referida, e que assumimos, de algum modo, como contraditória numa abordagem de conservação integrada. Consiste na centragem dentro da delimitação definida para o caso de estudo, ao invés de uma abordagem integrada do sistema urbano da cidade de Évora. Embora tendo apresentado argumentos que suportam esta posição, procuraremos, para algumas variáveis em que a expressão do *ratio* intramuros e extramuros é especialmente significativa, alargar a perspectiva e evidenciar o contraste dos dois territórios.

²³ Para esta heterogeneidade, basta atentar nas características funcionais, populacionais e do edificado na chamada "zona monumental", que corresponde à envolvente da Sé e do templo romano, integrada na 1ª. secção estatística da freguesia da Sé.

III. 4. 3. Ensaio de uma avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora.

Conforme referido, propomos um ensaio de avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, baseado na verificação e comentário crítico de alguns aspectos das condições de viabilidade, ou sustentabilidade, deste sistema socioterritorial.

Em regra, apoiaremos este ensaio em algumas das variáveis e indicadores descritos atrás, e na sua dinâmica no período em estudo, cujo registo gráfico é apresentado em anexo. Permitam-se-nos, apenas, algumas observações prévias, referentes a aspectos metodológicos de suporte deste ensaio.

Em algumas situações, a análise será suportada por elementos cartográficos de dois tipos: a cartografia topográfica simplificada do centro histórico de Évora, à escala 1:7.500, já usada neste capítulo e no anterior; a representação esquemática do caso de estudo, à escala 1:20.000, com o traçado dos perímetros das freguesias e secções estatísticas que o delimitam. Ambos os elementos cartográficos são de formato digital, gerados expressamente para este trabalho, no primeiro caso, a partir do levantamento aerofotogramétrico, à escala 1:2.000, obtido na CME. No segundo caso, foi usada como base a planta de referência de freguesias, secções e sub-secções estatísticas, à escala 1:10.000, obtida na Direcção-Regional do Alentejo do INE. Em toda a cartografia é indicada a respectiva escala gráfica.

As medições de áreas, como base para alguns cálculos realizados, foram efectuadas directamente nos ficheiros informáticos, com recurso ao *software* de CAD utilizado. Refira-se que as áreas assim obtidas são: cerca de 124 hectares, para a delimitação considerada do caso de estudo; cerca de 29 hectares, para a freguesia de Santo Antão; cerca de 26 hectares, para a freguesia de S. Mamede; cerca de 33 hectares, para a antiga freguesia de

S. Pedro; cerca de 36 hectares, para o somatório das antigas secções estatísticas 1, 2 e 3 da freguesia da Sé ¹. Como foi já referido, a partir de 1997, esta freguesia absorveu a freguesia de S. Pedro, perdendo, ao mesmo tempo, as anteriores secções extramuros. A área actual da freguesia da Sé é, assim, equivalente ao somatório da área da antiga freguesia de S. Pedro e das referidas secções estatísticas 1, 2 e 3 (ver Figura 4, pág. 150B).

Foram, essencialmente, três as fontes de informação de base a que recorremos, sendo a recolha e o tratamento dos dados orientada pelos objectivos e pela proposta metodológica do estudo (Ketele e Roegiers, 1999). Aquelas fontes de informação são:

- os dados dos RGPH-INE, relativos ao concelho de Évora e às unidades territoriais – freguesias e secções estatísticas – do caso de estudo. A definição que fizemos do período de observação, 1977 a 2001, encontra correspondência no período estatístico considerado, que inclui os resultados de 1981, 1991 e 2001. Note-se que, sempre que possível, usámos os resultados provisórios relativos a 2001 ², embora nem sempre exista registo das variáveis deste ano, dada a disponibilização ainda parcial destes elementos de informação;

- a informação quanto a instrumentos e processos urbanísticos, bem como administrativos, do centro histórico, no período em apreço. Esta informação foi recolhida junto da Câmara Municipal de Évora, sobretudo do seu Departamento do Centro Histórico. Neste aspecto, merece referência especial a metodologia de classificação dos estados de conservação do edificado. A informação utilizada baseia-se nos levantamentos efectuados pelo DCHE, para fins de aplicação de programas de recuperação do edificado, e diz respeito às classes de “ruína” e “mau”. Como já referimos ser prática deste departamento, esta informação mantém-se actualizada, tendo-

¹ Sendo 12 ha para a Secção 1, 13 ha para a Secção 2 e 11 ha para a Secção 3.

² Os únicos disponíveis do último RGPH, à data em que concluímos este trabalho, e que serão usados, sempre que disponíveis, nas variáveis censitárias tratadas.

nos sido possível aceder aos seus registos de base para este trabalho. A cartografia das ocorrências tem carácter confidencial e não pode ser reproduzida, pelo que optámos por apresentar contagens para a sua distribuição pelos territórios considerados, nomeadamente a área de ZP e ZEP e as unidades espaciais do centro histórico no RGPH-INE;

- a informação dos resultados eleitorais, disponibilizada pelo STAPE-MAI, relativa às eleições autárquicas de 1997 e 2001, no concelho de Évora e nas freguesias do centro histórico.

Neste ensaio de avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, abordemos, em primeiro lugar, os aspectos do valor e da integridade do património edificado, que assumem um significado especial no caso de estudo. Das condições de sustentabilidade consideradas, a que contempla esta matéria refere-se à *manutenção da integridade patrimonial*. Do conjunto de variáveis identificado para este domínio da *preservação*, seleccionámos para descrever, em primeiro lugar, as dimensões da protecção do património edificado, as seguintes:

- *o número de imóveis classificados, sua variação no período e sua relação com o total de edifícios.*

Como já foi referido, o número de imóveis classificados no centro histórico de Évora é, actualmente, 36. No período em apreço foram efectuadas apenas 3 classificações, estando para publicação uma quarta, o que perfaz um acréscimo no período de 11 %. Relativamente ao centro histórico, o número de imóveis classificados representa actualmente 1.4 % do edificado total. Este valor, não especialmente significativo em si mesmo, ganha outro alcance nas variáveis apresentadas a seguir.

- *a área abrangida por ZP e ZEP.*

Relativamente a esta variável, e como vimos na Figura 5, no ponto III.3.4.1.1. deste capítulo, as zonas de protecção representam uma extensa superfície do centro histórico. Contabilizámos uma área de cerca de 65 hectares na zona intramuros, o que representa mais de 52 % do tecido

urbano ³. Esta área, em virtude do aumento do número dos imóveis classificados, teve um acréscimo de 5 % no período do estudo, consequência das respectivas ZP. Verifica-se que esta área, por se centrar no património monumental, não abrange as zonas habitacionais, com arquitectura civil de valor enquanto conjunto, essencial no conceito de património urbano.

- *o número de ZEP.*

Estas zonas especiais de protecção totalizam, só por si, cerca de 17 hectares, ou seja 26 % do total conjunto de ZP e ZEP. Em número de 6, permanecem estáveis desde a década de 1950. Também aqui, a sua delimitação não contempla o tecido urbano habitacional, ficando por demonstrar a justificação do enquadramento territorial alargado, que é seu objectivo proporcionar.

Para a descrição das dimensões da conservação do património edificado, seleccionámos a seguinte variável:

- *O número de ocorrências de edifícios em estado de conservação classificado como “ruína” e “mau”, na área abrangida por ZP e ZEP.*

O número total de edifícios que se encontram nestas classes de estado de conservação, e a sua localização, puderam ser consultados no DCHE-CME. Sobrepondo este registo à área abrangida por ZP e ZEP, verifica-se que esta, apesar de não cobrir as áreas habitacionais de edificado com valor de conjunto, onde os piores estados de conservação se concentram, engloba um número de ocorrências elevado ⁴. No levantamento efectuado, verificou-se que existem 159 edifícios nesta situação, ou seja, que cerca de 38 % das ocorrências totais de edifícios degradados – “ruína” e “mau” – se verificam em ZP e ZEP. Assim, não é possível observar qualquer

³ Para efeito deste cálculo percentual, apenas considerámos as ZP e ZEP até à delimitação do caso de estudo, o que implicou, em alguns casos, a sua interrupção por este limite. A situação mais evidente da aplicação deste método será a dos vários troços de muralha.

⁴ A área em que mais se tem verificado esta situação, no período em estudo, é a “Mouraria”, localizada no sector Norte do centro histórico, na freguesia de S. Mamede.

alteração do padrão da distribuição espacial das ocorrências nestas zonas, nem concluir nenhum efeito moderador, atribuível ao regime de protecção.

Seguidamente, consideremos os aspectos relativos à *vitalidade urbana*. Aqui, a primeira condição de sustentabilidade que consideramos é a *estabilização da população residente*. Esta questão representa, seguramente, um dos aspectos mais críticos e debatidos da dinâmica recente do centro histórico de Évora. Para testar a sua verificação, escolhemos as seguintes variáveis:

- *a população residente e a sua variação no período.*

Considerámos esta variável, registada na Figura 11, quer isoladamente, quer no contexto da evolução da população da cidade. O padrão detectado é de perda acentuada de população, num cenário de crescimento sustentado da cidade, entre 1981 e 2001 (ver Anexo III, Quadros 1 e 2). O centro histórico de Évora viu, nos últimos 20 anos, a sua população residente reduzida para cerca de metade (de 10.687 habitantes, para 5.671), enquanto que o seu peso populacional, no contexto da cidade diminuía, neste período, de 31 % para 14 %. Esta dinâmica retira uma das condições essenciais da sustentabilidade, a prazo, do centro histórico, e uma das bases para um processo de conservação integrada. Como variável subsidiária desta, consideremos, ainda, a seguinte:

- *a densidade populacional.*

A distribuição da perda populacional referida, pelas sub-unidades consideradas no caso de estudo (ver Figura 12), permite detectar um padrão que, se é consistente em todas elas, apresenta variações interessantes, relacionáveis com outras características do tecido urbano. Assim, a densidade populacional, com valores sempre mais baixos, que se verifica na freguesia da Sé (ver Anexo III, Quadro 7), estará relacionada com a presença da chamada "zona monumental" na Secção 1 daquela freguesia. Os valores registados indiciam, na generalidade, uma sub-utilização da capacidade do tecido urbano.

- o perfil demográfico da população residente.

Para facilitar esta leitura, agregámos os escalões etários do RGPH-INE em três classes, cujo padrão se revelou relativamente constante nas unidades territoriais consideradas. Verifica-se que o perfil demográfico foi caracterizado, no período 1981-2001, por uma quebra acentuada nos grupos etários que designaremos de “jovens” – 0-14 anos – e “activos” – 15-64 anos – (ver Anexo III, Quadro 5). Até 1991, o grupo etário de 65 e + anos cresceu, no contexto da população total, tendo no sub-período seguinte registado uma quebra ligeira, que não deverá ser atribuível a migração, mas à mortalidade inerente a este grupo. Consideremos o desdobramento desta variável em dois aspectos distintos, embora complementares e contribuindo para a formação de um cenário da evolução do perfil da população residente no centro histórico de Évora. São eles:

- o envelhecimento demográfico.

O comportamento desta variável, registado na Figura 13, agrava o cenário resultante da perda populacional, a qual é muito maior nos escalões de jovens e activos. A percentagem de população residente com 65 e mais anos cresceu de um valor, já de si elevado, de 18 %, em 1981, para o valor preocupante de 35 %, em 2001 (ver Anexo III, Quadro 6), superior às médias da cidade e do concelho. Acentuam-se, assim, as relações de dependência, retirando a esta população a sustentabilidade e a capacidade de envolvimento em processos de revitalização.

- a dimensão média da família.

Neste campo, verifica-se, no período em apreço, uma redução substancial dos valores desta variável, que passam de uma média para o centro histórico de 2.7 indivíduos, em 1981, para 2.1 indivíduos, em 2001 (ver Anexo III, Quadro 9). Este facto indica o acréscimo do número de indivíduos isolados, consistente com a redução de núcleos familiares equilibrados, pela perda de activos e jovens, e com o envelhecimento populacional detectado. O número de famílias, e a sua dinâmica, indicia,

também, se cruzado com o número de fogos, uma sub-utilização da capacidade de alojamento, que se pode exprimir no *ratio* actual de 1.45 fogos / família.

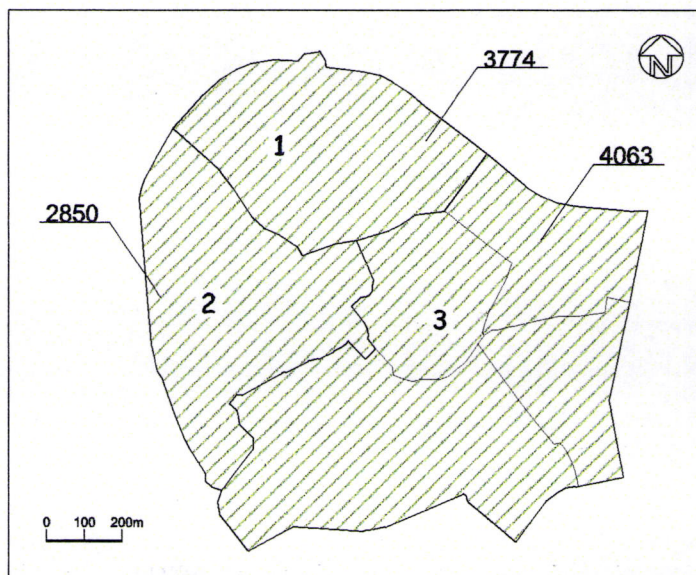
Uma outra condição de sustentabilidade deste sistema que procuraremos verificar é a *manutenção de população activa*. Não nos centrando, apenas, na *taxa de actividade* da população residente, da qual não dispomos de dados para 2001, iremos apoiar-nos noutras variáveis, que complementam esta e nos dão uma visão alargada desta condição. Se é evidente que, em virtude das observações anteriores, relativas à população residente e sua estrutura, o quantitativo dos activos tem sofrido alguma quebra (ver Anexo III, Quadro 17), ela não é tão grande quanto poderiam implicar as acentuadas perdas de população em idade activa. Este facto pode indiciar que a substituição populacional ocorrida veio preencher este segmento da população com indivíduos de superior taxa de actividade relativamente aos do mesmo segmento, que foram expatriados do centro histórico⁵.

Ainda em relação com esta condição, interessa-nos comentar dois aspectos. Um, que se traduz na *incidência de pessoas sem autonomia financeira*, as quais não estão integradas no sector produtivo, ou que sobrecarregam os activos (ver Anexo III, Quadro 18). Esta observação, da qual também só dispomos de valores para 1981 e 1991, mostra o agravamento desta incidência, sendo que, na média do centro histórico no fim deste período, as pessoas sem autonomia financeira excediam os activos em 30 %.

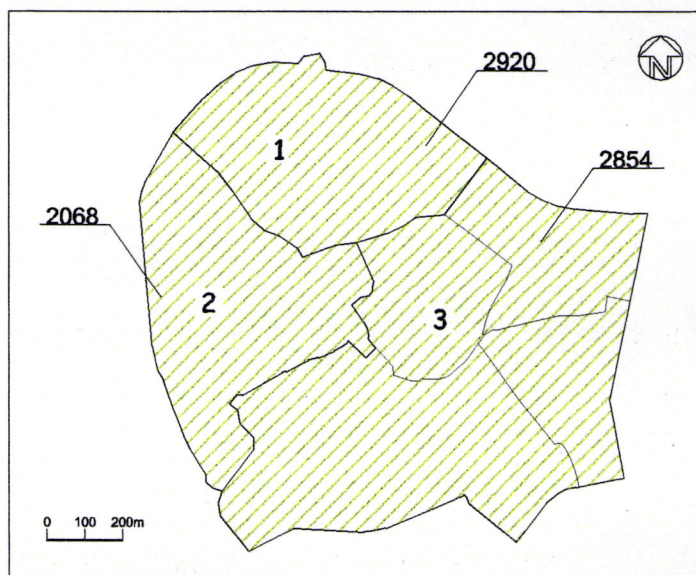
Outro aspecto, que se prende com o *perfil académico da população*, o qual, embora traduza uma melhoria sensível da sua qualificação, merece um comentário quanto ao seu significado sociológico, enquanto alteração às

⁵ Vários factores apontam nesta direcção, configurando, num processo simultâneo à desertificação populacional, uma dinâmica de *gentrification* do centro histórico, como veremos adiante.

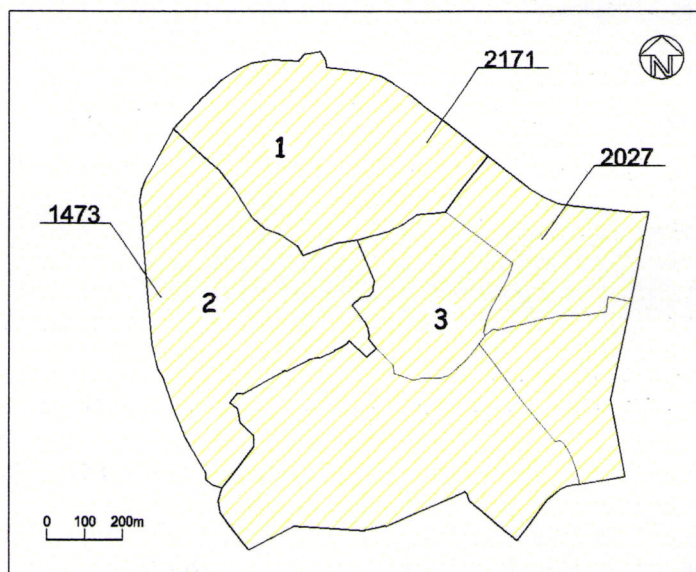
ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
FIGURA 11
DINÂMICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE



1981



1991

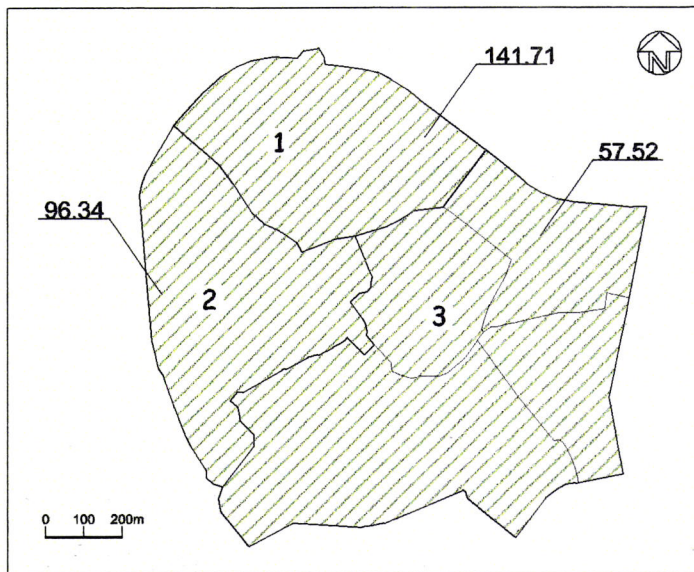


2001

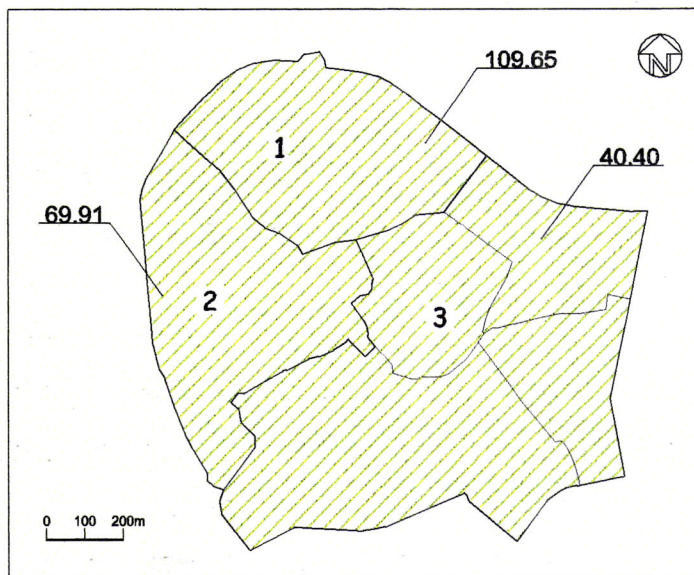
UNIDADE: HABITANTES

- 1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE
- 2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO
- 3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

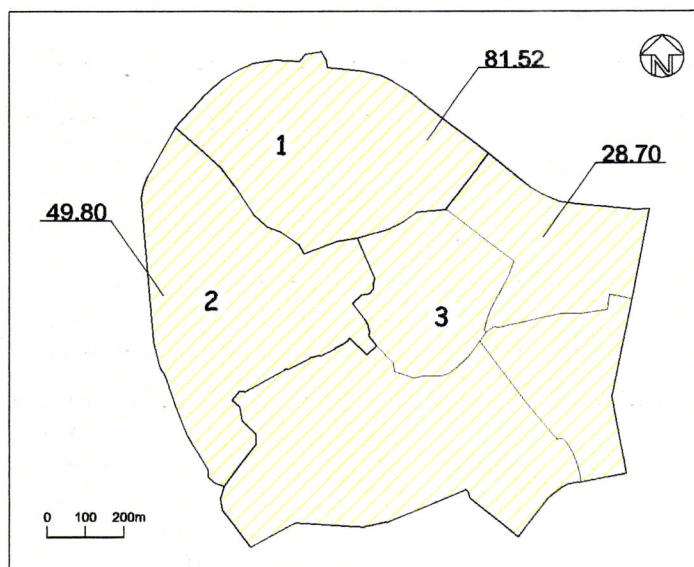
ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
FIGURA 12
DENSIDADE POPULACIONAL



1981



1991



2001

UNIDADE: HABITANTE/ HECTARE

- 1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE
- 2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO
- 3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

características populacionais de base. Escolhemos para ilustrar este aspecto a seguinte variável:

- *a variação da população residente com nível de ensino superior.*

A observação desta variável (ver Anexo III, Quadro 21, e Figura 14) evidencia o notável acréscimo, no período entre 1981 e 2001, verificado no escalão da população residente com formação académica superior. Se levarmos a análise ao nível da freguesia, verificamos que este segmento variou entre um mínimo de 1.5 % da população total, em 1981, na freguesia de S. Mamede, até um máximo de 16.2 %, em 2001, na freguesia da Sé. Os valores deste ano, que não são consistentes com o padrão demográfico detectado, só encontram explicação na chegada ao centro histórico de uma população de um estrato socioeconómico elevado.

Quanto ao domínio da *centralidade*, traduz a persistência da importância do centro histórico como CBD de Évora, o que se reflecte em vários aspectos. Podem aqui considerar-se, o seu lugar no *ranking* de investimentos na cidade, a estrutura funcional, o valor do solo, os padrões de mobilidade, ou mesmo, o papel simbólico, no imaginário colectivo, deste espaço. A avaliação da centralidade também depende da procura deste espaço por não-residentes. Nos estudos do Plano Estratégico (GEOIDEIA, 1995), verificou-se que mais de 60 % do tráfego do centro histórico tinha origem no exterior e decorria da procura de bens e serviços.

Uma condição de sustentabilidade que importa verificar é a *persistência de funções centrais*. Esta decorre, por um lado, da actuação pública, e, por outro, reflecte a valorização estratégica da localização para as actividades do sector privado. Um dos principais indicadores que podemos utilizar neste sentido é:

- *a localização de equipamentos colectivos de promoção pública.*

Esta actuação inscreve-se numa estratégia que, por um lado, se dirige às necessidades da população habitante e, por outro, localiza, num lugar central, equipamentos cuja área de influência é toda a cidade, ou

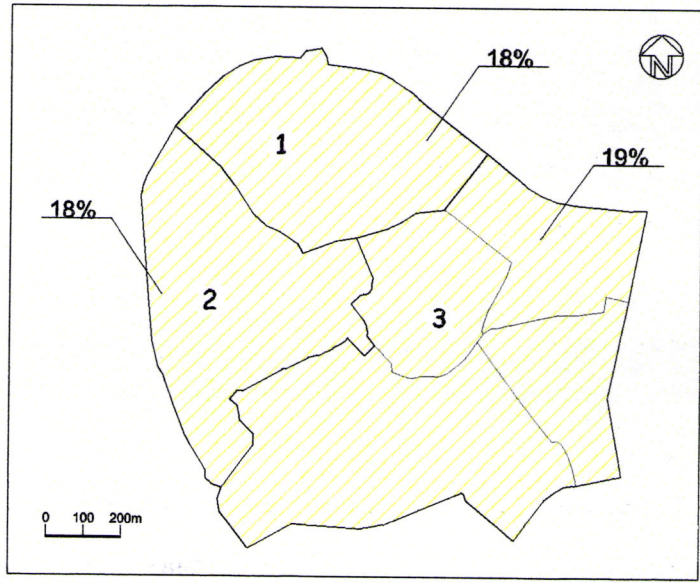
mesmo, territórios mais vastos. A dinâmica populacional retratada do centro histórico não cria pressões para a localização de novos equipamentos, levando, até, à sub-utilização dos existentes. Assim, a política de criação de novos equipamentos neste espaço, cujas acções mais recentes se podem observar na Figura 10 (pág. 232B), dirige-se a um território alargado, o que reafirma a centralidade do centro histórico, face às que resultam da expansão urbana. Note-se que a índole cultural de grande parte destes novos equipamentos, indicia que esta centralidade se circunscreve a vertentes especializadas neste domínio, o que pode significar uma gradual perda de importância do centro histórico, para além desta área específica.

Um outro indicador de centralidade é a evolução dos preços do solo e do edificado. Apesar do secretismo que envolve este domínio, e não cabendo no âmbito deste trabalho a elaboração de uma “carta de preços” do imobiliário no centro histórico, foi possível obter informação fidedigna de alguns valores de referência actuais, para as transacções com o património edificado. Estes valores são da ordem dos 150 contos (750 Euros) por m² de área de construção para reabilitar, ou 250 - 300 contos (1.250 - 1.500 Euros) por m² de área de construção já reabilitada. O nível destes preços pode ser considerado elevado no contexto de Évora, sobretudo no primeiro caso, o que reflecte um processo especulativo relativamente a esta localização, logo, um valor de centralidade, e o prestígio atribuído a este tipo de habitação ⁶. Note-se que esta percepção se limita aos novos estratos socioeconómicos que procuram o centro histórico, não sendo, aparentemente, compartilhada pela população autóctone.

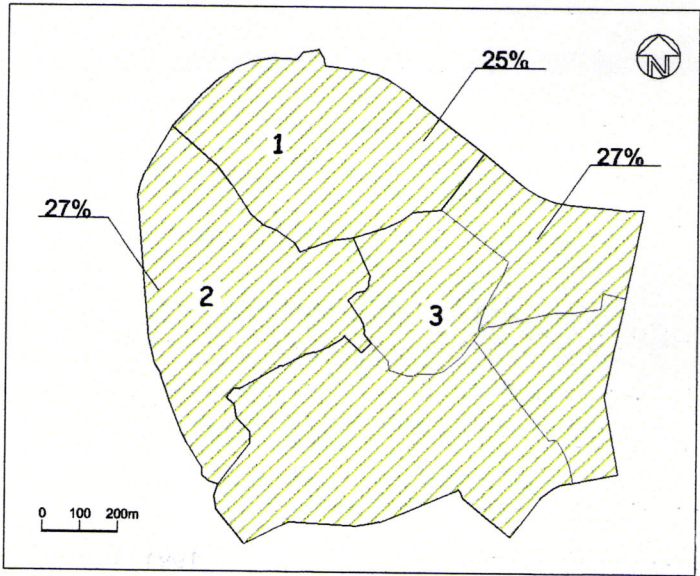
Procuramos agora dar expressão, nesta abordagem à condição urbana actual do centro histórico de Évora, às condições de viabilidade, ou de sustentabilidade, que se prendem com o uso do património edificado para funções socialmente úteis e viáveis. Vimos anteriormente que podem ser

⁶ São valores equivalentes aos preços de venda de construção nova de qualidade, nas melhores localizações das áreas de expansão.

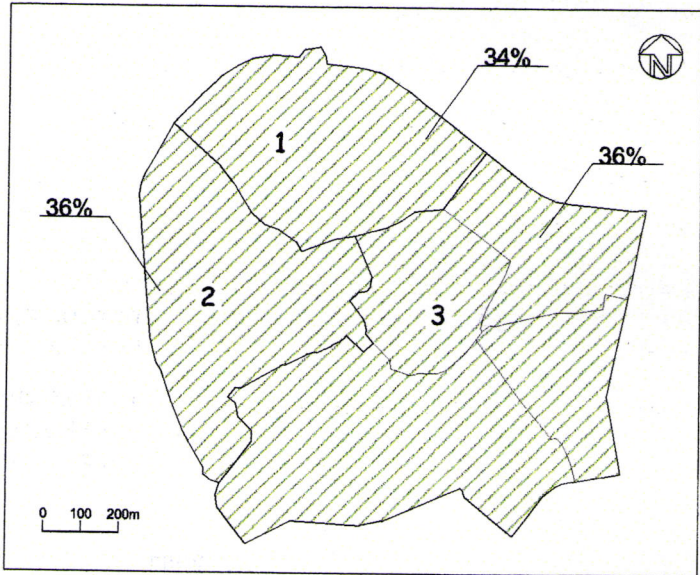
ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
FIGURA 13
DINÂMICA DO GRUPO ETÁRIO "65 E + ANOS"



1981



1991



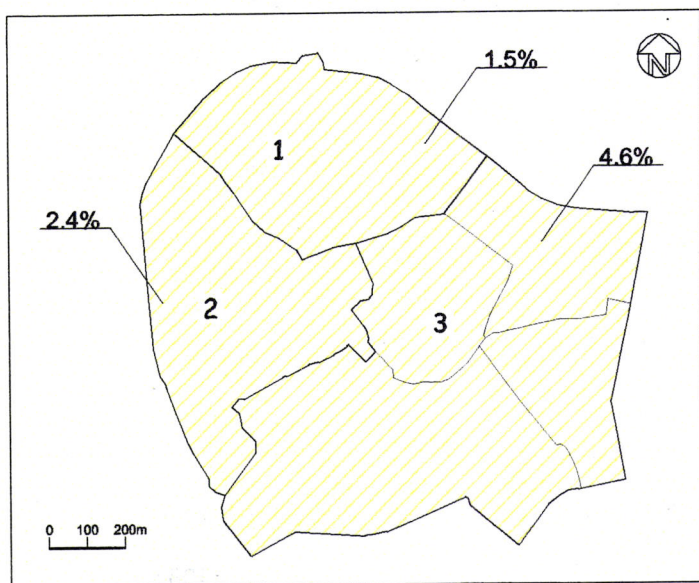
2001

POP. 65 + ANOS/ POP. RESIDENTE

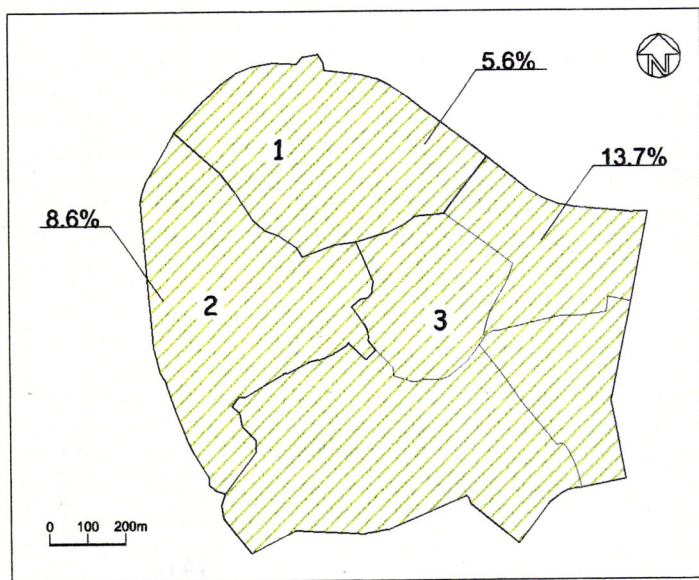
- 1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE
- 2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO
- 3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

FONTE: INE

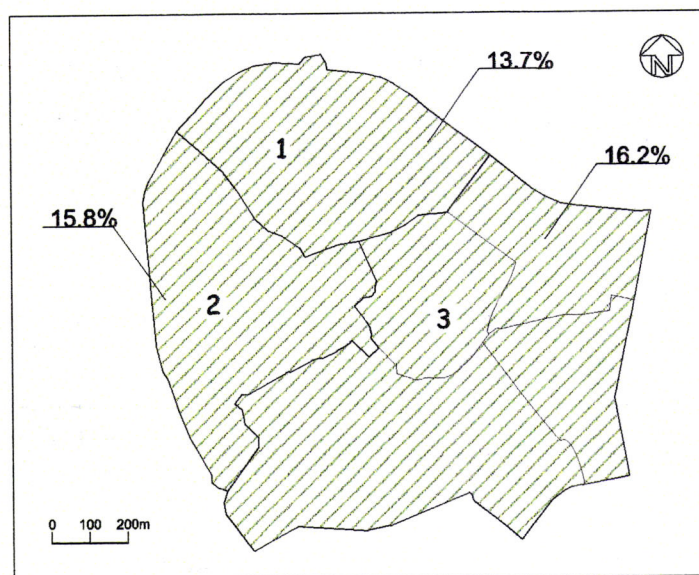
ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
FIGURA 14
DINÂMICA DA POPULAÇÃO COM NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR



1981



1991



2001

POP. NÍVEL ENSINO SUPERIOR/
 POP. RESIDENTE TOTAL

- 1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE
- 2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO
- 3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

alcançadas através da *plena utilização do património edificado*, e da *manutenção de níveis de habitação*, em condições funcionais. Apontámos, para a sua descrição, um grupo de indicadores, que designámos, no seu conjunto, como de *reabilitação*.

Neste ensaio metodológico, seleccionámos, deste grupo de indicadores, os apresentados a seguir. Relativamente às análises que têm por base o total actual de edifícios no centro histórico, refira-se que o valor considerado é de 2556 edifícios (ver Anexo III, Quadro 11). Este corresponde ao somatório das ocorrências nas unidades censitárias territoriais consideradas, segundo os resultados do RGPH-INE, de 2001.

Em primeiro lugar, relativamente à *plena utilização do património edificado* para fins úteis e viáveis, do ponto de vista social:

- *o ratio entre os edifícios em estados de conservação de “ruína” e “mau” e o total de edifícios.*

Apesar dos vários programas dirigidos à recuperação do edificado no centro histórico de Évora, referidos anteriormente, persistem neste espaço muitos edifícios em ruínas, ou a carecer de reabilitação total, representando actualmente 16 % do parque edificado (ver Anexo II, Quadro 2). A sua distribuição, registada na Figura 15, apresenta variações sensíveis no centro histórico, detectando-se as piores condições na zona da Mouraria, na freguesia de S. Mamede. Nesta freguesia, o edificado em situação de ruptura constitui 21 % do total, com uma densidade, por hectare, de cerca de 7 edifícios nestas condições. Esta avaliação, que incide apenas nos casos extremos, dá-nos uma medida do nível de degradação e sub-utilização do edificado neste espaço, ficando, ainda, muito aquém da real extensão deste problema⁷.

- *as intenções de transformação do edificado.*

⁷ Não considerámos nesta avaliação outro estado de conservação, que expressa o edificado carecido de intervenções parciais, designado como “fraco”, que também indicia a sua sub-utilização. Segundo dados do DCHE-CME, de 2001, esta classe regista 419 ocorrências, duplicando o quantitativo apresentado.

Para representar este indicador, considerámos o volume de processos, relativos a pedidos de informação prévia e projectos de licenciamento, nos termos do regime legal aplicável, registados no DCHE-CME, entre 1984 - dois anos após o seu arranque -, e 2000 (ver Anexo II, Quadro 1). O grande número destes processos, que traduzem outras tantas intenções de transformação do edificado, indicia que coexistem no centro histórico dinâmicas antagónicas ⁸. Assim, ao mesmo tempo em que se assiste à perda acentuada de população, e ao elevado número de imóveis degradados e de fogos vagos, verifica-se a chegada de uma população nova, e uma considerável pressão de transformação sobre o edificado. Esta pressão reflecte a sua utilidade social, a sua valorização e a procura para funções novas ou reabilitadas.

- as operações de renovação urbana e de reabilitação de conjunto.

A observação da dinâmica deste indicador fornece informações importantes para a compreensão do processo urbano e da situação actual do centro histórico de Évora, havendo que distinguir operações que são essencialmente diversas na sua natureza. Considerámos neste ensaio apenas as operações em fase de lançamento em 2001, entendidas como as que têm pedidos de informação prévia ou projectos de licenciamento aprovados (ver Anexo II, Quadro 3).

Por um lado, verifica-se que existe, actualmente, uma considerável dinâmica de renovação no centro histórico de Évora, que incide nos espaços livres ainda existentes, em situações periféricas do seu tecido urbano (ver Figura 8, pág. 218B). Estes são, em vários casos, resultantes das cercas de antigos conjuntos monásticos, que estruturaram o crescimento urbano medieval da área intramuros. Ocupam espaços que poderiam contribuir para alternativas interessantes de espaços verdes urbanos no centro histórico, e promover a apropriação da muralha e a articulação com as áreas de

⁸ Apenas relativamente aos projectos de licenciamento que deram entrada, foi atingido um "pico" de 574 ocorrências, no ano de 1998.

expansão, objectivos de há muito presentes nos instrumentos urbanísticos de Évora. Estas intervenções destinam-se a um uso essencialmente habitacional, sendo o quantitativo total gerado nas operações de renovação urbana, em lançamento, de 69 fogos, ou seja 3 % do parque habitacional das freguesias em que se inscrevem.

Quanto às operações de reabilitação de conjunto, com finalidade habitacional, e de comércio e serviços ⁹, dirigidas aos edifícios de grande dimensão existentes, só há pouco tempo dispõem de um enquadramento operativo nas orientações municipais. A alteração da estratégia urbanística, permitindo, na prática, o fraccionamento interno deste tipo de imóveis, bem como a valorização do edificado, vieram criar condições interessantes para a promoção imobiliária deste tipo. Estas operações irão gerar um total de 42 fogos e uma quantidade apreciável de áreas para comércio e serviços, aos quais se devem acrescentar os 54 quartos previstos num hotel, que resultará da reconversão de um conjunto industrial obsoleto, a fábrica Melka ¹⁰.

Este indicador vem confirmar as observações anteriores, relativas à pressão construtiva no centro histórico, reflexo da sua valorização fundiária e da procura por população de estratos afluentes. O que se pode considerar como uma relativamente baixa incidência de acções de reabilitação de conjunto, prende-se com a falta de oferta de imóveis para o efeito, reflexo de relações complexas de propriedade e da muito frágil situação do arrendamento (ver Anexo III, Quadro 15).

Para verificar a condição de sustentabilidade que decorre da *manutenção de níveis de habitação*, em condições funcionais, considerámos os seguintes indicadores:

- o uso habitacional do edificado.

⁹ Não se consideram aqui as acções de reabilitação de edifícios deste tipo para instalar equipamentos públicos ou Instituições, como tem sido prática da Universidade de Évora.

¹⁰ A vocação hoteleira do centro histórico acentuou-se com esta dinâmica construtiva. O Hotel da Cartuxa foi uma das últimas operações de renovação urbana realizadas, em 1997, constituindo um paradigma dos riscos de descaracterização que podem comportar.

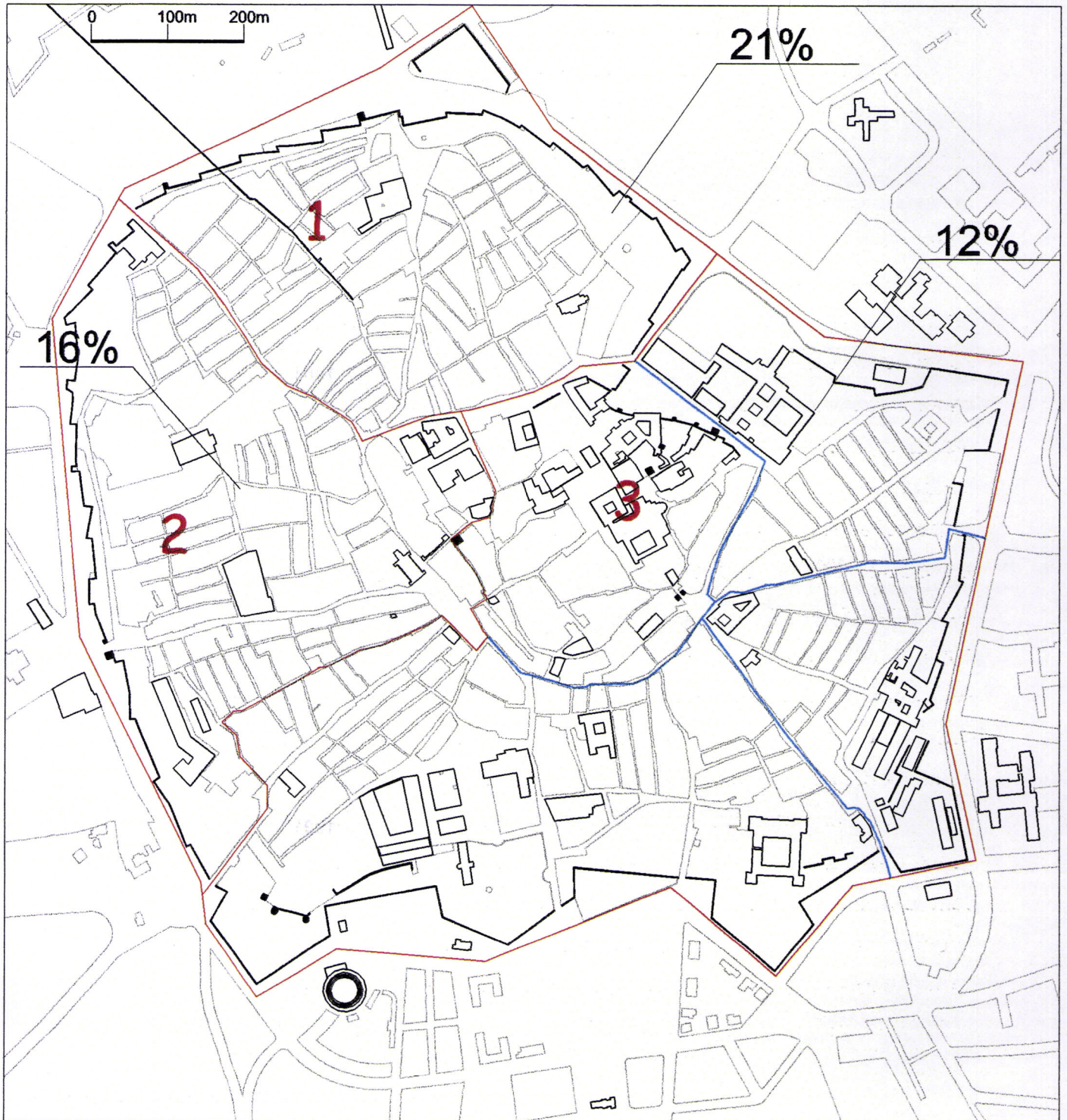
O edificado no centro histórico de Évora continua a ter um uso predominantemente habitacional (ver Anexo III, Quadro 11), com 80 % dos edifícios exclusivamente residenciais, apesar da desertificação populacional e da crescente pressão de terciarização que se verifica. Neste contexto, parece razoável aceitar as conclusões de um ensaio de avaliação (Cardoso *et al.*, 1987), em que se referia a política habitacional da CME, promovendo habitação social nas periferias, como contribuindo para uma dinâmica de expatriação.

A terciarização vem sendo identificada em todos os instrumentos de planeamento, elaborados para este espaço no período em apreço, embora, sendo em parte clandestina, não seja possível o seu registo rigoroso. A importância da persistência de habitação no património urbano já foi discutida, pelo que a transformação para terciário deveria ser objecto de um controlo atento. Apesar disso, só recentemente se verifica a existência de disposições regulamentares urbanísticas para a área intramuros, tendentes a controlar esta transformação. Não será, no entanto, correcto estabelecer uma relação causal entre a terciarização e a perda populacional, já que a primeira não incide nos mesmos sectores urbanos em que a segunda mais se verifica. Parece-nos que a saída de residentes estará mais relacionada com a degradação do edificado e a procura de outras tipologias habitacionais e modos de vida nas periferias.

O valor muito baixo do *ratio* fogos / edifícios no espaço em estudo, que é, para 2001, de 1.51, indica, sobretudo, o grande número de edifícios com um único fogo ¹¹, embora também possa reflectir a presença de terciário, facto cuja verificação necessitaria de uma análise mais detalhada. Esta análise colocaria, seguramente, em evidência a clivagem existente no tecido urbano quanto à distribuição de habitação e terciário, com a

¹¹ Segundo os resultados do RGPH, de 2001, estes representam, nas freguesias do centro histórico, 66 % do total de edifícios.

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
 FIGURA 15
 INCIDÊNCIA DE EDIFÍCIOS DEGRADADOS



2001

EDIFÍCIOS DEGRADADOS/ TOTAL DE EDIFÍCIOS

1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE

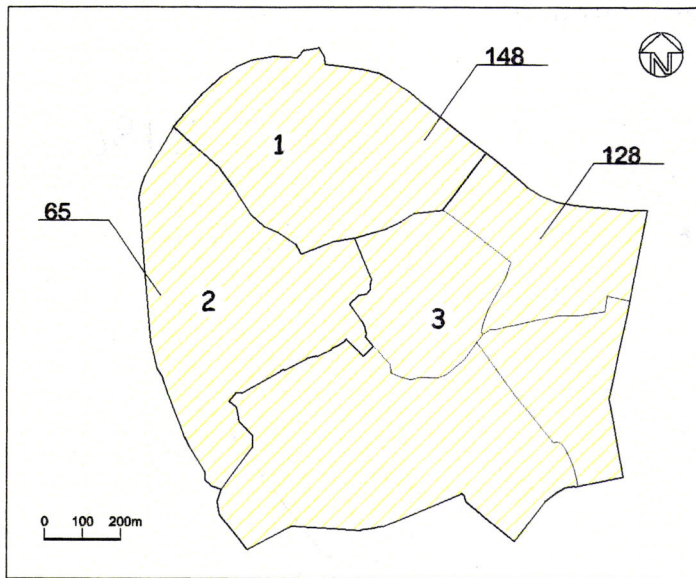
2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO

3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

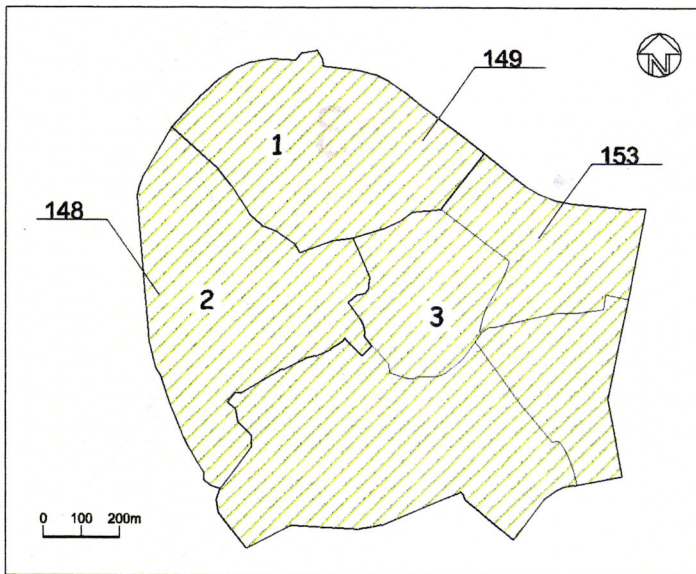
ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS

FIGURA 16

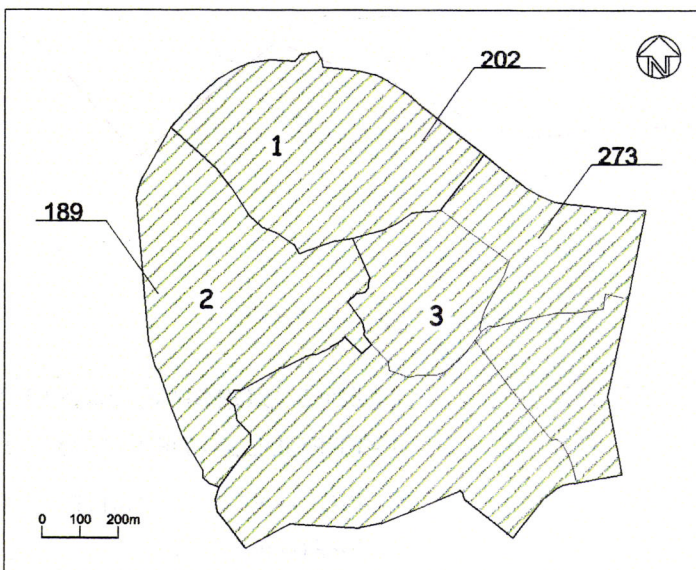
INCIDÊNCIA DE FOGOS VAGOS



1981



1991



2001

UNIDADE: FOGOS VAGOS

- 1 - FREGUESIA DE S. MAMEDE
- 2 - FREGUESIA DE SANTO ANTÃO
- 3 - FREGUESIA DA SÉ E S. PEDRO

concentração deste último ao longo de um eixo, que se desenvolve entre a Praça Joaquim António de Aguiar e o Largo das Portas de Moura.

- *o número de fogos vagos e sua variação.*

Esta variável apresenta uma considerável utilidade operacional, visto que traduz o nível de utilização do edificado para fins habitacionais e a eventual capacidade excedentária de alojamento, bem como fornece uma indicação da valorização do edificado ¹². Verifica-se (ver Anexo III, Quadros 12 e 13) um crescimento acentuado destas ocorrências, que representam, actualmente, mais de 17 % do parque habitacional do centro histórico. A sua variação temporal e a distribuição territorial, estão registadas na Figura 16.

- *o ratio população presente / população residente.*

Verifica-se que a dinâmica de perda da população presente não é tão acentuada como a da população residente (ver Anexo III, Quadros 2 e 4). Este facto revela o crescimento de uma população flutuante, predominantemente estudantil, que, no período em estudo, sempre atingiu os maiores valores na freguesia da Sé, onde, actualmente, acresce os residentes em mais de 73 %. Tratar-se-á de uma população com características diferenciadas e sem enraizamento a este espaço, constituindo um factor que inflaciona a expectativa de valorização do edificado, e condiciona a oportunidade da sua transacção, para fins residenciais permanentes.

Por último, quanto às condições de sustentabilidade que encontram expressão no fomento da *participação e da diversidade* dos agentes do sistema urbano, seleccionámos os seguintes indicadores:

- *a participação eleitoral e o sentido de voto.*

O processo político em Évora tem sido comentado, em várias instâncias, pelo seu pioneirismo, quanto à participação popular e

¹² Esta indicação pode ser objecto de interpretações contraditórias, já que tanto indicia especulação imobiliária, como desinteresse, por baixas expectativas de valorização. Assim, deverá ser cruzada com outros indicadores para uma leitura conclusiva.

democraticidade, constituindo um caso paradigmático de um ideário que teve aqui um longo período de aplicação. Este ciclo, que, como vimos, teve início nas eleições autárquicas de 1976, chegou ao fim em 2001, quando o sentido de voto determinou a alternância democrática e o fim do poder das coligações com base no Partido Comunista Português. É curioso apontar alguns aspectos dos dois últimos actos eleitorais para os órgãos do poder local ¹³, procurando evidenciar aspectos que diferenciem o centro histórico, nas freguesias que o compõem, dos resultados do concelho.

Uma primeira observação interessante, ressalta do comportamento eleitoral nestas freguesias, relativamente ao concelho, nas últimas eleições. Uma votação divergente no centro histórico, no sentido da manutenção dos anteriores eleitos, significaria uma validação da política relativa a este espaço, desenvolvida pelas forças políticas que detiveram o poder durante mais de 20 anos. Da mesma forma, ganharia peso uma interpretação que atribuísse a derrota do anterior poder local à menor atenção, e investimento, em comparação ao centro histórico, consagrados às áreas de expansão, onde se concentra a maioria da população urbana ¹⁴.

Verifica-se que não existe divergência significativa, sendo o padrão dos resultados eleitorais no centro histórico, o mesmo do que no concelho (ver Anexo IV, Quadros 1 a 12), facto que, aliás, já acontecera em 1997. Observa-se, até, uma penalização agravada, nas freguesias intramuros, à coligação CDU, relativamente ao que sucedeu no concelho. Assim, não são válidas as hipóteses enunciadas.

Outra observação curiosa no comportamento do eleitorado em Évora, diz respeito à abstenção. Os valores desta são, claramente, superiores no centro histórico, oscilando, em 2001, entre os 39 % e os 45 %, dependendo

¹³ As eleições autárquicas de 1997 e 2001, relativamente aos três órgãos de poder em causa, nomeadamente, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Assembleias de Freguesia.

¹⁴ Corria o comentário crítico, em alguns círculos de Évora, que o centro histórico era a “menina dos olhos” do anterior executivo municipal.

das freguesias, quando os do concelho se situam nos 36 %. A mesma situação já se verificava em 1997. Este facto poderá ser atribuído às características da população, que prevalecem sobre os valores da participação e a capacidade de mobilização social ¹⁵.

- a ocorrência de associações socioprofissionais.

Da mesma forma que o anterior, este indicador fornece orientações estratégicas quanto à capacidade de mobilização e participação social dos vários agentes, públicos e privados, que operam neste espaço. Estas orientações já foram postas em prática na metodologia de elaboração do Plano Estratégico de Évora, em 1995, nomeadamente na constituição do Gabinete do Plano, e no processo de consultas. Segundo dados divulgados pela Câmara Municipal de Évora, localizavam-se no centro histórico, nesta data, 36 associações do tipo indicado.

- a mobilização e participação em processos urbanos, e a difusão de informação.

Este indicador articula-se com os anteriores no contexto da avaliação da participação pública. Ao contrário de outros países europeus, a intervenção de grupos de pressão, ou de defesa de interesses colectivos, em processos de decisão urbana, não é de prática corrente entre nós. Tal não se verifica no caso do centro histórico de Évora, onde existem duas importantes manifestações de participação organizada e sistemática deste tipo: uma, exprime-se no grupo Pró-Évora, a associação de defesa do património mais antiga em Portugal, com uma intervenção na vida urbana atenta e respeitada; outra, traduz-se na já referida Comissão de Arte e Arqueologia, instância consultiva que intervém na apreciação municipal de processos de relevância para a cidade. Não detectámos, todavia,

¹⁵ Refira-se que o sentido de voto é um indicador social importante, sendo atribuída, em várias metodologias de intervenção em centros históricos (Ciardini e Falini, 1983), uma interpretação operacional positiva ao voto nos partidos de Esquerda.

associações de moradores organizadas como grupos de intervenção em questões urbanas.

A CME tem investido consideravelmente na difusão de informação relativa ao centro histórico e aos processos que aqui se desenrolam, através da publicação de vários documentos de divulgação das iniciativas municipais e da realização de diversas exposições e encontros que promovem a cidade.

- a estrutura da propriedade fundiária e imobiliária.

Para a compreensão do sistema de agentes que detêm a propriedade no centro histórico, interessa colocar em evidência as suas características tipológicas diversas, bem como a sua dimensão relativa (ver Anexo III, Quadro 14).

Embora não estejam aqui disponíveis dados de 2001, não é previsível, dada a estabilidade deste universo, que estes venham introduzir alterações de fundo no quadro apresentado. O maior peso na estrutura da propriedade era representado pelo sector privado, descrito no grupo dos “particulares e empresas privadas”, que detinham cerca de 95 % da propriedade imobiliária no centro histórico de Évora ¹⁶. Verificava-se um peso reduzido dos agentes públicos e de outros agentes institucionais não empresariais, o que, no caso da autarquia, seria especialmente limitativo da sua capacidade de intervenção estratégica.

Embora se trate de informação rodeada de alguma confidencialidade, sabe-se que agentes institucionais privados, como Bancos e Companhias de Seguros, detêm parte considerável do edificado no centro histórico. Como referimos no ponto III. 3. deste Capítulo, esta situação foi tida, em 1979, no início deste processo de planeamento e gestão urbana, como um trunfo estratégico. No Plano Director de 1980, foi até identificada e seleccionada

¹⁶ Esta agregação não facilita a interpretação do peso dos vários agentes e a compreensão da estrutura da propriedade, visto que reúne tipos de proprietários muito diversos, com capacidades de intervenção e posições negociais muito distintas. Seria útil dispor de dados quanto à dimensão individual dos proprietários, o que permitiria identificar os grandes agentes imobiliários presentes neste sistema.

para intervenção, uma área de maior ocorrência destes agentes, a Zona de Intervenção Prioritária (ver Figura 7, pág. 218A). No entanto, os resultados das negociações não revelaram os benefícios esperados para o processo urbano, decorrentes da presença de agentes institucionais, quer públicos, quer privados.

Casos mais recentes, como o restauro exemplar de um edifício propriedade da Companhia de Seguros “Mundial Confiança”, na Rua 5 de Outubro (Aguiar, 2001), podem indiciar alguma alteração neste sentido. Atendendo à valorização do edificado e do solo no centro histórico, é de esperar que as oportunidades de negócio não passem despercebidas a estes agentes, sendo previsível o acréscimo de operações de reabilitação de conjunto, ou de renovação urbana, no futuro próximo.

Conclusões.

Exposta a avaliação de algumas das condições que considerámos para a sustentabilidade do sistema socioterritorial do centro histórico de Évora, apontemos, sucintamente, algumas notas conclusivas sobre a sua condição urbana actual e a dinâmica do seu processo recente.

O ensaio de aplicação de uma metodologia para a avaliação da viabilidade de um centro histórico, que procurámos efectuar para o caso de Évora, permite-nos apontar algumas conclusões sobre o seu processo urbano recente, a sua condição actual e o seu papel futuro.

Mais do que um pleno desenvolvimento da estrutura metodológica apresentada, o nosso propósito, neste bloco consagrado ao caso de estudo, centrou-se em identificar as suas condições de sustentabilidade. Procurámos, igualmente, estabelecer a correspondência entre estas e os domínios identificados do conceito de conservação integrada. Argumentámos que nas dimensões deste conceito, se encontram as linhas de orientação para um modelo de desenvolvimento sustentável dos centros históricos.

Apontados os princípios da metodologia, e ensaiada a verificação de algumas das condições para a viabilidade do centro histórico de Évora, permitam-se-nos algumas notas - as quais são, por vezes, outras tantas interrogações - em torno destas condições de viabilidade, como apontamento de conclusão deste percurso.

Antes de mais, um comentário, de carácter geral, sobre a condição urbana actual deste espaço e os processos em curso no período que nos interessou, de 1977 a 2001. Já afirmámos que coexistem no centro histórico de Évora processos sociais e territoriais antagónicos, marcados pela natureza do património urbano e pela dinâmica da cidade que integra. Esta constatação, se traduz a dialéctica da continuidade e da mudança, presente

nestes espaços patrimoniais, torna difícil uma visão estratégica do seu papel futuro, bem como a sua gestão operacional.

Uma primeira nota deve dirigir-se ao domínio do património edificado, razão central deste trabalho e da escolha do caso de estudo. Pensamos que as fragilidades da política do património cultural, centrada nas dimensões da preservação, resultam evidentes no centro histórico de Évora, sobretudo no que diz respeito ao património arquitectónico civil, englobado num valor de conjunto. Apesar das instituições, das políticas e dos instrumentos deste domínio aqui postos em prática, fica por demonstrar a sua capacidade para assegurar as condições de sustentabilidade do património urbano.

Mais longe, ainda, fica a integração dos elementos patrimoniais deste sistema socioterritorial nos objectivos do desenvolvimento urbano, à luz dos princípios da conservação integrada. As questões relativas ao património, no sentido estritamente cultural que ainda assume entre nós, e à gestão do sistema urbano, parecem continuar a funcionar em compartimentos estanques, com limitada integração das respectivas problemáticas, acarretando evidentes prejuízos, para ambos os lados.

Uma segunda nota, alerta-nos para uma comunidade local em crise. A perda acentuada, e dificilmente reversível, de população residente neste período, o perfil demográfico que resulta desta perda e a divergência face à dinâmica da cidade, são factores que comprometem a sustentabilidade deste sistema.

O centro histórico de Évora é palco de processos sociais contraditórios, marcados por três vectores essenciais: por um lado, a expatriação de activos e jovens, a par do extremo envelhecimento demográfico e da dependência e isolamento de grande parte da população residente; por outro, um evidente processo de *gentrification*, com substituição populacional no segmento dos activos, atraindo a este espaço uma população afluyente, culta, e com outras referências e padrões de mobilidade; ainda por outro lado, a presença de uma população flutuante,

maioritariamente estudantil, com padrões de uso do espaço e expectativas diversas dos grupos anteriores.

Se é verdade que alguns destes factores se compensam e desenvolvem novas formas de convivência, estamos ainda longe de uma massa crítica que viabilize um processo de revitalização. A larga prevalência dos factores de perda, impõe que formas adicionais de atracção populacional sejam exploradas. Será, também, curioso observar de que modo podem a heterogeneidade de objectivos e comportamentos, e o relativo desenraizamento destas novas populações, acomodar-se na reconstituição de uma comunidade local. Ou, ainda, que novas formas assumirão os valores de solidariedade e de participação, neste contexto.

Nesta referência à comunidade local importa considerar as complexas relações de propriedade que aqui se desenrolam, onde pesa um imobilismo, em parte sociológico, mas ainda muito determinado pelo regime do arrendamento urbano. A diversidade de agentes neste domínio, e as suas muito diferentes características, condicionará uma resposta, em meios e tempos assimétricos, à notória valorização fundiária em curso. Parece certo que, por força desta valorização, se perdeu já a oportunidade de uma intervenção pública significativa neste sistema.

Os restantes agentes do sector privado que aqui estão enraizados, repartem-se pela continuidade de procedimentos, indiferentes à mudança e à presença de ofertas alternativas nas periferias, ou pela tentativa de captar os novos estratos populacionais. Referimo-nos, obviamente, aos pequenos empresários de comércio e serviços, já que os agentes institucionais continuam, por enquanto, a ver na centralidade do centro histórico o principal factor de localização. Uns e outros dependem, crescentemente, da população extramuros, que representa a larga maioria do tráfego neste espaço. Uma tomada de consciência deste facto poderá, a breve trecho, ditar a transferência para novas centralidades.

Uma terceira nota, remete-nos para a condição de sustentabilidade que determina a plena utilização do património urbano, para fins socialmente úteis e viáveis. Este aspecto prende-se com o anterior, visto que a função que melhor verifica aquela condição é a habitacional. Novamente se evidenciam processos contraditórios, com uma incidência negativa no património urbano, manifestados na acentuada degradação e sub-utilização do parque edificado, a par de uma crescente valorização do solo urbano e de todo o imobiliário. Esta, por sua vez, engendra a generalização de operações de renovação urbana, ou de reabilitação profunda, frequentemente acompanhada de renovação funcional. Se esta última constitui um processo positivo de revitalização, a renovação urbana deveria ser remetida para um uso pontual, visto que concorre desigualmente com o património edificado, real prioridade de intervenção. As principais iniciativas urbanísticas recentes parecem apontar para um desenvolvimento do modelo territorial do centro histórico baseado em acções deste tipo, essencialmente em espaços livres residuais junto à muralha. Estas operações, algumas delas em solo municipal, vão da hotelaria aos equipamentos públicos, contemplando também, naturalmente, a promoção habitacional privada de nível elevado.

Os bloqueios que se verificam quanto à reabilitação dos edifícios habitacionais de raiz popular e pequena dimensão, e que estão na base da reduzida viabilidade que os afecta, evidenciam-se nas áreas da sua maior ocorrência, agravando aí as condições de habitabilidade e acentuando as clivagens do tecido urbano.

Embora ainda seja a habitação a função dominante, é nos usos não habitacionais que ainda se apoia a vitalidade urbana do centro histórico de Évora, afirmando a sua influência como lugar central. As assimetrias de uso, no espaço e no tempo, e a desertificação que daqui decorrem levam à sub-utilização do espaço público e precipitam o centro histórico numa espiral de especialização de terciário de hierarquia elevada. Com a afirmação de novas

centralidades, e sem uma base de população local sustentável, a utilidade e viabilidade sociais de boa parte das funções centrais do centro histórico, que ocupam o seu edificado, é questionável.

Note-se, a este respeito, que os poucos estudos realizados sobre esta matéria, são unânimes em considerar que não é a terciarização a dinâmica responsável pela expulsão populacional do centro histórico, visto que não ocupa os sectores urbanos em que esta mais se verifica. A razão da saída prende-se, sobretudo, com a degradação do edificado e a apetência por outros padrões habitacionais e territoriais.

Uma quarta nota, para discutir o modelo territorial emergente de Évora, em busca de uma nova relação de forças. A transferência de população, a que não pode deixar de se seguir a de funções centrais, processo, aliás, já iniciado, prenunciam uma alteração qualitativa no papel do centro histórico na cidade.

A continuada expansão urbana por alastramento, os padrões de mobilidade e a pulverização dos locais de emprego, tornaram o centro histórico “dispensável” para grande parte da população de Évora, pelo menos numa base diária. Assim, o papel que o centro histórico desempenha na cidade é remetido para categorias mais especializadas, sendo as valências culturais, a par da persistência da identificação simbólica, as que mais se afirmam neste processo. O descolamento do espaço patrimonial relativamente à cidade é, assim, um risco real, tanto mais que, sociologicamente, aquele inclui populações que, por razões diversas, se diferenciaram muito da envolvente. Numa época de afirmação da mobilidade individual, a dificuldade e os necessários entraves à circulação de veículos, concorrem para uma percepção deste espaço como ineficaz e menos apetecível.

A retracção do papel do centro histórico para um grupo limitado de funções, onde predominam as da administração pública e a Universidade, tendem a configurar um sistema subsidiado, ou seja, cuja sustentabilidade

depende de factores externos, maioritariamente públicos. Este perigo é tanto maior quanto se conhecem algumas intenções de re-localização destas instituições. A afirmação do valor simbólico, indissociável deste espaço e inerente à própria centralidade, não deve resultar do empobrecimento e da estratificação do valor de uso.

Ainda um comentário ao modelo recente de desenvolvimento territorial de Évora, à luz dos princípios da conservação integrada. Apesar dos instrumentos de administração urbanística terem sempre contemplado o centro histórico, o modelo expansionista, verificado no período que estudámos, não corresponde a uma real concretização da vertente da *integração do património edificado nas dinâmicas do espaço*. Verifica-se, na realidade, um aprofundar da clivagem territorial entre as “duas cidades”, que as dinâmicas espontâneas, a prática do uso e da transformação do solo e, até, aqueles instrumentos urbanísticos, consagraram.

Uma quinta nota, sobre a actuação pública no centro histórico de Évora, nos anos de 1977 a 2001. Agora que se fechou um ciclo no poder local, e independentemente das críticas ao modelo ideológico, ou à *praxis* que dele resultou, é necessário reconhecer o esforço desenvolvido em múltiplas frentes pela Câmara Municipal, em favor do centro histórico. A autarquia assumiu-se como verdadeiro protagonista do processo urbano, em atitude consentânea com a sua visão de liderança social. Dificilmente se poderia exceder o empenhamento, bem como a atenção a todas as oportunidades para a valorização deste espaço, ou reunir um maior e mais pioneiro número de acções de planeamento e gestão.

O que terá, então, corrido menos bem neste processo, para que parem sobre o centro histórico as ameaças da ruína, da clivagem territorial e social e da desertificação?

Em primeiro lugar, pensamos que se impõe uma reavaliação prudente das expectativas do planeamento, face à dinâmica dos sistemas socioterritoriais. Muito do que aconteceu em Évora decorre de processos

espontâneos e dificilmente controláveis numa sociedade aberta, eventualmente empolados por efeitos colaterais e perversos das políticas adoptadas.

Os eventuais erros estratégicos da actuação municipal prendem-se, também, com a política habitacional, e decorrem da sub-avaliação da importância desta função como base para a viabilização sustentada do património urbano. Este problema, já detectado no final dos anos de 1980, estará, actualmente, a ter resposta no surto de operações de renovação e reabilitação, embora estas não corrijam a situação entretanto instalada, antes lhe contrapondo um modelo de ruptura.

Importa, também, reconhecer, que existe uma grande inércia nos tempos de resposta social, que passa, por vezes, despercebida a quem planeia, incorrendo numa ilusão de rapidez quanto às dinâmicas que pretende criar. Foram necessários quase vinte anos de acções várias de valorização e promoção, para que se iniciasse uma reestruturação do modelo do sistema urbano do centro histórico, e se afirmassem expectativas positivas de alguns agentes determinantes em relação a este espaço, as mesmas que alimentam a especulação imobiliária actual.

Numa avaliação da condição urbana actual do centro histórico de Évora, pesam, ainda, e no contexto conhecido de desertificação e terciarização, as presenças da administração pública e da Universidade. Até há pouco, por circunstâncias normativas ou pela falta de afirmação de outro modelo urbano, estas eram as únicas instituições que disputavam o edificado. O peso relativo que estas funções actualmente assumem, tomou o centro histórico como refém, e fornece argumentos para a sua leitura crítica como um sistema subsidiado, à qual já nos referimos.

Esta observação articula-se com outra das notas que, a terminar, nos surgem sobre alguns cenários possíveis para o papel futuro do centro histórico, e sobre as ameaças e oportunidades que se lhe deparam.

Quanto aos poderes públicos e à sua participação no processo urbano, não é ainda possível avaliar as opções estratégicas da nova formação política da autarquia. Se pode servir como referência, a fase final do anterior executivo pautou-se por uma aposta na valorização do espaço público e pela preocupação da integração do centro histórico na envolvente urbana, reforçando a permeabilidade entre estes espaços. Estes serão, seguramente, objectivos a seguir, centrando a acção pública na qualificação da oferta infraestrutural e deixando que as externalidades positivas, que daí resultam, alimentem um processo urbano de revitalização.

Ainda uma palavra quanto à localização das grandes instituições públicas neste espaço. A crítica ao predomínio destas funções não significa que se recomende a sua saída do centro histórico, procurando, até, que esta seja evitada, e defendendo a centralidade do espaço patrimonial. O que está em causa é a dependência excessiva de funções do sector público, por oposição a uma base habitacional e de terciário diversificado.

Este aspecto é tanto mais importante quanto, com o processo actual de desertificação do centro, o alastramento das periferias e a tentação de ex-urbanização de serviços e equipamentos, para localizações com mais adequadas condições de serviço, o futuro será de novas centralidades.

Alguns cenários de risco se podem configurar se, não se invertendo as dinâmicas actuais e acentuando-se a tendência para um sistema subsidiado, alterações da estratégia de localização das instituições e equipamentos públicos levarem à sua progressiva saída do centro histórico. Neste caso, pensamos que o papel deste espaço na cidade tenderá a ser residual, oscilando entre um *ghetto* turístico e cultural, espécie de “feira do património”, ou um destino sentimental, de visitas ocasionais de turistas e eborenses suburbanos, ou, ainda, um lugar para desempenhos simbólicos.

A Universidade poderá juntar-se à lógica de localização suburbana de outros equipamentos, deixando para trás apenas alguns sectores funcionais de prestígio, cenário que não é totalmente irrealista. Caso contrário, o centro

histórico poderá ainda, em complemento ou alternativa aos cenários anteriores, converter-se num *campus* universitário em palco patrimonial, crescentemente descolado da cidade.

Num trabalho académico da natureza do que empreendemos, despontam, à margem do seu principal fio condutor, muitas outras linhas de investigação, as quais, por razões várias, não podem ser seguidas ou aprofundadas. Também importa reconhecer que a procura científica de respostas, ou de metodologias para lidar com os problemas de uma realidade complexa, conduz, invariavelmente, a novas interrogações.

O ensaio desenvolvido centrou-se numa tentativa de verificação de alguns aspectos das condições de sustentabilidade dos centros históricos, e, especificamente, do caso concreto de Évora. Para isso, procurámos traçar a dinâmica, e estabelecer uma crítica, do seu processo urbano, no passado recente.

Atendendo a que, face aos objectivos teóricos do trabalho, nos limitámos a um ensaio metodológico, alguns aspectos com interesse para a concepção e aplicação de um modelo de actuação em centros históricos ficaram por aprofundar. Encaramos este facto como outras tantas oportunidades para projectos de investigação subsequentes.

Procurando apontar um caminho de futuras investigações, surge, numa primeira linha, o desenvolvimento da estrutura metodológica apresentada, sobretudo quanto à utilização mais aperfeiçoada de um sistema de indicadores patrimoniais e urbanos, adequado a estes sistemas socioterritoriais. Este aprofundamento deverá incidir, sobretudo, nas questões complexas relativas ao formato final daqueles indicadores, trabalhando os problemas da sua transformação numérica e dos critérios de ponderação, bem como do desenvolvimento de uma metodologia de avaliação dos valores obtidos.

Defendemos que uma metodologia de conservação integrada em centros históricos não se esgota como modelo de avaliação, mas que constitui a base para uma actuação dos agentes que aqui operam. O estado do património urbano em Portugal, como uma face do prisma de uma problemática de desenvolvimento das cidades, impõe uma transformação de atitudes, políticas e estruturas. Este poderá ser um contributo útil para uma visão abrangente e prospectiva destes sistemas, onde se podem integrar os valores da continuidade com as expectativas do futuro.

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, José; CABRITA, António R.; APPLETON, João (1998) - *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*. Volumes 1 e 2, 4ª. edição, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1998
- AGUIAR, José (2001) - "Évora, exemplar e pioneira". Centros Históricos, nº. 6, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 2001
- ALEXANDER, Christopher (1965) - "A city is not a tree". Architectural Forum, April / May, [s.l.], 1965
- ALHO, Carlos; CABRITA, António R. (1988) - "Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu". Sociedade e Território nº. 6, Edições Afrontamento, Porto, 1988
- ALLEN, Peter M. (1997) - *Cities and regions as self-organizing systems*. Gordon and Breach Science Publishers, [s.l.], 1997
- ALVES, Artur S. (1995) - *O congelamento das rendas urbanas*. CNAPI, [s.l.], 1995
- AMIOT, Michel (1988a) - "Amélioration de l'habitat ancien". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988
- AMIOT, Michel (1988b) - "Rénovation urbaine". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988
- ASCHER, François (1991) - "Vers un urbanisme strategique, decisionnel et heuristique". Sociedade e Território nº. 13, Edições Afrontamento, Porto, 1991
- ASCHER, François (1998) - *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Celta Editora, Oeiras, 1998
- AUP: Associação dos Urbanistas Portugueses (1997) - "Para uma Nova Carta para o Planeamento das Cidades: a nova Carta de Atenas". Documento para discussão no âmbito do European Council of Town Planners. Policopiado, 1997.
- BAILLY, Gilles-Henri (1975) - *Le patrimoine architectural. Les pouvoirs locaux et la politique de conservation intégrée*. Editions Delta, Vevey, 1975

- BARNETT, Jonathan (1982) - *An introduction to urban design*. Harper & Row, Nova Iorque, 1982
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline (1983) - *Geografia Urbana*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983
- BENEVOLO, Leonardo (1985) - *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*. Edições 70, Lisboa, 1985
- BERNOT, Jacques (1996) - *La répartition des compétences*. Col. Politiques locales, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1996
- BERRY, Brian J.L. (1980) - "Inner city futures: an American dilemma revisited". Transactions, Institute of British Geographers, N.S., 1980
- BOAVIDA-PORTUGAL, Luis (1987) - *Património e Cidade. Os Centros Históricos na Política do Património Cultural e na Urbanística Portuguesa*. Lisboa: policopiado, 1987. Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano.
- BOURG, Dominique (1998) - *Natureza e Técnica. Ensaio Sobre a Ideia de Progresso*. Instituto Piaget, Lisboa, 1998
- BOURNE, Larry S. (1981) - *The Geography of Housing*. Edward Arnold (Publishers), Londres, 1981
- BOURNE, Larry S. (1993) - "The myth and reality of gentrification: a commentary on emerging urban forms". Urban Studies, Vol.30, Universidade de Glásgua, 1993
- BOUYSSOU, Fernand; HUGOT, Jean (1979) - *Code de l'Urbanisme, commenté et annoté*. Librairies-Techniques, Paris, 1979
- BRANDI, Cesare (1977) - *Principles for a theory of restoration*. ICCROM, Roma, 1977
- BRYSON, John M. (1988) - *Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations*. Jossey-Bass Publishers, San Francisco, 1988
- CABRITA, António R.; AGUIAR, José; APPLETON, João (1992) - *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*. Câmara Municipal de Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1992

CARDONA, Maria Celeste (1989) - "Defesa e Conservação do Património Imobiliário". *Direito do Urbanismo*, coord. Diogo Freitas do Amaral, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 1989

CARDOSO, Ana *et al.* (1987) - *Reabilitação e Reutilização do Centro Histórico de Évora*. Policopiado, Lisboa, 1987. Relatório de estágio apresentado à C.A.U., acção de formação em Planeamento e Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Évora.

CARLEY, Michael (1981) - *Social Measurement and Social Indicators; Issues of Policy and Theory*. George Allen & Unwin, Londres, 1981

CARVALHO, Jorge (1986) - "Do conceito de Planeamento à gestão urbanística. Évora como referência". *Sociedade e Território* nº. 4, Edições Afrontamento, Porto, 1986

CARVALHO, Jorge (1990) - *Évora, Administração Urbanística*. Câmara Municipal de Évora, Évora, 1990

CARTA de CRACÓVIA 2000 - Princípios para a conservação e restauro do património construído, ed. DGEMN, s.d.

CASCAIS, Mariana J. M. T. V. F. (1993) - *A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços. O caso particular do Alentejo*. Évora: policopiado, 1993. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Rural e Urbana.

CERVELLATI, Pier Luigi, *et al.* (1981) - *La Nouvelle Culture Urbaine. Bologne face à son patrimoine*. Éditions du Seuil, Paris, 1981

CERVELLATI, Pier Luigi (1983) - "El proyecto de la conservación". *Los Centros Históricos; política urbanística y programas de actuación*, coord. Francesco Ciardini e Paola Falini, Gustavo Gili, Barcelona, 1983

CHOAY, Françoise (1965) - *L'urbanisme, utopies et réalités*. Éditions du Seuil, Paris, 1965

CHOAY, Françoise (1988a) - "Architecture d'accompagnement". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988b) - "Centre Historique". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988c) - "Conservation Intégrée". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988d) - "Monument Historique". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988e) - "Patrimoine". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988f) - "Préservation". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988g) - "Réanimation". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988h) - "Reconstitution". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988i) - "Restauration". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1988j) - "Sauvegarde". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

CHOAY, Françoise (1992) - *L'Allégorie du Patrimoine*. Éditions du Seuil, Paris, 1992 (também ed. portuguesa: *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000)

CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola (1983) - *Los Centros Históricos. Política urbanística y programas de actuación*. Gustavo Gili, Barcelona, 1983

CIATMH: Congrès International des Architectes et Techniciens des Monuments Historiques (1957) - I CIATMH. Voeux émis par le Congrès. Groupes de travail / Sections. Paris, 1957

CIATMH: Congrès International des Architectes et Techniciens des Monuments Historiques (1964) - II CIATMH. Decisions et Resolutions. Veneza, 1964

CIPRO / ATELIER 2 (1979) - *Relatório nº. 28: Cidade Intramuros*. Policopiado, 1979. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora e integrado no Plano Director de Évora.

CME: Câmara Municipal de Évora (1980) - Plano de Circulação e Transportes. Documento síntese. Policopiado, 1980. Integrado no Plano Director de Évora.

CME: Câmara Municipal de Évora (1985) - *Cidade de Évora. Atelier Experimental International et Interdisciplinaire pour l'Amenagement Harmonieux d'un Quartier d'Extension du Centre Historique d'Évora*, 1 - 15 Septembre, policopiado, 1985

CME: Câmara Municipal de Évora (1988) - *Núcleo de Recuperação do Centro Histórico*. Policopiado, 1988

CME: Câmara Municipal de Évora (1994) - Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento (SITE). Documento base. Policopiado, 1994

CME: Câmara Municipal de Évora (1995a) - *Um olhar sobre Évora*. Documento preliminar do Plano Estratégico de Évora, Câmara Municipal de Évora, 1995

CME: Câmara Municipal de Évora (1995b) - *Uma Estratégia para Évora*. Documento base do Plano Estratégico de Évora, Câmara Municipal de Évora, 1995

CME: Câmara Municipal de Évora (1995c) - *Uma Estratégia para Évora*. Anexo 1: Fichas de Projectos. Câmara Municipal de Évora, 1995

CME: Câmara Municipal de Évora (1995d) - Plano de Urbanização de Évora (Revisão 1996). Diagnóstico da Situação Actual. Objectivos para a Revisão do Plano. Policopiado, 1995

CME: Câmara Municipal de Évora (1996a) - Plano de Urbanização de Évora (Revisão 1996). Relatório. Policopiado, 1996

CME: Câmara Municipal de Évora (1996b) - Plano de Urbanização de Évora (Revisão 1996). Regulamento. Policopiado, 1996

CME: Câmara Municipal de Évora (1996c) - "*Preparar o Futuro da Cidade*". Plano de Urbanização de Évora (Revisão 1996). Câmara Municipal de Évora, 1996

CME: Câmara Municipal de Évora (1996d) - "Évora - 10 Anos Património da Humanidade". Catálogo da exposição realizada no Palácio D. Manuel. Câmara Municipal de Évora, 1996

CME: Câmara Municipal de Évora (2000) - "*Requalificação Urbana no centro histórico de Évora*". Câmara Municipal de Évora, 2000

CML: Câmara Municipal de Lisboa (1996) - PROCOM; Dossier de candidatura para a Área de Intervenção do Projecto Integrado do Castelo. Policopiado, 1996

COATES, Bryan E., *et al.* (1977) - *Geography and Inequality*. Oxford University Press, Oxford, 1977

COLEN, José Barbosa (1990) - *Protecção do Património Cultural. Objecto e Natureza*. Policopiado, Lisboa, 1990

COLEN, José Barbosa (1997) - *Defesa do Património Cultural. Legislação aplicável na perspectiva do proprietário particular*. Policopiado, Lisboa, 1997

COLOMBO, Guido (1981) - *Dizionario di Urbanistica*. Pirola Editore, Milão, 1981

CONSELHO DA EUROPA. Conférence Européene des Pouvoirs Locaux (1971) - I Confrontation européenne des villes d'intérêt historique. *Declaração de Split*. Split, 1971

CONSELHO DA EUROPA. Comité des Monuments et Sites (1974) - Confrontation II. *Coût social de la conservation intégrée des centres historiques*. Bolonha, 1974

CONSELHO DA EUROPA. Comité des Monuments et Sites (1975a) - *Charte Européenne du Patrimoine Architectural*. Amsterdão, 1975

CONSELHO DA EUROPA (1975b) - Congrès sur le Patrimoine Architectural Européen. *Declaração de Amsterdão*. Amsterdão, 1975

CONSELHO DA EUROPA. Conférence des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe (1976) - Deuxième Confrontation européenne des villes historiques.

Declaration de Strasbourg sur le Patrimoine Architectural Européen.
Estrasburgo, 1976

CONSELHO DA EUROPA. Conférence des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe (1978) - 3e. Confrontation européenne des villes historiques.
Declaração de Landshut. Landshut, 1978

CONSELHO DA EUROPA (1982) - Conférence Générale Internationale de la Campagne Européenne pour la Renaissance de la Cité. Campagne Européenne pour la Renaissance de la Cité. *Conclusions.* Estrasburgo, 1982

CONSELHO DA EUROPA. Conférence Européenne des Ministres Responsables de l'Aménagement du Territoire (1983) - *Charte Européenne de l'Aménagement du Territoire.* *Charte de Torremolinos.* Torremolinos, 1983

CONSELHO DA EUROPA. Assemblée (1983) - *Résolution 813.* Relative à l'Architecture Contemporaine, [Estrasburgo] 23.11.1983

CONSELHO DA EUROPA. Conférence Permanente des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe (1985a) - 5e. Confrontation Européenne des Villes Historiques. *Declaração de Sevilha.* Sevilha, 1985

CONSELHO DA EUROPA (1985b) - Convention pour la Sauvegarde du Patrimoine Architectural de l'Europe. *Convenção de Granada.* Granada, 1985

CONSELHO DA EUROPA (1988) - Patrimoine architectural et développement rural. Rapport du Colloque de Bourglinster, 23-26 Septembre 1987.
Estrasburgo, 1988

CSCE: Conference on Security and Co-operation in Europe (1991) - Cracow Symposium (Cultural heritage of the CSCE participating states). Cracóvia, 1991

CULLEN, Gordon (1961) - *Townscape.* Architectural Press, Londres, 1961

CULOT, Maurice (1975) - "Bruxelles, la longue marche". L'Architecture d'Aujourd'hui, n° 180, Expansion, Paris, 1975

CUSTÓDIO, Jorge (2001) - "Centros Históricos: motores do desenvolvimento integrado". Centros Históricos, n° 6, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 2001

DAVIDOFF, Paul (1965) - "Advocacy and pluralism in planning". Journal of the American Institute of Planners, 31, 5: 331-37, [s.l.], 1965

DEBOLD-KRITTER, Astrid (1979) - "Comunist conservation". The Architectural Review, May 1979

DGDR: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (1997) - *Programas "Urban" e "Reabilitação Urbana". Revitalização de áreas urbanas em crise*. DGDR, Lisboa, 1997

DGDR: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (1999) - *2º Encontro dos Programas "Urban" e "Reabilitação Urbana", 1998*. DGDR, Lisboa, 1999

DOBBY, Alan (1978) - *Conservation and Planning*. Hutchinson, Londres, 1978

DOMINGUES, Álvaro (1995) - "Intervenções na base económica urbana". *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*. MPAT / SEALOT / Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1995.

ESPANCA, Túlio (1966) - *Inventário Artístico de Portugal*. VII - 2 vols. Concelho de Évora, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1966

ESPANCA, Túlio (1975-1978) - *Inventário Artístico de Portugal*. VIII - 2 vols. e IX - 2 vols. Distrito de Évora, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1975-1978

ESPANCA, Túlio (1993) - *Évora*. Vol. 16, col. Cidades e Vilas de Portugal, dir. Raquel Henriques da Silva, Editorial Presença, Lisboa, 1993

FALUDI, Andreas, ed. (1973) - *A reader in planning theory*. Pergamon, Nova Iorque, 1973

FEILDEN, Bernard M. (1979) - *Introduction to Conservation*. ICCROM, Roma, 1979

FEILDEN, Bernard M. (1982) - *Conservation of Historic Buildings*. Butterworth, Londres, 1982

FERREIRA, António Fonseca (1999) - "Uma política para as cidades". Público, 10.04.1999

FRANÇA. Ministère de l'Équipement / Ministère de l'Intérieur (1975) - *Habitat Ancien*. Colloques de Marly, Toulouse 23-27 Juin 1975, Agence Nationale pour l'Amélioration de l'Habitat: ANAH, Centre de Recherche d'Urbanisme: CRU, Paris, 1975

FRANÇA. Ministère de l'Environnement et Cadre de Vie (1980) - *Intégration Urbaine et Architecturale*. Coord. Michel Autheman; Direction de l'Urbanisme et des Paysages: DUP, Service Technique de l'Urbanisme: STU Paris, 1980

GALBRAITH, John Kenneth (1967) - *The New Industrial State*. Houghton Mifflin, Boston, 1967

GANGNEUX, Marie-Christine (1975a) - "Bologne, la riposte d'un urbanisme démocratique". L'Architecture d'Aujourd'hui, n°.180, Expansion, Paris, 1975

GANGNEUX, Marie-Christine (1975b) - "Bologne: méthodologies des alternatives pour l'architecture et l'urbanisme. Elaboration d'outils destinés à mettre en rapport préservation et exploitation du bâti. Propos de Roberto Scannavini et Carlo de Angelis (architectes de la municipalité)". L'Architecture d'Aujourd'hui, n°.180, Expansion, Paris, 1975

GANGNEUX, Marie-Christine (1975c) - "Bologne: mise en cause de l'expansion. Une politique de réappropriation de l'espace urbain dans le cadre du développement territorial et d'un pouvoir réel des habitants. Propos de Luigi Cervellati (Assessore all'edilizia pubblica)". L'Architecture d'Aujourd'hui, n°.180, Expansion, Paris, 1975

GASPAR, Jorge (1972) - *A Área de Influência de Évora; sistema de funções e lugares centrais*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1972

GEOIDEIA (1995) - *Estudo de Caracterização Sócio-Económica da Cidade de Évora*. Policopiado, 1995. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora.

GIORDANI, Pier Luigi (1973) - *Il futuro dell' utopia*. Edizioni Calderini, Bolonha, 1973

GIOVANNONI, Gustavo (1931) - *Vecchie città ed edilizia nuova*. (Trad. francesa por J.-M. Mandosio, A. Petita e C. Tandille, *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Éditions du Seuil, Paris, 1998)

GLASS, R. (1964) - *London: Aspects of Change*. MacGibbon and Kee, Londres, 1964

GLEICK, James (1987) - *Caos*. Campus, Rio de Janeiro, 1987

GODET, Michel (1985) - *Prospective et Planification Stratégique*. Economica, Paris, 1985



GODET, Michel (1993) - *Manual de prospectiva estratégica. Da antecipação à acção*. Publicações D. Quixote, Lisboa, 1993

GOMES da SILVA, H. (1935) - "Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro". Boletim DGEMN nº.1, Lisboa, 1935

GOSLING, David; MAITLAND, Barry (1984) - *Concepts of Urban Design*. Academy Editions, Londres, 1984.

GREFFE, Xavier (1990) - *La valeur économique du patrimoine*. Paris, 1990

GUERREIRO, José Emílio (1987) - "A Recuperação do Centro Histórico de Évora". Comunicação apresentada ao Encontro de Cidades Classificadas Património Mundial. *Évora, os Povos e as Artes*, 27.09.1987. Policopiado, 1987

GUERREIRO, José Emílio (1991) - "O processo de recuperação do Centro Histórico de Évora. Planeamento e prática urbanística. Ligações à população". Sociedade e Território nº. 14/15, Edições Afrontamento, Porto, 1991

HALL, Edward T. (1966) - *The hidden dimension*. Doubleday, Nova Iorque, 1966

HALL, Peter; BREHNY, Michael (1984) - "The Strange Death of Strategic Planning and the Victory of the Know-Nothing School". Built Environment, Vol.10, No.2: 95-99, [s.l.], 1984

HALL, Peter (1988) - *Cities of Tomorrow: an Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*. Basil Blackwell, Nova Iorque, 1988

HAMNETT, C. (1976) - "Social change and social segregation in Inner London, 1961-71". Urban Studies, Vol.13, Universidade de Glásgua, 1976

HAYEK, Friedrich A. von, *et al.* (1976) - *Rent control. A popular paradox. Evidence on the economic effects of rent control*. The Fraser Institute, Vancouver, B.C., 1976

HEIDEMIJ, coord. (1994) - "Évora, Portugal". Urban environment and sustainable development. Success stories; Commission of the European Communities, Directorate-General on Environment, Nuclear Safety and Civil Protection, DG XI; *paper da conferência Towards a European model for sustainable development* realizada em Bruxelas, HEIDEMIJ ADVIES, Arnhem, 1994

HENRIQUES, Fernando M. A. (1991) - "A Conservação do Património Histórico Edificado". *Ingenium*, Revista da Ordem dos Engenheiros, Fevereiro 1991

HOULET, Jacques (1988a) - "Conservation". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, coord. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

HOULET, Jacques (1988b) - "Secteur sauvegardé". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, coord. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

ICLEI: International Council for Local Environmental Initiatives (1994) - *Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias*. Carta de Aalborg, 1994

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1966) - *Charte Internationale sur la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites*. Carta de Veneza, 1964. [s.l.] 1966

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1978) - "Charte Internationale pour la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites - projet de révision, R. Lemaire, 3-IV-78". Documentos de trabalho, [s.l.]

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1981) - "Terminologie: Liste préliminaire". Documentos de trabalho, [s.l.] 1981

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1983) - "Charte International des Villes Historiques" (Projet révisé). Documentos de trabalho, Comité International de Eger sur les Villes Historiques. Eger, 1983

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1985) - "Charte International des Villes Historiques" (Projet final adapté par la 1ère session du CIVIH, mars 1984). Documentos de trabalho, Comité International de Eger sur les Villes Historiques. Eger, 1985

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1987) - *Charte Internationale pour la Sauvegarde des Villes Historiques*. Carta de Washington, 1987

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (1990) - *Charte Internationale pour la Gestion du Patrimoine Archéologique*. Carta de Lausana, 1990

IHIT: Instituto Histórico da Ilha Terceira (1986) - *Textos Internacionais sobre a preservação e valorização do Património*. Coord. Álvaro Monjardino, Separata do Boletim do IHIT, Volume XLIV, 1986

INFRANCA, Giuseppe C. (1993) - *La Conservazione Integrata. Le Città Storiche d'Europa*. Gangemi Editore, Roma, 1993

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1994) - "Normas e Recomendações do IPPAR. Reclamos e Toldos. Orientações básicas, 1993". Coord. Flávio Lopes, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Conhecer para Proteger*, IPPAR, Direcção Regional de Lisboa, Lisboa, 1994

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (1995) - "Património Arquitectónico. Critérios para futuras classificações". Coord. Flávio Lopes, *Informar para Proteger*, IPPAR, Direcção Regional de Lisboa, Lisboa, 1995

IPPC: Instituto Português do Património Cultural (1986) - *Imóveis Classificados*. IPPC, Lisboa, 1986.

JACOBS, Jane (1961) - *The Death and Life of Great American Cities*. Vintage Books, Nova Iorque, 1961

JOBERT, Bruno (1983) - *Urban planning and political institutions. Planning, politics, and public policy*. Hayward & Watson, Londres, 1983

JORGE, Fernando Pessoa (1971) - "Monumentos de Interesse Histórico Militar" (projecto de parecer à Câmara Corporativa). Museus de Portugal, Lisboa, 1971

JORGE, Virgolino Ferreira (1992) - "Princípios de Salvaguarda do Património Monumental". Correio da Natureza, nº. 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 4º. Trimestre, 1992

JORGE, Virgolino Ferreira (2001) - "Património e identidade nacional". Centros Históricos, nº. 6, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 2001

KAIN, Roger (1981) - *Planning for Conservation*. Mansell, Londres, 1981

KALMAN, Harold (1979) - *The Evaluation of Historic Buildings*. Parks Canada, Otava, 1979

- KETELE, Jean-Marie de; ROEGIERS, Xavier (1999) - *Metodologia da Recolha de Dados*. Instituto Piaget, Lisboa, 1999
- KNOX, Paul L. (1975) - *Social Well-being: A Spatial Perspective*. Oxford University Press, Londres, 1975
- KOSTOF, Spiro (1991) - *The City Shaped* - Thames and Hudson, Londres, 1991
- KOSTOF, Spiro (1992) - *The City Assembled* - Thames and Hudson, Londres, 1992
- LEFEBVRE, Henri (1978) - *El derecho a la Ciudad*. Ediciones Peninsula, Barcelona, 1978
- LIMA, Miguel P. (1996) - *O Recinto Amuralhado de Évora. Subsídios para o estudo do seu traçado*. Estar Editora, Lisboa, 1996
- LOBO, Manuel Leal Costa, et al. (1984) - *Administração Urbanística. Problemas incómodos*. CESUR / UTL, Lisboa, 1984
- LOBO, Isabel Sousa (1995) - "Planeamento urbanístico e as cidades médias". *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*. MPAT / SEALOT / Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1995.
- LÔBO, Margarida Souza (1995) - *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. DGOTDU / FAUP Publicações, Porto, 1995
- LOPES, A. Simões (1980) - *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos* (I volume). Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980
- LYNCH, Kevin (1960) - *The Image of the City*. MIT Press e Harvard University Press, Cambridge, 1960 (também ed. portuguesa: *A imagem da cidade*, Edições 70, Lisboa, 1982)
- LYNCH, Kevin (1972) - *What time is this place?* MIT Press, Massachusetts, 1972
- MACHADO, José Pedro (1981a) - "Conservação". *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Tomo III, pág. 395, Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1981

MACHADO, José Pedro (1981b) - "Preservação". *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Tomo IX, pág. 396, Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1981

MARCHAND, Filipe (1981a) - "Évora - A preservação do património". Poder Local nº. 25, Editorial Caminho, Lisboa, 1981

MARCHAND, Filipe (1981b) - "A recuperação do centro histórico de Évora". Poder Local, nº. 28, Editorial Caminho, Lisboa, 1981

MARCHAND, Filipe (1989) - "Defesa e Preservação do Património". *Direito do Urbanismo*, coord. Diogo Freitas do Amaral, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 1989.

MASSAPINA, Vasco (1985) - "Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja". Sociedade e Território, nº. 2, Edições Afrontamento, Porto, 1985.

McLUHAN, Marshall (1968) - *War and Peace in the Global Village*. Bantam Books, Nova Iorque, 1968

MEADOWS, Dennis L., *et al.* (1972) - *The Limits to Growth*. Universe Books, Nova Iorque, 1972

MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernardette (1991) - *La localisation des industries. Mutations récentes et méthodes d'analyse*. Nathan Université, Coll. Géographie d'Aujourd'hui, Paris, 1991

MERLIN, Pierre (1988a) - "Aménagement". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

MERLIN, Pierre (1988b) - "Réhabilitation". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

MERMINOD, Pierre (1980) - "Planification des coûts de réhabilitation de bâtiments d'habitation. Présentation de la méthode M.E.R.". Comunicação apresentada ao Symposium Pro Renova, Lucerna, Novembro 1979. Chantiers nº. 9/80, [s.l.], 1980

MEYER, Charles-André (1987) - *L'Architecture Patrimoniale*. Editions Anthony Krafft, Paris-Lausana, 1987

MONTAL, Pierre (1988) - "Animation". *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, dir. Pierre Merlin e Françoise Choay, Presses Universitaires de France, Paris, 1988

NP 405-1.1994, Informação e Documentação - "Referências bibliográficas: documentos impressos". IPQ, Lisboa, 1995

OA - Oficina de Arquitectura (1992) - *Revisão da Metodologia de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Avaliação e Diagnóstico Prospectivo*. Policopiado, Abril 1992. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA - Oficina de Arquitectura (1994a) - *Revisão da Metodologia de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Proposta de Programa e de Modelo de Intervenção*. Policopiado, 1994. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA - Oficina de Arquitectura, coord. (1994b) - *Guideline for the Realisation of Strategic Development Plans in Medium Sized Cities*. Commission of the European Communities, Directorate-General for Regional Policies, DG XVI. RECITE Programme, Lisboa, 1994

OA - Oficina de Arquitectura (1997) - *O Turismo em Évora. Contribuição para a Definição de uma Estratégia Municipal. 3ª.Fase-Estratégia*. Policopiado, Agosto 1997. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981a) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Metodologia de Intervenção*. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981b) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Fundamentação Metodológica*. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981c) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Guia de Trabalho para Sistema de Planeamento, Programação, Controle de Execução e Avaliação*. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981d) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Guia de Trabalho para Sistema Institucional*. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981e) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Guia de Trabalho para Sistema de*

Financiamento. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1981f) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Guia de Trabalho para Sistema de Documentação*. Policopiado, 1981. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OA / SISMET (1982) - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora. Estudo Metodológico. Síntese do Estudo*. Policopiado, 1982. Elaborado para a Câmara Municipal de Évora

OECD: Organization for Economic Co-operation and Development (1973) - *List of Social Concerns Common to Most OECD Countries*. The OECD Social Indicator Development Programme, Manpower and Social Affairs Directorate, OECD, Paris, 1973

OSTROWSKI, Waclaw (1980) - *Les Ensembles Historiques et l'Urbanisme*. Centre de Recherche d'Urbanisme, Paris, 1980

PAPAGEORGIU, Alexander (1971) - *Continuity and change: preservation in city planning*. Praeger, Nova Iorque, 1971

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2000) - *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*. DGOTDU, Lisboa, 2000

PASSOS, José Manuel Silva (1989) - *Zonas Especiais de Protecção*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1989

PEREIRA, Arnaldo *et al.* (2001) - "Proposta de alteração à Lei de Bases do Património Cultural". *Centros Históricos*, nº. 6, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 2001

PEREIRA, Luz Valente (1983) - *Metodologia dos Inquéritos à Habitação Urbana*. MHOPT, LNEC, Lisboa, 1983

PERROUX, François (1987) - *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987

PINHO, Paulo (1995) - "A importância da qualidade do ambiente urbano como factor de consolidação e desenvolvimento das cidades". *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*. MPAT / SEALOT / Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1995

PORTAS, Nuno (1981) - "Uma Política de Conservação Activa". Cadernos Municipais, Maio 1981, Lisboa, 1981

PORTAS, Nuno (1985) - "Notas Sobre a Intervenção na Cidade Existente". Sociedade e Território, nº. 2, Edições Afrontamento, Porto, 1985

PORTAS, Nuno (1995) - "A Renovação e a Reabilitação como instrumentos de Desenvolvimento Urbano". *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*. MPAT / SEALOT / Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1995

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (1988) - *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. SEALOT / MPAT, Lisboa, 1988

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1991) - *Normas para Programação de Equipamentos Colectivos*. GEPAT / MPAT, Lisboa, 1991

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território (1998) - *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Editorial Fenda para CAREAT / MEPAT, Lisboa, 1998

PROENÇA, José João Gonçalves de (1997) - *Manual de Direito da Arquitectura*. Universidade Lusíada, Lisboa, 1997

RAPOPORT, Amos (1980) - *Human Aspects of Urban Form. Towards a Man-Environment Approach to Urban Form and Design*. Pergamon Press, Oxford, 1980

RODRIGUES, Maria João Madeira; FIALHO de SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira (1990) - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Quimera Editores, [s.l.], 1990

ROSNAY, Joël de (1977) - *O Macroscópio. Para uma visão global*. Editora Arcádia, Lisboa, 1977

ROSSI, Aldo (1966) - *L'Architettura della Città*. Marsilio Editori, Pádua, 1966 (também ed. portuguesa: *A Arquitectura da cidade*, ed. Cosmos, Lisboa, 1977)

RUA, Helena, trad. (1983) - *Os dez livros de Arquitectura de Vitruvius*. ed. IST, Lisboa, 1983

RUIZ, José Castillo (1997) - *El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural. Concepto, legislación y metodologías para su delimitación. Evolución histórica y situación actual*. Universidad de Granada e Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Granada, 1997

SCHUMACHER, E. F. (1973) - *Small is beautiful*. Blond & Briggs Ltd., Londres, 1973

SERVIER, Jean (1973) - *L'Utopie*. Presses Universitaires de France, Paris, 1973

SILVA, Celino, et al. (1991) - *Alterações ao perfil comercial da Rua 5 de Outubro após 1986*. Dactilografado, 1991. Trabalho no âmbito do curso de Licenciatura em Sociologia, Universidade de Évora

SILVA, Jorge (1980) - "Évora - Um Património Cultural a Preservar". Diário Popular, 18.01.1980

SILVA, Jorge (1981) - "A arquitectura, o património, as autarquias". Poder Local, nº. 25, Editorial Caminho, Lisboa, 1981

SIMPLÍCIO, Maria Domingas (1991) - *O Espaço Urbano de Évora. Contributo Para Melhor Conhecimento do Sector Intramuros*. Col. Geociências, nº.3, Publicações "Universidade de Évora", Évora, 1991

SIMPLÍCIO, Maria Domingas (1995) - "Évora - Iniciativas de Planeamento Urbano no Século XX". *Actas do VII Congresso sobre o Alentejo*, 1º.Volume, Universidade de Évora, Évora, 1995

SITTE, Camillo (1889) - *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*. (Trad. francesa por D. Wieczorek, *L'Art de bâtir les villes*. L'Équerre, Paris, 1980)

SMITH, David M. (1973) - *The geography of social well-being in the United States*. McGraw-Hill, Nova Iorque, 1973

SMITH, David M. (1977) - *Human Geography. A welfare approach*. Edward Arnold (Publishers), Londres, 1977

SMITH, N.; WILLIAMS, P. (1986) - *Gentrification of the City*. Allen and Unwin, Boston, 1986

SMITH, Peter F. (1974) - *The Dynamics of Urbanism*. Hutchinson Educational, Londres, 1974

SOARES, Luis Jorge Bruno (1980) - "Democratização do processo de planeamento urbano. Experiência do plano director de Évora". Poder Local nº. 17, Editorial Caminho, Lisboa, 1980

TAYLOR, Brian B. (1975) - "Amsterdam, les contradictions d'une gestion sociale démocrate". L'Architecture d'Aujourd'hui, nº.180, Expansion, Paris, 1975

TOFFLER, Alvin (1970) - *Future Shock*. Random House, Nova Iorque, 1970

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1972) - *Convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel*. Paris, 1972

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1976) - *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*. Recomendação de Nairobi, 1976

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1984-1986) - *Processo para a inscrição na lista do Património Mundial do Centro Histórico de Évora*. Documentos diversos, 1984-1986

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1999) - "Conclusions of the Nara Seminar for the Development and the Integrity of Historic Cities". The World Heritage Newsletter, nº. 20, UNESCO World Heritage Centre, Paris, 1999

UNRISD: United Nations Research Institute for Social Development (1966a) - *Social and economic factors in development*. Report nº. 3, UNRISD, Genebra, 1966

UNRISD: United Nations Research Institute for Social Development (1966b) - *The level of living index*. Report nº. 4, UNRISD, Genebra, 1966

UNRISD: United Nations Research Institute for Social Development (1970) - *Studies in the measurement of levels of living and welfare*. Report nº. UNRISD/70/C.20, UNRISD, Genebra, 1970

VALENTE, António (1985) - "Recuperação de Núcleos Urbanos de Interesse Histórico-Cultural; Experiência da Câmara Municipal de Évora". Poder Local, Editorial Caminho, Lisboa, 1985

VENTURA, Teresa; SILVA, Jorge (1983a) - "Recuperação do Centro Histórico de Évora; uma metodologia de intervenção". Poder Local, nº. 35, Editorial Caminho, Lisboa, 1983

VENTURA, Teresa; SILVA, Jorge (1983b) - "Recuperação do Centro Histórico de Évora. Uma Metodologia de Intervenção que Viabiliza a Participação". Comunicação apresentada ao Congresso Internacional de Lisboa, *Melhores cidades a menores custos*, 23-27.05.1983, FIHUOT, policopiado, Lisboa, 1983

VERBIZH, Rainer; MARCONI, Francesco (1981) - "Évora, Portugal. Projet *pilote* de rehabilitation d'un quartier du centre historique au moyen d'un atelier de construction communautaire". Policopiado, Paris, 1981. Relatório de uma missão de estudo em Évora patrocinada pela UNESCO

VITRUVIO, Marco (trad.1787) - *Los diez libros de Archîtectura*. Traduzidos do Latim e comentados por Don Joseph Ortíz y Sanz, Presbítero, Imprenta Real, Madrid, 1787. 2ª. edição em *facsimile*, Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1993

WEBBER, Melvin (1968) - *The post-city age*. Daedalus, Nova Iorque, 1968

WEESEP, J. van; MUSTERD, S. (1991) - *Urban Housing for the Better-off: Gentrification in Europe*. Stedelijke Netwerken, Utreque, 1991

ANEXOS

ANEXO I

CRONOLOGIA DA FORMAÇÃO DA DOCTRINA DE CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Data	Documento
------	-----------

1964 – *“Document 8” (Decisions et Resolutions)*. II CIATMH: Congrès International des Architectes et Techniciens des Monuments Historiques, Veneza, 1964.

1971 – *Déclaration de Split*. I Confrontation européenne des villes d'intérêt historique. Conseil de l'Europe, Conférence Européene des Pouvoirs Locaux, Split, 1971.

1972 – *Convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel*. UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, 1972 (transposta para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto nº. 49/79, de 06.06).

1974 – *“Conclusions” - Coût social de la conservation intégrée des centres historiques*. Confrontation II. Conseil de l'Europe, Comité des Monuments et Sites, Bolonha, 1974.

1975 – *Charte Européenne du Patrimoine Architectural*. Conseil de l'Europe, Comité des Monuments et Sites, Amsterdão, 1975.

1975 – *Déclaration d'Amsterdam*. Conseil de l'Europe, Congrès sur le Patrimoine Architectural Européen, Amsterdão, 1975.

1976 – *Déclaration de Strasbourg sur le Patrimoine Architectural Européen*. Deuxième Confrontation européenne des villes historiques. Conseil de l'Europe, Conférence des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe, Estrasburgo, 1976.

1976 – *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*. UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Nairobi, 1976.

1977 – *Charte Internationale pour la Conservation et la Restauration des Monuments et des Sites - Projet de Révision* (projecto de revisão da Carta de Veneza, por R. Lemaire, em 1977). ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, 1978.

1978 – *Déclaration de Landshut*. 3e. Confrontation européenne des villes historiques. Conseil de l'Europe, Conférence des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe, Landshut, 1978.

1982 – “*Conclusions*”. Campagne Européenne pour la Renaissance de la Cité. Conseil de l'Europe, Conférence Générale Internationale de la Campagne Européenne pour la Renaissance de la Cité, Strasbourg, 1982.

1983 – *Charte International des Villes Historiques (Projet révisé)*. Documentos de trabalho, Comité International de Eger sur les Villes Historiques. ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, Eger, 1983

1984 – *Charte International des Villes Historiques (Projet final adapté par la 1ère session du CIVIH, mars 1984)*. Documentos de trabalho, Comité International de Eger sur les Villes Historiques. ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, Eger, 1984.

1985 – *Déclaration de Séville*. 5e. Confrontation Européenne des Villes Historiques. Conseil de l'Europe, Conférence Permanente des Pouvoirs Locaux et Régionaux de l'Europe, Sevilha, 1985.

1985 – *Convention de Granada*. Convention pour la Sauvegarde du Patrimoine Architectural de l'Europe. Conselho da Europa, Granada, 1985 (ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº. 5/91, de 23.01).

1987 – *Charte Internationale pour la Sauvegarde des Villes Historiques*. Carta de Washington. ICOMOS: International Council on Monuments and Sites, Washington, 1987.

ANEXO II**CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA - GESTÃO URBANÍSTICA****ÍNDICE DOS QUADROS**

QUADRO 1 - ACTIVIDADE DO PNCH/ DCHE NA GESTÃO DE PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES, NO PERÍODO DE 1984 - 2000

QUADRO 2 - INCIDÊNCIA DE EDIFÍCIOS EM ESTADO DE CONSERVAÇÃO "RUÍNA" E "MAU" - 2001

QUADRO 3 - OPERAÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA E REABILITAÇÃO DE CONJUNTO, HABITACIONAIS/TERCIÁRIO, EM LANÇAMENTO NO CHE EM 2001

ANEXO II

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
GESTÃO URBANÍSTICA

QUADRO 1 - ACTIVIDADE DO PNCH/ DCHE NA GESTÃO DE PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES, NO PERÍODO DE 1984 - 2000

ANO	PEDIDO DE VIABILIDADE	ANÁLISE PROJECTOS/ LICENCIAMENTOS	VISTORIAS REALIZADAS
1984	70	300	120
1985	33	58	23
1986	?	?	77
1987	?	?	86
1988	?	?	53
1989	?	?	67
1990	?	?	89
1991	37	211	76
1992	25	122	126
1993	5	18	18
1994	36	100	137
1995	195	143	78
1996	50	190	119
1997	59	352	94
1998	38	574	104
1999	51	303	122
2000	59	304	124

FONTE: CME - DCHE
Tratamento do autor

QUADRO 2 - INCIDÊNCIA DE EDIFÍCIOS EM ESTADO DE CONSERVAÇÃO "RUÍNA" E "MAU" - 2001

Freguesia/ Secção	Total Edifícios	Total Edifícios Ruína + Mau	% Ruína + Mau	Densidade Média Edif./Ha
S. Antão	696	114	16%	3.85
S. Mamede	896	185	21%	6.95
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro	964	117	12%	1.66
TOTAL C. HISTÓRICO	2556	416	16%	3.28

FONTE: CME - DCHE, INE - RGPH
Tratamento do autor

ANEXO II

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
GESTÃO URBANÍSTICAQUADRO 3 - OPERAÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA E REABILITAÇÃO DE CONJUNTO,
HABITACIONAIS/TERCIÁRIO, EM LANÇAMENTO* NO CHE EM 2001

Designação/ Localização**		Freguesia	Tipo	Uso	Dimensão/ Nº Fogos	Área de Terciário
Fábrica MELKA	1	S. Mamede	Reabilitação	Hotel	54 Quartos	
Convento S. Domingos	2	Stº. Antão	Reabilitação	Habitação + III	27 Fogos	6.000m ² (+ 3.000m ² Cave)
Loteamento Horta S. Domingos	3	Stº. Antão	Renovação	Habitação	46 Fogos	
Loteamento Quinta da Palmeira	4	Stº. Antão	Renovação	Habitação	9 Fogos	
Edifício na Rua do Raimundo	5	Sé	Reabilitação	Habitação + III	15 Fogos	2 Espaços Comércio
Loteamento Cerca de Stª. Mónica	6	S. Mamede	Renovação	Habitação + III	14 Fogos	3 Espaços Comércio

* Projectos ou Pedidos de Informação Prévia aprovados

** Ver localização na Figura 8, pág. 218B

ANEXO III**CHE - SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS**
ÍNDICE DOS QUADROS**VARIAÇÃO POPULAÇÃO PRESENTE E RESIDENTE**

QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE CIDADE ÉVORA E CENTRO
HISTÓRICO, 1981/1991/2001

QUADRO 2 - POPULAÇÃO PRESENTE E RESIDENTE 1981/1991/2001

QUADRO 3 - RATIO H/M (POPULAÇÃO RESIDENTE) 1981/1991/2001

QUADRO 4 - RATIO POPULAÇÃO PRESENTE/ POPULAÇÃO RESIDENTE
1981/1991/2001

VARIAÇÃO DE GRUPOS ETÁRIOS

QUADRO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS ETÁRIOS AGREGADOS
(0-14, 15-64, 65 +) 1981/1991/2001

QUADRO 6 - PESO PERCENTUAL DOS GRUPOS ETÁRIOS NA POPULAÇÃO
RESIDENTE DO C.H.E. 1981/1991/2001

DENSIDADE POPULACIONAL

QUADRO 7 - DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/ HA) 1981/1991/2001

QUADRO 8 - DENSIDADE POPULAÇÃO RESIDENTE/ ALOJAMENTO
1981/1991/2001

FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

QUADRO 9 - NÚMERO E DIMENSÃO MÉDIA FAMÍLIA (POPULAÇÃO
RESIDENTE) 1981/1991/2001

QUADRO 10 - ALOJAMENTOS FAMILIARES 1981/1991/2001

QUADRO 11 - USO DE EDIFÍCIOS NO CHE - 2001

QUADRO 12 - ALOJAMENTOS VAGOS 1981/1991/2001

QUADRO 13 - ALOJAMENTOS FAMILIARES 2001 - REGIME DE OCUPAÇÃO

ESTRUTURA DE PROPRIEDADE, ESCALÕES DE RENDA E ENCARGOS NA
AQUISIÇÃO QUADRO 14 - ALOJAMENTOS SEGUNDO ENTIDADE PROPRIETÁRIA
1981/1991

QUADRO 15 - ALOJAMENTOS FAMILIARES - PESO PERCENTUAL DOS
ESCALÕES DE RENDA 1981/1991

QUADRO 16 - ALOJAMENTOS FAMILIARES - ESTRUTURA DE ENCARGOS NA
AQUISIÇÃO (%) 1981/1991

POPULAÇÃO ACTIVA E POPULAÇÃO SEM AUTONOMIA FINANCEIRA

QUADRO 17 - POPULAÇÃO ACTIVA (RESIDENTE) - TAXA DE ACTIVIDADE
1981/1991

QUADRO 18 - INCIDÊNCIA DE PESSOAS SEM AUTONOMIA FINANCEIRA
1981/1991

QUADRO 19 - % POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE -
VARIAÇÃO PERCENTUAL 1981/1991

NÍVEIS DE ENSINO (POPULAÇÃO RESIDENTE)

QUADRO 20 - NÍVEIS DE ENSINO (POPULAÇÃO RESIDENTE) 1981/1991/2001

QUADRO 21 - VARIAÇÃO PERCENTUAL POPULAÇÃO RESIDENTE COM NÍVEL
DE ENSINO SUPERIOR 1981/1991/2001

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
VARIAÇÃO POPULAÇÃO PRESENTE E RESIDENTE

QUADRO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE CIDADE ÉVORA E CENTRO HISTÓRICO, 1981/1991/2001

	1981	1991	2001
Cidade de Évora	34.851	38.005	40.974
Centro Histórico de Évora	10.687	7.842	5.671

QUADRO 2 - POPULAÇÃO PRESENTE E RESIDENTE 1981/1991/2001

Freguesia	1981		1991		2001	
	População Presente	População Residente	População Presente	População Residente	População Presente	População Residente
S. Antão	2790	2850	2211	2068	1797	1473
S. Mamede	3779	3774	3051	2920	2587	2171
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	4137	4063	3719	2854	3511	2027
TOTAL C. HISTÓRICO	10706	10687	8981	7842	7895	5671

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

QUADRO 3 - RATIO H/M (POPULAÇÃO RESIDENTE) 1981/1991/2001

Freguesia	RATIO H/M		
	1981	1991	2001
S. Antão	0.78	0.77	0.70
S. Mamede	0.75	0.71	0.73
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	0.77	0.75	0.72
C. HISTÓRICO	0.77	0.74	0.72

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

QUADRO 4 - RATIO POPULAÇÃO PRESENTE/ POPULAÇÃO RESIDENTE 1981/1991/2001

Freguesia	RATIO POP. PRESENTE /POP. RESIDENTE		
	1981	1991	2001
S. Antão	0.98	1.07	1.22
S. Mamede	1.00	1.04	1.19
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	1.02	1.30	1.73
C. HISTÓRICO	1.00	1.15	1.39

FONTE: INE; RGP 1981, 1991 e 2001
Tratamento do autor

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
VARIAÇÃO DE GRUPOS ETÁRIOS

QUADRO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS ETÁRIOS AGREGADOS (0-14, 15-64, 65 +)
1981/1991/2001

Freguesia/ Secção Grupo Etário	1981	1991	% Variação (HM) 1981/1991	2001	% Variação (HM) 1991/2001
S. Antão					
TOTAL	2850	2068	- 27 %	1473	- 29%
I de 0 a 14 Anos	464	227	- 51 %	119	- 48%
II de 15 a 64 Anos	1876	1277	- 31 %	827	- 35%
III de 65 ou mais Anos	510	564	+ 11 %	527	- 7%
S. Mamede					
TOTAL	3774	2920	- 22 %	2171	- 26%
I de 0 a 14 Anos	714	420	- 41 %	205	- 51%
II de 15 a 64 Anos	2399	1765	- 26 %	1231	- 30%
III de 65 ou mais Anos	661	735	+ 11 %	735	0%
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*					
TOTAL	4063	2854	- 30%	2027	- 29%
I de 0 a 14 Anos	662	373	- 44%	164	- 56%
II de 15 a 64 Anos	2647	1709	- 35%	1128	- 34%
III de 65 ou mais Anos	754	772	+ 2%	735	- 5%
C. HISTÓRICO					
TOTAL	10687	7842	-26%	5671	- 28%
I de 0 a 14 Anos	1840	1020	-45%	488	- 52%
II de 15 a 64 Anos	6922	4751	-31%	3186	- 33%
III de 65 ou mais Anos	1925	2071	+ 8%	1997	- 4%

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

QUADRO 6 - PESO PERCENTUAL DOS GRUPOS ETÁRIOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DO C.H.E.
1981/1991/2001

Grupo Etário	1981	1991	2001
I de 0 a 14 Anos	17%	13%	9%
II de 15 a 64 Anos	65%	61%	56%
III de 65 ou mais Anos	18%	26%	35%

FONTE: INE; RGPB 1981, 1991 e 2001
Tratamento do autor

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
DENSIDADE POPULACIONAL

QUADRO 7 - DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/ HA) 1981/1991/2001

Freguesia	1981	1991	2001
S. Antão	96.34	69.91	49.80
S. Mamede	141.71	109.65	81.52
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	57.52	40.40	28.70
MÉDIA C. HISTÓRICO	84.25	61.82	44.71

QUADRO 8 - DENSIDADE POPULAÇÃO RESIDENTE/ ALOJAMENTO 1981/1991/2001

Freguesia	Pop. Residente			Alojamentos			Pessoas/ Alojamento		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
S. Antão	2850	2068	1473	1038	1082	1020	2.75	1.91	1.44
S. Mamede	3774	2920	2171	1458	1403	1345	2.59	2.08	1.61
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	4063	2854	2027	1539	1464	1483	2.64	1.95	1.37
TOTAL C. HISTÓRICO	10687	7842	5671	4035	3949	3848	2.65	1.99	1.47

FONTE: INE: RGPB 1981, 1991 e 2001

Tratamento do autor

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

QUADRO 9 - NÚMERO E DIMENSÃO MÉDIA FAMÍLIA (POPULAÇÃO RESIDENTE) 1981/1991/2001

Freguesia	POPULAÇÃO RESIDENTE E DIMENSÃO MÉDIA FAMÍLIA								
	1981			1991			2001		
	Pop. Total	Nº Fam.	DMF	Pop. Total	Nº Fam.	DMF	Pop. Total	Nº Fam.	DMF
S. Antão	2850	1016	2.8	2068	872	2.4	1473	685	2.2
S. Mamede	3774	1374	2.7	2920	1126	2.6	2171	1019	2.1
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	4063	1531	2.7	2854	1164	2.5	2027	946	2.1
TOTAL C. HISTÓRICO	10687	3921	2.7	7842	3162	2.5	5671	2650	2.1

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

QUADRO 10 - ALOJAMENTOS FAMILIARES 1981/1991/2001

Freguesia	ALOJAMENTOS FAMILIARES		
	1981	1991	2001
S. Antão	1038	1082	1020
S. Mamede	1458	1403	1345
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	1539	1464	1483
TOTAL C. HISTÓRICO	4035	3949	3848

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

QUADRO 11 - USO DE EDIFÍCIOS NO CHE - 2001

Total Edifícios	Uso dos Edifícios					
	Exclusivamente Residencial	%	Principalmente Residencial	%	Principalmente Não Residencial	%
2556	2039	80	471	18	46	2

QUADRO 12 - ALOJAMENTOS VAGOS 1981/1991/2001

Freguesia	ALOJAMENTOS VAGOS		
	1981	1991	2001
S. Antão	65	148	189
S. Mamede	148	149	202
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	128	153	273
TOTAL C. HISTÓRICO	341	450	664

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

QUADRO 13 - ALOJAMENTOS FAMILIARES 2001 - REGIME DE OCUPAÇÃO

Freguesia	TOTAL	FORMA DE OCUPAÇÃO					
		Residência Habitual	%	Uso Saz. / Secundária	%	Vagos	%
S. Antão	1020	658	65%	173	17%	189	19%
S. Mamede	1345	916	68%	227	17%	202	15%
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	1483	896	60%	314	21%	273	18%
TOTAL C. HISTÓRICO	3848	2470	64%	714	19%	664	17%

* Integrada na Freguesia da Sé em 1997

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
ESTRUTURA DE PROPRIEDADE, ESCALÕES DE RENDA E ENCARGOS NA AQUISIÇÃO

QUADRO 14 - ALOJAMENTOS SEGUNDO ENTIDADE PROPRIETÁRIA 1981/1991

Freguesia	TOTAL*		Particular Empresas Privadas		Empresas Públicas		Estado Autarquias Locais Inst. Públicas		Caixa de Previdência Outras Inst. Sem Fins Lucrativos		Cooperativas	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
S. Antão	748	606	712	582	19	8	8	10	9	6	0	0
S. Mamede	974	760	939	735	9	1	12	11	13	10	1	3
S. Pedro	477	308	432	295	30	8	3	1	12	4	0	0
Sé (S1+S2+S3)	603	438	578	423	7	3	4	7	14	5	0	0
TOTAL C. HISTÓRICO	2802	2112	2661	2035	65	20	27	29	48	25	1	3
%			95%	96%	2.3%	0.9%	0.9%	1.4%	1.7%	1.2%	0.04%	0.01%

* Inclui só os Alojamentos Clássicos ocupados, não inclui o proprietário ocupante

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
 SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
 ESTRUTURA DE PROPRIEDADE, ESCALÕES DE RENDA E ENCARGOS NA
 AQUISIÇÃO

QUADRO 15 - ALOJAMENTOS FAMILIARES - PESO PERCENTUAL DOS ESCALÕES DE RENDA
 1981/1991

	ESCALÕES DE RENDA		
	Menos de 2.999\$00	3.000\$00 a 14.999\$00	Mais de 15.000\$00
1981	96%	4%	- *
1991	52%	46%	2%

* Valor residual 0.004%; correspondente a uma ocorrência

QUADRO 16 - ALOJAMENTOS FAMILIARES* - ESTRUTURA DE ENCARGOS NA AQUISIÇÃO (%)
 1981/1991

	Com Encargos	Sem Encargos
1981	15%	85%
1991	23%	77%

* Utilizados pelo proprietário

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
POPULAÇÃO ACTIVA E POPULAÇÃO SEM AUTONOMIA FINANCEIRA

QUADRO 17 - POPULAÇÃO ACTIVA (RESIDENTE) - TAXA DE ACTIVIDADE 1981/1991

Freguesia	População Total		População Activa		Taxa de Actividade	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
S. Antão	2484	1899	1125	841	45 %	44 %
S. Mamede	3220	2626	1482	1141	46 %	43 %
S. Pedro	1568	1102	756	479	48 %	43 %
Sé (S1+S2+S3)	1951	1481	1001	657	51 %	44 %
TOTAL C. HISTÓRICO	9223	7108	4364	3118	47%	44%

QUADRO 18 - INCIDÊNCIA DE PESSOAS SEM AUTONOMIA FINANCEIRA 1981/1991

Freguesia	Pop. s/ Autonomia Financeira		População Activa		Ratio	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
S. Antão	1321	1030	1125	841	1.2	1.2
S. Mamede	1696	1706	1482	1141	1.1	1.5
S. Pedro	774	598	756	479	1.0	1.2
Sé (S1+S2+S3)	903	749	1001	657	0.9	1.1
TOTAL C. HISTÓRICO	4694	4083	4364	3118	1.1	1.3

QUADRO 19 - % POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE - VARIAÇÃO PERCENTUAL 1981/1991

	VARIAÇÃO		
	Primário	Secundário	Terciário
1981	3%	24%	73%
1991	3%	18%	79%

ANEXO III

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
SÍNTESE DE VARIÁVEIS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS
NÍVEIS DE ENSINO (POPULAÇÃO RESIDENTE)

QUADRO 20 - NÍVEIS DE ENSINO (POPULAÇÃO RESIDENTE) 1981/1991/2001

Freguesia	Sem Escolaridade		Básico		Secundário		Médio		Superior		
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	2001
S. Antão	590	268	1904	1313	232	263	57	47	25	67	233
S. Mamede	803	379	2555	1945	301	372	59	63	43	56	298
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro	786	364	2572	1734	408	356	110	77	57	187	329
TOTAL C. HISTÓRICO	2179	1011	7031	4992	941	991	226	187	125	310	860

QUADRO 21 - VARIACÃO PERCENTUAL POPULAÇÃO RESIDENTE COM NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR 1981/1991/2001

Freguesia	1981	1991	2001
S. Antão	2.4%	8.6%	15.8%
S. Mamede	1.5%	5.6%	13.7%
Sé (S1+S2+S3) e S. Pedro*	4.6%	11.3%	16.2%
MÉDIA C. HISTÓRICO	2.9%	8.4%	15.2%

ANEXO IV**RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001****ÍNDICE DOS QUADROS****ÉVORA - CONCELHO**

QUADRO 1 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 - 1997 (ÉVORA – CONCELHO)

QUADRO 2 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 – 1997 (ÉVORA – CONCELHO)

QUADRO 3 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 – 1997 (ÉVORA – CONCELHO)

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS

QUADRO 4 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 – 1997 (SANTO ANTÃO)

QUADRO 5 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 – 1997 (S. MAMEDE)

QUADRO 6 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 – 1997 (SÉ E S. PEDRO)

QUADRO 7 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997 (STO. ANTÃO)

QUADRO 9 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997 (SÉ E S. PEDRO)

QUADRO 10 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997 (SANTO ANTÃO)

QUADRO 11 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997 (S. MAMEDE)

QUADRO 12 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997 (SÉ E S. PEDRO)

ANEXO IV

ÉVORA - CONCELHO
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉvORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 1 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 - 1997
ÉVORA - CONCELHO

ÉVORA - CONCELHO					
2001			1997		
Listas	%	Mandatos	Listas	%	Mandatos
PS	45.15	4	PCP - PEV	45.2	3
PCP - PEV	40.14	3	PS	34.39	3
PPD/PSD	9.52	0	PPD/PSD	13.41	1
CDS - PP	1.66	0	CDS - PP	3.42	0
PSR/B.E.	0.44	0	PSR/B.E.	0.42	0
Inscritos	45789	%	Inscritos	46669	%
Votantes	28110	61.39	Votantes	27995	59.99
Branços	528	1.88	Branços	605	2.16
Nulos	224	0.80	Nulos	279	1.00

QUADRO 2 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997
ÉVORA - CONCELHO

ÉVORA - CONCELHO					
2001			1997		
Listas	%	Mandatos	Listas	%	Mandatos
PS	42.38	77	PCP - PEV	42.02	82
PCP - PEV	39.86	78	PS	35.98	66
PPD/PSD	12.45	12	PPD/PSD	14.85	16
CDS - PP	2.01	0	OUTROS	4.00	1
PSR/B.E.	0.28	0			
Inscritos	45789	%	Inscritos	46669	%
Votantes	28163	61.51	Votantes	27997	59.99
Branços	594	2.11	Branços	644	2.3
Nulos	257	0.91	Nulos	337	1.2

ANEXO IV

ÉVORA - CONCELHO
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉvORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 3 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997
 ÉvORA - CONCELHO

ÉVORA - CONCELHO					
2001			1997		
Listas	%	Mandatos	Listas	%	Mandatos
PS	42.96	10	PCP - PEV	42.54	10
PCP - PEV	38.42	9	PS	34.44	8
PPD/PSD	12.04	2	PPD/PSD	15.07	3
CDS - PP	2.42	0	CDS - PP	3.64	0
PSR/B.E.	0.79	0	PSR/B.E.	0.69	0
Inscritos	45789	%	Inscritos	46669	%
Votantes	28139	61.45	Votantes	28001	60.00
Branços	561	1.99	Branços	724	2.59
Nulos	207	0.74	Nulos	287	1.02

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 4 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 - 1997
STO. ANTÃO

FREGUESIA - STO. ANTÃO					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	45.90		PCP - PEV	39.01	
PCP - PEV	33.39		PS	31.96	
PPD/PSD	13.32		PPD/PSD	19.63	
CDS - PP	3.78		CDS - PP	5.54	
BE	0.81		PSR	0.59	
Inscritos	1962	%	Inscritos	2284	%
Votantes	1111	56.63	Votantes	1192	52.19
Branços	15	1.35	Branços	29	2.43
Nulos	9	0.81	Nulos	10	0.84

QUADRO 5 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 - 1997
S. MAMEDE

FREGUESIA - S. MAMEDE					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	45.02		PCP - PEV	42.96	
PCP - PEV	36.97		PS	34.73	
PPD/PSD	12.01		PPD/PSD	15.30	
CDS - PP	1.98		CDS - PP	4.06	
PSR/B.E.	0.38		PSR/B.E.	0.55	
Inscritos	2665	%	Inscritos	3063	%
Votantes	1566	58.76	Votantes	1627	53.12
Branços	32	2.04	Branços	27	1.66
Nulos	15	0.96	Nulos	12	0.74

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 6 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA CÂMARA MUNICIPAL 2001 - 1997
SÉ E S. PEDRO

FREGUESIA - SÉ E S. PEDRO					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	44.95		PCP - PEV	36.19	
PCP - PEV	34.86		PS	31.46	
PPD/PSD	13.34		PPD/PSD	19.29	
CDS - PP	3.61		CDS - PP	9.17	
PSR/B.E.	0.37		PSR/B.E.	0.42	
Inscritos	2575	%	Inscritos	3075	%
Votantes	1357	52.70	Votantes	1669	54.28
Branços	24	1.77	Branços	45	2.70
Nulos	10	0.74	Nulos	13	0.78

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 7 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997
STO. ANTÃO

FREGUESIA - STO. ANTÃO					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	41.85		PCP - PEV	36.93	
PCP - PEV	31.95		PS	31.91	
PPD/PSD	17.37		PPD/PSD	21.36	
CDS - PP	5.04		CDS - PP	5.95	
PSR/B.E.	0.90		PSR/B.E.	0.50	
Inscritos	1962	%	Inscritos	2284	%
Votantes	1111	56.63	Votantes	1194	52.28
Branços	17	1.53	Branços	31	2.60
Nulos	6	0.54	Nulos	9	0.75

QUADRO 8 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997
S. MAMEDE

FREGUESIA - S. MAMEDE					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	41.57		PCP - PEV	40.69	
PCP - PEV	34.61		PS	33.87	
PPD/PSD	15.71		PPD/PSD	17.21	
CDS - PP	3.32		CDS - PP	4.49	
PSR/B.E.	0.77		PSR/B.E.	0.74	
Inscritos	2665	%	Inscritos	3063	%
Votantes	1566	58.76	Votantes	1627	53.12
Branços	32	2.04	Branços	36	2.21
Nulos	16	1.02	Nulos	13	0.80

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 9 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2001 - 1997
 SÉ E S. PEDRO

FREGUESIA - SÉ E S. PEDRO					
2001			1997		
Listas	%		Listas	%	
PS	41.27		PCP - PEV	33.97	
PCP - PEV	31.90		PS	30.14	
PPD/PSD	16.02		PPD/PSD	21.27	
CDS - PP	6.58		CDS - PP	10.19	
PSR/B.E.	1.00		PSR/B.E.	0.66	
Inscritos	2575	%	Inscritos	3075	%
Votantes	1398	54.29	Votantes	1669	54.28
Branco	19	1.36	Branco	49	2.94
Nulos	15	1.07	Nulos	14	0.84

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
 RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
 E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 10 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997
 STO. ANTÃO

FREGUESIA - STO. ANTÃO					
2001			1997		
Listas	%	MANDATOS	Listas	%	MANDATOS
PS	42.39	4	PCP - PEV	37.45	4
PCP - PEV	32.22	3	PS	31.74	3
PPD/PSD	18.45	2	PPD/PSD	21.33	2
CDS - PP	4.68		CDS - PP	6.21	
Inscritos	1962	%	Inscritos	2284	%
Votantes	1111	56.63	Votantes	1191	52.15
Branco	13	1.17	Branco	30	2.52
Nulos	12	1.08	Nulos	9	0.76

QUADRO 11 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997
 S. MAMEDE

FREGUESIA - S. MAMEDE					
2001			1997		
Listas	%	MANDATOS	Listas	%	MANDATOS
PS	40.08	4	PCP - PEV	40.23	4
PCP - PEV	36.44	3	PS	35.38	4
PPD/PSD	19.59	2	PPD/PSD	17.14	1
			CDS - PP	4.24	
Inscritos	2665	%	Inscritos	3063	%
Votantes	1567	58.80	Votantes	1628	53.15
Branco	42	2.68	Branco	36	2.21
Nulos	19	1.21	Nulos	13	0.80

ANEXO IV

ÉVORA - FREGUESIAS E SECÇÕES INTRAMUROS
RESULTADOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NO CONCELHO DE ÉVORA
E NAS FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO, 1997 E 2001

QUADRO 12 - COMPARATIVO VOTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2001 - 1997
SÉ E S. PEDRO

FREGUESIA - SÉ E S. PEDRO					
2001			1997		
Listas	%	MANDATOS	Listas	%	MANDATOS
PS	39.79	4	PCP - PEV	34.87	3
PCP - PEV	33.00	3	PS	29.54	3
PPD/PSD	17.50	2	PPD/PSD	21.63	2
CDS - PP	6.79		CDS - PP	10.49	1
Inscritos	2575	%	Inscritos	3075	%
Votantes	1400	54.37	Votantes	1669	54.28
Branco	27	1.93	Branco	44	2.64
Nulos	14	1.00	Nulos	14	0.84